

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

O trabalho intensificado e extensificado do professor gestor na Universidade Federal do Oeste da Bahia

Dayton Fernando Padim

São Carlos
2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

O trabalho intensificado e extensificado do professor gestor na Universidade Federal do Oeste da Bahia

Dayton Fernando Padim

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, na Linha de pesquisa “Estado, Política e Formação Humana”, como parte dos requisitos para defesa da obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Pinto e Silva

São Carlos

2022

FICHA CATALOGRÁFICA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Educação

Folha de Aprovação

Defesa de Tese de Doutorado do candidato Dayton Fernando Padim, realizada em 29/08/2022.

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Eduardo Pinto e Silva (UFSCar)

Prof. Dr. Nara Maria Pimentel (UnB)

Profa. Dra. Géssica Priscila Ramos (UFSCar)

Prof. Dr. Evaldo Piolli (UNICAMP)

Prof. Dr. Marcos Francisco Martins (UFSCar)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação.

Dedicatória

Dedico esse trabalho a minha família, a base para que fosse possível realizar esse trabalho. E a memória de vários amigos e docentes que infelizmente se foram na pandemia.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, pois sem seu amor incondicional e sua bênção, sem ela não teria conseguido chegar até aqui, vencendo mais uma etapa da minha vida.

À minha esposa Tatiana, por sempre estar ao meu lado durante toda essa caminhada, me apoiando e me tranquilizando a cada momento e principalmente me aturando.

Aos meus pais e irmão, Vânia, João Gilberto e Thiago, por sempre confiarem no meu esforço, me ajudarem no que sempre precisei e sonhar junto comigo esse sonho.

Ao meu pai João Wilian (*in memoriam*) que infelizmente não pôde acompanhar fisicamente meus passos, mas pode me apoiar de um lugar melhor, e com certeza esteve ao meu lado nos mais de 10 mil Km percorridos para realizar as disciplinas e orientações.

Ao meu avô, Alcides Singolani (*in memoriam*), por me ensinar como a humildade engrandece o homem, e que por mais simples que você seja, você sempre pode fazer a diferença. Você faz muita falta.

Ao meu orientador Eduardo Pinto e Silva, pela atenção, compreensão, paciência e orientação deste trabalho durante esses quatro anos e por ter aceitado o desafio de me orientar novamente.

À minha orientadora de graduação Alexandra Epoglou, que desde o início de minha formação confiou em mim e nas minhas ideias. Sem nossas discussões, provavelmente não teria chegado aonde estou hoje.

Aos membros da banca, Dr. Evaldo Piolli, Dra. Géssica Priscila Ramos, Dr. Marcos Francisco Martins e Dra. Nara Maria Pimentel por aceitarem e a imensa contribuição para melhorar a discussão deste trabalho.

Aos meus cachorros, Flopi, Astor (*in memoriam*), Mila (*in memoriam*), Izis (*in memoriam*) e Pancho (*in memoriam*), por me ensinar o verdadeiro significado do companheirismo e do amor sem nada em troca.

A todos os professores que fizeram parte da minha formação.

“Nem tudo que reluz é ouro, nem tudo que balança cai.”

Alcides Singolani (*in memoriam* meu amado avô)

RESUMO

A crescente expansão de vagas no ensino superior federal teve início no final do primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, depois de décadas de estagnação. No âmbito do Ministério da Educação – MEC as universidades oriundas da expansão depois de 2003 são classificadas como: Novas (Programa Expandir), Novíssimas (Criação por Lei Específica entre 2012 e 2016) e Supernovas (Criação por Lei Específica entre 2017 e 2018). Nesse sentido, em 5 de junho de 2013, com a Lei Nº 12.825 (BRASIL, 2013), foi aprovada a criação da Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOB tendo como sede a cidade de Barreiras e criação de quatro novos *Campi*. Diante da expansão investigada, verifica-se que o tempo disponível do professor para ministrar aulas, fazer pesquisa e extensão tende a diminuir em virtude da maior carga de trabalho relacionados à gestão institucional. Sendo assim, a presente pesquisa vislumbra entender de que maneira o trabalho docente no contexto da universidade em expansão tem se desenvolvido quando os docentes estão desempenhando atividades de gestão institucional por meio de ocupação de cargos de gestão, o que denominamos de professor gestor. Neste sentido, pretendemos também demonstrar nessa pesquisa que o professor gestor é parte inexorável da gestão institucional da universidade, sendo essa, um dos pilares da autonomia universitária, que entendemos ser um requisito obrigatório para o bom desenvolvimento das atividades da universidade, uma vez que são os docentes que realizam as atividades fim. A pesquisa realizada teve como foco a Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB. Conhecendo o funcionamento da universidade e por meios oficiais de acesso às diversas fontes de dados, sejam elas documentos ou dados oriundos de diversos bancos de dados públicos, entendemos que a melhor metodologia para a estruturação da pesquisa, seria o estudo de caso. Por meio dos dados coletados, produzimos um perfil dos docentes que estiveram na instituição entre seu início, no ano-período (semestre) 2013-1, até o ano-período (semestre) 2018-2, recorte da pesquisa. Dividimos a apresentação dos dados com base nas atividades desenvolvidas pelos professores do magistério superior, sendo elas: ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional. Após a apresentação dos dados, procuramos demonstrar e analisar o processo de intensificação e extensificação do trabalho docente. Notamos então que existe uma tríade que acaba rondando o professor gestor de certa maneira: Gerencialismo – Racionalidade Instrumental – Intensificação e Extensificação do Trabalho. Os resultados dimensionam que professores gestores, a depender do cargo que ocupam, podem ter, além da intensificação maior quantidade de funções desempenhadas, tendo sua jornada laboral extensificada ou dobrada (80 horas semanais), em alguns casos; e em muitos casos, um incremento de até cinquenta por cento. Assim, o trabalho se mostra importante para o debate sobre a intensificação e extensificação do trabalho docente dos professores gestores.

Palavras Chaves: Expansão do Ensino Superior, Trabalho Docente, Intensificação e Extensificação, Professor Gestor, Universidade Federal do Oeste da Bahia.

ABSTRACT

The growing expansion of vacancies in federal higher education began at the end of the first term of President Luiz Inácio Lula da Silva, after decades of stagnation. Within the scope of the Ministry of Education - MEC, the universities arising from expansion after 2003 are classified as: New (Expand Program), New (Creation by Specific Law between 2012 and 2016) and Supernovas (Creation by Specific Law between 2017 and 2018). In this sense, on June 5, 2013, with Law No. 12,825 (BRASIL, 2013), the creation of the Federal University of West Bahia - UFOB was approved, with the city of Barreiras as its headquarters and the creation of four new Campuses. In view of the expansion investigated, it appears that the professor's available time to teach classes, do research and extension tends to decrease due to the greater workload related to institutional management. In the context of the expanding university, it has developed when professors are performing institutional management activities by occupying management positions, which we call manager professor. In this sense, we also intend to demonstrate in this research that the manager professor is an inexorable part of the university's institutional management, which is one of the pillars of university autonomy, which we understand to be a mandatory requirement for the good development of the university's activities, since they are the teachers who carry out the end activities. The research conducted focused on the Federal University of Western Bahia - UFOB. Knowing the functioning of the university and the official means of accessing the various data sources, whether documents or data from various public databases, we understand that the best methodology for structuring the research would be the case study. Through the data collected, we produced a profile of the professors who were in the institution between its beginning, in the year-period (semester) 2013-1, until the year-period (semester) 2018-2, which is the research clipping. We divided the presentation of data based on the activities developed by higher education teachers, namely: teaching, research, extension and institutional management. After presenting the data, we tried to demonstrate and analyze the process of intensification and extensification of teaching work. We notice then that there is a triad that ends up hovering around the manager teacher in a certain way: Managerialism – Instrumental Rationality – Intensification and Extension of Work. The results show that managing professors, depending on the position they occupy, may have, in addition to the intensification, a greater number of functions performed, having their working hours extended or doubled (80 hours per week), in some cases; and in many cases, an increment of up to fifty percent. Thus, the work proves to be important for the debate on the intensification and extensification of the teaching work of managing professors.

Key Words: Expansion of Higher Education, Teaching Work, Intensification and Extension, Manager Teacher, Federal University of Western Bahia.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Instituições Federais de Educação Superior (1808 a 2010).....	29
Figura 2: Instituições Federais de Educação Superior (2011 a 2014).....	30
Figura 3: As quatro novas universidades criadas em 2013.....	30
Figura 4: Jornal da Mídia - 09/08/2005	47
Figura 5: Semanário NOVOESTE - 11 a 20/09/2005.....	48
Figura 6: Ponte que dá acesso ao Campus Edgard Santos.....	56
Figura 7: Ocupação dos estudantes em agosto de 2013 no <i>Campus</i> Reitor Edgard Santos.....	64
Figura 8: Mapa com as distâncias entre a sede e cada <i>Campus</i> da UFOB.....	70
Figura 9: Etapas Processo KDD	95
Figura 10: Mapa com a naturalidade dos Docentes da UFOB entre 2013-2018	98
Figura 11: Mapa com os estados dos docentes com naturalidade Brasileira	99
Figura 12: Pactuação vagas docentes e técnicos administrativos em educação para o curso de Medicina.....	167

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Orçamento Ministério da Educação (em Bilhões de reais).....	23
Gráfico 2: Total de Docentes por Ano-Período.....	75
Gráfico 3: Carga Horária Média Semestral por Docente entre 2006-2 e 2018-2.....	76
Gráfico 4: Carga Horária Média Semanal por docente	76
Gráfico 5: Quantidade de docentes x Cargos de Gestão (2013-2019)	81
Gráfico 6: Quantidade de Docentes por Cidade que possui <i>Campus</i> da UFOB até março de 2019.	82
Gráfico 7: Distribuição dos docentes em relação ao sexo.....	100
Gráfico 8: Série Histórica Docente x Cor/Raça	102
Gráfico 9: Tempo entre conclusão de titulação e ingresso na IFES.....	102
Gráfico 10: Série Histórica Docente x Faixa de Idade.....	103
Gráfico 11: Titulação quando ingressou como docente na universidade (ICADS/UFBA ou UFOB)	104
Gráfico 12: Docente se qualificou após ingresso na universidade (ICADS/UFBA ou UFOB)	104
Gráfico 13: Docente estava se qualificando em março de 2019 (momento da coleta dos currículos)	105
Gráfico 14: Depois que se qualificou (com ou sem afastamento) saiu da universidade.	106
Gráfico 15: Média de Encargo de Ensino por Ano-Período (todos os <i>Campi</i> , ocupante ou não de cargo).....	110
Gráfico 16: Média de Encargo de Ensino por Ano-Período (todos os <i>Campi</i> , não ocupante de cargo)	111
Gráfico 17: Média de Encargo de Ensino por Ano-Período (todos os <i>Campi</i> , ocupante de cargo)...	111
Gráfico 18: Média de Encargo de Ensino por Ano-Período <i>Campus</i> Barra (ocupante ou não de cargo)	112
Gráfico 19: Média de Encargo de Ensino por Ano-Período <i>Campus</i> LAPA (ocupante ou não de cargo)	113
Gráfico 20: Média de Encargo de Ensino por Ano-Período <i>Campus</i> LEM (ocupante ou não de cargo)	113
Gráfico 21: Média de Encargo de Ensino por Ano-Período <i>Campus</i> SAMAVI (ocupante ou não de cargo).....	114
Gráfico 22: Média de Encargo de Ensino por Ano-Período <i>Campus</i> BARREIRAS – Centro CCBS (ocupante ou não de cargo)	115
Gráfico 23: Média de Encargo de Ensino por Ano-Período <i>Campus</i> BARREIRAS – Centro CCET (ocupante ou não de cargo)	116
Gráfico 24: Média de Encargo de Ensino por Ano-Período <i>Campus</i> BARREIRAS – Centro CEHU (ocupante ou não de cargo)	116

Gráfico 25: Média de Encargo de Ensino por Ano-Período – Ocupantes de Cargo com direito a substituto	117
Gráfico 26: Média de Encargo de Ensino por Ano-Período – Ocupantes de Cargo sem direito a substituto	118
Gráfico 27: Quantidade de horas por dia desenvolvidas pelos docentes em atividades de pesquisa (GERAL).....	123
Gráfico 28: Dedicção em horas por dia em atividades de pesquisa desenvolvidas pelos docentes ocupantes de cargos CD-2 e CD-3 (com direito a substituto).....	123
Gráfico 29: Dedicção em horas por dia em atividades de pesquisa desenvolvidas pelos docentes ocupantes de cargos CD-3 e CD-4 (sem direito a substituto)	124
Gráfico 30: Dedicção em horas por dia em atividades de pesquisa desenvolvidas pelos docentes ocupantes de cargos FG-1 e FG-2(sem direito a substituto)	125
Gráfico 31: Dedicção em horas por dia em atividades de pesquisa desenvolvidas pelos docentes ocupantes de cargos FG-3(sem direito a substituto)	125
Gráfico 32: Dedicção em horas por dia em atividades de pesquisa desenvolvidas pelos docentes não ocupantes de cargos de gestão.....	126
Gráfico 33: Máximo de horas por dia desenvolvidas pelos docentes em atividades de extensão (GERAL).....	127
Gráfico 34: Dedicção por dia em atividades de extensão desenvolvidas pelos docentes ocupantes de cargos CD-2 e CD-3 (com direito a substituto).....	128
Gráfico 35: Dedicção por dia em atividades de extensão desenvolvidas pelos docentes ocupantes de cargos CD-3 e CD-4 (sem direito a substituto)	128
Gráfico 36: Dedicção por dia em atividades de extensão desenvolvidas pelos docentes ocupantes de cargos FG-1, FG-2 (sem direito a substituto).....	129
Gráfico 37: Dedicção por dia em atividades de extensão desenvolvidas pelos docentes ocupantes de cargos FG-3 (sem direito a substituto)	129
Gráfico 38: Dedicção em horas por dia em atividades de extensão desenvolvidas pelos docentes não ocupantes de cargos de gestão.....	130
Gráfico 39: Média de Uso nos dias que acessou o SIG (GERAL)	131
Gráfico 40: Média de Uso nos dias que acessou o SIG em dias úteis CD-2 e CD-3 com direito a substituto (segunda a sexta).....	132
Gráfico 41: Média de Uso nos dias que acessou o SIG em dias úteis CD-3 e CD-4 sem direito a substituto (segunda a sexta).....	133
Gráfico 42: Média de Uso nos dias que acessou o SIG em dias úteis FG-1 e FG-2 sem direito a substituto (segunda a sexta).....	133
Gráfico 43: Média de Uso nos dias que acessou o SIG em dias úteis FG-3 sem direito a substituto (segunda a sexta)	134

Gráfico 44: Média de Uso nos dias que acessou o SIG em dias não úteis CD-2 e CD-3 com direito a substituto (sábado e domingo).....	134
Gráfico 45: Média de Uso nos dias que acessou o SIG em dias não úteis CD-3 e CD-4 sem direito a substituto (sábado e domingo).....	135
Gráfico 46: Média de Uso nos dias que acessou o SIG em dias não úteis FG-1 e FG-2 sem direito a substituto (sábado e domingo).....	136
Gráfico 47: Média de Uso nos dias que acessou o SIG em dias não úteis FG-3 sem direito a substituto (sábado e domingo).....	137
Gráfico 48: Média de Uso nos dias que acessou o SIG em Horário Normal (07:30 às 22:30) CD-2 e CD-3 com direito a substituto	138
Gráfico 49: Média de Uso nos dias que acessou o SIG em Fora do Horário (22:31 às 07:29) CD-2 e CD-3 com direito a substituto	138
Gráfico 50: Média de Uso nos dias que acessou o SIG em Horário Normal (07:30 às 22:30) CD-3 e CD-4 sem direito a substituto.....	139
Gráfico 51: Média de Uso nos dias que acessou o SIG em Fora do Horário (22:31 às 07:29) CD-3 e CD-4 sem direito a substituto.....	139
Gráfico 52: Média de Uso nos dias que acessou o SIG em Horário Normal (07:30 às 22:30) FG-1 e FG-2 sem direito a substituto	140
Gráfico 53: Média de Uso nos dias que acessou o SIG em Fora do Horário (22:31 às 07:29) FG-1 e FG-2 sem direito a substituto	140
Gráfico 54: Média de Uso nos dias que acessou o SIG em Horário Normal (07:30 às 22:30) FG-3 sem direito a substituto	141
Gráfico 55: Média de Uso nos dias que acessou o SIG em Fora do Horário (22:31 às 07:29) FG-3 sem direito a substituto	142
Gráfico 56: Média de Uso nos dias que acessou o SIG em feriados - <i>Campus</i> BARRA.....	143
Gráfico 57: Média de Uso nos dias que acessou o SIG em feriados - <i>Campus</i> LAPA.....	143
Gráfico 58: Média de Uso nos dias que acessou o SIG - <i>Campus</i> LEM.....	144
Gráfico 59: Média de Uso nos dias que acessou o SIG em feriados - <i>Campus</i> SAMAVI.....	144
Gráfico 60: Média de Uso nos dias que acessou o SIG em feriados - <i>Campus</i> BARREIRAS – Cargos CD-2, CD-3 e CD-4	145
Gráfico 61: Média de Uso nos dias que acessou o SIG em feriados - <i>Campus</i> BARREIRAS – Cargos FG-1, FG-2 e FG-3.....	145
Gráfico 62: Tipo de dispositivo usado para acessar o SIG – Horário Normal.....	146
Gráfico 63: Tipo de dispositivo usado para acessar o SIG – Fora do Horário.....	146
Gráfico 64: Quantidade média de horas dedicadas por docentes em cargos de gestão CD-1, CD-2 e CD-3 (com direito a substituto).....	147

Gráfico 65: Média de Encargo de Ensino por Ano-Período de docentes ocupantes de cargo CD-2 e CD-3 (com direito a substituto).....	148
Gráfico 66: Quantidade média de horas dedicadas por docentes em cargos de gestão CD-3 (sem direito a substituto).....	148
Gráfico 67: Média de Encargo de Ensino por Ano-Período de docentes ocupantes de cargo CD-3(sem direito a substituto), CD-4, FG-1, FG-2 e FG-3	150
Gráfico 68: Quantidade média de horas dedicadas por docentes em cargos de gestão CD-4.....	150
Gráfico 69: Quantidade média de horas dedicadas por docentes em cargos de gestão FG-1	151
Gráfico 70: Quantidade média de horas dedicadas por docentes em cargos de gestão FG-2 e FG-3	151
Gráfico 71: Ocupantes de Cargos de Gestão por Sexo (GERAL)	152
Gráfico 72: Ocupantes de Cargos CD-1, CD-2 e CD-3 (Com direito a substituto) por Sexo.....	152
Gráfico 73: Ocupantes de Cargo CD-3 e CD-4 por sexo	153
Gráfico 74: Ocupantes de Cargos FG-1, FG-2 e FG-3 por sexo.....	153
Gráfico 75: Quantidade de docentes ocupantes de cargos CD-2 e CD-3 (com direito a substituto) e quantidade de tempo laboral semanal	170
Gráfico 76: Quantidade de docentes ocupantes de cargos CD-3 e CD-4 (sem direito a substituto) e quantidade de tempo laboral semanal	171
Gráfico 77: Quantidade de docentes ocupantes de cargos FG-1 (sem direito a substituto) e quantidade de tempo laboral semanal.....	172
Gráfico 78: Quantidade de docentes ocupantes de cargos FG-2 e FG-3 (sem direito a substituto) e quantidade de tempo laboral semanal	172
Gráfico 79: Quantidade de docentes não ocupantes de cargos e quantidade de tempo laboral semanal	173

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Número Total de Funções Docentes (Em Exercício e Afastados), por Grau de Formação – 2017.....	3
Tabela 2: Número Total de Funcionários Técnico-Administrativos, por Grau de Formação - 2017.....	3
Tabela 3: Evolução de Matrículas na graduação presencial Brasil – 1980/2004.....	11
Tabela 4: Evolução do número de IES por categoria administrativa – Brasil – 1980/2004	11
Tabela 5: Distribuição Percentual do Número de Instituições de Educação Superior, por Categoria Administrativa - Brasil 1991-2002.....	20
Tabela 6: Evolução do Número de Instituições de Educação Superior por Categoria Administrativa – Brasil – 2001-2010.....	22
Tabela 7: Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais Governo FHC (1995 a 2002).....	22
Tabela 8: Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais Governo Lula (2003 a 2010)	23
Tabela 9: Evolução do Número de Instituições de Educação Superior por Categoria Administrativa – Brasil – 2011-2016.....	26
Tabela 10: Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais Governo Dilma (2011 a 2016)	26
Tabela 11: Funções Docentes (Em Exercício e Afastados) (2011-2016)	31
Tabela 12: Funcionários Técnico-Administrativos (Em Exercício e Afastados) (2011-2016).....	31
Tabela 13: Edital 04/2006 - Concurso Docente ICADS	50
Tabela 14: Cursos <i>Campus</i> Barreiras	52
Tabela 15: Número Total de Funções Docentes (Em Exercício e Afastados), por Grau de Formação – 2009.....	54
Tabela 16: Número Total de Funcionários Técnico-Administrativos, por Grau de Formação - 2009.	54
Tabela 17: Cursos de Graduação e quantitativo de discentes transferidos da UFBA para UFOB.....	65
Tabela 18: Evolução de estudantes na Graduação UFOB (2013-2018).....	66
Tabela 19: Evolução de estudantes na Pós Graduação <i>Stricto Sensu</i> na UFOB (2013-2018)	67
Tabela 20: Quantitativos de servidores docentes (ativos e vagas em editais abertos) e técnicos administrativos em educação transferidos da UFBA para UFOB.....	67
Tabela 21: Número total de docentes em exercício e afastados em 2013.....	67
Tabela 22: Número total de técnicos administrativos em educação em exercício e afastados em 2013	68
Tabela 23: Número total de docentes em exercício e afastados em 2019.....	68
Tabela 24: Número total de técnicos administrativos em educação em exercício e afastados em 2019	69
Tabela 25: Calendário Acadêmico 2013-1 a 2018-2.....	75
Tabela 26: Cargos de Gestão ICADS/UFBA.....	78

Tabela 27: Cargos de Gestão CD-1, CD-2 e CD-3, com direito a substituto.....	78
Tabela 28: Cargos CD-3 e CD4.	79
Tabela 29: Cargos FG-1, FG-2 e FG-3.	80
Tabela 30: Pedidos E-SIC	92
Tabela 31: Quantidade de Docentes por Estado de naturalidade	99
Tabela 32: População da Bahia Cor/Raça.....	101
Tabela 33: Descrição dos Cargos de Gestão	109
Tabela 34: Perspectiva do quantitativo do quadro de pessoal UFOB pactuado x realidade	168

LISTA DE SIGLAS

ABI – Área Básica de Ingresso
ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
BARREIRAS – *Campus* na cidade de Barreiras-BA
BARRA – *Campus* na cidade de Barra-BA
BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BI&CT – Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia
CCBS – Centro das Ciências Biológicas e da Saúde
CCET – Centro das Ciências Exatas e das Tecnologias
CD – Cargo de Direção
CEHU – Centro das Humanidades
CGND – Coordenação Geral dos Núcleos Docentes
CGU – Controladoria Geral da União
CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CONSUNI – Conselho Universitário
CPPD – Comissão Permanente de Pessoal Docente
DOU – Diário Oficial da União
e-MEC – Sistema eletrônico de acompanhamento dos processos que regulam a educação superior no Brasil
E-SIC – Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão
ETL – Extract Transform Load
FG – Função Gratificada
FHC – Fernando Henrique Cardoso
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
ICADS – Instituto de Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável
ID - Identificadores
IES – Instituição de Ensino Superior
IFES – Instituição Federal de Ensino Superior
IMS - Instituto Multidisciplinar em Saúde
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
KDD – Knowledge Discovery in Databases
LAPA – *Campus* na cidade de Bom Jesus da Lapa-BA
LEM – *Campus* na cidade de Luís Eduardo Magalhães-BA
MEC – Ministério da Educação
OCR – Optical Character Recognition
PPC – Projeto Político Curricular
PROGRAF – Pró Reitoria de Graduação e Ações Afirmativas
PROUNI – Programa Universidade para Todos.
REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SAMAVI – *Campus* na cidade de Santa Maria da Vitória-BA
SIAC – Sistema Acadêmico (UFBA)
SIAD – Sistema de Acompanhamento de Documentos (UFBA)
SESu – Secretaria de Educação Superior
SIGAA – Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (UFOB)
SIGEPE – Sistema de Gestão de Pessoas do Governo Federal
SQL – Structured Query Language
TAE – Técnicos Administrativos em Educação
TI – Tecnologia da Informação
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UFOB – Universidade Federal do Oeste da Bahia
VPN – Virtual Private Network
XML – Extensible Markup Language

Sumário

APRESENTAÇÃO	1
1 O ENSINO SUPERIOR PÚBLICO FEDERAL: UM BREVE HISTÓRICO	8
1.1 O Ensino Superior no Brasil até o Governo Fernando Henrique	15
1.2 Políticas de ensino superior implementadas no Governo Lula (2003-2010) e Governo Dilma (2011-2016)	21
1.3 Interiorização das IFES – Governos Lula e Dilma (2003 a 2016)	27
1.4 Carreira Docente no Magistério Superior Público Federal	32
1.5 Trabalho, Trabalho docente, professor gestor, intensificação e extensificação no ensino superior público federal	35
2 EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO FEDERAL: IMPLANTAÇÃO DO CAMPUS BARREIRAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	42
2.1 A Universidade Federal da Bahia – Aspectos históricos e a expansão	42
2.2 O Instituto de Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável (ICADS) – aspectos históricos	45
2.3 A Gestão do ICADS nos anos de implantação do <i>Campus</i> Barreiras	49
3 A UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA: O PROCESSO DE EXPANSÃO DA INSTITUIÇÃO E SEU PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO	64
3.1 A Universidade Federal do Oeste da Bahia – A expansão da expansão	64
3.2 UFOB – Gestão 2013-2019	70
3.3 Trabalho docente no contexto da expansão da expansão	74
4 METODOLOGIA E APRESENTAÇÃO DAS FONTES DE DADOS COLETADOS	84
4.1 Metodologia – Estudo de Caso	84
4.2 Coleta de Dados – Fontes utilizadas	87
4.3 Descrição da coleta de dados	87
4.4 Sistema Acadêmico – SIAC/UFBA	87

4.5	Sistema Integrado de Gestão Acadêmica – SIGAA/UFOB	89
4.6	Currículos na Plataforma Lattes – CNPQ	90
4.7	Portal da Transparência do Ministério do Planejamento	91
4.8	Diário Oficial da União – DOU	91
4.9	Solicitação de acesso à informação pela plataforma E-SIC	91
4.10	Acervo físico do Gabinete da Reitoria	93
4.11	Descrição da organização e sistematização dos dados – Big Data e Data Mining ..	94
5	CATEGORIZAÇÃO E APRESENTAÇÃO DOS DADOS COLETADOS	97
5.1	Perfil Docente	97
5.2	Ensino	107
5.3	Pesquisa	118
5.4	Extensão	127
5.5	Gestão Institucional	130
6	A INTENSIFICAÇÃO E EXTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO DO PROFESSOR GESTOR	155
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	177
	REFERÊNCIAS	181
	APÊNDICES	193
	ANEXOS	203

APRESENTAÇÃO

Em pesquisa desenvolvida entre os anos de 2012 e 2014 foi possível verificar e analisar o grau de democratização das tomadas de decisão de um *Campus* fora de sede de uma universidade situada no Triângulo Mineiro, criada por meio da expansão federal das instituições de ensino superior. As diversas entrevistas nos mostraram uma questão diversa, que não foi aprofundada durante a pesquisa: a intensificação do trabalho docente advinda do trabalho administrativo desempenhado por alguns docentes.

O trabalho intensificado do docente nas Universidades do Brasil, em diferentes instituições, é verificado por meio de pesquisas, como as de Carla Vaz dos Santos Ribeiro (RIBEIRO; MANCEBO, 2013), Deise Mancebo (MANCEBO, 2018; MANCEBO; SILVA JÚNIOR; LÉDA, 2016; RIBEIRO; MANCEBO, 2013), Eduardo Pinto e Silva (SILVA; MANCEBO, 2014; SILVA; PADIM, 2018a), Valdemar Sguissardi (SGUISSARDI, 2006, 2009) e João dos Reis Silva Junior (SILVA JUNIOR; SGUISSARDI, 2013; SILVA JÚNIOR; CZERNISZ, 2015; SILVA JÚNIOR; LUCENA, 2014; SILVA JÚNIOR; SCHUGURENSKI, 2016), entre outros. Tais pesquisas demonstram que em instituições que já estão estabelecidas há mais tempo, a pós-graduação entrelaçada ao produtivismo acadêmico, colocam a pesquisa em posição de maior destaque e fator fundamental da intensificação do trabalho. No entanto, as pesquisas sobre a intensificação e extensificação do trabalho do docente que ocupa cargos de gestão na universidade ainda são pouco exploradas. Não obstante, se mostram necessárias quando verificamos esse tipo de intensificação e extensificação do trabalho nas instituições criadas após 2005, frutos da expansão das universidades nos últimos anos.

A crescente expansão de vagas no ensino superior federal teve início no final do primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, depois de décadas de estagnação. No ano de 2003, o governo federal iniciou os estudos e posteriormente lançou o Programa de Expansão Fase I, que teve como meta promover a interiorização do ensino superior público, tendo sido, assim, o primeiro passo para a expansão e interiorização das Instituições de Ensino Superior Federal (IFES). Considera-se que este novo modelo de instituição de ensino necessita ser analisado, de modo a melhor elucidar sua racionalidade e contrapor os objetivos proclamados às práticas efetivamente realizadas.

Nesse sentido, a Universidade Federal da Bahia (UFBA), por meio do Plano de Expansão das Universidades Federais (Programa Expandir ou Programa Expansão Fase I) do Ministério da Educação, criou dois *campi*: o Instituto Multidisciplinar em Saúde (IMS) no *Campus* Anísio Teixeira e o Instituto de Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável

(ICADS), no *Campus* Professor Edgard Santos, localizados nos municípios de Vitória da Conquista-BA e Barreiras-BA.

Com definição dos objetivos, estrutura organizacional e de gestão institucional, o projeto de criação do ICADS foi aprovado no dia 10 de novembro de 2005 pelo Conselho Universitário da UFBA, no qual foram definidos os cursos de graduação a serem inicialmente ofertados em 2006: Administração, Ciências Biológicas, Engenharia Sanitária e Ambiental, Geografia, Geologia e Química. Além destes cursos, o ICADS também ofereceu os cursos de Engenharia Civil, Física, Matemática, História e os Bacharelados Interdisciplinares em Ciência e Tecnologia e em Humanidades.

Após o início das atividades e vários movimentos da sociedade civil organizada e a comunidade acadêmica do ICADS/UFBA entre 2006 e 2013, em 5 de junho de 2013, com a Lei Nº 12.825 (BRASIL, Casa Civil, 2013), foi aprovada a criação da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), através do desmembramento da UFBA, tendo como sede o *Campus* de Barreiras e promovendo a expansão universitária regional por meio da criação dos *Campi* de Barra, Bom Jesus da Lapa, Luís Eduardo Magalhães e de Santa Maria da Vitória.

Dos cursos oferecidos pela instituição, na área de formação de professores temos: Artes Visuais, Ciências Biológicas, Física, História, Matemática, e Química, sendo que Artes Visuais é ofertado no *Campus* de Santa Maria da Vitória, distante cerca de 350km da matriz, onde são ofertados os demais cursos desta área.

Dessa forma, ainda que a universidade, com o passar dos tempos, tenha sofrido modificações, defendemos que seus principais focos continuam a ser o ensino de qualidade, a formação de pessoas intelectualmente capazes de entender e modificar o mundo em que vivemos e possibilitar que o conhecimento seja colocado a favor da transformação da sociedade. De nossa parte compreendemos que não basta ter esses ideais nas diretrizes da educação, mas tê-los na prática acadêmica, de modo a cumprir seu papel fundamental para a educação do seu povo. Um dos desafios emergentes na atual conjuntura é justamente como viabilizar a construção de instituições que, ao mesmo tempo desenvolvam o padrão de excelência defendido no trecho acima e promovam a inclusão social, diminuindo, por exemplo, as diferenças regionais.

Sendo assim, a presente pesquisa vislumbra entender de que maneira o trabalho docente no contexto da universidade em expansão tem se desenvolvido quando os docentes estão desempenhando atividades de gestão institucional por meio de ocupação de cargos administrativos, o que denominamos de professor gestor.

Para termos uma perspectiva dos números, em consulta aos dados das Sinopses

Estatísticas do Censo da Educação Superior de 2017 divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), obtemos as Tabelas 1 e 2 que demonstram o quantitativo de servidores docentes e técnicos administrativos em atividade nas universidades brasileiras:

Tabela 1: Número Total de Funções Docentes (Em Exercício e Afastados), por Grau de Formação – 2017

Sinopse Estatística da Educação Superior 2017								
Número Total de Docentes (Em Exercício e Afastados)								
Unidade da Federação / Categoria Administrativa			Docentes(Em Exercício e Afastados)					
			Universidades					
			Total	Sem Graduação	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado
Brasil			214.608	5	3.348	24.103	66.194	120.958
	Pública		145.391	5	3.263	10.101	33.425	98.597
		Federal	95.772	1	2.635	4.070	19.940	69.126
		Estadual	47.087	4	603	5.489	12.327	28.664
		Municipal	2.532	-	25	542	1.158	807
	Privada		69.217	-	85	14.002	32.769	22.361

Fonte: (INEP, 2010)

Tabela 2: Número Total de Funcionários Técnico-Administrativos, por Grau de Formação - 2017

Sinopse Estatística da Educação Superior 2017								
Número Total de Funcionários Técnico-Administrativos (Em Exercício e Afastados)								
Unidade da Federação / Categoria Administrativa			Funcionários Técnico-Administrativos (Em Exercício e Afastados)					
			Universidades					
			Total	Sem Graduação	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado
Brasil			236.010	95.438	67.684	49.011	18.502	5.375
	Pública		161.368	53.317	46.042	41.096	16.261	4.652
		Federal	106.598	29.126	27.720	32.444	13.856	3.452
		Estadual	53.112	23.393	17.749	8.429	2.347	1.194
		Municipal	1.658	798	573	223	58	6
	Privada		74.642	42.121	21.642	7.915	2.241	723

Fonte: (INEP, 2010)

O que podemos observar pelos dados é que o quantitativo de docentes atuando em Universidades Federais em 2017 era de 95.772, enquanto o quantitativo de técnicos administrativos em 2017 era de 106.598, o que dá uma relação técnico/professor de aproximadamente 0,90.

Com a diminuição da quantidade de técnicos administrativos, que desempenham as

funções de suporte ao professor, atuando nos serviços burocráticos e técnicos, cabe ao professor realizar algumas dessas funções, além de também ocorrer a sobrecarga dos técnicos existentes.

Não obstante, em instituições como a UFOB, que estão em implantação, observamos uma realidade diferente da desejada. A universidade em questão conta hoje com 643 servidores¹, sendo 391 professores, 249 técnicos administrativos e 3 não identificados, temos uma proporção de 0,63 técnicos para cada professor, em comparação com os dados apresentados nas Tabelas 1 e 2 temos uma proporção de 0,90 técnicos para cada professor, observamos uma diferença em relação a maioria das instituições de aproximadamente 30% a menos de técnicos. Na UFOB na data da consulta, dos 391 professores, 85 desempenham trabalho administrativo remunerado por meio de funções gratificadas (FG) e cargos de direção (CD). Observa-se que para os cargos de CD-01, CD-02 e nos casos de CD-03 quando diretor de *Campus*², ou seja, 13 docentes ao total, existe a prerrogativa de contratação de professor por tempo determinado, ficando o docente dispensado das atividades descritas na carreira docente para ficar integralmente realizando as atividades do Cargo de Direção. Tal prerrogativa não é válida para os outros cargos, tais como as demais CD-03 quando não são diretor de *Campus*, CD-04 e FG-01 a FG-09.

Em outras palavras, o trabalho do professor se torna cada vez mais intensificado e extensificado, demandando-se o desempenho de múltiplas funções. A intensificação da carga laboral implica em redução do tempo para preparar melhores aulas ou melhor orientar pesquisa e extensão.

Para vislumbrar de forma mais aplicada a situação em que se encontra o trabalho docente na UFOB, trazemos o trabalho de Yago Cavalcanti Rodrigues Teixeira (2017) “Fatores que contribuem para a evasão no curso de Química da UFOB”, que em sua investigação analisa:

[...] em média, estes profissionais (**docentes**) dedicam cerca de 18h de seu tempo a serviços que não correspondem a ensino, pesquisa e extensão, por conseguinte, o que lhes resta, tem que ser equacionado de forma justa ao tripé universitário, logo, aqueles que possuem uma carga horária mais alta dedicada à administração, conseqüentemente, terão o desenvolvimento do ensino, que consideramos a parte mais importante, afetado. A falta de tempo para a dedicação ao ensino, reflete na falta de planejamento das aulas, na metodologia empregada e na superficialidade das aulas, já apontada pelos estudantes, já que o docente se preocupa muitas vezes em apenas cumprir a ementa e não se atenta ao reflexo que isto causa no aprendizado de seus

¹ Dados obtidos no site da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da UFOB (<https://progep.ufob.edu.br/>). Acesso em 21/07/2017

² LEI Nº 12.425, DE 17 DE JUNHO DE 2011. § 1º, III.

alunos. Muitas vezes, os estudantes nem mesmo conseguem encontrar o professor fora do horário de aula para sanar as dúvidas, que são acumuladas até a próxima aula, que frequentemente não possui tempo hábil para esta demanda (TEIXEIRA, 2017, p.27) (grifo nosso)

As Universidades Federais em contexto de expansão, por conta da intensificação do trabalho docente, tendem, pelo menos em um primeiro momento, a deixar para segundo plano a qualidade de ensino esperada e propalada.

Com base em seus estudos, Maria Cristina da Silveira Galan Fernandes (FERNANDES, 2002), identificou seis concepções de qualidade de ensino que permeiam o discurso de professores de uma instituição de ensino superior privado: saudosista-autoritária; técnica; liberal; neoliberal; subjetivo-interpretativa; crítico-dialética.

Segundo Maria Cristina da Silveira Galan Fernandes (FERNANDES, 2002) a concepção crítico-dialética de qualidade educacional compreende que a escola, assim como a sociedade, é um espaço de lutas políticas, contradições sociais e relações de poder e conflitos. Dessa maneira, uma educação de qualidade seria aquela que proporcionasse subsídios necessários para viver essa realidade, compreendê-la e buscar transformá-la, formando sujeitos participantes e ativos do momento histórico do qual fazem parte.

No entanto, há uma contradição: a qualidade das atividades acadêmicas é pretensamente almejada por meio de uma forma de gestão nas Universidades Federais que hoje, em quase sua totalidade, tem como ideologia a gestão gerencialista focada em números e produtividade.

Nesse sentido, Vincent de Gaulejac (2007) nos explica as implicações da gestão das instituições:

A gestão gerencialista é uma mistura de instrumentos de medida sofisticados, de técnicas de avaliação objetivas, mas também de regras irracionais, de prescrições irrealistas, de painéis de bordo inaplicáveis e de julgamento arbitrários. Por trás da racionalidade fria e “objetiva” dos números dissimula-se um projeto “quantofrênico” (a obsessão do número) que faz os homens perderem o senso da medida (GAULEJAC, 2007, p.37)

Sendo assim, os espaços de discussão, como colegiados, conselhos de unidade e superiores, estão cada vez mais discutindo questões de âmbito administrativo e de gestão institucional enquanto as questões acadêmicas ficam atreladas à aprovação ou não de decisões administrativas.

A pesquisa realizada buscará analisar e verificar os impactos da intensificação e extensificação do trabalho docente do professor gestor tendo como estudo de caso a Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOB.

A delimitação dos dados coletados teve como ponto inicial a criação da Universidade Federal do Oeste da Bahia em junho de 2013, ano-período³ 2013-1 e ponto final março de 2019, ano período 2018-2, intervalo escolhido para a análise dessa pesquisa. O ponto de corte, março de 2019 foi escolhido devido o início de um novo semestre na instituição (2019-1) e o andamento de tratativas no Conselho Universitário – CONSUNI a respeito da eleição para o primeiro reitorado via eleição.

Assim, o texto será apresentado da seguinte forma:

No capítulo 1 será apresentado um breve resumo sobre o Ensino Superior Público Federal, perpassando pelos períodos dos governos dos presidentes Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Vana Rousseff (2011-2016), explanando sobre políticas de ensino superior implementadas, interiorização das Instituições de Federais de Ensino Superior (IFES), a carreira docente no magistério superior público federal, bem como uma apresentação sobre os referencias teóricos sobre os conceitos de Trabalho, Trabalho docente, professor gestor, intensificação e extensificação.

No capítulo 2 será apresentado uma discussão sobre a expansão e interiorização do ensino superior público federal, tendo como estudo de caso a implantação do *campus* Barreiras da Universidade Federal da Bahia (UFBA), perpassando pelos aspectos históricos e a expansão e interiorização dessa instituição, e demonstrar como foi o processo de criação do *campus* Barreiras e seu Instituto de Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável (ICADS)

No capítulo 3 será apresentado o processo de criação, implantação e expansão da novíssima Universidade Federal Do Oeste Da Bahia (UFOB), demonstrar como ocorreu a gestão institucional no período de 2013-1 a 2018-2 (período do recorte da pesquisa) e discutir de que maneira o trabalho docente ocorre no contexto da expansão da expansão.

No capítulo 4 será apresentado a metodologia utilizada no trabalho e a apresentação das fontes de dados coletados.

No capítulo 5 será apresentada a categorização e apresentação dos dados coletados, tendo inicialmente uma apresentação do perfil docente que participou da pesquisa e os dados das categorias ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional.

No capítulo 6 será apresentado uma discussão com base nos dados apresentados no capítulo 5 sobre a intensificação e extensificação do trabalho do professor- gestor, principal foco desse trabalho.

³ No texto será apresentado por diversas vezes o ano-período, que é o ano acadêmico e período (semestre), sendo que a instituição tem como organização para desenvolvimento das atividades de ensino em semestres.

Nos capítulos 7, 8, 9 e 10 serão apresentados as considerações finais e possíveis desdobramentos de pesquisas futuras, as referências bibliográficas utilizadas no trabalho, os apêndices e os anexos.

1 O ENSINO SUPERIOR PÚBLICO FEDERAL: UM BREVE HISTÓRICO

Neste capítulo traremos um pouco do contexto histórico de como se desenvolveu o Ensino Superior Público Federal no país, dando enfoque após 1988 nas políticas dos governos de Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Vana Rousseff.

Partindo de uma perspectiva histórica, o Brasil vinha mantendo a tradição de proporcionar os melhores cursos, nas melhores universidades, para uma pequena elite que conseguia chegar às portas do Ensino Superior acumulando as habilidades e as competências exigidas para o ingresso nas universidades pelo acesso, em sua formação de base, a melhores condições de ensino que proporcionam o exercício intelectual esperado para esse nível de escolarização, conforme o relato de Kátia Regina de Souza Lima (2005, pág. 322) em sua tese:

A universidade pública brasileira não consegue, historicamente, exercer o papel social que lhe cabe como instituição estimuladora de um projeto nacional de desenvolvimento, referenciado nos interesses da classe trabalhadora brasileira, pois, a universidade brasileira foi forjada nos marcos do capitalismo dependente. [...]. Se a educação superior no Brasil nasce com a marca de um intocável privilégio social, cuja “democratização” começava e terminava nas fronteiras da burguesia, com o desenvolvimento do capitalismo monopolista, a ampliação do acesso passa a ser uma exigência do próprio capital, seja de qualificação da força de trabalho para o atendimento das alterações na esfera produtiva; seja para difusão da concepção de mundo burguesa, sob a imagem de uma política inclusiva (LIMA, 2005)

No entanto, desde o início do século XX existe um movimento em defesa da ampliação do acesso à educação pública e de excelência. As demandas vêm sendo alteradas conforme o contexto histórico e político em que estão inseridas. Na década de 1920, por exemplo, com a intensificação da industrialização/urbanização que ocorria nas principais cidades do país, procurou-se adequar a educação ao ritmo de tal política pública, sendo concebida, portanto, como uma condição para a modernização da sociedade brasileira.

Já nos tempos de globalização, e conseqüente mundialização do capital⁴, as expectativas da sociedade e dos setores de investimento e empreendimento, são de que todos

⁴ Segundo François Chesnais: Em vez de usar o termo “globalização” e, portanto, de fazer referência à “economia” de modo vago e impreciso, parece então desde já preferível falar em “globalização do capital”, sob a forma tanto do capital produtivo aplicado na indústria e nos serviços quanto do capital concentrado que se valoriza conservando a forma dinheiro. Pode-se então [...] referir-se à “mundialização” em vez de “globalização”. [...] O fato de atrelar o termo “mundialização” ao conceito de capital consiste em registrar o fato de que parte dos segmentos mais decisivos dos mercados financeiros é hoje em dia mundializado com modalidades e instrumentos variados. Além disso, significa que o campo no qual se desenvolve o capital industrial concentrado [...] é aquele das relações constitutivas do oligopólio mundial, o qual domina os mercados [...]. A mundialização do capital apresenta-se como uma fase específica de um processo muito mais longo de constituição do mercado mundial em primeiro lugar, e depois, de internacionalização do capital, primeiro sob sua forma financeira e, em seguida, sob sua forma de produção no exterior (CHESNAIS, 1996)

tenham, onde quer que estejam, acesso aos bens e serviços divulgados incessantemente pelos meios de comunicação em massa. Nesse contexto, parece ser uma premissa que desse início de século tudo seja acessível a todos, inclusive a Educação. Ainda nesse contexto, a necessidade mercadológica de profissionais cada vez qualificados tem direcionado forças no sentido de incluir cada vez mais pessoas na chamada “Sociedade do Conhecimento”⁵.

Em meados da década de 1980, com os esforços e êxito para o fim da Ditadura civil empresarial militar, e no decorrer da década de 1990, com o início da redemocratização, o Brasil passou por muitas mudanças econômicas, dentre elas a Reforma do Estado, proposta no governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso.

Segundo o verbete de Lalo Watanabe Minto (2011), as reformas foram necessárias para:

[...] adequar o Estado brasileiro aos ditames do novo padrão da acumulação capitalista. Nos anos 1990, após as eleições presidenciais de 1994, ganha maior corpo e torna-se uma prioridade do governo federal brasileiro. Em 1995, é criado o Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE), com o intuito de formular um plano integrado para as reformas. As diretrizes fundamentais da reforma advêm da doutrina neoliberal e expressam-se na necessidade de reestruturar todas as grandes áreas de atuação do Estado, com especial destaque para as sociais: educação, saúde, previdência social e legislação trabalhista. De um modo geral, preconiza-se a redução dos gastos estatais, tidos como ineficientes e ineficazes, e a transferência de tais “serviços” para o setor privado, supostamente mais eficiente, flexível e menos burocrático. Da mesma forma, a reforma do estado pressupõe a criação de condições favoráveis à atuação do setor privado – aquele que declara visar lucros, ou não – tais como a oferta de incentivos fiscais, a garantia de mercados cativos e programas governamentais que possibilitem o acesso das camadas mais pobres da população brasileira ao ensino pago, sobretudo no nível superior (MINTO, 2011)

Já pelos seu propositores, a reforma do Estado é definida, como:

[...] um projeto amplo que diz respeito às várias áreas do governo e, ainda, ao conjunto da sociedade brasileira, enquanto que a reforma do aparelho do Estado tem um escopo mais restrito: está orientada para tornar a administração pública mais eficiente e mais voltada para a cidadania (BRASIL, 1995)

Regulamentada e colocada em prática, a Reforma do Estado, apoiada pelo Consenso de Washington⁶, um dos setores mais atingidos pelas mudanças foi o da educação,

⁵ Termo discutido por Peter Drucker e Daniel Bell (1977) em “O advento da sociedade pós-industrial: uma tentativa de previsão social”, e debatido por José Dias Sobrinho (2005) em “Dilemas da Educação Superior no Mundo Globalizado: Sociedade do Conhecimento ou Economia do Conhecimento?”, por ser um termo carregado de significados que tendem a ocultar as contradições políticas e econômicas.

⁶ Em síntese, é possível afirmar que o Consenso de Washington faz parte do conjunto de reformas neoliberais que, apesar de práticas distintas nos diferentes países, está centrado doutrinariamente na desregulamentação dos mercados, abertura comercial e financeira e redução do tamanho e papel do Estado.

principalmente a Educação Superior. Como se infere do discurso de um dos protagonistas da reforma do estado, Luiz Carlos Bresser Pereira, a educação deixa de ser responsabilidade direta do Estado passando a ser indicada como um dos “serviços não exclusivos do Estado”. Nesse sentido, os responsáveis pela Educação Superior compõem “organizações sociais” que “celebrem um contrato de gestão” com o “Poder Executivo” para “participar do orçamento público”:

A proposta de reforma do aparelho do Estado parte da existência de quatro setores dentro do Estado: (1) o núcleo estratégico do Estado, (2) as atividades exclusivas do Estado, (3) os serviços não-exclusivos ou competitivos, e (4) a produção de bens e serviços para o mercado. [...]. Na união os serviços não exclusivos do Estado mais relevantes são as universidades, as escolas técnicas, os centros de pesquisa, os hospitais e os museus. A reforma proposta é de transformá-los em um tipo especial de não-estatal, as organizações sociais. A ideia é transformá-los voluntariamente, em “organizações sociais”, ou seja, em entidades que celebrem um contrato de gestão com o Poder Executivo e contem com a autorização do parlamento para participar do orçamento público (PEREIRA, 1997)

Assim, João dos Reis Silva Júnior e Valdemar Sguissardi (2009) pontuam sobre esse processo e mostram as principais metas dessa reforma, que influenciam a questão educacional:

A primeira grande meta da reforma do aparelho do Estado era, para o ministro, sua flexibilização. Em segundo lugar, no plano social, sua radical descentralização. [...]
Embora o ex-ministro não tenha conseguido transformar as universidades estatais públicas em organizações sociais (fundações públicas de direito privado), por meio dos terceiro e quarto setores, institucionalizou-se a nova contradição entre Estado e o mercado (SGUISSARDI; SILVA JÚNIOR, 2009, p.36)

Nessa perspectiva o Estado investiu minimamente na Educação Superior durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, considerando-a um serviço não-exclusivo. Durante esse período presenciamos a abertura para o crescimento do ensino superior privado, com um aumento significativo das vagas no ensino superior.

Percebe-se, então, que durante esse período em análise ocorre uma ampliação no índice de matrículas em cursos superiores de universidades particulares, conforme demonstra a Tabela 3, organizada por Gladys Beatriz Barreyro (2008), com base em dados do MEC:

Tabela 3: Evolução de Matrículas na graduação presencial Brasil – 1980/2004.

Ano	Total	Público	Privado
1980	1.377.286	492.232	885.054
1985	1.367.609	556.680	810.929
1990	1.540.080	578.625	961.455
1995	1.759.703	700.540	1.059.163
2000	2.694.245	887.026	1.807.219
2004	4.163.733	1.178.328	2.985.405

Fonte: (BARREYRO, 2008)

Conforme demonstrado, a partir de 1995 nota-se uma ascensão do Ensino Privado se comparado ao Ensino Público. Traduzindo em números, o aumento de matrículas no período de 1995 a 2004, nas instituições privadas, foi de 182 %, enquanto que, nas instituições públicas, foi de 68%.

Nota-se, portanto, que no governo Fernando Henrique Cardoso a consequência dos estímulos ao desenvolvimento das Instituições de Ensino Superior Privadas foi a do sucateamento das Instituições de Ensino Superior Público, ocasionado pelo corte de verbas na educação defendida pelo então Ministro da Educação, Paulo Renato de Souza. Por meio de inúmeras medidas de incentivo percebemos uma abertura significativa para o mercado privado ocorrendo um aumento de aproximadamente 162% no número de instituições particulares no Brasil contra 6,66% das universidades públicas, como mostra a Tabela 4, cujos dados são também de fonte oficial, do MEC, tendo sido organizados e publicados por Gladys Beatriz Barreyro (2008):

Tabela 4: Evolução do número de IES por categoria administrativa – Brasil – 1980/2004

Ano	Total	Δ %	Pública	Δ %	Privada	Δ %
1980	882	-	200	-	682	-
1985	859	-2,6	233	16,5	626	-8,2
1990	918	6,9	222	-4,7	696	11,2
1995	894	-2,6	210	-5,4	684	-1,7
2000	1.180	31,9	176	-16,2	1004	46,8
2004	2.013	70,5	224	27,3	1789	78,2

Fonte: (BARREYRO, 2008)

O resultado dessa nova configuração e do incentivo a abertura de vagas em instituições privadas de ensino superior pode ser percebido pelo aumento significativo de diplomados no Brasil. No entanto, dada a inexistência de meios eficazes de verificar a

qualidade do ensino ofertado, bem como das condições reais de aprendizagem, não se mostrou possível garantir as expectativas de excelência à sociedade brasileira.

Do mesmo modo, Boaventura de Sousa Santos (2004) traz o relato do contexto europeu do ensino superior no mesmo período, podendo ser percebidas similaridades ao que ocorreu no Brasil:

Na área do acesso, a maior frustração da última década foi que o objetivo de democratização do acesso não foi conseguido. Na maioria dos países os fatores de discriminação, sejam eles a classe, a raça, sexo ou etnia, continuaram a fazer do acesso uma mistura de mérito e privilégio. Em vez de democratização, houve massificação e depois, já no período da alegada pós-massificação, uma forte segmentação do ensino superior com práticas de autêntico *dumping social* de diplomas e diplomados, sem que nenhuma medida *anti-dumping* eficazes tenham sido tomadas (SANTOS, 2004)

Passado esse período e após novas eleições que trariam um novo presidente ao Brasil podemos perceber uma mudança significativa nesse processo. A partir do primeiro mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Grupo Executivo instituído pelo Governo Federal, em fevereiro de 2004, coordenado por Fernando Haddad, elaborou o documento *Reafirmando princípios e consolidando diretrizes da reforma da educação superior* (BRASIL, Ministério da Educação, 2004a), onde o mesmo, logo no seu prólogo, destaca a questão sobre o Plano Nacional de Educação (2001-2010), onde se “*determina que ao final do período sejam ofertadas matrículas em cursos superiores correspondentes a 30% da população de jovens entre 18 e 24 anos, conseqüentemente será necessário dobrar essa população nos próximos seis anos*” (BRASIL, Ministério da Educação, 2004a). Neste sentido, os princípios e ideias mais importantes expressos no documento são:

Os Princípios devem orientar as Diretrizes voltadas à construção de uma Lei Orgânica que regule o Sistema de Educação Superior no País, a saber:

- a) Educação é um bem público e direito básico e universal dos cidadãos, devendo ser entendida enquanto fator estratégico para a nação, para valorização de seu passado, fortalecimento de seu presente e criação de seu futuro;
- b) A Educação, como direito subjetivo, é um elemento de transformação pessoal e de participação na cidadania, devendo ser acessível a todos, em todas as fases da vida, constituindo-se em fator de justiça social, oferecendo **equidade de oportunidades** a todos os cidadãos, contribuindo para a redução de desigualdades regionais, sociais e étnico-culturais;
- c) A qualidade é indispensável para a garantia do papel social e político da Educação, a **Universidade**, em particular, deve constituir-se em elemento de referência. Deve, também, ser a expressão de uma **sociedade democrática e pluricultural** em que se cultiva a **liberdade**, a **solidariedade** e o **respeito às diferenças**.
- d) A Universidade é, também, o ambiente em que, especialmente, se reinventa a solidariedade e a partilha de saberes, promovendo a inclusão social e produzindo conhecimentos dirigidos à construção de um futuro melhor para todos;

- e) A missão central e estratégica do Sistema de Ensino Superior, tanto Público como Privado, no projeto de **desenvolvimento cultural, econômico e social** do país, é formar profissionais de qualidade, produzir ciência e tecnologia, assim como cooperar no entendimento do ser humano e do meio em que vive, gerando e divulgando conhecimentos culturais, científicos e técnicos. Deve, também, promover a profunda relação com a sociedade, valorizando a extensão como instância de mediação entre as Instituições de Educação Superior e a sociedade;
- f) A necessidade de reconhecer a **pluralidade** e a **diversidade regional** das **Instituições do Sistema Federal**, estabelecendo um novo marco regulatório de **autonomia** para as Universidades e de prerrogativas para Faculdades, Faculdades Integradas, Centros Universitários e Centros de Educação Tecnológica, em coerência com os **princípios gerais de eficiência e responsabilidade**, comprometendo a **participação das comunidades, interna e externa, na supervisão dos rumos das Instituições**;
- g) O papel do Estado é supervisionar a Educação Superior. A qualidade acadêmica necessita ser conjugada com **relevância social e equidade**, implantando um Sistema Nacional de Avaliação, cujos resultados se articulem com a Regulação, recuperando a capacidade do Estado de estabelecer padrões mínimos de qualidade. Da mesma forma, combater desigualdades sociais e regionais, e acompanhar e supervisionar o Sistema Federal de Ensino Superior, entendido este processo tanto em colaboração com a imprescindível melhoria de qualidade do Ensino Básico como conectando-se com a Pós-Graduação;
- h) O fortalecimento do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nas Universidades;
- i) Gratuidade no ensino nas Instituições do Sistema Público Federal;
- j) Vínculo com os demais níveis de educação, em especial com a formação de professores dos outros níveis de ensino (BRASIL, Ministério da Educação, 2004a) (grifo nosso)

Observando os grifos no referido texto, destacam-se as características da concepção de democracia do documento, sendo elas: Liberdade, solidariedade e o respeito às diferenças, bem como autonomia, coerência com os princípios gerais de eficiência e responsabilidade, participação das comunidades interna e externa.

Notadamente percebe-se no discurso do documento, similar a tantos outros documentos oficiais, que termos tão caros aos movimentos sociais e progressistas, como democracia e autonomia, se mesclam a outros, como equidade⁷ e pluralidade, assim como ao objetivo de desenvolvimento econômico, assemelhando-se, nesse caso, a um amplo espectro de discursos, desde os da UNESCO até o das agências multilaterais.

⁷ Conceito bem explicado por Demerval Saviani: “Ora, se a equidade é o equilíbrio entre o mérito e a recompensa, parece ficar claro, então, por que se dá preferência a esse conceito nesta época em que se exacerbam, pela via do endeusamento do mercado, os mecanismos de concorrência e competitividade. [...] Hoje, porém, essas lutas estão em refluxo e o "slogan" da hora, equidade com qualidade, significa: utilidade com eficiência, cujo critério de referência é o mercado. Em síntese, se a equidade tem como suporte ao neopragmatismo, sua contraface, a qualidade, traz à tona o neotecnicismo. Assim, enquanto no tecnicismo das décadas de 60 e 70 se enfatizava a quantidade em detrimento da qualidade ficando esta, quando considerada como atributo individual, uma prerrogativa dos educadores liberais e, na condição de exigência social, uma bandeira dos socialistas, o neotecnicismo se apropria do conceito de qualidade revestindo-o, porém, do caráter de eficiente instrumento de racionalização dos investimentos e otimização dos resultados.” (SAVIANI, 1998)

A partir deste documento, ocorreram outras discussões que estabeleceram diferentes ações. Dentre elas, a sugestão para a criação de novas Universidades e outros *Campi* fora de sede vinculados às Instituições Federais existentes. A ideia veiculada pelo grupo pode ser resumida na seguinte frase de efeito: “*Expandir até ficar do tamanho do Brasil*”.

Vale salientar que um processo de expansão e interiorização que objetivasse efetivamente a democratização do acesso e da permanência no Ensino Superior, teria como pressuposto uma certa finalidade social efetiva e que teria que “*ser assumida pela universidade, aceitando ser permeável às demandas sociais, sobretudo àquelas oriundas de grupos sociais que não têm poder para as impor.*” (SANTOS, 2004), tais como de segmentos da população não inseridos nos campos político e acadêmicos institucionalizados.

Nesse sentido, Boaventura de Sousa Santos (2004) relata que tais tarefas são “*particularmente exigentes porque questionam a universidade no seu todo, não só quem a frequenta, como os conhecimentos que são transmitidos a quem frequenta*” (SANTOS, 2004).

Não podemos, no entanto, deixar de lembrar sobre a função da universidade, como Anísio Teixeira (1998) reforça na seguinte passagem:

A função da universidade é uma função única e exclusiva. Não se trata somente de difundir conhecimentos. O livro também os difunde. Não se trata, somente, de conservar a experiência humana. O livro também a conserva. Não se trata, somente, de preparar práticos ou profissionais, de ofícios ou artes. A aprendizagem direta os prepara, ou, em último caso, escolas muito mais singelas do que as universidades.

Trata-se de manter uma atmosfera de saber para se preparar o homem que o serve e o desenvolve. Trata-se de conservar o saber vivo e não morto, nos livros ou no empirismo das práticas não intelectualizadas. Trata-se de formular intelectualmente a experiência humana, sempre renovada, para que a mesma se torne consciente e progressiva (TEIXEIRA, 1998).

Nesse sentido, mesmo que a universidade, com o passar dos tempos, tenha sofrido modificações, defende que, para que o conhecimento seja colocado a favor da transformação da sociedade, a universidade deve manter como seus principais focos o ensino de qualidade e a formação de pessoas intelectualmente capazes de entender e modificar o mundo em que vivemos. No entanto, podemos compreender que não basta ter esses ideais nas diretrizes da educação, para torná-los realmente eficazes e produzindo mudanças reais é necessário que haja um esforço efetivo e coletivo no sentido de aplicá-los na prática acadêmica, no dia a dia das salas de aula e convívio acadêmico e ainda, para além dos muros da universidade, de modo a cumprir seu papel fundamental para a educação do seu povo.

Neste sentido, José Dias Sobrinho e Dilvo Ilvo Ristoff (2002) dão sua contribuição, lembrando-se da função da educação, e das distintas formas que ela pode vir a assumir:

Qual a função da educação? Preparar mão de obra, treinar profissionais, selecionar para postos de trabalho, servir o mercado, emancipar, formar cidadãos livres? [...] Uma função prioriza os processos e a formação humana. Outras valorizam principalmente as exigências pragmáticas da vida econômica, a formação profissional e os produtos. Uma concede primazia à emancipação, outras estão dotadas de uma racionalidade instrumental (SOBRINHO; RISTOFF, 2002).

É de suma importância, portanto, levantar questionamentos sobre as reformas da educação, pois delas surge a expansão do ensino superior federal. Como José Dias Sobrinho explica que os alcances das reformas podem ser muito variados:

Há reformas de maior ou menor alcance: umas pretendem apenas melhorar os aspectos de um quadro de problemas, outras ambicionam mudanças radicais. Por diferentes que sejam, têm suas motivações e ultrapassam as dimensões internas das instituições educativas e tocam na problemática do sistema educacional e da sociedade. Por isso, uma reforma educativa acaba mexendo com interesses e valores não só da comunidade educativa, mas da população mais ampla (SOBRINHO, 2005)

Notadamente há uma modificação das funções desempenhadas pela universidade no decorrer do tempo para se adaptar à realidade social, cultural, política e, principalmente, econômica. Muitas reformas aconteceram e deverão continuar acontecendo. Todavia, é necessário pensar qual é a real função que a universidade pode ter para um país como o Brasil, de dimensões continentais e ampla diversidade cultural e regional, e ainda, as práticas universitárias necessárias, dentro e fora dos muros das instituições de ensino e em constante dinâmica com a comunidade na qual está inserida, para que sejam efetivamente enfrentadas as indesejadas desigualdades sociais.

Portanto, não basta que as transformações sejam apenas escritas nos discursos oficiais com referências às necessidades e especificidades de uma nação heterogênea, como no documento “Reafirmando princípios e consolidando diretrizes da reforma da educação superior” (BRASIL, Ministério da Educação, 2004a), é também imprescindível o debate contínuo sobre esses aspectos para não colocar em prática reformas que só seriam viáveis nos estados mais ricos da população ou nos grandes centros urbanos, que apresentam determinadas características e que abrangem uma quantidade pequena da população brasileira.

1.1 O Ensino Superior no Brasil até o Governo Fernando Henrique

O avanço educacional universitário no Brasil é relativamente recente, desde a vinda da família real portuguesa, em 1808, já havia cursos de ensino superior, no entanto apenas em 1909 foi criada a primeira universidade brasileira em Manaus. Desde então o Brasil conseguiu avançar muito o seu sistema educacional, principalmente no que se refere ao Ensino Superior.

Após a II Guerra Mundial, a corrida armamentista e *a posteriori*, a Guerra Fria,

mudanças econômicas e políticas aconteceram em nível mundial, com forte impacto na vida das pessoas. No Brasil, em 1964 houve o golpe de Estado que resultou em uma ditadura civil empresarial militar repressiva, que negligenciava de forma efusiva os princípios dos direitos humanos. Muitas pessoas que discordavam das diretrizes adotadas pelo regime militar foram tidas como subversivas, e várias foram as formas de perseguição a essas pessoas, como torturas, mortes, e desaparecimentos, até hoje não esclarecidos.

Na década de 1960 ocorrem diversas discussões sobre o papel e função da universidade que culminaram na reforma universitária de 1968, que aboliu o antigo sistema de cátedra, ocorrendo também a abertura para a criação de programas de pós-graduação, pesquisa científica e para a contratação de professores em regime de dedicação exclusiva.

No entanto, a pesquisadora Otaíza Romanelli (1986) explana que:

As reformas de ensino implantadas durante a ditadura, através das Leis nº 5.540/68 (Lei da Reforma Universitária) e nº 5.692/71 (Lei da Reforma de Ensino de 1º e 2º Graus) e decretos complementares, apesar de terem incorporado alguns dos pontos defendidos pelos estudantes, por exemplo, o regime departamental e o fim das cátedras, se distanciavam bastante das reivindicações dos mesmos, no período pré-golpe. Dentro da visão funcionalista tomada pelos técnicos da ditadura para a resolução da questão educacional, passaram a ser adotados os princípios empresariais para o projeto de “modernização” do ensino. Tais princípios buscavam aplicar a lógica das empresas privadas, fundamentada nos preceitos de produtividade e racionalização dos recursos, às instituições de ensino. Estas **reformas foram impostas de forma autoritária, sem a participação dos demais setores da sociedade, e procuraram adequar o sistema educacional brasileiro ao projeto de desenvolvimento econômico da ditadura** (ROMANELLI, 1986) (grifo nosso).

A forma autoritária imposta foi adotada para colocar em prática essas reformas que ocorreram de uma maneira em que a lógica empresarial fosse o foco central, no intuito de se promover uma melhor “gestão”. A maximização de recursos e aumento de produtividade eram as metas. Mas, ao mesmo tempo em que viabilizaram e implementaram tais reformas, a participação democrática foi cortada para que esse projeto fosse colocado em prática sem resistências, sem discussões e pensamentos diferentes dos autoritariamente impostos.

Já no final da década 1980, após a queda do regime militar e a iminente derrocada da União Soviética, mudanças nos fatores econômicos mundiais afetaram também o Brasil, como por exemplo, a expansão do capitalismo, e com ele as medidas neoliberais, então preliminarmente adotados na Inglaterra e EUA.

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, a primeira eleição direta após os longos anos de ditadura civil empresarial militar ocorre em 1989, tendo como vencedor Fernando Collor de Melo primeiro presidente eleito do período que conhecemos como

redemocratização. Com sua chegada ao poder, inúmeras medidas foram tomadas no sentido de intensificar a abertura do mercado brasileiro para o capital externo, com o discurso de um desenvolvimento humano e social para a população brasileira. No entanto, muito pouco do discurso se materializou no que tange às melhores condições sociais e objetivas de vida da população brasileira majoritária.

O capital estrangeiro, atraído pelas novas medidas adotadas pelo então governo, obtém lucro no mercado brasileiro, seja na venda para o mercado interno ou na exportação dos bens fabricados no Brasil, e depois o envia para suas matrizes, a maioria nos grandes centros Europeus e dos Estados Unidos (EUA). O alto lucro obtido pelas grandes corporações é possível devido, principalmente, ao um menor custo de fabricação, em comparação aos países em que essas grandes corporações têm suas sedes e desenvolvem seus negócios, por meio de mão de obra barata, incentivos fiscais dados pelas diversas esferas do Estado e por falta de políticas de reinvestimento do lucro obtido no Brasil.

O Ministério da Fazenda no governo de Fernando Collor de Melo foi ocupado por Zélia Cardoso de Mello, que colocou em prática o chamado Plano de Reconstrução Nacional, ou Plano Collor. Via-se como necessário um plano que resolvesse a grave crise da hiperinflação, tendo em vista medidas econômicas mais arrojadas e relevantes. Os preços dos produtos foram congelados, assim como salário dos trabalhadores, já os depósitos bancários foram apreendidos por 18 meses. A inflação ficou estabilizada por um curto intervalo de tempo, no entanto, as consequências foram desastrosas.

Uma forte recessão e o agravamento da crise econômica fizeram com que o presidente Collor de Mello não fosse visto pela população com a mesma esperança de quando assumiu o governo. Devido a uma discussão com seu irmão, um esquema de corrupção veio à tona e uma Comissão Parlamentar de Inquérito foi instaurada para averiguar a denúncia. Através da investigação os parlamentares se convenceram do envolvimento com o empresário Paulo César Farias e indícios de corrupção.

Nessa época a população brasileira também pôde presenciar uma grande comoção que levou parte dos cidadãos às ruas clamando pela destituição do presidente e por direitos sociais, movimento que ficou conhecido como os “caras pintadas” pela forma como as pessoas se pintavam com as cores da bandeira do país para irem às ruas manifestar suas insatisfações com o governo.

Após uma votação, os parlamentares decidiram aprovar o *impeachment* do presidente Collor, que decidiu renunciar à Presidência da República no dia seguinte à votação. Nota-se que suspeitas de corrupção são fatos recorrentes até os dias de hoje, como o escândalo do

mensalão⁸, os desvios da Previdência e envolvimento de parlamentares com contraventores.

Após a renúncia de Fernando Collor de Melo o vice-presidente Itamar Franco assumiu a presidência, tendo como seu ministro da fazenda Fernando Henrique Cardoso (FHC), que em meio à turbulência econômica e política, criou o Plano Real, em 1994, com a missão de acabar com a inflação que assolava o Brasil. O plano Real tinha como algumas medidas: privatizações, restrições monetárias e equilíbrio fiscal, medidas essas advindas do neoliberalismo, movimento que surgiu na década de 1970 difundido no governo de Margareth Thatcher (Inglaterra) e Ronald Reagan (EUA), e que se alastrou nas décadas posteriores para outros países.

O neoliberalismo, em sua etimologia, quer dizer novo liberalismo. Esse novo liberalismo vem com um conjunto de ideias políticas e econômicas capitalistas, que em primeiro lugar, defende a mínima⁹ participação do Estado na economia e o livre comércio, com a justificativa de garantir o crescimento econômico e um possível desenvolvimento social.

Algumas medidas da política neoliberal são: a privatização de empresas estatais, a livre circulação de capitais, a mundialização do capital, a abertura da economia para a entrada de multinacionais, o veto ao protecionismo econômico, a redução da carga tributária de alguns segmentos da economia, entre outros. O neoliberalismo está intimamente ligado à ideologia liberal, que foi retomada, apresentando uma nova base a economia política. Sua concepção de democracia é um tanto quanto restrita, porque promovem decisões tomadas por poucos e com algum interesse partidário, ou, na maior parte das vezes, econômico.

As medidas econômicas colocadas em prática por FHC possibilitaram a estabilização

⁸ Mensalão é o nome dado pela mídia a um caso de denúncia de corrupção política mediante compra de votos de parlamentares no Congresso Nacional do Brasil, entre 2005 e 2006. O caso teve como protagonistas alguns integrantes do governo do presidente Lula e membros do Partido dos Trabalhadores, sendo objeto da ação penal de número 470, movida pelo Ministério Público no Supremo Tribunal Federal.

⁹ O discurso de estado mínimo é muito difundido, no entanto, segundo Pablo Gentili: “O questionamento neoliberal ao Estado que, para efeitos puramente descritivos, denominamos “intervencionista” (já que Estado sempre “intervém”), não deve levar à confusão de supor que estes setores negam a necessidade de um Estado que participe fortemente em um sentido social amplo. O que os neoliberais conservadores combatem é a forma histórica específica que assume a intervenção estatal no período fordista, propondo, junto com isto, um novo padrão de intervenção de caráter mais autoritário e antidemocrático. Claro que os discursos hegemônicos ocultam este processo, apelando para o eufemismo de um governo e um Estado mínimo. Entretanto, para destruir o modo de regulação política keynesiano e para desfazer-se do “bem-estar” que caracterizava aquele tipo de Estado, os neoliberais precisam recriar um tipo de intervenção estatal mais violenta tanto no plano material como no simbólico. Este exercício de força (que reconhece antecedentes no Estado de vigilância e seguridade também idiossincráticos do regime de acumulação fordista) assume uma nova fisionomia orientada a garantir uma — também nova — estabilidade política e ideológica. O Estado neoliberal pós-fordista é um Estado forte, assim como são fortes seus governos “mínimos”.[...] Nada mais falso, então, que o discurso anti-intervencionista que fascina neoconservadores e neoliberais de todas as partes do mundo. O Estado exerce a violência para garantir a violência do mercado.(GENTILI, 2007, p. 235-238)

da inflação e o ajuste da economia ao capital mundializado, e deram a ele popularidade junto a mídia. Em 1994 Fernando Henrique Cardoso foi candidato à presidência da República sendo eleito com vantagem em primeiro turno com 54,3% dos votos.

Então presidente, FHC, colocou em prática a segunda etapa do Plano Real, a Reforma do Estado, por meio de seu ministro do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), Luiz Carlos Bresser Pereira. Através da Reforma do Estado, os setores sociais que tiveram maior impacto foram a educação, a saúde e a segurança pública, sendo esses os setores que tiveram mais abertura para o setor privado, tendo um crescimento alto desde então, levando a máxima de “onde o Estado é falho, o setor privado se apropria”.

Nesta discussão, vale salientar o pensamento de João Ferreira de Oliveira (2000) quando ele explica a reforma promovida na década de 1990 na educação superior:

[...] caracterizou-se por uma reorganização das universidades que seguiu uma orientação política que se subordinava às regras do mercado mediante a competitividade por autofinanciamento, e por uma racionalidade técnica que levava a uma especialização das Instituições de Educação Superior (IES) em áreas de competência que visavam a potencializar os recursos para alcançar maior eficiência e competitividade. Essa nova lógica passou a exigir das Universidades Federais (UFs):

a) definir a natureza/identidade e missão básica que possui no cenário acadêmico; b) definir as reais vocações e potencialidades específicas; c) contribuir decisivamente para o desenvolvimento do Estado e da região em que se insere; d) expandir as vagas, sobretudo no período noturno, sem ampliar o quadro de docentes e técnico administrativos, objetivando aumentar a relação aluno/professor; e) otimizar a utilização das instalações físicas e dos equipamentos, bem como das habilidades docentes; f) diminuir as taxas de reprovação e evasão; g) reduzir os recursos destinados à residência estudantil, restaurantes, bolsas e subsídios; h) flexibilizar o ensino, os cursos, os currículos e os programas de estudo; i) melhorar a qualidade do ensino oferecido; j) adequar os cursos de formação e os serviços às demandas do mercado de trabalho; l) aperfeiçoar mecanismos de avaliação; m) qualificar a gestão, racionalizar o uso de recursos e estimular a produtividade; n) buscar alternativas de financiamento; o) flexibilizar a política de pessoal docente e técnico-administrativo; p) qualificar e titular docentes e servidores; q) integrar pós-graduação/graduação; r) consolidar a pesquisa e os programas de pós-graduação; s) ampliar a produção e capacidade científica instalada; t) desenvolver processos de inovação tecnológica de produção e difusão da ciência e da cultura; u) exercer ampla autonomia (OLIVEIRA, 2000)

Nesse panorama, originou-se um novo projeto pedagógico para a educação superior brasileira, consonante com as novas demandas do capital internacional e com as recomendações de organismos multilaterais, como Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Em dezembro de 1996, foi promulgada a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da

Educação Nacional (LDB).

A Lei 9394 de 1996, descreve:

Art. 16. O sistema federal de ensino compreende:

I - as instituições de ensino mantidas pela União;

II - as instituições de educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada;

III - os órgãos federais de educação.

[...]

Art. 55. Caberá à União assegurar, anualmente, em seu Orçamento Geral, recursos suficientes para manutenção e desenvolvimento das instituições de educação superior por ela mantidas. (BRASIL, Casa Civil, 1996)

Após a aprovação da LDB o governo federal passou a ter como principais responsabilidades fiscalizar e prover o ensino superior em nível nacional no âmbito público e fiscalizar as ações promovidas pelo ensino privado. No entanto durante o Governo de FHC, e principalmente após a aprovação da LDB, o que aconteceu foi uma diminuição da presença do Estado, principalmente com políticas voltadas à educação superior.

É de suma importância apresentar alguns dados que são primordiais para demonstrar o que ocorreu durante os governos FHC, Lula e Dilma até os dias de hoje, e quais medidas foram tomadas por cada um deles. Os dados em foco são os relativos à expansão do ensino superior e interiorização nas décadas de 1990 e 2000.

As fontes de dados utilizadas são os resumos técnicos dos Censos da Educação Superior, disponíveis no *site* do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), responsável por reunir e preparar os dados que compõem o censo e torná-lo público.

Para um melhor entendimento do panorama geral do ensino superior no Brasil, é importante que sejam discutidos os dados apresentados na Tabela 5:

Tabela 5: Distribuição Percentual do Número de Instituições de Educação Superior, por Categoria Administrativa - Brasil 1991-2002.

Ano	Total	Pública	%	Privada	%
1991	893	222	24,9	671	75,1
1992	893	227	25,4	666	74,6
1993	873	221	25,3	652	74,7
1994	851	218	25,6	633	74,4
1995	894	210	23,5	684	76,5
1996	922	211	22,9	711	77,1
1997	900	211	23,4	689	76,6
1998	973	209	21,5	764	78,5
1999	1.097	192	17,5	905	82,5
2000	1.180	176	14,9	1.004	85,1
2001	1.391	183	13,2	1.208	86,8
2002	1.637	195	11,9	1.442	88,1

Fonte: (INEP, 2003a)

Pode-se notar que do período de 1991 a 1996, ano da aprovação da LDB, a quantidade de instituições públicas diminuiu cerca de 5%. No mesmo período houve um aumento de 6% nas instituições privadas, o que demonstra, mesmo que sutilmente, os impactos das políticas de estado mínimo e a reforma do Estado. Vale salientar que os números começam a mostrar variações principalmente no governo FHC.

Sobre a privatização acelerada no período FHC, Luiz Antônio Cunha (2003) relata:

O número de instituições privadas aumentou consideravelmente, em especial na categoria universidades e na dos centros universitários, o que resultou na ampliação do alunado abrangido pelo setor. Tal crescimento se fez com a complacência governamental, diante da qualidade insuficiente do ensino ministrado nas instituições privadas e, até mesmo, com o benefício do credenciamento acadêmico e do crédito financeiro (CUNHA, 2003)

Após a aprovação da LDB, observando apenas o período de 1997 a 2002, nota-se um contínuo decréscimo de instituições públicas, tendo variação de quase 8%, em contraponto as instituições privadas cresceram significativos 109% no mesmo período.

Se observadas as variações em números totais as instituições públicas perderam mais da metade do espaço educacional de ensino superior, as instituições privadas por sua vez ocuparam essa lacuna, principalmente pela não ação de políticas educacionais voltadas ao setor público o que incentivou uma maior participação da educação privada.

Em resumo sobre Ensino Superior no Brasil no governo FHC, Luiz Antônio Cunha (2003) sintetiza:

Se, de um lado, as IES federais padeceram de recursos para continuarem a operar nos termos que antes faziam, e, de outro, as IES privadas recebiam benefícios, como o financiamento das mensalidades cobradas aos estudantes e linha de crédito exclusiva para investimento, a juros subsidiados, como deixar de pensar que o sucateamento do setor público do ensino superior correspondia a um intento deliberado? Sem outra referência empírica, esse foi o pensamento dominante naquelas instituições durante o octênio FHC (CUNHA, 2003)

1.2 Políticas de ensino superior implementadas no Governo Lula (2003-2010) e Governo Dilma (2011-2016)

Com o fim do governo de Fernando Henrique Cardoso o então presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, deu início a uma nova agenda de políticas educacionais. Em seu discurso de campanha Lula propunha uma agenda para a educação que se pressupunha ser mais coerente para um país como o Brasil, que tem como marca uma alta concentração de renda e desigualdade social. Analisemos a Tabela 6, com os dados comparativos:

Tabela 6: Evolução do Número de Instituições de Educação Superior por Categoria Administrativa – Brasil – 2001-2010

Ano	Total	Pública								Privada	%
		Total	%	Federal	%	Estadual	%	Municipal	%		
2001	1.391	183	13,2	67	4,8	63	4,5	53	3,8	1.208	86,8
2002	1.637	195	11,9	73	4,5	65	4,0	57	3,5	1.442	88,1
2003	1.859	207	11,1	83	4,5	65	3,5	59	3,2	1.652	88,9
2004	2.013	224	11,1	87	4,3	75	3,7	62	3,1	1.789	88,9
2005	2.165	231	10,7	97	4,5	75	3,5	59	2,7	1.934	89,3
2006	2.270	248	10,9	105	4,6	83	3,7	60	2,6	2.022	89,1
2007	2.281	249	10,9	106	4,6	82	3,6	61	2,7	2.032	89,1
2008	2.252	236	10,5	93	4,1	82	3,6	61	2,7	2.016	89,5
2009	2.314	245	10,6	94	4,1	84	3,6	67	2,9	2.069	89,4
2010	2.378	278	11,7	99	4,2	108	4,5	71	3,0	2.100	88,3

Fonte: (INEP, 2011a)

Realizando a mesma análise efetuada anteriormente em relação ao governo FHC para o governo Lula, no período de 2003 a 2010, houve um crescimento de aproximadamente 35% em instituições públicas, contra um crescimento de 27% das instituições privadas, e a variação em números totais foi positiva para instituições públicas com aumento pequeno de 0,6%. Para recuperar o espaço perdido para as instituições privadas o governo precisaria investir muito mais que os 4% do PIB até então destinados à educação, uma medida para melhorar essa desigualdade seria a aprovação da reivindicação de setores da sociedade para ampliar o investimento até 10% do PIB.

Outro dado relevante para a discussão é a quantidade de matrículas no período de 1995 a 2002, e 2003 a 2010 como podemos verificar nas Tabelas 7 e 8:

Tabela 7: Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais Governo FHC (1995 a 2002)

Unidade da Federação / Categoria Administrativa ¹	Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais									Variação %
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002		
	TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL		
Brasil	1.759.703	1.868.529	1.945.615	2.125.958	2.369.945	2.694.245	3.030.754	3.479.913	97,755701	
Pública	700.540	735.427	759.182	804.729	832.022	887.026	939.225	1.051.655	50,120621	
Federal	367.531	388.987	395.833	408.640	442.562	482.750	502.960	531.634	44,650111	
Privada	1.059.163	1.133.102	1.186.433	1.321.229	1.537.923	1.807.219	2.091.529	2.428.258	129,26197	

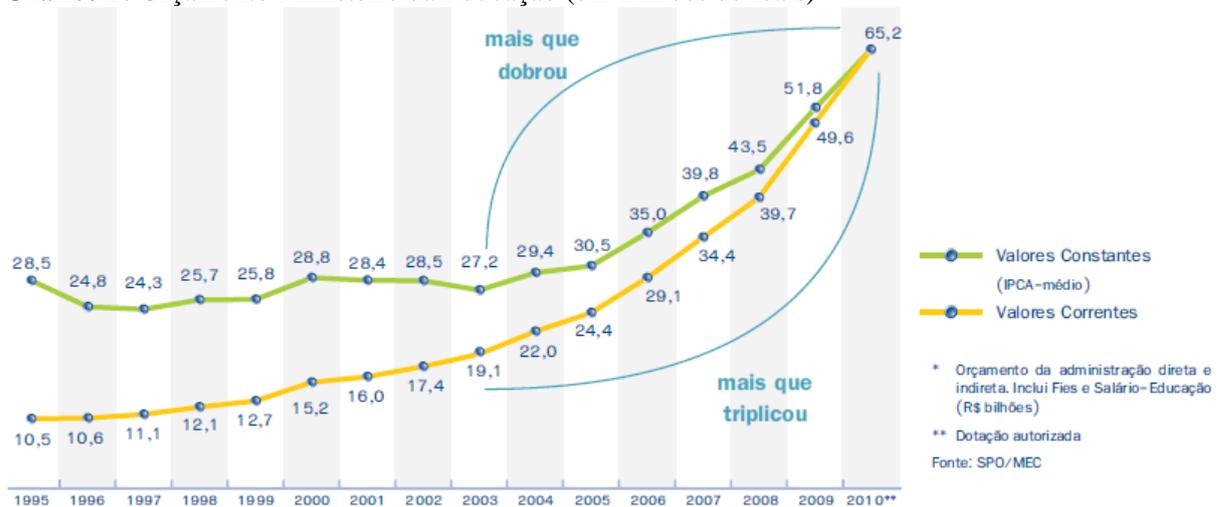
Fonte: (INEP, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003b) (Elaboração própria)

Tabela 8: Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais Governo Lula (2003 a 2010)

Unidade da Federação / Categoria Administrativa ¹	Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais								Variação %
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	
	TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL	
Brasil	3.887.022	4.163.733	4.453.156	4.676.646	4.880.381	5.080.056	5.115.896	5.449.120	40,187527
Pública	1.136.370	1.178.328	1.192.189	1.209.304	1.240.968	1.273.965	1.351.168	1.461.696	28,628528
Federal	567.101	574.584	579.587	589.821	615.542	643.101	752.847	833.934	47,052112
Privada	2.750.652	2.985.405	3.260.967	3.467.342	3.639.413	3.806.091	3.764.728	3.987.424	44,962867

Fonte: (INEP, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011b) (Elaboração própria)

Um dos fatores que contribuíram para que ocorresse a expansão demonstrada foi o aumento no orçamento¹⁰ do Ministério da Educação (MEC), que teve um incremento significativo de 1995 até 2010, como mostra o Gráfico 1:

Gráfico 1: Orçamento Ministério da Educação (em Bilhões de reais)

Fonte: (INEP, 2011a)

O governo Lula foi marcado por várias discussões sobre políticas públicas voltadas para que expansão da educação superior pública ocorresse e no ano de 2003 surgiu uma proposta de expansão, chamada de Programa Expandir (também conhecido como Programa de Expansão Fase I), com um orçamento de R\$ 1,6 bilhões de reais sendo distribuído no período de 2004 a 2008. O plano consistia em criar 14 novas universidades e 64 novos *campi*, objetivando não apenas a expansão da rede federal, mas também sua interiorização.

Em 24 de abril de 2007 foi lançado outro plano, também de expansão do ensino superior federal, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das

¹⁰ Um ponto importante do orçamento é que ocorreram mudanças entre 2010 e 2014 como relata Rodrigo Burgarelli: O próprio Fies, por exemplo, custou um pouco mais de R\$ 1 bilhão em 2010, o que corresponde a apenas 13,3% de tudo o que foi gasto no ensino superior público naquele ano, somando investimentos, despesas correntes e bolsas de estudo. Mas foi exatamente nessa época que tudo mudou. Dali em diante, as despesas totais do governo com o Fies passariam a crescer em ritmo alucinante. O auge foi em 2014, quando o total gasto com o programa chegou a R\$ 15,9 bilhões em valores atualizados” - mais de 12 vezes o custo anual registrado em 2010. O crescimento foi tamanho que, de uma hora para outra, grupos privados de ensino superior passaram a figurar no rol das empresas que mais embolsaram dinheiro da União. (BURGARELLI, 2017, p.37-38)

Universidades Federais (REUNI), através do DECRETO Nº 6.096:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais.

[...]

Art. 2º O Programa terá as seguintes diretrizes:

I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;

II - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;

III - revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;

IV - diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;

V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e

VI - articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica. (BRASIL, Casa Civil, 2007)

No lançamento do plano foi designado um orçamento de R\$ 415 milhões de reais, e até o final de 2012 seria investido um total de R\$ 3,5 bilhões de reais¹¹, visando à implantação das melhorias proclamadas no decreto de criação do plano e relatórios posteriores.

Ao apresentar os dados referentes as políticas de expansão do ensino superior público federal precisamos entender a lógica utilizada principalmente no REUNI, como podemos verificar no texto de Géssica Priscila Ramos et al (2019):

A adesão ao Reuni em sua proposta de financiamento estava vinculada à aceitação pela Universidade do seu duplo objetivo de reformular e expandir a IFE. Como vimos, reformulação consistia na adesão das Universidades aos princípios da Nova Gestão Pública -principalmente, o da elaboração de um plano estratégico e o da administração por indicadores -e ao modelo da Universidade Nova -em seu novo modelo formativo e acadêmico-didático-curricular na graduação e na pós-graduação -, o que seria possibilitado pelos termos do Contrato, em suas estratégias para monitoramento e avaliação dos termos descritos na Proposta apresentada pela Universidade. (RAMOS; ROTHEN; FERNANDES, 2019)

A política para o ensino superior do governo Lula apresentou-se, como Cristina Helena Almeida de Carvalho (2006) expõe:

[...] bastante contraditória, tanto no discurso como na *práxis*. No discurso presidencial, por um lado, afirma a educação superior como um bem público imbuído de função social, mas, ao mesmo tempo, justifica, constantemente, seu gasto por trazer um retorno econômico futuro à sociedade, nos moldes da

¹¹ Dados obtidos junto ao sítio do MEC. (Disponível em <
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=2030&Itemid=>, acesso em 06/05/2022)

lógica do investimento em capital humano, enfatizada nos documentos do BIRD. Na prática, por um lado, estreitou as relações público/privado e optou pela solvência das IES privadas através do PROUNI, bem como manteve e até mesmo aprofundou os parâmetros avaliativos e a função regulatória do Estado através do SINAES, mas, por outro, reverteu, em parte, o processo de sucateamento do segmento federal e de desvalorização do serviço público em geral, inclusive, com a reposição salarial e dos quadros funcionais. (CARVALHO, 2006)

Apesar do caráter gerencialista assumido na gestão dos programas pode-se perceber configurada uma “nova” perspectiva referente à expansão do ensino superior federal público, em repulsão ao governo FHC. Éder Dantas e Luiz de Sousa Júnior (2009) ponderam que:

[...] o primeiro governo Lula encetou uma lenta transição para um novo modelo, partindo da flexibilização do padrão adotado no governo anterior e incorporando grande parte de sua agenda, especialmente, a questão do gerencialismo. As mudanças ocorridas no governo a partir do final de 2005 promoveram uma alteração gradual na condução da política do governo, reorientando-o no sentido de uma maior intervenção do Estado, seja na economia, seja no âmbito das políticas sociais, repondo a agenda de intervenção do Estado e do planejamento como instrumento de indução do desenvolvimento. (DANTAS; SOUSA JÚNIOR, 2009)

Assim concordamos com Suely Ferreira (2012):

Portanto, a reforma da educação superior efetivada no governo Lula optou pela continuidade de várias diretrizes adotadas pelo governo FHC, ao priorizar como papel fundamental das universidades a perspectiva do seu retorno econômico para a sociedade brasileira; ao incentivar a diferenciação e a competição das universidades federais por recursos e na gestão estratégica; ao apoiar parcerias público-privadas, inovação tecnológica e venda de serviços; ao conferir centralidade aos sistemas de avaliação e regulação. Vale dizer que as proposições do Reuni em relação ao aumento de vagas no noturno, à redução da evasão, à ocupação de vagas ociosas, à reestruturação acadêmica foram medidas já preconizadas no governo de FHC (1995-2002) e recomendadas pelo Banco Mundial (1995) que passam pela ótica da racionalização da gestão e da otimização dos custos, que continuaram a ser mantidas no governo Lula. A perspectiva do enfoque na racionalização e na eficiência embasaram os indicadores de desempenho e de performance exigidos pelo Reuni para serem atingidos pelas universidades federais, apesar do significativo financiamento para a expansão da rede de educação superior federal do governo Lula em relação ao governo FHC.(FERREIRA, 2012)

Podemos perceber, então, que as mudanças ocorridas na gestão de Lula foram um tanto tímidas, se comparadas ao proposto em sua campanha, havendo continuidade em torno dos eixos da racionalidade, eficiência e desenvolvimento econômico, com foco nas parcerias público-privadas e no incentivo à diferenciação entre universidades.

Com alta popularidade em seu segundo mandato, advindas pela estabilidade econômica, reconhecimento internacional das políticas públicas de combate à fome, Lula lançou como candidata a presidente nas eleições de 2010, como sua sucessora, a Ministra-

Chefe da Casa Civil Dilma Rousseff, que tinha sido anteriormente sua Ministra de Minas e Energia.

A presidenta Dilma iniciou seu primeiro mandato dando continuidade nas políticas iniciadas no Governo Lula, ampliando a oferta de ensino superior público federal por intermédio da criação de novas universidades através do desmembramento dos *campi* criados pelas políticas do Programa Expandir e REUNI. Nesse sentido a Tabela 9, demonstra esse crescimento, passando de 103 para 107 o número de IFES e de forma geral as instituições públicas tiveram um crescimento de 4,23% frente a 1,44% das privadas:

Tabela 9: Evolução do Número de Instituições de Educação Superior por Categoria Administrativa – Brasil – 2011-2016

Ano	Total	Pública								Privada	%
		Total	%	Federal	%	Estadual	%	Municipal	%		
2011	2.365	284	12,0	103	4,3	110	4,7	71	3,0	2081	88,0
2012	2.416	304	12,6	103	4,3	116	4,8	85	3,5	2112	87,4
2013	2.391	301	12,6	106	4,4	119	5,0	76	3,2	2090	87,4
2014	2.368	298	12,6	107	4,5	118	5,0	73	3,1	2070	87,4
2015	2.364	295	12,5	107	4,5	120	5,1	68	2,9	2069	87,5
2016	2.407	296	12,3	107	4,4	123	5,1	66	2,7	2111	87,7

Fonte: (INEP, 2015a, 2017a, 2012a, 2013a, 2014b, 2016b) (Elaborado pelo Autor)

Tabela 10: Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais Governo Dilma (2011 a 2016)

Unidade da Federação / Categoria Administrativa	Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais						Variação %
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
	Total	Total	Total	Total	Total	Total	
Brasil	5.746.762	5.923.838	6.152.405	6.486.171	6.633.545	6.554.283	14,051756
Pública	1.595.391	1.715.752	1.777.974	1.821.629	1.823.752	1.867.477	17,054503
Federal	927.086	985.202	1.045.507	1.083.586	1.133.172	1.175.650	26,811321
Estadual	548.202	560.505	557.588	576.668	574.645	577.967	5,4295679
Municipal	120.103	170.045	174.879	161.375	115.935	113.860	-5,1980384
Privada	4.151.371	4.208.086	4.374.431	4.664.542	4.809.793	4.686.806	12,897787

Fonte: (INEP, 2017a, 2012b, 2013b, 2014c, 2015c, 2016c) (Elaboração própria)

Quando analisamos as matrículas em cursos presenciais de graduação no Governo Dilma na Tabela 10, podemos perceber o aumento de aproximadamente 27% nas IFES Federais e uma diminuição das matrículas em IFES Municipais. Quando comparados os percentuais de matrículas nas IFES Federais com as IES Privadas, percebe-se que o número de matrículas nas IES Privadas cresceu menos da metade que as IFES Federais. Ao mesmo tempo a quantidade de matrículas em cursos à distância em 2011 nas IES Privadas eram de 815.003 e em 2016 saltaram para 1.371.817, um crescimento de 68,03%, ou seja, as instituições privadas migraram suas matrículas para o ensino a distância, enquanto as instituições públicas focaram na oferta de cursos presenciais.

1.3 Interiorização das IFES – Governos Lula e Dilma (2003 a 2016)

O Programa Expandir, tinha como característica principal a expansão de forma interiorizada, e a sua proposta de criação de novas universidades e de *campi* vinculados a matrizes mantenedoras e administradoras. Foram criadas nesta expansão as seguintes IFES:

- Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre (FFFCMPA)
- Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)
- Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
- Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
- Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)
- Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)
- Universidade Federal do Tocantins (UFT)
- Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)
- Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)
- Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL)
- Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)
- Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)
- Universidade Federal do ABC (UFABC)
- Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF)*

*Sede e dois *campi*.

No caso dos *campi*, foram contempladas as seguintes IFES:

- Universidade Federal do Acre (UFAC) - *Campus* Cruzeiro do Sul
- Universidade Federal de Alagoas (UFAL) - *Campus* Arapiraca
- Universidade Federal do Amazonas (UFAM) – *Campus* Benjamim Constant, Centro/Antropologia, Coari, Humaitá, Itacoatiara e Parintins
- **Universidade Federal da Bahia (UFBA) – *Campus* Barreiras e Vitória da Conquista**
- Universidade Federal do Ceará (UFC) – *Campus* Cariri/Medicina, Quixadá e Sobral /Medicina
- Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) – *Campus* Cuité e Pombal
- Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) – *Campus* Alegre e São Mateus
- Universidade Federal Fluminense (UFF) – *Campus* Nova Friburgo, Rio das Ostras e Volta Redonda
- Universidade Federal de Goiás (UFG) – *Campus* Catalão e Jataí
- Universidade Federal do Maranhão (UFMA) – *Campus* Imperatriz
- Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) – *Campus* Chapadão do Sul e Nova Andradina
- Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) – *Campus* Médio Araguaia, Rondonópolis e Sinop
- Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) – *Campus* João Monlevade e Medicina
- Universidade Federal do Pará (UFPA) – *Campus* Bragança, Castanhal, Marabá e Santarém
- Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – *Campus* Litoral Norte
- Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) – *Campus* Agreste e Vitória do St. Antão
- Universidade Federal do Piauí (UFPI) – *Campus* Bom Jesus, Parnaíba e Picos

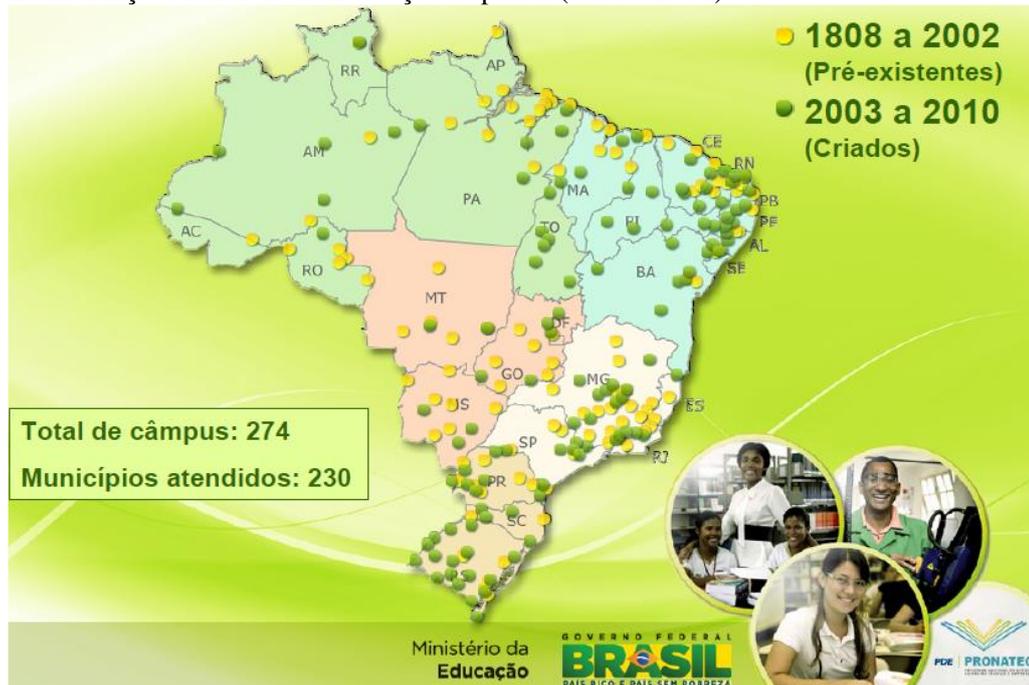
- Universidade Federal do Paraná (UFPR) – *Campus Litoral*
- Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) – *Campus Garanhuns e Serra Talhada*
- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) – *Campus Nova Iguaçu e Três Rios*
- Universidade Federal de Sergipe (UFS) – *Campus Itabaiana*
- Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) – *Campus Sorocaba*
- Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ) – *Campus Divinópolis, Paraopeba e Sete Lagoas*
- Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – *Campus Frederico, Palmeira*
- Universidade Federal de Uberlândia (UFU) – *Campus Pontal*
- Universidade Federal de Viçosa (UFV) – *Campus Rio Paranaíba*
- Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) – *Campus Teófilo Otoni*
- Universidade de Brasília (UNB) – *Campus Ceilândia, Gama e Planaltina*
- Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) – *Campus Baixada, Diadema, Guarulhos, Osasco e São José dos Campos*
- Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL) – *Campus Varginha*

A Universidade Federal da Bahia (UFBA) foi contemplada com o *Campus Barreiras* e *Campus Vitória da Conquista*, e foram instalados nas cidades de Barreiras-BA (865 Km de Salvador-BA) e na cidade de Vitória da Conquista (519 Km de Salvador-BA). Uma característica diferenciada neste plano foi que nesses *campi* foram criadas unidades acadêmicas fora da sede. No caso do *Campus Barreiras*, que é o embrião do *lôcus* dessa pesquisa, a unidade é chamada de Instituto de Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável, tendo então técnicos administrativos de setor meio e estrutura de uma unidade acadêmica, no entanto, por ser fora de sede, tudo era remetido à matriz em Salvador-BA.

Com adesão ao REUNI, houve uma outra característica que foi a expansão dentro da matriz e também nos *campi* criados no Programa Expandir, no caso da UFBA no *campus Barreiras* foram criados 8 novos cursos de graduação.

Na Figura 1 poderemos ter uma noção da expansão e da interiorização que ocorreu nas Instituições de Educação Superior Federal nos Governo Lula, saindo de 140 chegando a 274 novos *campi* de IFES:

Figura 1: Instituições Federais de Educação Superior (1808 a 2010)

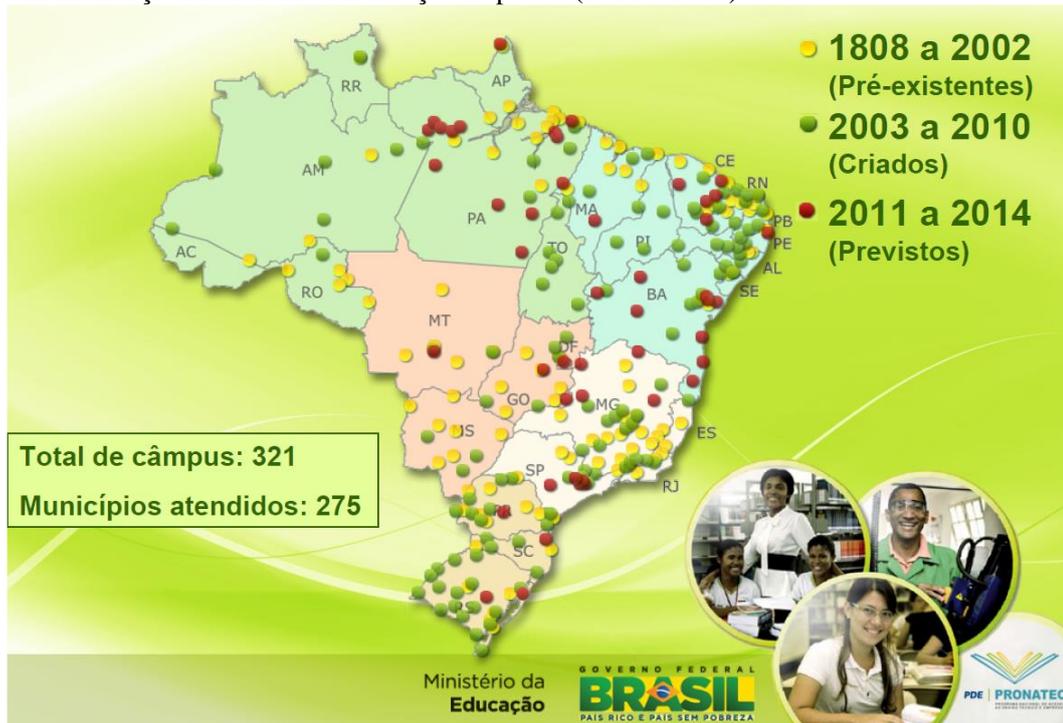


Fonte: (BRASIL, Ministério da Educação, 2012)

A Figura 1 mostra um aumento significativo de IFES por todo o Brasil após 2003, a quantidade deve estar sempre atrelada a uma qualidade, sendo assim, concordamos então com Luiz Antônio Cunha (2002), quando o mesmo adverte sobre a relação quantidade x qualidade:

Uma condição para que a qualidade possa ser recuperada é o abandono das comparações quantitativas com outros países, especialmente os hispano-americanos, que tem sido evocadas para justificar planos de educação e programas de governo. De que adianta dizer que 20% dos jovens de 18 a 24 anos da Bolívia estão no ensino superior? Quem deseja tomar esse país como parâmetro para o desenvolvimento brasileiro? Ou qualquer outro país da região? Tola emulação! Ao invés da expansão quantitativa, para cuidar, depois, da qualidade, o que precisamos é providenciar a multiplicação da qualidade, a custos cada vez mais baixos e para cada vez mais gente (CUNHA, 2002, pág. 236).

Figura 2: Instituições Federais de Educação Superior (2011 a 2014)



Fonte: (BRASIL, Ministério da Educação, 2012)

Na Figura 2 podemos observar que a expansão continuou no primeiro mandato do Governo Dilma, sendo abertos 47 novos *campi* interiorizando ainda mais o ensino superior público federal, por meio da criação de novas universidades, tendo como principal fator o desmembramento de *campus* criados pelas políticas como o Programa Expandir e REUNI.

Figura 3: As quatro novas universidades criadas em 2013.



Fonte: (BRASIL, Ministério da Educação, 2012)

A Figura 3 mostra as quatro novas universidades criadas em junho de 2013 no primeiro mandato do Governo Dilma, essas novas universidades foram criadas por meio de

desmembramento de *campi* existentes, como no caso da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) que se originou do *campus* Marabá da Universidade Federal do Pará, no caso da Universidade Federal do Cariri (UFCA) que se originou do *campus* Cariri da Universidade Federal do Ceará (UFC), a Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB) se originou do *Campus* Barreiras da Universidade Federal da Bahia (UFBA), o *locus* dessa pesquisa. A única universidade criada sem *campus* existente foi a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). As quatro novas universidades ficaram conhecidas no Ministério da Educação e na ANDIFES como “novíssimas”, para diferenciar as “novas” que foram criadas ainda no Programa Expandir.

Para dar continuidade nas políticas de expansão do ensino superior federal foi necessário a contratação de Docentes e Técnico-Administrativos em Educação, assim se olharmos apenas para o período 2011 a 2016 tivemos um aumento de pessoal em 19,82% no caso dos Docentes e 20,33% nos Técnicos Administrativos em Educação, como podemos verificar nas Tabelas 11 e 12, que mostram a série histórica de 2011 a 2016:

Tabela 11: Funções Docentes (Em Exercício e Afastados) (2011-2016)

Unidade da Federação / Categoria Administrativa			Funções Docentes (Em Exercício e Afastados)						Variação %
			Universidades						
			2011	2012	2013	2014	2015	2016	
			Total	Total	Total	Total	Total	Total	
Brasil			203.233	203.295	206.216	212.470	217.218	215.553	6,062007646
	Pública		129.716	135.795	139.738	143.464	144.370	145.610	12,25292177
		Federal	78.724	81.624	85.507	88.748	91.337	94.328	19,8211473
		Estadual	47.242	47.362	47.141	48.877	49.805	48.005	1,615088269
		Municipal	3.750	6.809	7.090	5.839	3.228	3.277	-12,61333333
	Privada		73.517	67.500	66.478	69.006	72.848	69.943	-4,861460615

Fonte: (INEP, 2012a, 2013a, 2014b, 2015b, 2016b, 2017b) (Elaboração própria)

Tabela 12: Funcionários Técnico-Administrativos (Em Exercício e Afastados) (2011-2016)

Unidade da Federação / Categoria Administrativa			Funcionários Técnico-Administrativos (Em Exercício e Afastados)						Variação %
			Universidades						
			2011	2012	2013	2014	2015	2016	
			Total	Total	Total	Total	Total	Total	
Brasil			223.691	223.420	231.468	244.616	250.465	252.440	12,85210402
	Pública		150.233	150.870	156.284	167.412	170.391	172.928	15,10653452
		Federal	91.925	92.987	92.464	102.626	105.839	110.619	20,3361436
		Estadual	55.603	53.066	59.007	60.826	62.127	60.006	7,918637484
		Municipal	2.705	4.817	4.813	3.960	2.425	2.303	-14,86136784
	Privada		73.458	72.550	75.184	77.204	80.074	79.512	8,241444091

Fonte: (INEP, 2012a, 2013a, 2014b, 2015b, 2016b, 2017b) (Elaboração própria)

Em relação à expansão e interiorização da rede federal de educação superior a mesma ocorreu de forma nunca antes vista, conforme os números, em 12 anos o Brasil mais que duplicou o número de instituições, saindo de 140 *campi* e 120 municípios atendidos para 321

campi e 275 municípios atendidos. Entretanto, o que não se pode deixar de alertar é quanto à qualidade da educação, visto que apenas expandir e levar instituições até os longínquos lugares do Brasil não é, por si, garantia de ótima educação e de mudanças estruturais na sociedade em que estão inseridas, ainda que sejam produtoras de conhecimento e cultura.

1.4 Carreira Docente no Magistério Superior Público Federal

É notório que na última década a universidade pública federal brasileira passou por muitas mudanças, primeiramente através de investimentos que vinham sendo realizados por algum tempo. No entanto, como é de se esperar no mundo capitalista, com mais verbas, também surgem cada vez mais as cobranças por resultado.

Uma das características das universidades federais é a autonomia, haja vista que para a criação de uma universidade federal é necessária uma lei que a constitui como uma autarquia, sendo, portanto, um ente da união e como tal tendo inerente essa característica. No entanto esse aspecto foi se modificando sob a máscara das avaliações externas e internas, que seguem uma lógica produtiva, e não a lógica da qualidade. Isso é entendido perfeitamente quando observamos os critérios da pós-graduação que seguem os ritos da CAPES e CNPQ, nos quais o melhor pesquisador é o que tem mais publicações em seu currículo. Assim como no caso da CAPES, o governo quer números, geralmente sob influência de diretrizes e órgãos aparentemente alheios aos interesses do governo, órgãos internacionais, como Banco Mundial e FMI, que por meio de acordos “ditam as regras” de como e quando devem ser feitos os investimentos em educação no país.

No caso das universidades, o que interessa hoje para o seu funcionamento está atrelado à quantidade de alunos: de ingressantes, de formados, de evadidos, de retidos nos cursos. Isso se deve porque cada aluno corresponde a “X” de verba para universidade, que assim como na lógica produtiva, precisa de cada vez mais “cabeças”, independente se essas “cabeças” terão boa formação ou não. No caso da universidade pública, ainda se tenta, em tese, ou, de certa forma, fornecer educação de qualidade. Porém, com o aumento de quantidade de alunos por professor, por meio de programas como o REUNI, essa perspectiva pode mudar em questão de anos.

O que temos hoje, segundo Marilena Chauí (2003), é denominado como universidade operacional, que ela descreve como sendo:

Regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível, a universidade operacional está estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional e, portanto, pela particularidade e instabilidade dos meios e dos objetivos. Definida e estruturada por normas e padrões inteiramente alheios ao conhecimento e à

formação intelectual, está pulverizada em micro organizações que ocupam seus docentes e curvam seus estudantes a exigências exteriores ao trabalho intelectual. A heteronomia da universidade autônoma é visível a olho nu: o aumento insano de horas/aula, a diminuição do tempo para mestrados e doutorados, a avaliação pela quantidade de publicações colóquios e congressos, a multiplicação de comissões e relatórios etc. Nela, a docência é entendida como transmissão rápida de conhecimentos, consignados em manuais de fácil leitura para os estudantes, de preferência ricos em ilustrações e com duplicata em CD-ROM. (CHAUI, 2003)

O que observamos na universidade de hoje, seria o mais profundo enraizamento da ideologia neoliberal. E exige-se cada vez mais dos trabalhadores, docentes e técnicos, seja aumento de atividades, seja trabalho intelectual; e não tão distante os discentes, por meio das cobranças por resultados, em provas como o ENADE e também pressão por publicações.

As mudanças que foram ocorrendo durante as últimas décadas, transformaram profundamente os pilares da universidade. Antes o conhecimento universitário era organizado e gerado pelos seus pares, sendo o mesmo sem hora e cobrança tão normatizados para que ocorresse; sendo assim, como a ciência é realizada durante a história, no entanto, com a ideologia neoliberal ingressando na universidade o que temos é o que podemos chamar de conhecimento forçado, porque ele precisa acontecer em tempo certo, sob avaliação externa e não necessariamente pelos seus pares. Isso quer dizer que muito do conhecimento hoje é produzido como em escala industrial, e isso pode ser observado quando um docente, com pouco tempo de carreira, tem mais artigos publicados do que seu orientador no mesmo período; isso porque hoje o que vale é a quantidade de conhecimento que pode ser produzido, independente da qualidade desse conhecimento.

Entendemos que isso foi possível porque as políticas de ensino superior públicas estão alinhadas ao que se denomina “Nova Gestão Pública”, conforme Gécica Priscila Ramos explica como sendo um:

[...] modelo gerencialista de gestão objetiva agregar princípios, valores e estratégias provenientes da administração privada (racionalização de tarefas; separação entre os níveis estratégico e operacional de decisão e ação; gestão por objetivos/resultados; remuneração por desempenho, etc.) à gestão pública. (RAMOS, 2016)

Assim quando olhamos para o trabalho docente, na maioria das vezes, o docente não tem mais tempo para preparar uma boa aula, porque essa atividade não gera a mesma pontuação na progressão de carreira e no seu currículo Lattes, que ele tenta inflar cada vez mais para conseguir uma bolsa produtividade para melhorar seu rendimento mensal, porque seu salário foi diluído durante os anos sem as devidas reposições inflacionárias.

Igualmente como os docentes parecem seguir uma lógica para conseguir aumentar seus rendimentos, a universidade também o faz, quando tem que aderir a projetos de

expansão, mesmo não tendo condições estruturais de pessoal para que essa expansão aconteça. Isso ocorre porque programas de expansão, como o Programa Expandir e REUNI, surgem como luzes no fim do túnel para conseguir aumentar o orçamento, mesmo que por um período pequeno, tendo nessa medida uma tentativa melhorar a qualidade das atividades desenvolvidas na universidade e em alguns casos, pelo menos manter o que já é realizado.

Para que possamos aprofundar a discussão sobre o trabalho docente é importante entender que ao longo do tempo foram ocorrendo reformas na carreira de forma que a mesma ficasse cada vez mais alinhada à ideologia neoliberal, bem como atendendo aos ideais de uma gestão gerencialista.

A primeira legislação em relação a carreira docente do magistério superior foi o DECRETO Nº 94.664, DE 23 DE JULHO DE 1987, que no seu Art. 3º instrui:

Art. 3º São consideradas atividades acadêmicas próprias do pessoal docente do ensino superior;

I - **as pertinentes à pesquisa, ensino e extensão** que, indissociáveis, visem à aprendizagem, à produção do conhecimento, à ampliação e transmissão do saber e da cultura;

II - **as inerentes ao exercício de direção, assessoramento, chefia, coordenação e assistência na própria instituição**, além de outras previstas na legislação vigente. (BRASIL, Casa Civil, 1987a) (grifo nosso)

No Decreto Nº 94.664 temos duas palavras que distinguem as atividades acadêmicas do pessoal docente do ensino superior: pertinentes e inerentes. Segundo o dicionário priberam¹²:

Pertinente – Adjetivo de dois gêneros

- 1- Pertencente
- 2- Próprio
- 3- Apropositado
- 4- Concernente

Inerente - Adjetivo de dois gêneros

- 1- Intimamente unido
- 2- Que é atributo ou propriedade de algo ou alguém. = Intrínseco
- 3- Que faz parte de (pessoa ou coisa). = Inseparável

Nesse sentido, as atividades de ensino, pesquisa e extensão são próprias das atividades acadêmicas do pessoal docente do ensino superior, enquanto que ao exercício de direção, assessoramento, chefia, coordenação e assistência na própria instituição é atributo de algo ou alguém, ou seja, o docente está diretor, está coordenador, mas não são pertencentes às suas atividades.

Quando temos uma nova legislação, a LEI Nº 12.772, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2012., temos uma reestruturação na carreira do magistério superior, que em seu Art. 20:

¹² Disponível em < <https://dicionario.priberam.org/> > Acesso em 27/03/2022.

Art. 20. O Professor das IFE, ocupante de cargo efetivo do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, será submetido a um dos seguintes regimes de trabalho:

I - 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, em tempo integral, com dedicação exclusiva às atividades de **ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional**.

II - tempo parcial de 20 (vinte) horas semanais de trabalho.

§ 1º Excepcionalmente, a IFE poderá, mediante aprovação de órgão colegiado superior competente, admitir a adoção do regime de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, em tempo integral, observando 2 (dois) turnos diários completos, sem dedicação exclusiva, para áreas com características específicas.

§ 2º O regime de 40 (quarenta) horas com dedicação exclusiva implica o impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada, com as exceções previstas nesta Lei.

§ 3º Os docentes em regime de 20 (vinte) horas poderão ser temporariamente vinculados ao regime de 40 (quarenta) horas sem dedicação exclusiva após a verificação de inexistência de acúmulo de cargos e da existência de recursos orçamentários e financeiros para as despesas decorrentes da alteração do regime, considerando-se o caráter especial da atribuição do regime de 40 (quarenta) horas sem dedicação exclusiva, conforme disposto no § 1º, nas seguintes hipóteses:

I - **ocupação de cargo de direção, função gratificada ou função de coordenação de cursos**; ou

II - participação em outras ações de interesse institucional definidas pelo conselho superior da IFE. (BRASIL, Casa Civil, 2012) (grifo nosso)

Portanto, com a reestruturação da carreira do magistério superior, fica determinado que os docentes de dedicação exclusiva têm como atividades: ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional. É importante frisar que a gestão acadêmica é um processo importante nas instituições de ensino superior, no entanto, na maioria das vezes os docentes que ocupam cargos de gestão não estão preparados ou não tem o suporte técnico necessário para desempenhar as atividades a serem desenvolvidas.

Assim, trataremos no próximo tópico sobre aspectos do trabalho docente, do professor gestor, bem como a atividade de gestão institucional pode gerar intensificação e extensificação no desenvolvimento de suas atividades.

1.5 Trabalho, Trabalho docente, professor gestor, intensificação e extensificação no ensino superior público federal

A organização do trabalho de uma forma geral vem sofrendo modificações no decorrer da história humana, partindo de Karl Marx, o mesmo compreendia o trabalho como:

[...] o processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza com uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeças e mãos -, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-se forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza

externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza (MARX, 2014)

Assim, quando o homem transforma a natureza, também é transformado pela mesma, ou seja, ele “*não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira*” (MARX, 2014)

Segundo Marx, o trabalho pode ser de duas espécies: Produtivo ou Improdutivo, e dá o seguinte exemplo:

Milton, por exemplo, que escreveu o Paraíso Perdido por 5 libras esterlinas, era um trabalhador improdutivo. Ao revés, o escritor que fornece à editora trabalho como produto industrial é um trabalhador produtivo. Milton produziu o Paraíso Perdido pelo mesmo motivo por que o bicho-da-seda produz seda. Era uma atividade própria de sua natureza. Depois vendeu o produto por 5 libras. Mas o proletário intelectual de Leipzig, que sob a direção da editora produz livros (por exemplo, compêndios de economia), é um trabalhador produtivo; pois, desde o começo, seu produto se subsume ao capital e só para crescer o valor deste vem à luz. Uma cantora que vende seu canto por conta própria é um trabalhador improdutivo. Mas, a mesma cantora, se um empresário a contrata para ganhar dinheiro com seu canto, é um trabalhador produtivo, pois produz capital. (MARX, 1987)

Nesse sentido, o trabalho docente em instituições públicas é considerado improdutivo, pois assim como a cantora que vende seu canto ou Milton que escreveu o Paraíso Perdido, o mesmo vende sua mão de obra de docente que é imaterial, o saber, o trabalho intelectual, para o estado, diferente de um trabalhador da indústria que seu trabalho produz por exemplo um celular, um objeto material e mais-valia ao capitalista industrial. Como podemos verificar na fala de Vitor Henrique Paro:

Já, no sistema público de ensino, não há a produção de mais-valia, porque aí o dinheiro que remunera a força de trabalho não é aplicado como capital. Não se espera que o trabalho produza uma mercadoria que será vendida para realizar a expansão do dinheiro aplicado. Não há a produção de valor econômico, nem há, portanto, a produção de valor acrescentado ou mais-valia. Não se realiza, então, trabalho produtivo, e o professor não é trabalhador produtivo. Não é o trabalho concreto que define a produtividade, mas as relações sociais de produção a que ele está subsumido. (PARO, 2020)

O trabalho tem também se transformado no decorrer da história, tendo como base os diversos tipos de organização do trabalho, como Dal Rosso que destaca o Taylorismo:

Os estudos científicos [de Taylor] reduzem a porosidade do trabalho, os tempos mortos durante a jornada, diminuem o poder de decisão do trabalhador sobre o trabalho, alteram profundamente o saber operário, apoderando-se das formas de conhecimento profissionais dos trabalhadores herdadas da tradição ou descobertas coletivamente durante a cooperação no trabalho. Em outras palavras, os empregadores buscam aproximar o tempo de trabalho real ao tempo de trabalho contratado. À medida que esse objetivo é atingido, aumenta o produto do trabalho, não como efeito da alteração da composição técnica do capital, mas como decorrência da organização racionalizada do trabalho (DAL ROSSO, 2008, p. 62)

Sendo assim, no início do século XX, pelas mudanças engendradas pelo capitalismo moderno, o capitalista consegue extrair cada vez mais valia do trabalho realizado pelo trabalhador.

Outro modelo de organização do trabalho que é desenvolvida ainda atualmente é o modelo Toyotista, que Ricardo Antunes explicita que:

[...] se fundamenta num padrão produtivo organizacional e tecnologicamente avançado, resultado da introdução de técnicas de gestão da força de trabalho próprias da fase informacional, bem como da introdução ampliada dos computadores no processo produtivo e de serviços. Desenvolve-se em uma estrutura produtiva mais flexível, recorrendo frequentemente à desconcentração produtiva, às empresas terceirizadas etc. Utiliza-se de novas técnicas de gestão da força de trabalho, do trabalho em equipe, das "células de produção", dos "times de trabalho", dos grupos "semiautônomos", além de requerer, ao menos no plano discursivo, o "envolvimento participativo" dos trabalhadores, em verdade uma participação manipulatória e que preserva, na essência, as condições do trabalho alienado e estranhado. O "trabalho polivalente", multifuncional, "qualificado", combinado com uma estrutura mais horizontalizada e integrada entre diversas empresas, inclusive nas empresas terceirizadas, tem como finalidade a redução do tempo de trabalho.

[...] Algumas das repercussões destas mutações no processo produtivo têm resultados imediatos no mundo do trabalho: desregulamentação enorme dos direitos do trabalho, que são eliminados cotidianamente em praticamente todas as partes do mundo onde há produção industrial e de serviços; aumento da fragmentação no interior da classe trabalhadora; precarização e terceirização da força humana que trabalha; destruição do sindicalismo de classe e sua conversão num sindicalismo dócil, de parceria, ou mesmo em um sindicalismo de empresa (ANTUNES, 2002)

O modelo toyotista de organização do trabalho se relaciona quase que em simbiose com o neoliberalismo, uma vez que a máxima do "mais com menos" é introduzida na organização do trabalho uma estrutura mais flexível, fragmentando e individualizando os trabalhadores, sendo agora "colaboradores", ao fragmentar retira do trabalhador um sentimento de classe, e com isso o sindicato perde o sentido.

Esse modelo também pode ser chamado de "Nova Organização Produtiva", que segundo José Júlio César Do Nascimento Araújo explica em sua tese:

[...] a marca da nova organização produtiva é o trabalho polivalente, multifuncional, qualificado, a exigência da poli-competência combinada com uma estrutura mais horizontalizada e integrada na empresa, com a finalidade de reduzir o tempo de trabalho sem reduzir o trabalho realizado.(ARAÚJO, 2018)

Assim quando olhamos para o trabalhador hoje, o mesmo não tem mais as mesmas características que há 50 anos atrás, a nova organização do trabalho requer cada vez mais do trabalhador, a produtividade é um pilar central.

Inevitavelmente essa nova organização do trabalho também traz consigo todas as mazelas que o mundo do trabalho vivencia hoje, como por exemplo a precarização do trabalho, que também segundo José Júlio César Do Nascimento Araújo relata:

A precarização do trabalho é o conjunto de profundas transformações societárias no mundo do trabalho provocados pelos ajustes neoliberais e a financeirização do Capital, que tem na flexibilização das condições de trabalho, de salário, emprego, das relações trabalhistas, no desmantelamento da representação classista sua condição de existência.

Assim, o conceito de trabalho precário e sua materialização estão ligados aos processos de desmantelamento de todos os tipos de trabalho no contexto da globalização e do neoliberalismo. Referem-se às pressões e ajustes nas últimas décadas que têm estado presentes nas instituições de educação pública.(ARAÚJO, 2018)

Assim, a precarização do trabalho chega na educação pública de duas formas, uma sendo a objetiva, como por exemplo no ensino básico por meio da contratação de docentes por contrato de trabalho em vez de concurso público, onde muitos casos o trabalhador é contratado em março e dispensado no final de novembro, para que o estado ou município não tenha o encargo de 3 meses de salário desse trabalhador. E na forma subjetiva, Danièle Linhart no Capítulo 4 do Livro Riqueza e Miséria do Trabalho Brasil III, organizado por Ricardo Antunes, explica:

Esse sentimento que chamo de "precariedade subjetiva" dos trabalhadores estáveis faz com que eles nunca se sintam verdadeiramente protegidos e seguros de poder conservar seu posto de trabalho. É verdade que essa noção de "precariedade subjetiva" para assalariados que possuem um emprego estável em tempo integral, pode parecer provocação. Acaso não são eles privilegiados em comparação com a massa crescente de assalariados que se encontram mergulhados na incerteza, que não podem se projetar no futuro, que vivem o dia a dia e se sentem em uma situação de dependência? Esses assalariados da estabilidade não deveriam, ao contrário, se sentir subjetivamente privilegiados, pessoas protegidas-dos golpes mais duros?

[...]

O que devemos entender, então, por "precariedade subjetiva"? É o sentimento de não estar "em casa" no trabalho, de não poder se fiar em suas rotinas profissionais, em suas redes.; nos saberes e habilidades acumulados graças à experiência ou transmitidos pelos mais antigos; é o sentimento de não dominar seu trabalho e precisar esforçar-se permanentemente para adaptar-se, cumprir os objetivos fixados, não arriscar-se física ou moralmente (no caso de interações com usuários ou clientes). É o sentimento de não ter a quem recorrer em caso de problemas graves no trabalho, nem aos superiores hierárquicos (cada vez mais raros e cada vez menos disponíveis) nem aos coletivos de trabalho, que se esgarçaram com a individualização sistemática da gestão dos assalariados e a concorrência entre eles. É o sentimento de isolamento e abandono. É também a perda da autoestima, que está ligada ao sentimento de não dominar totalmente o trabalho, de não estar à altura, de fazer um trabalho ruim, de não estar seguro de assumir seu posto. E isso porque a gestão moderna impõe que todos os assalariados administrem, em nome da autonomia e da responsabilização, as inúmeras disfunções de organização falha do trabalho (isto é, que não lhes

proporcionam os recursos necessários para fazer frente às exigências do trabalho), ao mesmo tempo que intensificam de forma espetacular os ritmos de trabalho. O resultado é, frequentemente, o medo, a ansiedade, a sensação de insegurança (comodamente chamada de estresse). (LINHART, 2014)

O trabalho docente nas IFES brasileiras tem se moldado de acordo com as políticas implementadas em cada governo. Mas como podemos perceber no subitem anterior, tem se direcionado como diz Sadi Dal Rosso para “a introdução de práticas polivalentes que representam o acúmulo de tarefas, seja sob o ponto de vista quantitativo, seja sob o ponto de vista qualitativo, e de práticas versáteis e flexíveis implicam maior adensamento do trabalho real” (DAL ROSSO, 2008), p. 155).

Nesse sentido, como podemos verificar na LEI Nº 12.772, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2012, cabe ao docente do magistério superior federal, quando dedicação exclusiva ou tempo integral (40 horas), as atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional.

Muitos pesquisadores tem estudado o trabalho docente sob a ótica da sua intensificação em diferentes instituições, como podemos verificar por meio de pesquisas, como as de Carla Vaz dos Santos Ribeiro (RIBEIRO; MANCENO, 2013), Deise Manceno (MANCENO, 2018; MANCENO; SILVA JÚNIOR; LÉDA, 2016; RIBEIRO; MANCENO, 2013), Eduardo Pinto e Silva (SILVA; MANCENO, 2014; SILVA; PADIM, 2018a), Valdemar Sguissardi (SGUISSARDI, 2006, 2009) e João dos Reis Silva Junior (SILVA JUNIOR; SGUISSARDI, 2013; SILVA JÚNIOR; CZERNISZ, 2015; SILVA JÚNIOR; LUCENA, 2014; SILVA JÚNIOR; SCHUGURENSKI, 2016), entre outros. Tais pesquisas demonstram que, em instituições que já estão estabelecidas há mais tempo, a pós-graduação, entrelaçada ao produtivismo acadêmico, colocam a pesquisa em posição de maior destaque e fator fundamental da intensificação do trabalho. No entanto, as pesquisas sobre a intensificação e extensificação do trabalho docente advindo do trabalho na gestão institucional (professor gestor) ainda são pouco exploradas. Não obstante, se mostram necessárias quando verificamos esse tipo de intensificação e extensificação do trabalho nas instituições criadas mais recentemente, frutos da expansão das universidades nos últimos anos.

Assim caracterizamos o professor gestor como sendo o docente do magistério superior que ocupa cargos de gestão institucional com recebimento de pecúnia na forma de Função Gratificada (FG)¹³ ou Cargo de Direção (CD). Vale salientar que os demais docentes que

¹³ As Funções Gratificadas e os Cargos de Direção estão discriminados na LEI Nº 13.328, DE 29 DE JULHO DE 2016 em seu ANEXO XVIII, c e f; e são regulamentadas pela LEI DELEGADA Nº 13, DE 27 DE AGOSTO DE 1992. que Institui Gratificações de Atividade para os servidores civis do Poder Executivo, revê vantagens e dá outras providências.

ocupam colegiados, representações em conselhos, comissões e núcleos docentes estruturantes também estão realizando gestão institucional, no entanto, o que estamos caracterizando como professor gestor está no nível de responsabilidades que são inerentes quando do recebimento de FG ou CD, como um coordenador de curso ou Diretor de Centro.

Nesse sentido, quando citamos o fenômeno da intensificação do trabalho docente, estamos pensando como Sadi Dal Rosso, que explica:

Para apresentar o fenômeno a que damos o nome de intensidade do trabalho recorreremos a um exercício de abstração e formalização. Tomemos uma situação de trabalho hodierno qualquer, seja num hospital, numa escola ou num banco, seja numa indústria ou na construção civil, seja, enfim, numa fazenda ou numa granja de produção de aves. Suponhamos que as condições técnicas e externas sejam constantes. Assumamos ainda como constante o número de trabalhadores e que eles tenham qualificações e níveis educacionais assemelháveis. Assumamos, por fim, que o grupo de trabalhadores sob observação opere durante um espaço de tempo definido. Sob tais condições constantes, a obtenção de mais ou de melhores resultados pode ocorrer desde que o grupo de trabalhadores se aplique mais a fundo no trabalho. Dito de outra maneira, mais ou melhores resultados serão conseguidos à medida que esse grupo trabalhar mais intensamente no mesmo espaço de tempo considerado. Esse trabalhar mais densamente, ou simplesmente trabalhar mais, sem quaisquer adjetivos ou advérbios, supõe um esforço maior, um empenho mais firme, um engajamento superior, um gasto maior de energias pessoais para dar conta do *plus*, em termos de carga adicional ou de tarefa mais complexa. Resultarão desse envolvimento superior do grupo com o trabalho um desgaste também maior, uma fadiga mais acentuada e correspondentes efeitos pessoais nos campos fisiológico, mental, emocional e relacional.

Em suma, para a obtenção de mais ou melhores resultados, em qualquer situação de trabalho que seja, dentro das restrições estabelecidas, o grau de intensidade deverá ser superior em alguma medida. **Intensidade são aquelas condições de trabalho que determinam o grau de envolvimento do trabalhador, seu empenho, seu consumo de energia pessoal, seu esforço desenvolvido para dar conta das tarefas a mais.**

Esse exercício de formalização permite captar o fato a que daremos o nome daqui para frente de intensidade do trabalho e distingui-lo de outras noções como a de produtividade. **Chamamos de intensificação os processos de quaisquer naturezas que resultam em um maior dispêndio das capacidades físicas, cognitivas e emotivas do trabalhador com o objetivo de elevar quantitativamente ou melhorar qualitativamente os resultados.** Em síntese, mais trabalho. O seu inverso chamamos de redução da intensidade do trabalho ou menos trabalho. (DAL ROSSO, 2008) (grifo nosso)

Assim como a intensificação “*resultam em um maior dispêndio das capacidades físicas cognitivas e emotivas do trabalhador com o objetivo de elevar quantitativamente ou melhorar qualitativamente os resultados*”(DAL ROSSO, 2006), quando estamos falando de extensificação é quando além da intensificação que ocorre no trabalho, o tempo de 40 horas

semanais não são suficientes, ou os dois turnos completos (8 horas por dia), sendo necessário estender para o seu tempo de não trabalho para conseguir dar conta do trabalho a ser desenvolvido.

Nesse sentido, esse trabalho busca entender de que maneira o professor gestor pode estar com seu trabalho intensificado e extensificado, e de que maneira podemos verificar esse fenômeno.

2 EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO FEDERAL: IMPLANTAÇÃO DO *CAMPUS* BARREIRAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Neste capítulo traremos um pouco do contexto histórico de como ocorreu o advento e implantação de um novo *Campus* da Universidade Federal da Bahia na cidade de Barreiras-BA, a luta pelo desmembramento, até a criação de uma nova universidade, a Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB, lócus do estudo de caso dessa pesquisa.

2.1 A Universidade Federal da Bahia – Aspectos históricos e a expansão

A Universidade Federal da Bahia (UFBA), tem sua origem na primeira instituição de ensino superior do território brasileiro, a Escola de Cirurgia da Bahia criada por Dom João por meio da Decisão n. 2, de 18 de fevereiro de 1808, poucos dias após a sua chegada na Bahia.

Após a sua criação a Escola de Cirurgia da Bahia teve diversas denominações, por fim sendo denominada Faculdade de Medicina da Bahia em 1946.

Com o desenvolvimento da Bahia, outras Faculdades foram criadas para atender às necessidades de formação de profissionais nas mais diversas áreas, como a Faculdade Livre de Direito da Bahia em 15 de abril de 1891, a Escola Politécnica da Bahia em 14 de março de 1897, a Sociedade Civil Escola Comercial da Bahia em 12 de março de 1905, e a Faculdade de Filosofia em 13 de junho de 1941.

Por meio do Decreto-Lei 9.155 de 8 de abril de 1946, foi instituída a Universidade da Bahia, sendo incorporadas todas as faculdades que antes se encontravam isoladas:

Art. 2º A Universidade da Bahia compor-se-á inicialmente dos seguintes estabelecimentos de ensino superior, que funcionam na Capital do Estado:

Faculdade de Medicina da Bahia Escolas Anexas de Odontologia e de Farmácia,

Faculdade de Direito da Bahia,

Escola Politécnica da Bahia,

Faculdade de Filosofia da Bahia.

Faculdade de Ciências Econômicas.

Parágrafo único. Tornar-se-á efetiva a incorporação à Universidade da Faculdades e Escolas não mantidas pelo Governo Federal e mencionada neste artigo, após a devida aprovação pelas congregações respectivas. (BRASIL, Casa Civil, 1946)

No ano de 1950, a Universidade da Bahia passa a se chamar Universidade Federal da Bahia ao findar o processo de federalização iniciado pelo Decreto-Lei 9.155.

A Universidade Federal da Bahia entre 1950 e 2005 se consolida na capital da Bahia, com três *Campus*: Federação, Ondina, Canela e unidades dispersas (prédios com atividades

acadêmicas) e na cidade de Cruz das Almas com o *Campus Rural* de Cruz das Almas (curso de Agronomia), tendo ofertado em 2005 um total de: 61 cursos de Graduação, 26 cursos de Especialidades em Residência Médica, 55 cursos de Especialização, 41 cursos de Mestrado e 17 cursos de Doutorado.

O processo de federalização que culminou na implantação e consolidação da UFBA, também aconteceu em vários outros locais do Brasil, a exemplo da Universidade Federal de Uberlândia - UFU. Esse procedimento de agrupar faculdades isoladas, criar uma universidade e sua federalização foi um processo largamente utilizado após 1960 até a redemocratização em 1988.

Desde a redemocratização em 1988 até o ano de 2005 o ensino superior público pouco mudou, isso porque a maioria das universidades que foram criadas nesse período são resultado de alteração do nível de instituições de ensino superior já existentes, como nos casos das universidades:

- Universidade Federal de Roraima – UFRR - (1989), criada inicialmente pela Lei N° 7.364, de 12 de setembro de 1985 e instituída pelo Decreto N° 98.127, de 8 de setembro de 1989.
- Universidade Federal do Amapá – UNIFAP - (1990), criada inicialmente pela Lei N° 7.530, de 29 de agosto de 1986 e instituída pelo Decreto N° 98.997, de 2 de março de 1990.
- Universidade Federal de Lavras – UFLA - (1994), transformada a Escola Superior de Lavras em Universidade Federal de Lavras pela Lei 8.956 de 15 de dezembro de 1994.
- Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP - (1994), transformada a Escola Paulista de Medicina em Universidade Federal de São Paulo pela Lei 8.957 de 15 de dezembro de 1994.
- Universidade Federal do Tocantins – UFT - (2000), criada inicialmente pela Lei N° 10.032, de 23 de outubro de 2000 e instituída pelo Decreto N° 4.279, de 21 de junho de 2002, que em seu Art. 1° §2° declara “Além de sua sede referida no caput, a Fundação Universidade Federal do Tocantins poderá criar, bem como absorver os cursos já existentes nos Municípios de Gurupi, Porto Nacional, Araguaína, Tocantinópolis, Miracema do Tocantins, Paraíso do Tocantins e Arraias, todos no Estado do Tocantins.”, cursos esses da instituição de ensino superior, Fundação Universidade do Tocantins - UNITINS.
- Universidade Federal de *Campina Grande* – UFCG - (2002), criada pelo processo de desmembramento da Universidade Federal da Paraíba – UFPB pela Lei N° 10.419, de 9 de abril de 2002.
- Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF - (2002), criada inicialmente pela Lei N° 10.473, de 27 de junho de 2002 e instituída pelo Decreto N° 4.465, de 13 de novembro de 2002.
- Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA - (2002), transformada a Faculdade de Ciências Agrárias do Pará em Universidade Federal Rural da Amazônia pela Lei 10.611 de 23 de dezembro de 2002.

- Universidade Federal de Itajubá – UNIFEI - (2002), transformada a Escola Federal de Engenharia de Itajubá em Universidade Federal de Itajubá pela Lei 10.435 de 24 de abril de 2002.

Assim é importante salientar que entre 1988 e 2002 apenas uma nova universidade foi criada sem vínculos anteriores, a UNIVASF, que só iniciou suas atividades dois anos após a sua criação, em 2004, o que demonstra o pouco interesse dos governos de José Sarney, Fernando Collor de Melo, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso no que tange o ensino superior federal.

A crescente expansão de vagas no ensino superior federal teve início no final do primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, depois de décadas de estagnação. No ano de 2003, o governo federal lançou o Programa de Expansão Fase I (BRASIL, Ministério da Educação, 2003), que teve como meta promover a interiorização do ensino superior público, tendo sido, assim, o primeiro passo para a expansão e interiorização das Instituições de Ensino Superior Federal (IFES). Considera-se que este novo modelo de instituição de ensino necessita ser analisado, de modo a melhor elucidar sua racionalidade e contrapor os objetivos proclamados às práticas efetivamente realizadas.

Após o lançamento do Programa de Expansão Fase I (ou Programa Expandir), o então presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva, solicita um estudo ao Ministério da Educação, e o Ministro Tarso Genro institui um Grupo Executivo em fevereiro de 2004, e coordenado por Fernando Haddad, com a intenção de debater uma reforma do Ensino Superior. Assim foi elaborado o documento “Reafirmando princípios e consolidando diretrizes da reforma da educação superior” (BRASIL, Ministério da Educação, 2004a) que, entre outras ações, sugeria a criação de novas universidades e outros *Campi* fora de sede vinculados às instituições federais existentes. A ideia veiculada pelo grupo pode ser resumida em um documento em que o título tinha a seguinte frase de efeito: “Universidade - Expandir até ficar do tamanho do Brasil”¹⁴.

No documento Universidade – Expandir até ficar do tamanho do Brasil, temos uma visão de como estava sendo pensada o Programa Expandir, tendo em seu conteúdo a informação da quantidade e o que seria criado:

Dentro dessa proposta de expansão da educação superior pública, estão sendo criadas nove universidades federais – algumas totalmente novas, como a UFABC, outras por desmembramento de duas instituições e outras ainda por transformação de faculdades isoladas em universidades.

¹⁴ Documento disponível em <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/expansao/revistaexpansao.pdf>, Acesso em 24/03/2021

Além das novas universidades, o Ministério da Educação está criando ou consolidando 36 *Campi*, possibilitando o acesso à educação superior pública a um número muito maior de brasileiros e ampliando a influência benéfica da universidade em todos os estados. (BRASIL, Ministério da Educação, 2004b)

Em relação à Universidade Federal da Bahia o documento apresenta as seguintes referências:

As universidades federais da Grande Dourados e do Recôncavo Baiano nascem de desmembramentos. A primeira tem sua origem a partir do *Campus* de Dourados da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e, a segunda, a partir da Escola de Agronomia da **Universidade Federal da Bahia**.

[...]

A criação da UFRB atenderá à demanda de uma região que se configurou com economia e cultura próprias. A instituição está sendo criada a partir do desmembramento da Escola de Agronomia de Cruz das Almas da **Universidade Federal da Bahia**. A universidade oferecerá cursos de graduação na área de agronomia, zootecnia e engenharia florestal e contará também com programa de pós-graduação em desenvolvimento rural sustentável. O modelo desenhado para a nova universidade visa explorar o potencial socioambiental do Recôncavo. Sua implantação será feita de forma modular nos municípios de Cruz das Almas (sede), Amargosa, Cachoeira, Nazaré, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus e Valença.

[...]

Bahia – **Universidade Federal da Bahia** – *Campus* de Vitória da Conquista
O *Campus* Avançado Anísio Teixeira, extensão da **UFBA** que está sendo implantado em Vitória da Conquista, oferecerá cursos de graduação em farmácia, nutrição, enfermagem, saúde coletiva, odontologia e psicologia. (BRASIL, Ministério da Educação, 2004b) (grifo nosso)

Sendo assim, em um primeiro momento a Universidade Federal da Bahia, teria o desmembramento da Escola de Agronomia, para se transformar em Universidade Federal do Recôncavo Baiano e seria criado um *Campus* na cidade de Vitória da Conquista.

A implantação do *Campus* Anísio Teixeira no Município de Vitória da Conquista ocorreu após debate no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e promulgação da RESOLUÇÃO Nº 02/05 do Conselho Universitário em 18 de julho de 2005 que cria o Instituto Multidisciplinar em Saúde.

2.2 O Instituto de Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável (ICADS) – aspectos históricos

Na conjuntura em que se encontrava, porém, nos deparamos com uma questão importante entre a publicação do documento e a efetivação do Programa Expandir entre 2003 e 2006, que tem relação com a questão política da criação do *Campus* na cidade de Barreiras-

BA, uma vez que, no documento o *Campus* seria criado sendo vinculado a Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, como descrito no documento:

Bahia – **Universidade Federal do Vale do São Francisco** – *Campus* de Barreiras

Com uma população de 130.512 habitantes, Barreiras é a principal cidade do oeste baiano. Destaca-se em sua economia a produção de soja e a pecuária. A região de Barreiras agrega seis municípios, que se estendem por uma área de 53.286,90 km² e concentram uma população de 199.066 habitantes. A implantação de um *Campus* da UNIVASF em Barreiras permitirá atender a demanda reprimida da região. (BRASIL, Ministério da Educação, 2004b) (grifo nosso)

No ano de 2005, algumas informações oficiais e outras vinculadas pelos meios de comunicação na *Internet* davam indicativos que as informações do documento publicado em 2004 pelo Ministério da Educação se concretizariam, no entanto, cronologicamente temos dois documentos oficiais, um o Diário Oficial de Barreiras de 12 de julho de 2005 e o outro a ATA da Reunião do Conselho Universitário da Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF de 08 de agosto de 2005.

O Diário Oficial de Barreiras na página 8 tem duas manchetes: “*Campus da UFBA é uma realidade em Barreiras*” e “*Mais uma opção de ensino superior gratuito*”, informando sobre a implantação do *Campus* da Universidade Federal da Bahia no município de Barreiras:

A notícia da instalação em Barreiras de um *Campus* avançado da **Universidade Federal da Bahia - UFBA** tem despertado o interesse e a curiosidade por parte de toda a população. A conquista da implantação do *Campus* da UFBA no município é fruto do pleito que começou nos primeiros meses deste ano, formalizado pelo prefeito Saulo Pedrosa e pela vice-prefeita Nilza Lima junto ao Ministro da Educação, Tarso Genro. A confirmação da implantação veio a poucos dias e todos os detalhes do funcionamento do *Campus* serão discutidos no próximo dia 28, quando estará em Barreiras o reitor da UFBA, Naomar Monteiro de Almeida Filho. (BARREIRAS, 2005) (grifo nosso)

A reunião ordinária do Conselho Universitário da Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco, realizada em 8 de agosto de 2005, sob a Presidência do vice-reitor, professor Paulo César da Silva Lima, tinha em seu item “1-COMUNICAÇÃO”:

O Senhor Presidente, com a palavra, justificou a ausência do Magnífico Reitor, Professor José Weber Freire Macedo, em virtude do cumprimento de agenda na Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia e no Ministério da Educação, no período de oito a dez de agosto de dois mil e cinco e da representante dos técnicos administrativos, Senhora Maria Célia da Silva Lima. Em seguida, informou que a UNIVASF estava sendo indicada pelo MEC para assumir a implantação do **Polo Universitário de Barreiras**. Informou também que o vestibular da UNIVASF, previsto para acontecer ainda este ano, já estava sendo planejado. (UNIVASF, 2005) (grifo nosso)

Com a informação vinculada oficialmente pela UNIVASF, os meios de comunicação do município circularam a notícia, como no sítio da *Internet* “Jornal da Mídia”:

Figura 4: Jornal da Mídia - 09/08/2005

Educação

Univasf deve fazer vestibular em Barreiras ainda este ano

Terça-feira, 09/08/2005 - 17:42

Salvador - A Bahia vai ganhar mais um campus universitário federal, desta vez no município de Barreiras, a 855 quilômetros de Salvador, no oeste do estado. O anúncio oficial foi feito ao governador Paulo Souto hoje (9), pela manhã, no Palácio de Ondina, pelo reitor da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), José Weber Freire Macedo, acompanhado do secretário do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Jorge Khoury.

O primeiro vestibular para o novo campus pode ser realizado ainda este ano, nos dias 10 e 11 de dezembro. A decisão de instalar um campus da Univasf em Barreiras foi tomada recentemente pelo Ministério da Educação (MEC), que deverá decidir nos próximos dias que cursos deverão ser oferecidos. Esse será o segundo campus da Univasf na Bahia, depois de Juazeiro. Além disso, a instituição possui unidades em Petrolina-PE e São Raimundo Nonato-PI. Para José Weber Macedo, “a vocação econômica da região oeste deve ser levada em consideração na escolha dos cursos a serem implantados”.

Por isso, ele afirmou estar levando ao MEC a idéia de implantar cursos nas áreas de Engenharia de Alimentos e de Produção. “Mas isso vai depender ainda de uma avaliação que faremos na própria região, ouvindo a sociedade, para determinar as reais necessidades”, destacou ele, que estará em Barreiras na próxima semana.

O reitor informa que mais detalhes devem ser definidos a partir de amanhã nos encontros com técnicos do MEC em Brasília, mas adiantou que já estão garantidos orçamento próprio e vagas específicas para os cursos a serem oferecidos em Barreiras.

A Univasf concluiu este mês o primeiro ano das turmas aprovadas no primeiro vestibular da instituição e já se consolidou como uma universidade multirregional. “Nossa meta é atender à região semi-árida, por isso estamos presentes em quatro municípios do Nordeste”, reforçou o reitor. Atualmente, são oferecidos os cursos de Administração, Enfermagem, Medicina, Psicologia e Zootecnia em Petrolina; Engenharia Agrícola e Ambiental, Civil, Elétrica, Mecânica e de Produção, em Juazeiro; e de Arqueologia e Preservação Patrimonial, em São Raimundo Nonato

| Próxima Notícia >>

Fonte:(MÍDIA, 2005)

Algumas semanas depois na cidade de Barreiras-BA, surgiram alguns outdoors com informações discrepantes, sendo um atribuindo a vinda do *Campus* para cidade sendo vinculado a UNIVASF e outro informando que seria vinculado a UFBA. Ambos os outdoors têm referências a deputados estaduais da época, em referência a UNIVASF temos a deputada Antônia Pedrosa e em relação a UFBA temos o deputado Arthur Maia como podemos observar na imagem de um jornal local, “Semanário Novoeste”:

Figura 5: Semanário NOVOESTE - 11 a 20/09/2005

**SABOROSO...
PICANTE...
DELICIOSO...**
É o gosto do
autêntico churrasco

los pampas
Churrascaria
77)3613-0872-9971-2040
Avenida Lúli Eduardo Magalhães - Para do Mito
Barreiras - Bahia (sócia para Semestre)

Resposta a Saulo Pedrosa
Ofendido, Marcelo Werner solicitou um direito de resposta sobre as afirmações do prefeito na reportagem "Presídio sim, mas longe de mim".
..... Pág. 09

SEMANÁRIO
14 novoeste
Ano XV - nº 454 - REGIÃO OESTE - BA - BR - 11 a 20/09/2005 - R\$ 1,50 novoeste.com
COMUNICAR PARA INTEGRAR

casacampos
MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO
**HÁ 65 ANOS
PROJETANDO
O FUTURO**
(77)3612-9900

UNIVASF ou UFBA...

Os políticos já pegaram carona na ideia da instalação de uma universidade federal em Barreiras, prova disso são os outdoors espalhados em pontos estratégicos da cidade. Um, não mostra o rosto, mas agradece a confiança do povo de Barreiras, retribuindo com a vinda da UNIVASF; o outro, exibe um belo sorriso e a declaração de que está na luta pela instalação da UFBA.

**Na luta pela
UFBA
em Barreiras**

A deputada Antônia Pedrosa retribui com trabalho a confiança do povo de Barreiras

UNIVASF em Barreiras
Universidade Federal do Vale do São Francisco
Essa é pra valer!



Dep. Arthur Maia

...qual delas será implantada em Barreiras?

**Nada melhor do que
curtir uma grande festa
no coração do Brasil...**

Mais uma vez, São Desidério deu um show de alegria mostrando a sua grandeza no resgate de suas festas tradicionais. Não só pela Festa da Paz ou pelo espaço do Coliseu, que é um dos maiores e melhores da Bahia e recebeu este ano atrações de nível nacional, mas também pela integração do seu povo com seus valores culturais.
.....Págs. 06 e 07

Dia 28 de julho, a cidade recebeu a visita do reitor da Universidade Federal da Bahia - UFBA, Naomar Monteiro, o qual, acompanhado de lideranças políticas e educacionais do município, percorreu alguns dos possíveis prédios para a instalação do campus da Universidade, participando ainda de uma audiência pública no Centro Cultural.

Com a vinda da UFBA para Barreiras, a esperança daqueles que não podem pagar uma faculdade particular cresceu. No entanto, antes mesmo dos ânimos se acalmarem, a população logo foi surpreendida por outra novidade: a suposta instalação de um campus da Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF.

Os políticos já pegaram carona na ideia da instalação de uma universidade federal em Barreiras, prova disso são os outdoors espalhados por pontos estratégicos da cidade. Um, não mostra o rosto, mas agradece a confiança do povo de Barreiras, retribuindo com a vinda da UNIVASF, o outro, exibe um belo sorriso e a declaração de que está na luta pela instalação da UFBA.

A queda de braços entre essas duas universidades parece não ter fim, não que isso seja ruim para Barreiras, já que a cidade vive a prestigiosa situação de ser disputada por duas universidades federais. Mas o fato é que a população está confusa e querendo saber: Na realidade, que campus se instalará em Barreiras? O da UFBA ou da UNIVASF?

Se essas perguntas terão respostas imediatas ainda é desconhecido, porém, a cidade foi novamente visitada por um representante da UFBA. O vice-reitor da Instituição de Ensino, Francisco Mesquita, esteve em Barreiras no dia 21 de setembro. Será que ele vem trazendo a resposta para este dilema ou vem agregar mais dúvidas à mente da população?

Veja matéria completa na próxima edição.

CURSO INTENSIVO E REGULAR
NOVAS TURMAS
MATRICULAS ABERTAS!
(77) 3611-3884 - 3612-0143
Rua José Rocha, 54 - Centro - Barreiras - BA
(Instituto de Economia Design) - E-mail: ccas-cba@uol.com.br

Fonte:(NOVOESTE, 2005)

Em 10 de novembro de 2005 a Universidade Federal da Bahia iniciou o processo 23066.037549/2005-14 em seu Sistema de Acompanhamento de Documentos - SIAD com o assunto: "Proposta Implantação do Instituto de Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável em Barreiras", e teve como relator o Prof. Dr. Dirceu Martins do Instituto de Química. O processo foi apreciado e aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão em 21 de novembro de 2005. Após a aprovação no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, no mesmo dia ocorreu a reunião do Conselho Universitário, que após os debates dos

conselheiros, emitiram a Resolução Nº 04/05 que “*Cria o Instituto de Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável, a partir da implantação do Campus Professor Edgard Santos, em Barreiras.*”. A partir dessa data e momento histórico, está oficialmente criado o *Campus* da UFBA em na cidade de Barreiras-BA.

Alguns anos mais tarde, em 26 de junho de 2013, o prefeito na época da implantação do *Campus* Professor Edgard Santos da UFBA em Barreiras, Dr. Saulo Pedrosa, concedeu entrevista ao sítio de *internet* “Novoeste”, e explicou com detalhes o que ocorreu nos bastidores, do porquê foi criado o *Campus* vinculado à UFBA e não à UNIVASF:

[...] Após o Ministro ouvir atentamente minhas ponderações, recebeu a documentação com a exposição de motivos e me disse, para todos ouvirem que eu não sairia dali de mãos limpas, que em 45 dias me daria uma resposta. E assim fez, com 42 dias foi publicado nos jornais que o Governo Federal havia criado 20 *Campi* avançados de universidades federais no Brasil e um deles seria implantado em Barreiras. Possivelmente, na época seria um apêndice da UNIVASF - Universidade Federal do Vale do São Francisco.

Com essa possibilidade, fiquei apavorado porque a UNIVASF era uma instituição recém-criada, além de que possuía infinidades de problemas e de interesses que iam de encontro com a nossa região, entre eles de que a maior parte dos recursos carimbados seria investida em Petrolina, estado de Pernambuco, onde ficava a sede da universidade e não em Barreiras. Assim, imediatamente liguei para a UFBA - Universidade Federal da Bahia e agendei uma audiência com Naomar de Almeida Filho, reitor na época. [...] Quando estive em Salvador pela segunda vez para falar com o reitor Naomar, para minha surpresa, ele estava já totalmente envolvido com o nosso propósito. Na ocasião, marcamos sua visita a Barreiras para uma audiência. A histórica audiência aconteceu na Casa da Cultura e foi motivo de muita emoção, a maioria das pessoas presentes se emocionou chorando. E todo esse sentimento se deu justamente porque Naomar, na presença de todos se comprometeu fazer o impossível para que o *Campus* avançado a ser implantado no município fosse da UFBA. Fato que em pouco tempo se tornou realidade por indicação do próprio reitor Naomar e assim, batizamos a unidade de *Campus* Edgard Santos em homenagem a um reitor da instituição.(CEDRO; SOUSA, 2013)

Dessa forma podemos perceber que a expansão do ensino superior federal tem diversos sujeitos que contribuíram para que fosse possível a implantação de um *Campus* em uma determinada cidade, vinculada a uma determinada universidade em detrimento de outra.

2.3 A Gestão do ICADS nos anos de implantação do *Campus* Barreiras

Com a criação do Instituto de Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável – ICADS na cidade de Barreiras-BA, era necessário então definir quais cursos seriam ofertados. Nesse sentido, em 09 de fevereiro de 2006 o Conselho Universitário da UFBA promulga a Resolução 02/2006 que “*Regulamenta a realização dos concursos para preenchimento das vagas docentes autorizadas pela Portaria 4.494/2005 do Ministério da Educação para o*

Instituto de Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável do Campus Reitor Edgard Santos, em Barreiras.”, que em seu Art. 1º e 2º resolvem:

Art. 1º Os concursos para preenchimento das vagas docentes autorizadas pela Portaria 4.494/2005 do Ministério da Educação para o Instituto de Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável do *Campus* Reitor Edgard Santos, em Barreiras, serão regidos, em todos os aspectos que não sejam modificados por esta Resolução, pelo que estabelecem os artigos 141 a 176 que constituem o Capítulo II do Regimento Geral da UFBA, com a redação que lhes deu as Resoluções 01/97 e 01/04 do Conselho Universitário.

Art. 2º Fica constituído um **Colegiado Provisório** para a realização dos concursos referidos no Art. 1º, composto por **dois representantes do Instituto de Geociências e um representante de cada uma das Unidades Instituto de Química, Instituto de Biologia, Escola Politécnica e Escola de Administração**, indicados pelas mesmas, a ser designado por portaria específica do Magnífico Reitor.

§ 1º O Colegiado Provisório terá as atribuições estabelecidas no Regimento Geral para as Congregações, no que se refere à realização dos concursos previstos nesta Resolução.

§ 2º O Colegiado Provisório terá um Coordenador escolhido entre seus membros no ato de instalação do mesmo.

§ 3º O Colegiado Provisório reunir-se-á e deliberará sempre por maioria absoluta de seus membros.(UFBA, 2006d) (grifo nosso)

Assim o colegiado provisório constituído pelos representantes dos institutos supracitados, indicaria quais áreas de concurso deveriam ser ofertadas em edital de contratação de docentes para atuarem em Barreiras-BA, no entanto, é importante ressaltar que até aquele momento não haviam sido criados os cursos.

Dessa maneira em 22 de fevereiro de 2006 foi lançado o Edital 04/2006 para a contratação dos primeiros docentes que atuariam no ICADS, sendo então as seguintes áreas/matérias e vagas:

Tabela 13: Edital 04/2006 - Concurso Docente ICADS

Matéria	Vagas
Abordagem sócio-política das Organizações	01
Administração com ênfase em Organizações	01
Administração Contábil e Financeira	02
Biologia molecular e celular	01
Cartografia e Sensoriamento Remoto	01
Economia	01
Estatística	01
Filosofia c/ ênfase em ética	01
Física Geral	04
Físico-Química / Química Geral	01
Genética e Evolução Humana	01
Geografia Física	01
Geografia Humana	02
Geologia Estrutural, Mapeamento Geológico / Geologia Geral	01

Geometria Descritiva e Desenho Técnico	01
Hidráulica e Fenômenos de Transporte	01
Hidrogeologia/ Geologia Geral	01
Matemática	06
Mineralogia, Petrologia / Geologia Geral	02
Organografia e Anatomia Vegetal	01
Psicologia Social	01
Química Orgânica / Química Geral	01
Química Analítica / Química Geral	01
Química Geral	02
Química Inorgânica / Química Geral	01
Resistência de Materiais e Mecânica Geral	01
Sistemática Vegetal	01
Zoologia de Invertebrados	01

Fonte: Edital 04/2006 (UFBA, 2006a)

Com o edital de contratações dos docentes aberto, foi realizado a primeira oferta de vagas via vestibular no ano de 2006, chamado de “Vestibular Especial”¹⁵, ele teve seu edital publicado em 25 de abril de 2006:

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, no uso das suas atribuições, tendo em vista a Lei nº 11151, de 29/07/05, o Decreto Presidencial nº 5642 de 27/12/05, as Resoluções nºs 02/05 e 04/05 do Conselho Universitário da UFBA e demais atos normativos pertinentes, bem como o que dispõem as Resoluções nºs 01/02 e 01/04 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) da UFBA, resolve abrir inscrições no Vestibular Especial 2006, primeiro Vestibular a ser realizado para ingresso, no segundo semestre de 2006, em vinte cursos de graduação, num total de oitocentas vagas, nas seguintes instituições:

- I) Universidade Federal da Bahia (UFBA) – *Campus* Anísio Teixeira (CAT), em Vitória da Conquista, e ***Campus* Edgar Santos (CES), em Barreiras;**
- II) Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), *Campi* de Cruz das Almas, de Santo Antônio de Jesus, de Cachoeira e de Amargosa. (UFBA, 2006b)

Na página do vestibular consta as seguintes informações sobre os cursos e vagas que seriam ofertados em Barreiras, “*UFBA - Barreiras: Administração; Ciências Biológicas; Engenharia Sanitária e Ambiental; Geologia; Geografia; Química. [...] Obs.: Todos os cursos dispõem de 40 vagas.*”¹⁶

Essa é a primeira vez que surge a relação de cursos a serem ofertados no novo *Campus*. Na página de resultados temos uma nova relação, agora com a divisão de áreas:

¹⁵ <http://www.vestibularespecial.ufba.br/> < Acesso em 25/04/2021 >

¹⁶ <http://www.vestibularespecial.ufba.br/quadrovagas.html> < Acesso em 25/04/2021 >

Tabela 14: Cursos *Campus* Barreiras

Consulte os selecionados por curso em ordem alfa.	
UFBA - BARREIRAS	
10780	ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL
11080	GEOLOGIA
11380	QUÍMICA (LIC. E BACH. E QUÍMICA INDUSTRIAL)
20280	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (LIC. E BACH.)
30180	ADMINISTRAÇÃO
31680	GEOGRAFIA (LIC. E BACH.)

Fonte: <http://www.vestibularespecial.ufba.br/resultado%20final.html> < Acesso em 25/04/2021 >

Nesse sentido, temos uma discrepância entre o que foi informado na relação de vagas e cursos, o resultado final do edital e depois o que se concretizou. Em um primeiro momento não se informou as ênfases (Licenciatura ou Bacharelado) dos cursos, no entanto na publicação do resultado temos as ênfases e um curso que não chegou a ser ofertado na época, que é do de Química Industrial.

Assim, os cursos e suas respectivas vagas, que iniciaram as atividades no *Campus* em Barreiras foram:

- Administração (Bacharelado) – 40 vagas
- Ciências Biológicas (Bacharelado e Licenciatura) – 40 vagas
- Geografia (Bacharelado e Licenciatura) – 40 vagas
- Geologia (Bacharelado) – 40 vagas
- Engenharia Sanitária e Ambiental (Bacharelado) – 40 vagas
- Química (Bacharelado e Licenciatura) – 40 vagas

As aulas deveriam iniciar a partir de agosto de 2006, porém devido a reforma do prédio do antigo colégio Padre Vieira, as aulas iniciaram em 23 de outubro de 2006.

Com o início das atividades foi nomeada como Diretora *Pro tempore* a Prof.^a Dr.^a Joana Angélica Guimarães da Luz e como Vice-Diretor Ronaldo Pesente. Em 06 de novembro de 2006 foi realizada a primeira reunião ordinária do Instituto de Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável – ICADS, em que instalou a Congregação do ICADS, órgão colegiado do instituto.

Em 25 de setembro de 2007, foi realizado uma reunião entre o MEC e o Vice Reitor da UFBA a época, Prof. Francisco José Gomes Mesquita, em que debatem a pactuação do Programa Expandir, a respeito de orçamento e vagas docentes e de técnicos administrativos em educação, conforme ANEXO I.

Conforme Lídia Maria Batista Brandão Toutain e Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva (2010), o corpo funcional e estrutura organizacional do ICADS entre a criação e o ano de 2009 são descritos da seguinte forma:

CORPO FUNCIONAL

Quanto ao corpo funcional, o instituto iniciou suas atividades com 40 professores, tendo como diretora Pro Tempore a Prof.^a Dr.^a Joana Angélica Guimarães da Luz. Para auxiliar nas atividades administrativas e acadêmicas,

foram feitos contratos de prestação de serviços para 3 (três) pessoas, até a realização do concurso público para técnico administrativo. Em março de 2007, com a realização do concurso, foram contratados 15 (quinze) técnicos administrativos. Em 2009 o instituto conta com um quadro funcional de 99 professores com dedicação exclusiva; 4 professores substitutos; 30 técnicos administrativos, sendo 12 de nível médio, 4 de nível técnico e 14 de nível superior; 18 funcionários terceirizados para os serviços gerais e 18 para os serviços de vigilância; 4 recepcionistas e 1 motorista.

[...]

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura administrativa do *Campus* é apresentada de forma diferente àquela corrente nas demais unidades da UFBA. A estrutura de departamentos não é seguida, de modo que o instituto se caracteriza por um único órgão de alocação de docentes e servidores técnicos administrativos.

Além da Direção e da Congregação, que se constituem segundo regras de funcionamento estabelecidas pela legislação federal e pelas normas da própria UFBA, cada curso tem um Colegiado, composto por cinco professores, dentre eles o coordenador que tem mandato bienal e é também membro da Congregação, todos ligados a uma Coordenação Acadêmica. Ligado ainda à Coordenação Acadêmica, há o Núcleo de Apoio Acadêmico. O ICAD conta ainda com uma Gerência Técnica e Administrativa composta pelos núcleos de Apoio Orçamentário e Financeiro e de Apoio Administrativo; recentemente, foram criados os núcleos de Apoio Estudantil e de Apoio à Extensão, sendo que o último é ligado diretamente à Direção.

CURSOS DE GRADUAÇÃO

As atividades no ICAD iniciaram em 23 de outubro de 2006, com 6 cursos de graduação: Administração, Ciências Biológicas, Engenharia Sanitária e Ambiental, Geografia, Geologia e Química, sendo oferecidas 40 vagas anuais cada. Em julho de 2007 a Congregação aprovou a criação do curso de graduação em Física e em janeiro de 2008 foram aprovadas as criações dos cursos de Engenharia Civil, Matemática, Física e o Bacharelado Interdisciplinar em Ciências e Tecnologia, sendo 40 vagas para os três primeiros e 80 vagas para o BI&CT. Em 2009 foram aprovados os cursos de História e o Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, com início de funcionamento previsto para o 1º semestre de 2010. Os cursos de História e o BI de Humanidades são os primeiros cursos oferecidos no turno noturno do instituto. Em 2008, o funcionamento do *Campus* foi dividido: o Pavilhão de Laboratórios passou a abrigar os cursos de Engenharia Civil, Engenharia Sanitária e Ambiental, Química, Física, Geologia, Ciências Biológicas e Geografia. No prédio central — aqui denominado Pe. Vieira — ficaram, além

do Administrativo do ICAD, os cursos de Administração, Matemática e o BI&CT, e, em 2010, os cursos de História e o Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades. (TOUTAIN; SILVA, 2010) (grifo nosso)

Nesse sentido, podemos verificar que inicialmente o ICADS tinha poucos docentes e técnicos administrativos, e após 2 anos já contava com uma quantidade de docentes

significativa, porém com número reduzido de técnicos administrativos em relação à média nacional.

Para termos uma perspectiva dos números, em consulta aos dados do último censo divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), obtemos as Tabelas 15 e 16 que demonstram o quantitativo de servidores docentes e técnicos administrativos em atividade nas universidades brasileiras:

Tabela 15: Número Total de Funções Docentes (Em Exercício e Afastados), por Grau de Formação – 2009

Sinopses Estatísticas da Educação Superior 2009								
Número Total de Docentes (Em Exercício e Afastados)								
Unidade da Federação/ Categoria Administrativa		Funções Docentes (Em Exercício e Afastados)						
		Universidades						
		Total	Sem Graduação	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado	
Brasil		191.981	62	20.528	35.730	61.845	73.816	
	Pública	115.960	39	14.397	13.494	30.416	57.614	
		Federal	69.778	18	10.789	4.336	16.974	37.661
		Estadual	42.418	21	3.380	7.968	11.798	19.251
		Municipal	3.764	0	228	1.190	1.644	702
	Privada		76.021	23	6.131	22.236	31.429	16.202
		Particular	42.380	14	3.573	15.233	16.674	6.886
		Comun/Confes	33.641	9	2.558	7.003	14.755	9.316

Fonte: (INEP, 2010)

Tabela 16: Número Total de Funcionários Técnico-Administrativos, por Grau de Formação - 2009

Sinopses Estatísticas da Educação Superior 2009								
Número Total de Técnico-Administrativos (Em Exercício e Afastados)								
Unidade da Federação/ Categoria Administrativa		Funcionários Técnico-Administrativos Em Exercício						
		Universidades						
		Total	Sem Graduação	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado	
Brasil		216.660	118.813	65.925	22.715	6.799	2.408	
	Pública	142.565	73.609	43.882	17.720	5.333	2.021	
		Federal	87.180	42.706	27.626	12.768	3.031	1.049
		Estadual	52.400	29.251	15.313	4.635	2.237	964
		Municipal	2.985	1.652	943	317	65	8
	Privada		74.095	45.204	22.043	4.995	1.466	387
		Particular	43.330	26.879	12.799	2.829	667	156
		Comun/Confes	30.765	18.325	9.244	2.166	799	231

Fonte: (INEP, 2010)

O que podemos observar pelos dados é que o quantitativo de docentes atuando em Universidades Federais em 2009 era de 69.778, enquanto o quantitativo de técnicos administrativos em 2009 era 87.180, o que dá uma relação técnico/professor de aproximadamente 1,25.

Notamos que a expansão universitária mostra os traços de políticas neoliberais, como a famosa frase de efeito “fazer mais com menos”, no ICADS a relação técnico/professor em

2009 era de aproximadamente 0,30, isso quer dizer que frente à média nacional o *Campus* de Barreiras da UFBA tinha 76% a menos de pessoal técnico-administrativo para auxiliar nas atividades.

Nesse sentido, com a diminuição da quantidade de técnicos administrativos, que desempenham as funções de suporte ao professor, atuando nos serviços burocráticos e técnicos, cabe ao professor realizar algumas dessas funções, além de também ocorrer a sobrecarga dos técnicos existentes.

Ainda analisando os dados de Lídia Maria Batista Brandão Toutain e Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva (2010) verificamos que no ICADS ocorre a criação de novos cursos de graduação a partir de 2007, isso porque em 24 de abril de 2007, conforme indicado anteriormente, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), através do DECRETO N° 6.096, que no item III do Artigo 2º indica: “III - revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, **buscando a constante elevação da qualidade;**” (BRASIL, Casa Civil, 2007) (grifo nosso)

Faz-se importante salientar que o *Campus* estava em implantação, com cursos com menos de 3 três anos de atividades acadêmicas, nesse sentido, ocorre uma expansão de cursos de graduação em um *Campus* interiorizado e sem a infraestrutura necessária para os cursos criados em 2006.

Esse aspecto foi levantado em um trabalho de Silva e Padim (2018) em que investigaram um *Campus* com as mesmas características do ICADS, o *Campus* do Pontal da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), *Campus* criado pelo Programa Expandir, interiorizado e com problemas na sua implantação, em que concluem:

Assim, consideramos, com base na análise dos dados que, na implantação e desenvolvimento na unidade acadêmica investigada, houve **planejamento insuficiente e desordenado** e que, na maior parte das vezes, se concretizaram de forma ainda mais problemática em virtude das relações de poder e do caráter democrático restrito dos processos decisórios. (SILVA; PADIM, 2018b) (grifo nosso)

Assim como no caso do *Campus* Pontal, no *Campus* em Barreiras da UFBA tiveram alguns problemas nos seus primeiros anos, principalmente pela falta de infraestrutura, corpo técnico, docentes e material básico de trabalho.

No texto de Cleildes Marques de Santana “Reforma e interiorização do ensino superior no Brasil: ICADS – Bahia: Arquitetura e identidade organizacional em des(re)construção” (SANTANA, 2010), podemos verificar as dificuldades encontradas pelos docentes que iniciaram as atividades em 2006, como ela chama de “A turma do sofá furado” em referência

aos “32 docentes de diferentes áreas (Administração, Física, Geologia, Engenharia Sanitária Ambiental, Química, Geografia, Estatística, Filosofia e Psicologia)”, até o momento em que essas dificuldades na implementação dos cursos no *Campus* de Barreiras ocorreu o primeiro momento de luta por parte do movimento estudantil em 2009:

Na “onda” destas carências ocorreu o incidente no curso de Geologia, que culminou na ocupação pelos estudantes, por vários dias, das instalações da universidade. O “incidente” solicitou a constituição de uma comissão de docentes para dialogar com estudantes, que inclusive foi amplamente divulgada na internet, através de imagens postadas no site Youtube.

Conforme mensagem oficial da direção o elemento crucial estava subsidiada nos seguintes elementos: “[...] *A falta de professores para Geologia é algo que não atinge apenas o curso de Barreiras, mas todos os cursos do Brasil. Isso ocorre em função do mercado de trabalho que está bastante aquecido para a área e a falta de profissionais*” (SANTANA, 2010)

Após esse primeiro movimento, no início do ano letivo de 2010, ocorre um novo movimento de luta:

O início do ano letivo de 2010 é marcado por uma paralisação, que transformou-se em greve de 03 meses. Sendo assim, no dia 01.03.2010, docentes e alunos ocupam a ponte da Prainha (Baylon Boaventura) para garantir acesso seguro aos prédios da UFBA/ Campus Prainha. Logo depois realizam atos públicos nas ruas da cidade e após a prisão de um professor do instituto decidem paralisar as atividades.

Fazendo jus ao grave quadro da situação o CREA – Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura envia Relatório de vistoria técnica com laudo sinalizando “risco iminente de desabamento da ponte Baylon Boaventura e recomendando a interdição imediata”(SANTANA, 2010)

A ponte que foi o estopim para a paralisação e posterior greve, podemos verificar na Figura 6, abaixo:

Figura 6: Ponte que dá acesso ao Campus Edgard Santos



Fonte: Sítio Jornal o Expresso <<https://jornaloexpresso.wordpress.com/2012/08/30/ponte-da-prainha-e-brincadeira-com-a-tragedia/>> Acesso em 30/04/2022

Após o movimento realizado pelos estudantes e servidores técnico administrativos e docentes, uma nova ponte e a pavimentação foram entregues em 2013.

Vemos então que já, em 2010, contando com 17 cursos de graduação, portanto em menos de 4 anos de iniciadas as atividades do *Campus* em Barreiras com 9 cursos de graduação, a infraestrutura ainda era a mesma de 2006, tendo modificado seu quadro docente, porém, com os mesmos problemas apontados anteriormente sobre a falta de técnico-administrativos para as atividades do *Campus*.

Após o ano de 2010, o *Campus* criou o seu primeiro programa de pós-graduação, o Programa de Mestrado em Ciências Ambientais que teve o início das suas atividades em setembro de 2011.

A gestão do *Campus* ficou sob direção *Pro tempore* de 2006 a 2011 tendo como diretora a Prof.^a Dr.^a Joana Angélica Guimarães da Luz. Em 10 de agosto de 2011 foi realizado o processo de consulta à comunidade acadêmica, sendo então alçados a gestão do ICADS com 66% dos votos da comunidade para o quadriênio 2011-2015 na função de diretor o Prof. Dr. Jacques Antônio de Miranda como vice-diretor o Prof. Dr. Luís Gustavo Henriques do Amaral.

A nova direção do ICADS permaneceu frente à gestão institucional do Instituto até o desmembramento do *Campus* Reitor Edgard Santos da UFBA para Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB) em 05 de junho de 2006 pela Lei 12.825, quando o Prof. Dr. Luís Gustavo Henriques do Amaral toma posse como diretor, visto que o Prof. Dr. Jacques Antônio de Miranda foi nomeado vice-reitor da UFOB. Importante salientar que o Instituto permaneceu com as atividades até a criação dos 3 Centros (unidades acadêmicas) do *Campus* Reitor Edgard Santos, sendo eles: Centro das Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS), Centro das Ciências Exatas e das Tecnologias (CCET) e Centro das Humanidades (CEHU).

2.1. Do ICADS à UFOB: a luta pelo desmembramento e a criação de nova Universidade

Com a expansão das universidades públicas federais por meio do Programa Expandir, 10 novas universidades foram criadas entre 2003 e 2007, bem como foram implantados 79 novos *Campi*. A primeira estratégia utilizada no Programa Expandir era a de diminuir as desigualdades regionais, interiorizando o ensino superior público federal, seja por meio da criação de novas universidades por meio do desmembramento de *Campus* que antes eram vinculados a universidades existentes ou pela criação em locais com análise prévia.

Nesse sentido, os novos *Campi* criados no Programa Expandir têm em seu “DNA” a ideia de que ao consolidarem sua implantação, eles poderiam se transformar em novas universidades e continuarem a expansão do ensino superior público federal por meio de novos *Campi*.

Dessa forma não foi diferente com a *Campus* Reitor Edgard Santos em Barreiras, após o início das atividades em outubro de 2006, em dezembro de 2006 foi constituída por meio da Portaria 925/06 da Reitoria da UFBA uma comissão especial:

Constituir Comissão especial, composta pelos Professores Francisco José Gomes Mesquita e Dora Leal Rosa (representantes da Administração Central; Yeda de Andrade Ferreira e Joana Angélica Guimarães da Luz (representantes do Conselho Universitário); Ricardo Carneiro de Miranda Filho e João Lamarck Argolo (representantes do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão); pelos Senhores Luiz Fernando Bandeira e Renato Jorge Pinto (representantes dos servidores técnico administrativos); e por dois representantes estudantis, para, sob a presidência do primeiro, **proceder aos estudos e elaborar o projeto de desmembramento do "Campus Edgard Santos" para a criação da Universidade Federal do Oeste da Bahia.** (UFBA, 2006c) (grifo nosso)

Assim, em menos de 3 meses que as atividades acadêmicas iniciaram no novo *Campus*, a UFBA já iniciou os estudos para o seu desmembramento.

A comissão iniciou os trabalhos e após quase 1 ano e 4 meses, apresentou a Reitoria da UFBA o documento “Projeto de Criação e Implantação da Universidade Federal do Oeste da Bahia”, que está disponível no Anexo II.

Após o recebimento do documento, o gabinete do Vice-Reitor Francisco José Gomes Mesquita cria o processo 23066.010449/08-10 no SIAD - Sistema de Acompanhamento de Documentos e encaminha o mesmo em 31 de março de 2008 para análise e procedimentos a direção do ICADS. A Diretora *Pro tempore* Joana Angélica Guimarães da Luz, encaminha o processo para análise e parecer do membro da congregação do ICADS, Prof. Francesco Lanciotti Júnior em 04 de maio de 2008.

Com a análise do processo realizada pelo Prof. Francesco Lanciotti Júnior, emitiu-se parecer favorável, no qual destaca como “papel inovador”, “desenvolvimento” e “inclusão”:

Nesse sentido entendemos que a criação da Universidade Federal do Oeste da Bahia, como instituição inserida numa região onde a importância econômico-social destaca-se em função do crescimento do agronegócio, que apesar de gerar riqueza, gera também alguns conflitos ambientais e sociais, venha a contribuir fortemente para o **desenvolvimento e resgate dessa região.**

O papel inovador e gerador de conhecimento que é esperado na dinâmica de uma universidade, deve ser observado no processo de formação de recursos humanos e na produção do conhecimento científico. **Além do ensino, o desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão é de fundamental importância quando se reflete acerca dos compromissos da**

universidade diante de questões como a diminuição das distâncias sociais, processos de inclusão e efetiva participação no desenvolvimento humano.

O documento apresenta de modo bastante apropriado que o Instituto de Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável possui um quadro de recursos humanos bastante qualificado, com cerca de 60% de seus professores com doutorado, a qualificação também dos servidores técnico administrativos e os seus recursos físicos, com uma **área total de cerca de 60 hectares**, distribuídos em três subáreas, a saber: **antigo Colégio Padre Vieira**, onde atualmente funciona toda a estrutura administrativa e de ensino, as áreas ribeirinhas adjacentes ao Colégio e o "*Campus Novo*", localizado na Prainha, onde já existem **três prédios, um concluído e dois em fase de construção**. (UFBA, 2008d) (grifo nosso)

O parecer emitido pelo membro da congregação do ICADS, foi debatido em reunião da congregação no dia 08 de abril de 2008, sendo emitido um parecer favorável ao processo 23066.010449/08-10 e sugere que ele seja encaminhado para o Conselho Universitário da UFBA.

Em 28 de maio de 2008 o Reitor Naomar Monteiro de Almeida Filho constitui por meio da Portaria nº 0197/08 uma comissão especial de relatoria:

...integrada pelos Conselheiros Luiz Rogério Bastos Leal, Ricardo Carneiro de Miranda Filho, Joana Angélica Guimarães da Luz, Luiz Fernando Bandeira e Robenilton dos Santos Luz, para, sob a presidência do primeiro, apresentar parecer e voto ao plenário do Conselho Universitário no que respeita ao projeto de desmembramento do "*Campus Edgard Santos*" para a criação da Universidade Federal do Oeste da Bahia. (UFBA, 2008c)

Com a criação da comissão especial de relatoria, o processo foi encaminhado no dia 28 de maio de 2008 para o Conselho de Curadores presidido pelo Prof. Jonhson Meira Santos, para análise e emissão de parecer, bem como para o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Em reunião do Conselho de Curadores ocorrida em 02 de junho de 2008, o presidente emitiu o seguinte parecer:

Finalmente, demonstrado o interesse público e da Universidade Federal da Bahia (UFBA) de contribuir para uma sociedade do conhecimento, somos de parecer que **inexistem obstáculos legais e de ordem econômico-financeira à doação dos bens móveis e imóveis pertencentes à UFBA**, atualmente utilizados por um dos seus órgãos - o Instituto de Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável (ICADS), para o "*Campus Edgard Santos*", com sede em Barreiras, Estado da Bahia. (UFBA, 2008b) (grifo nosso)

Em seguida, no dia 03 de junho de 2008, o Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão se reuniu e o conselheiro Roberto Paulo Correia de Araújo, finalizou seu voto da seguinte maneira:

Face a essas considerações e à análise acadêmica da proposta em tela, **este relator tem a honra de registrar o voto favorável à criação e**

implantação da Universidade Federal do Oeste da Bahia. Acolhido este voto pelo ilustre plenário deste Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, após o pronunciamento do egrégio Conselho Curador, solicita a Vossa Magnificência a gentileza de submeter à aprovação do douto Conselho Universitário, para que a Administração Central desta Instituição possa deflagrar junto às instâncias adequadas o processo de criação dessa nova Universidade. **Parafraseando o Prof. Dr. Celso Castro, ilustre Relator do processo administrativo que aprovou a criação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, concluiu que "de nossa parte, rogamos aos Deuses e aos Santos todos da Bahia que não tarde a sua concretização".** (UFBA, 2008e) (grifo nosso)

Com a apreciação e aprovação no Conselho de Curadores e no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, o processo foi encaminhado para o Conselho Universitário, que entrou na pauta da reunião extraordinária ocorrida em 04 de junho de 2008, e consta em sua ATA nos encaminhamentos pelo Reitor Naomar o seguinte teor:

O Magnífico Reitor complementou os registros anteriores com a informação acerca da formalização final do processo, através da anexação da Ata aprovada da reunião para posterior remessa ao MEC, **já tendo a SESU solicitado tal encaminhamento para direcionamento do assunto à Casa Civil da Presidência da República, desta forma constatando-se certa convergência de atuações voltadas à boa receptividade do projeto.**

O Senhor Presidente submeteu o parecer da Comissão à votação, sendo **aprovado por unanimidade, posteriormente transformada em aclamação plenária, dada a importância histórica do evento,** assim definindo-se a criação e implantação da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB).

(UFBA, 2008a) (grifo nosso)

Com a aprovação do processo no Conselho Universitário da UFBA, ele foi encaminhado em 17 de junho de 2008 via Ofício SOC n.54/08 direcionado ao Ministro da Educação (MEC) à época Fernando Haddad (PT).

Concomitante à Portaria da Reitoria da UFBA, outra Portaria foi emitida, no entanto pela Direção do ICADS em 16 de agosto de 2017, a Portaria 04/2007, que constituiu a Comissão Especial:

Constituir Comissão especial, composta pelos professores Paulo Roberto Baqueiro Brandão, Poty Rodrigues de Lucena e Daniel Mello para proceder aos estudos e elaborar o projeto de desmembramento do *Campus* Reitor Edgard Santos para a criação da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFBA, 2007)

A comissão especial do ICADS fez um trabalho paralelo à comissão da Reitoria da UFBA, e após o envio do Ofício ao MEC, a comissão do ICADS permaneceu fazendo estudos, reuniões e mobilizando politicamente a região em torno da ideia do desmembramento do *Campus* Reitor Edgard Santos e criação da Universidade Federal do Oeste da Bahia. Uma comprovação dos trabalhos da comissão do ICADS são os documentos em anexo (ANEXO III, IV, V e VI), que mostram a organização e mobilização das diversas esferas da sociedade.

Como no documento ANEXO III que a comissão solicita o uso de uma sala na câmara de vereadores na cidade de Barreiras, no ANEXO IV um texto que demonstra a necessidade e a articulação com os municípios de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, em que assinam o documento, além da diretora *Pro tempore* Joana Luz, o Prof. Poty Lucena, a Prefeita de Barreiras à época Jusmari Oliveira, a presidente da câmara de vereadores de Barreiras à época Kelly Magalhães e a vice-prefeita de Luís Eduardo Magalhães à época Katerine Rios.

No ANEXO V “Carta aberta ao senhor Governador do Estado da Bahia.” o texto informa sobre o potencial existente para a criação da nova universidade e solicita ao Governo do Estado da Bahia que una forças com o Governo Federal para que seja possível a criação da Universidade Federal do Oeste da Bahia. No ANEXO VI consta um esboço do “Relatório de atividades 2010 e Plano de Trabalho 2011” desenvolvido pela comissão do ICADS.

No ano de 2011, a Reitora da UFBA Dora Leal Rosa, emite a Portaria 555/2011, constituindo nova comissão especial, porém com o intuito de realizar estudos gerais para a implantação da Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOBA¹⁷:

...composta pelos Professores Luiz Rogério Bastos Leal, Dirceu Martins, Marcelo Embiruçu de Souza, Poty Rodrigues de Lucena, o Servidor Técnico Administrativo Valter Bastos Cunha Filho, e o Discente Marciel Henrique Rêgo Vianna, para, sob a Presidência do Primeiro, realizar os estudos gerais necessários à implantação da UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA – UFOBA (UFBA, 2011)

Com a realização dos estudos gerais desenvolvidos pela Comissão instituída pela Reitoria da UFBA, em 31 de agosto de 2011 foi apresentado pelo Poder Executivo a Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 2.204 de 2011, que “Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOBA, por desmembramento da Universidade Federal da Bahia – UFBA, e dá outras providências”.

Após a admissão pela Câmara dos Deputados do Projeto de Lei 2.204 de 2011 ele passou por várias comissões.

Com o avançar dos trabalhos o Projeto de Lei na Câmara dos Deputados, em 4 de junho de 2012 o Secretário de Educação Superior (SESu) do Ministério da Educação (MEC), emite a Portaria 107/2012 que:

.. considerando a tramitação do Projeto de Lei nº 2.206/2011 que criará a Universidade Federal do Oeste da Bahia, resolve:

Art. 1º Instituir a Comissão de Implantação da futura Universidade Federal do Oeste da Bahia, integrada por Luiz Rogério Bastos Leal (Universidade Federal da Bahia), Dirceu Martins, Marcelo Embiruçu de Souza (Universidade Federal da Bahia), Poty Rodrigues de Lucena

¹⁷ Em alguns documentos apresenta a sigla UFOB, em outras UFOBA, ao final a sigla ficou UFOB.

(Universidade Federal da Bahia), José Albertino Carvalho Lordelo (Universidade Federal da Bahia), Maria Roseli Brito Gomes de Sá (Universidade Federal da Bahia), José Vasconcelos Lima Oliveira (Universidade Federal da Bahia), Valter Bastos Cunha Filho (Universidade Federal da Bahia), Marciel Henrique Rêgo (Discente da Universidade Federal da Bahia, *Campus Barreiras*), Bárbara Cristina Monteiro de Matos (Ministério da Educação) e Antônio Simões Silva (Ministério da Educação), sob a presidência do primeiro.

Parágrafo Único. Os membros da Comissão exercem função de interesse público relevante, não remunerada, sem caracterizar vínculo com a Secretaria de Educação Superior e quando convocados farão jus a transporte e diárias.

Art. 2º Compete à Comissão de Implantação realizar estudos e atividades para o planejamento institucional, a organização da estrutura acadêmica e curricular, administração de pessoal, patrimônio, orçamento e finanças, visando atender os objetivos previstos no Projeto de Lei.

Art. 3º A Comissão de Implantação será instalada na Diretoria de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Ensino Superior da Secretaria de Educação Superior - SESu, que proporcionará dentro dos seus limites, o necessário apoio institucional.

Art. 4º As atividades da Comissão de Implantação encerrar-se-ão em 31 de julho de 2013 ou quando da designação de Reitor pro tempore.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (BRASIL, Ministério da Educação / Secretaria de Educação Superior, 2012) (grifo nosso)

Após a emissão da Portaria 107/2012 SESu/MEC, fica evidente que a criação da nova universidade a ocorrer estava mais próxima da realidade, porque em seu Art. 4º fica claro que a comissão teria praticamente 1 ano ou menos para desenvolver os trabalhos até a nomeação de Reitor *Pro tempore*.

A comissão instituída pela Portaria 107/2012 percorreu várias cidades da região oeste da Bahia, e ficou registrado no documentário “TV UFBA .DOC - Universidade Federal do Oeste da Bahia”¹⁸ produzido pela TV UFBA e demonstra os trabalhos da comissão, com a diversas audiências públicas realizadas nas cidades em que posteriormente foram instalados os *Campi* da Universidade Federal do Oeste da Bahia.

Nesse sentido, a criação da Universidade Federal do Oeste da Bahia, já foi pensada com a sua expansão, o que podemos chamar de “Expansão 2.0”, nos moldes do que foi pensado no Programa Expandir para dar continuidade à Expansão do Ensino Superior Federal, ou seja, seria a expansão da expansão.

Assim, com a finalização dos trabalhos da comissão, e a devida tramitação na Câmara dos Deputados, foi promulgada a Lei Nº 12.825, de 5 de junho de 2013:

¹⁸ Disponível no endereço <https://www.youtube.com/watch?v=oIykhIgwICO> <Acesso em 16/05/2021>

Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOB, por desmembramento da Universidade Federal da Bahia - UFBA, e dá outras providências.

[...]

Art. 3º A estrutura organizacional e a forma de funcionamento da UFOB, observado o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, serão definidas nos termos desta Lei, de sua estrutura regimental e das demais normas pertinentes.

Art. 4º O *Campus* de Barreiras da UFBA passa a integrar a UFOB.

§ 1º Ficam criados os *Campi* de Barra, de Bom Jesus da Lapa, de Luís Eduardo Magalhães e de Santa Maria da Vitória, em complemento ao *Campus* listado no caput.

§ 2º O disposto no caput inclui a transferência automática:

I - dos cursos de todos os níveis independentemente de qualquer formalidade;

II - dos alunos regularmente matriculados nos cursos ora transferidos, que passam a integrar o corpo discente da UFOB, independentemente de qualquer outra exigência; e

III - dos cargos ocupados e vagos do quadro de pessoal da UFBA, disponibilizados para funcionamento do referido *Campus* na data de publicação desta Lei. (BRASIL, Casa Civil, 2013) (grifo nosso)

Como podemos perceber no decorrer do capítulo, o desmembramento do *Campus* Reitor Edgard Santos em Barreiras, até a criação da Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB, que nasce em um processo de *multicampi*, com diversos desafios, só foi possível através de luta e empenho da Sociedade do Oeste da Bahia, políticos da região e principalmente dos docentes envolvidos nas inúmeras comissões para os estudos e implantação dessa nova universidade na região oeste da Bahia.

3 A UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA: O PROCESSO DE EXPANSÃO DA INSTITUIÇÃO E SEU PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO

Neste capítulo vamos debater alguns elementos do processo de expansão da “novíssima” Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB, a implantação de seus *Campi* nas cidades de Barreiras, Barra, Bom Jesus da Lapa, Luís Eduardo Magalhães e Santa Maria da Vitória, bem como ocorreu a sua gestão entre sua criação 05 de junho de 2013 a 24 de março de 2019, período escolhido como recorte da pesquisa.

3.1 A Universidade Federal do Oeste da Bahia – A expansão da expansão

Com a promulgação da Lei Nº 12.825, de 5 de junho de 2013 ocorre o desmembramento do *Campus* Reitor Edgard Santos da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e é criada a Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), com sede na cidade de Barreiras-BA e quatro novos *Campi*, nas cidades de Barra, Bom Jesus da Lapa, Luís Eduardo Magalhães e Santa Maria da Vitória.

Dessa maneira, foi nomeada por meio da PORTARIA Nº 575, DE 28 DE JUNHO DE 2013 a Profa. Dra. Iracema Santos Veloso, que ocupava a Pró Reitoria de Planejamento da UFBA como Reitora *Pro tempore*, e pela PORTARIA Nº 756, DE 14 DE AGOSTO DE 2013 foi nomeado o Prof. Dr. Jacques Antônio de Miranda como Vice-Reitor *Pro tempore*.

No início das atividades administrativas da nova universidade, a reitoria ficou instalada por um curto período no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) *Campus* Barreiras. Isso ocorreu devido a uma greve estudantil por melhores condições de laboratórios e a falta de docentes nas áreas de Engenharia, bem como a construção do restaurante universitário. Os *Campi* da Reitoria e Reitor Edgard Santos foram ocupados.

Figura 7: Ocupação dos estudantes em agosto de 2013 no *Campus* Reitor Edgard Santos



Fonte: Site A Tarde <<https://atarde.uol.com.br/bahia/noticias/1526486-estudantes-da-ufob-fecham-Campus-em-barreiras>> Acesso em 30/05/2021

Nesse sentido, é importante esse momento da história da UFOB, pois demonstra que apesar da criação da nova universidade, muitos eram os problemas que não foram resolvidos na implantação do *Campus* Reitor Edgard Santos e os cursos que eram ofertados em Barreiras.

A UFOB, em sua Lei de criação no Art. 4º determina:

Art. 4º O *Campus* de Barreiras da UFBA passa a integrar a UFOB.

§ 1º Ficam criados os *Campi* de Barra, de Bom Jesus da Lapa, de Luís Eduardo Magalhães e de Santa Maria da Vitória, em complemento ao *Campus* listado no caput.

§ 2º O disposto no caput inclui a transferência automática:

I - dos cursos de todos os níveis independentemente de qualquer formalidade;

II - dos alunos regularmente matriculados nos cursos ora transferidos, que passam a integrar o corpo discente da UFOB, independentemente de qualquer outra exigência; e

III - dos cargos ocupados e vagos do quadro de pessoal da UFBA, disponibilizados para funcionamento do referido *Campus* na data de publicação desta Lei. (BRASIL, Casa Civil, 2013)(grifo nosso)

A universidade recém-criada recebe então por meio da transferência da UFBA e inicia as suas atividades em 06 de junho de 2013 com 18 cursos de graduação no *Campus* Barreiras e 1 curso de Mestrado Acadêmico.

Dos alunos regularmente matriculados temos a seguinte distribuição quantitativa entre os cursos transferidos para a UFOB:

Tabela 17: Cursos de Graduação e quantitativo de discentes transferidos da UFBA para UFOB.

Curso	Discentes
ADMINISTRAÇÃO - CRES	149
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA - CRES	159
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES - CRES	170
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS - CRES (LICENCIATURA)	45
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS - CRES (BACHARELADO)	62
ENGENHARIA CIVIL - CRES	154
ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL - CRES	126
FÍSICA - CRES (LICENCIATURA)	12
FÍSICA - CRES (BACHARELADO)	5
GEOGRAFIA - CRES (LICENCIATURA)	83
GEOGRAFIA - CRES (BACHARELADO)	33
GEOLOGIA - CRES	99
HISTÓRIA - CRES (LICENCIATURA)	80
MATEMÁTICA - CRES (LICENCIATURA)	9
MATEMÁTICA - CRES (BACHARELADO)	1
QUÍMICA - CRES (LICENCIATURA)	24
QUÍMICA - CRES (BACHARELADO)	10
TOTAL	1221

Fonte: Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – SIGAA (2019) – Elaborado pelo autor.

Dos alunos regularmente matriculados no curso de Mestrado em Ciências Ambientais foram transferidos para a UFOB 36 discentes¹⁹.

Os dados dos discentes migrados mostram a realidade em que o *Campus* Barreiras vivenciava na época, e uma questão que chama atenção é que os cursos conhecidos como “de base” (Física, Matemática e Química) possuíam juntos quase que a mesma quantidade de alunos dos cursos de Ciências Biológicas. O ingresso de todos os estudantes era realizado via vestibular da UFBA, ou seja, os estudantes da região que ingressavam nos cursos, passavam pelo mesmo grau de dificuldade que os estudantes de Salvador nos mesmos cursos, no entanto, a região não possuía docentes formados na rede básica na maioria das disciplinas de ciências. Uma outra questão a ser destacada é que os dados demonstram uma quantidade maior de estudantes nos cursos de licenciatura em detrimento dos cursos de bacharelado. Porém, isso acaba ocorrendo porque os cursos até a migração eram do tipo “área básica de ingresso” (ABI). Nesse sentido, todos ingressavam em Física por exemplo, e depois de algum tempo é que o estudante definia a área (bacharelado ou licenciatura) que iria seguir. Porém ao realizar a criação dos cursos no sistema de gestão do Ministério da Educação (MEC), o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro, conhecido como e-MEC, os cursos receberam novos códigos e não eram mais do tipo ABI, mas cursos independentes (bacharelados e licenciaturas), então os estudantes que ainda não estavam no período do currículo para a escolha, foram migrados para os cursos de licenciatura, porém poderiam realizar o curso de bacharelado ao concluírem a licenciatura.

No período analisado, por meio dos Microdados do Censo da Educação Superior, foi possível demonstrar a evolução da quantidade de estudantes na UFOB na Tabela 18:

Tabela 18: Evolução de estudantes na Graduação UFOB (2013-2018²⁰)

Tipo de lançamento Censo	ANO					
	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Cursando	1047	1430	1944	2626	2443	2758
Desvinculado do curso	46	274	110	303	533	535
Falecido	1	0	1	1	0	0
Formado	85	104	108	62	148	160
Matrícula trancada	370	45	20	74	89	135
TOTAL	1549	1853	2183	3066	3213	3588
Percentual de evolução	0%	19,62%	17,81%	40,45%	4,80%	11,67%

Fonte: (INEP, 2014a, 2015a, 2016a, 2017a, 2018, 2019, 2020a) – Elaborado pelo autor.

¹⁹ Disponível em <https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset/discentes-da-pos-graduacao-stricto-sensu-do-brasil-2013-a-2016>. Acesso em 01/07/2021

²⁰ O Censo da Educação Superior é realizado tendo como base para as universidades Federais utilizando o ano-semester letivo, como a pesquisa tem como ponto de corte o semestre 2018-2, utilizamos para contabilização dos estudantes os Microdados de 2013 a 2018, lembrando que eles são publicados no ano seguinte.

Ainda sobre o período analisado, temos um crescimento de programas de Pós Graduação *Stricto Sensu*, saindo de apenas um programa em 2013 para cinco em 2018, e com uma evolução de estudantes demonstrada na Tabela 19:

Tabela 19: Evolução de estudantes na Pós Graduação *Stricto Sensu* na UFOB (2013-2018)

Tipo de lançamento Capes	ANO					
	2013	2014	2015	2016	2017	2018
TITULADO	13	16	10	14	12	26
ABANDONOU	1	1	0	1	3	5
MATRICULADO	36	40	50	52	69	80
DESLIGADO	0	3	0	4	0	7
TOTAL	50	60	60	71	84	118
Percentual de evolução	0	20,00%	0,00%	18,33%	18,31%	40,47%

Fonte: Dados Abertos CAPES (2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018)²¹

Em relação ao corpo docente e técnico, temos a seguinte distribuição quantitativa:

Tabela 20: Quantitativos de servidores docentes (ativos e vagas em editais abertos) e técnicos administrativos em educação transferidos da UFBA para UFOB

Servidores	Quantidade
Docentes (ativos)	93
Docentes (vagas em editais abertos)	30
Técnicos Administrativos em Educação (TAE)	42
TOTAL	165

Fonte: Planilha Gestão de Pessoas Transição ICADS/UFOB²²

Segundo os dados do Censo da Educação Superior referente ao ano de 2013, em instituições de ensino superior federal no Brasil tínhamos um total de 85.507 Docentes e 92.464 TAEs, uma proporção de 1,08 TAE por Docente, conforme a Tabela 21 e 22:

Tabela 21: Número total de docentes em exercício e afastados em 2013

Sinopse Estatística da Educação Superior 2013								
Número Total de Docentes (Em Exercício e Afastados)								
Unidade da Federação / Categoria Administrativa			Docentes (Em Exercício e Afastados)					
			Universidades					
			Total	Sem Graduação	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado
Brasil			206.216	11	7.921	30.533	69.820	97.931
	Pública		139.738	11	7.260	13.849	38.339	80.279
		Federal	85.507	3	5.129	4.146	21.809	54.420
		Estadual	47.141	8	1.908	7.224	13.408	24.593
		Municipal	7.090	-	223	2.479	3.122	1.266
	Privada		66.478	-	661	16.684	31.481	17.652

Fonte: (INEP, 2014c)

²¹ <https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset/discentes-da-pos-graduacao-stricto-sensu-do-brasil-2013-a-2016>
<https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset/discentes-da-pos-graduacao-stricto-sensu-do-brasil-2017-a-2019>
 <Acesso em 01/08/2021>

²² Planilha disponibilizada pela Pró Reitora *Pro tempore* de Administração Profa. Adriana.

Tabela 22: Número total de técnicos administrativos em educação em exercício e afastados em 2013

Sinopse Estatística da Educação Superior 2013								
Número Total de Funcionários Técnico-Administrativos (Em Exercício e Afastados)								
Unidade da Federação / Categoria Administrativa			Funcionários Técnico-Administrativos (Em Exercício e Afastados)					
			Universidades					
			Total	Sem Graduação	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado
Brasil			231.468	112.023	65.406	39.731	11.361	2.947
	Pública		156.284	67.440	42.511	34.478	9.419	2.436
		Federal	92.464	34.268	23.133	26.686	7.052	1.325
		Estadual	59.007	30.601	17.895	7.199	2.218	1.094
		Municipal	4.813	2.571	1.483	593	149	17
	Privada		75.184	44.583	22.895	5.253	1.942	511

Fonte: (INEP, 2014c)

No entanto, a Universidade Federal do Oeste da Bahia inicia suas atividades em junho de 2013 com uma proporção TAE por Docente de 0,45, ou seja, 63% a menos que a média nacional.

Ao analisar os dados do último Censo da Educação Superior referente ao ano de 2019 divulgado em dezembro de 2020, temos 99.244 Docentes e 96.516 TAEs, uma proporção 0,97 TAE por Docente, conforme a Tabela 23 e 24:

Tabela 23: Número total de docentes em exercício e afastados em 2019

Sinopse Estatística da Educação Superior 2019								
Número Total de Docentes (Em Exercício e Afastados)								
Unidade da Federação / Categoria Administrativa			Docentes (Em Exercício e Afastados)					
			Universidades					
			Total	Sem Graduação	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado
Brasil			213.167	5	2.641	19.719	60.855	129.947
	Pública		148.409	5	2.600	8.413	30.714	106.677
		Federal	99.244	1	1.943	3.660	17.567	76.073
		Estadual	46.528	4	645	4.191	11.947	29.741
		Municipal	2.637	-	12	562	1.200	863
	Privada		64.758	-	41	11.306	30.141	23.270

Fonte: (INEP, 2020b)

Tabela 24: Número total de técnicos administrativos em educação em exercício e afastados em 2019

Sinopse Estatística da Educação Superior 2019								
Número Total de Funcionários Técnico-Administrativos (Em Exercício e Afastados)								
Unidade da Federação / Categoria Administrativa			Funcionários Técnico-Administrativos (Em Exercício e Afastados)					
			Universidades					
			Total	Sem Graduação	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado
Brasil			207.611	71.467	60.590	47.314	22.056	6.184
	Pública		139.812	37.472	38.831	39.111	19.090	5.308
		Federal	96.516	21.091	23.697	31.395	16.397	3.936
		Estadual	41.512	15.561	14.461	7.485	2.641	1.364
		Municipal	1.784	820	673	231	52	8
	Privada		67.799	33.995	21.759	8.203	2.966	876

Fonte: (INEP, 2020b)

No mesmo Censo da Educação Superior de 2019 informa nos seus Microdados²³ que a UFOB contava com 416 Docentes atuando e 253 TAEs, uma proporção 0,61 TAE por Docente, nesse sentido, ocorreu um aumento relativamente pequeno de TAEs em relação ao quantitativo de Docentes, e em relação à média nacional a UFOB possui hoje 36,20% menos TAEs do que a média nacional. No entanto, é importante destacar que apesar de diminuir a proporção em relação à média nacional, em apenas 6 anos, 2013 a 2019, ocorreu uma diminuição no quantitativo de TAEs frente ao quantitativo de Docentes nacionalmente, e mesmo nesse contexto a UFOB ainda tem menos TAEs para suprir a demanda de trabalho administrativo que as demais IFES no Brasil.

Nesse mesmo período, 2013 a 2019, a UFOB tem um crescimento de 17 cursos de Graduação e 1 curso de Pós Graduação *Stricto Sensu* e 1.257 estudantes matriculados em 2013 em um *Campus*, para 30 cursos de Graduação e 5 cursos de Pós Graduação *Stricto Sensu* e 3.430 estudantes matriculados na Graduação conforme os Microdados do Censo da Educação Superior 2019 e 115 estudantes de Pós Graduação *Stricto Sensu* conforme os dados da Plataforma Sucupira via Dados Abertos²⁴, sendo então um total de 3.545 estudantes em cinco *Campus*.

Com os dados apresentados pretendeu-se mostrar o aumento que ocorreu, entre a criação da Universidade Federal do Oeste da Bahia em junho de 2013 e março de 2019, período escolhido para a análise dessa pesquisa. O ponto de corte, março de 2019 foi

²³ Disponível em https://download.inep.gov.br/microdados/microdados_educacao_superior_2019.zip. Acesso em 01/07/2021.

²⁴ Disponível em <https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset/discentes-da-pos-graduacao-stricto-sensu-do-brasil-2017-a-2019>. Acesso em 01/07/2021

escolhido devido o início de um novo semestre na instituição (2019-1) e o andamento de tratativas no Conselho Universitário – CONSUNI a respeito da eleição para o primeiro reitorado via eleição.

No próximo tópico descreveremos como ocorreu a gestão institucional no período escolhido para a análise.

3.2 UFOB – Gestão 2013-2019

Com a criação da Universidade Federal do Oeste da Bahia em junho de 2013 a mesma contava apenas com o *Campus* Reitor Edgard Santos em Barreiras, porém conforme descrito no primeiro capítulo, a missão da novíssima²⁵ universidade seria a sua expansão via interiorização por meio de quatro novos *Campi* nas cidades de Barra, Bom Jesus da Lapa, Luís Eduardo Magalhães e Santa Maria da Vitória. Para dar uma noção espacial de onde cada *Campus* está situado, apresentamos a Figura 08:

Figura 8: Mapa com as distâncias entre a sede e cada *Campus* da UFOB



Fonte: Via Ipê RNP²⁶ – Elaborado pelo autor.

A distribuição dos *Campi* da UFOB no oeste da Bahia fica demarcada pelo limite do Rio São Francisco, a região do oeste da Bahia também conhecida como “Além São Francisco” e que podemos entender melhor essa formação territorial descrita por (BRANDÃO, 2010) em seu artigo “A formação territorial do Oeste Baiano: a constituição do “Além São Francisco” (1827-1985)”.

²⁵ Termo utilizado pelo Ministério da Educação para as Universidades criadas em 2013.

²⁶ <<https://viaipe.rnp.br/#@-12.180307337433378,-43.52096557617187,9z>> Acesso em 01/08/2021

Com o início das atividades da UFOB após a nomeação da reitora *pro tempore* Iracema Veloso, temos as primeiras portarias²⁷ emitidas em 2013 e 2014 pela administração central que explanam decisões tomadas, dentre algumas que listamos e damos destaque, bem como a primeira resolução do Conselho Universitário – CONSUNI em 13 de novembro de 2013:

Portarias Emitidas pela Reitoria em 2013

- Portaria 01/2013 - Nomeação Cláudia Assessora da Reitoria
- Portaria 02/2013 - Nomeação Sérgio Assessor da Reitoria
- Portaria 03 2013 - Normas da UFBA
- Portaria 10/2013 - Constituição da Comissão Estatuto
- Portaria 11/2013 - Nomeação Pró-Reitoria de Administração e Infraestrutura
- Portaria 12/2013 - Nomeação Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
- Portaria 13/2013 - Nomeação Direção ICADS
- Portaria 14/2013 - Nomeação Vice Direção ICADS
- Portaria 15/2013 - Nomeação Procuradora Institucional
- Portaria 16/2013 - Designação Anatália Assessora PROGRAF
- Portaria 17/2013 - Designação Kelli Assessora PROGRAF
- Portaria 18/2013 - Designação Leonardo Lutz Assessor PROGRAF
- Portaria 19/2013 - Designação Pablo Iglesias Assessor PROGRAF
- Portaria 20/2013 - Nomeação Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação
- Portaria 21/2013 - Comissão elaboração projeto Refeitório
- Portaria 22/2013 - Nomeação Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Desporto
- Portaria 23/2013 - Institui Comissão eleitoral CPPD
- Portaria 33/2013 - Prorroga Comissão eleitoral CPPD
- Portaria 37/2013 - Nomeação Superintendente Meio Ambiente
- Portaria 46/2013 - Nomeação comissão curso de Direito
- Portaria 51/2013 - Institui comissão para elaborar Regimento CPPD
- Portaria 61/2013 - Nomeação Pró-Reitoria de Graduação e Ações Afirmativas

Resolução Emitidas pelo CONSUNI em 2013

- Resolução 01/2013 - Dispõe sobre a criação dos cursos de graduação da Universidade Federal do Oeste da Bahia, nos *Campi* de Barreiras, Barra (BARRA), Bom Jesus da Lapa (LAPA), Luís Eduardo Magalhães (LEM) e Santa Maria da Vitória (SAMAVI)²⁸.

Portarias Emitidas pela Reitoria em 2014

- Portaria 25/2014 - Nomeação Pró-Reitoria Tecnologia da Informação e Comunicação
- Portaria 45/2014 - Estrutura Centros UFOB
- Portaria 46/2014 - Nomeação Direção CEHU
- Portaria 47/2014 - Nomeação Direção CCET

²⁷ Portarias disponíveis em <<https://www2.ufob.edu.br/portarias>>. Acesso em 01/07/2021.

²⁸ Para fins de não carregar o texto com o nome completo da cidade que possui *Campus* da UFOB fora da sede utilizaremos sempre que possível a sigla.

- Portaria 71/2014 - Designação direção de transição ICADS
- Portaria 78/2014 - Nomeação Direção LEM
- Portaria 93/2014 - Nomeação Superintendente Universitário
- Portaria 100/2014 - Comissão de Instalação dos *Campi*
- Portaria 114/2014 - Nomeação Direção Interina CCBS
- Portaria 115/2014 - Lotação docentes UFOB
- Portaria 116/2014 - Institui CPPD
- Portaria 126/2014 - Comissão de Regulamentação dos Núcleos Docentes
- Portaria 137/2014 - Nomeação Direção CCBS
- Portaria 152/2014 - Nomeação Direção SAMAVI
- Portaria 199/2014 - Nomeação Direção LAPA
- Portaria 200/2014 - Criação do Centro Multidisciplinar de Luís Eduardo Magalhães - LEM
- Portaria 201/2014 - Nomeação Direção BARRA
- Portaria 210/2014 - Criação do Centro Multidisciplinar de Barra - BARRA
- Portaria 211/2014 - Criação do Centro Multidisciplinar de Santa Maria da Vitória - SAMAVI
- Portaria 217/2014 - Criação do Centro Multidisciplinar Bom Jesus da Lapa - LAPA

Por meio dos documentos oficiais descritos anteriormente é possível verificar que inicialmente em 2013 e 2014 a reitora fez as nomeações da equipe da reitoria (Pró Reitorias e Superintendências) que a acompanhariam quase que em sua totalidade até o final da gestão *pro tempore*.

Com a organização inicial das atividades administrativas da administração central, foi instituído pela reitoria dois Conselhos Superiores, o Conselho Universitário - CONSUNI e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONEPE, vale ressaltar que não era necessário em uma gestão *pro tempore* instituir tais conselhos, no entanto, a reitoria decidiu constituir esses dois órgãos superiores deliberativos e colegiados como locais de tomada de decisão na gestão *pro tempore*.

Com a Resolução 01/2013 do CONSUNI, ainda nos seis primeiros meses de atuação, são criados os 5 novos cursos de graduação no *Campus* Reitor Edgard Santos e os outros 8 cursos de graduação, sendo 2 cursos em cada *Campus* fora da sede, sendo eles:

I - *Campus* Reitor Edgard Santos, município de Barreiras:

- a) História, [...];
- b) Direito, [...];
- c) Medicina, [...];
- d) Nutrição, [...];
- e) Farmácia, [...].

II - *Campus* do município de Barra

- a) Agronomia, [...];
- b) Medicina Veterinária, [...].

III - *Campus* do município de Bom Jesus da Lapa:

- a) Engenharia Elétrica, [...];
- b) Engenharia Mecânica, [...].

IV - *Campus* do município de Luís Eduardo Magalhães:

- a) Engenharia Biotecnológica, [...];
- b) Engenharia de Produção, [...].

V - *Campus* do município de Santa Maria da Vitória:

- a) Artes Visuais, [...];
- b) Publicidade e Propaganda, [...].

(UFOB, 2013)

Como a estrutura inicial do *Campus* Reitor Edgard Santos foi transferida para a UFOB, a reitoria por meio da Portaria 13/2013, nomeou como Diretor do ICADS o Professor Luís Gustavo Henriques do Amaral, que era vice-diretor do ICADS enquanto UFBA, uma vez que o Diretor do ICADS enquanto UFBA foi nomeado como Vice-Reitor da UFOB.

No início de 2014, por meio da Portaria 45/2014 a reitoria estrutura o Centros do *Campus* Reitor Edgard Santos por áreas de conhecimento, sendo então criados:

- Centro das Ciências Biológicas e da Saúde - CCBS
- Centro das Ciências Exatas e das Tecnologias – CCET
- Centro das Ciências Humanas - CEHU

Por meio das Portarias 45, 46 e 114 de 2014 foram nomeados os novos Diretores dos Centros criados e por meio da Portaria 71/2014 ficou instituído a transição do ICADS para os novos Centros, chegando ao fim a história do Instituto de Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável.

Com a Portaria 100/2014 ficou instituído uma comissão para implantação dos *Campi* fora de sede, que posteriormente foram criados os Centros Multidisciplinares por meio das Portarias 200, 210, 211 e 217 de 2014:

- Portaria 200/2014 - Criação do Centro Multidisciplinar de LEM
- Portaria 210/2014 - Criação do Centro Multidisciplinar de Barra - BARRA
- Portaria 211/2014 - Criação do Centro Multidisciplinar de Santa Maria da Vitória - SAMAVI
- Portaria 217/2014 - Criação do Centro Multidisciplinar Bom Jesus da Lapa - LAPA

Com a criação dos centros e novos cursos nos *Campi*, foi realizado o primeiro Processo Seletivo de ingresso de estudantes no semestre 2014-2, dando início a chegada de novos estudantes na recém instituição criada, ressaltando que em 2014-1 não ocorreu ingresso de estudantes nos cursos transferidos da UFBA com a justificativa de que não fosse possível iniciar a reestruturação dos Projetos Políticos Curriculares - PPC dos cursos que foram transferidos e a criação dos PPCs dos cursos novos, que iniciaram em 2014-2 apenas com o primeiro semestre curricular de cada curso.

Com o início das atividades os Conselhos Superiores (CONSUNI e CONEPE) tiveram o foco na construção dos marcos regulatórios da UFOB, como o Estatuto da Universidade que foi aprovado em 21 de fevereiro de 2014 e submetido ao Ministério da Educação – MEC para apreciação, que devolveu o mesmo à UFOB para adequações, que após realizadas, foi novamente apreciado em reunião do CONSUNI em 27 de novembro de 2018 e submetido novamente ao MEC, que por meio da Portaria Nº 3 de 25 de janeiro de 2019 SERES/MEC, o aprovou definitivamente.

Entre o envio do Estatuto para o MEC e a sua aprovação, outros documentos eram debatidos e apreciados pelos CONSUNI, como o Regimento Geral da UFOB que foi apreciado e aprovado em reunião do dia 20 de dezembro de 2018.

Antes da aprovação dos Regulamentos de Ensino de Graduação e Pós Graduação da UFOB ela utilizava os Regulamentos da UFBA por meio da tutoria que durou até 31 de julho de 2017. Após o fim da tutoria da UFBA a Reitora *Pro tempore* emitiu a Portaria Nº 264/2017 em 05 de outubro de 2017 que resolve:

MANTER, no âmbito da Universidade Federal do Oeste da Bahia, o Regulamento de Ensino de Graduação e Pós-Graduação *stricto sensu* (REGPG) da Universidade Federal da Bahia até a aprovação do regulamento da matéria pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.
Publique-se, cumpra-se e registre-se. (UFOB, 2017)

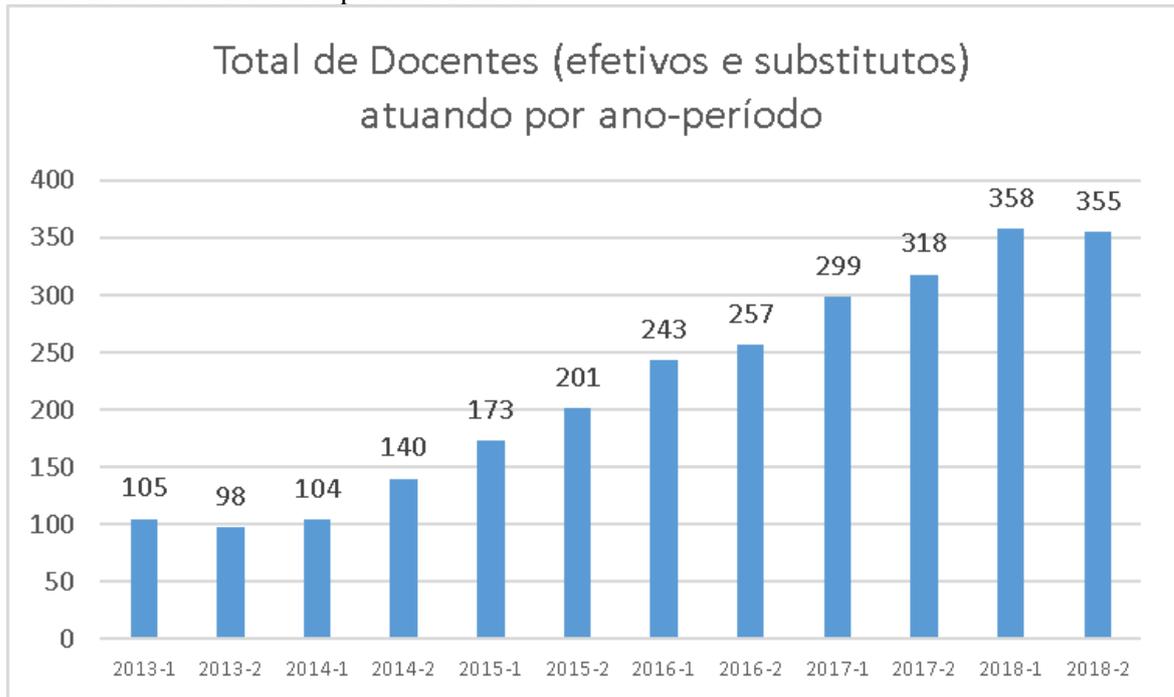
Além do Estatuto e Regimento Geral, os dois documentos que norteiam as atividades da universidade foram debatidos em várias reuniões do CONEPE, o Regulamento de Ensino de Graduação e o Regulamento de Ensino de Pós Graduação que foram apreciados e aprovados em 27 de setembro de 2018.

3.3 Trabalho docente no contexto da expansão da expansão

Com a criação dos novos *Campi* e cursos de graduação na UFOB, foi necessário a realização de vários concursos públicos para contratação de docentes e técnicos administrativos em educação para suprir a demanda dos novos cursos, bem como dos cursos que foram transferidos da UFBA para UFOB e que passaram por reestruturação.

Nesse sentido, a UFOB, desde a sua criação em junho de 2013 até março de 2019 realizou mais de dez editais e inclusões para concursos públicos de contratação de docentes do magistério superior, em sua quase totalidade com vagas de dedicação exclusiva.

Podemos verificar a evolução da chegada dos novos docentes por meio do Gráfico 2, que demonstra a quantidade de docentes com encargos de ensino em cada respectivo semestre:

Gráfico 2: Total de Docentes por Ano-Período

Fonte: SIGAA-UFOB e SIAC-UFBA – Elaborado pelo autor.

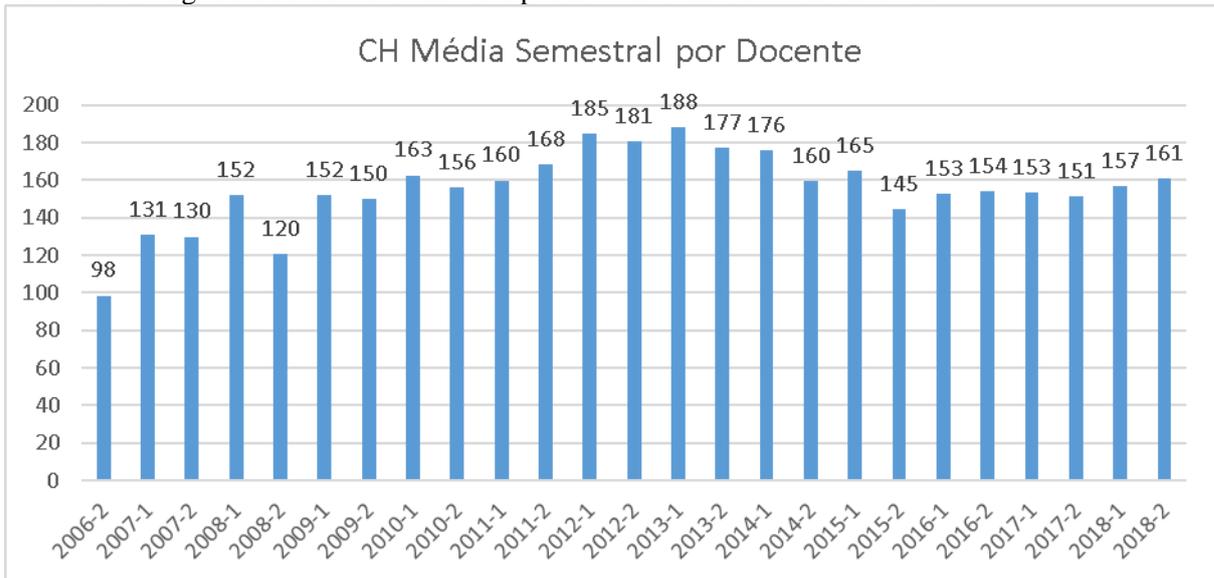
Assim como em outras IFES brasileiras, a UFOB também passou por greves, por isso é importante deixar registrado o calendário acadêmico, Tabela 25, a que se refere cada ano período apresentado no Gráfico 2:

Tabela 25: Calendário Acadêmico 2013-1 a 2018-2

Ano-Período	Início	Fim
2018.2	01/10/2018	22/02/2019
2018.1	14/05/2018	20/09/2018
2017.2	30/10/2017	07/04/2018
2017.1	29/05/2017	11/10/2017
2016.2	24/10/2016	09/05/2017
2016.1	06/06/2016	01/10/2016
2015.2	11/01/2016	17/05/2016
2015.1	09/03/2015	09/07/2015
2014.2	08/09/2014	16/01/2015
2014.1	22/04/2014	22/08/2014
2013.2	07/10/2013	15/02/2014
2013.1	13/05/2013	10/09/2013

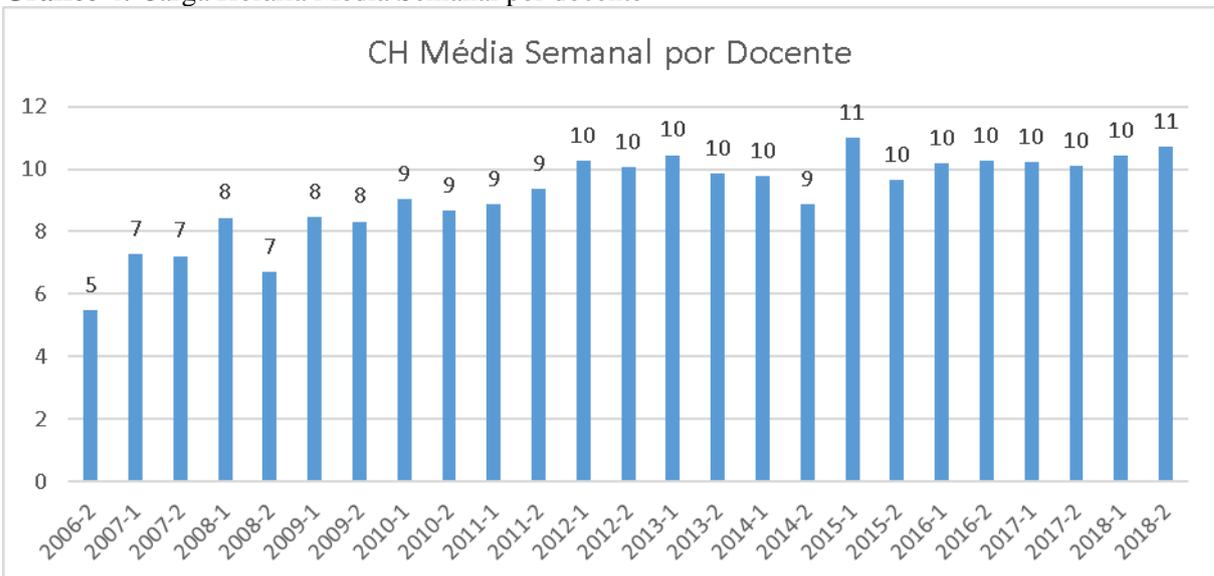
Fonte: SIGAA-UFOB e SIAC-UFBA – Elaborado pelo autor.

Com a abertura de novos *Campi* e novos cursos, é de se esperar que a contratação de docentes seja realizada para suprir a demanda das atividades acadêmicas que os novos cursos exigem, assim, é de se esperar que a carga de trabalho desempenhada por esses docentes, seja próxima da que já era realizada por outros docentes de cursos consolidados, assim, apresentamos a evolução de encargo docente de 2006-2 a 2018-2:

Gráfico 3: Carga Horária Média Semestral por Docente entre 2006-2 e 2018-2

Fonte: SIGAA-UFOB e SIAC-UFBA – Elaborado pelo autor.

Com o Gráfico 3 podemos observar um crescimento até 2013-1, chegando a uma média de mais de 180 horas por docente e após esse período até 2018-2 nota-se uma estabilização dessa carga horária de ensino na faixa de 160 horas a uma média por docente.

Gráfico 4: Carga Horária Média Semanal por docente

Fonte: SIGAA-UFOB e SIAC-UFBA – Elaborado pelo autor.

No entanto, até o ano período 2014-2, os semestres tinham 18 semanas de aula, o que demonstra uma média por semestre entre 2013-1 e 2018-2 de 10 a 11 horas semanais de trabalho em sala de aula, conforme podemos verificar no Gráfico 4.

Os cursos iniciados em 2014-2 têm em seu Projeto Político Curricular (PPC), entre 4 e 6 anos, assim notamos que entre 2015-1 e 2018-2 é possível notar uma tendência de aumento de carga horária dos docentes, isso porque os cursos novos estão em implantação, e mesmo com a contratação de novos docentes essa média de carga horária semanal aumenta.

O trabalho docente não se resume ao encargo de ensino, visto que na legislação vigente sobre a carreira do magistério superior, deixa explicitado que os docentes que têm regime de trabalho de 40 horas Dedicção Exclusiva às atividades de “**ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional**”; (BRASIL, Casa Civil, 2012) (grifo nosso)

Assim, os outros aspectos da carreira docente são, pesquisa, extensão (que contemplam o tripé universitário) e a gestão institucional, esse último será tratado com maior relevância ao longo do texto, uma vez que é o foco principal da análise a que nos propomos.

Portanto, para debatermos sobre o quesito “gestão institucional”, é de suma importância definirmos nesse trabalho acadêmico o que iremos analisar sobre o aspecto da carreira do magistério superior denominado gestão institucional.

Sobre esse aspecto da carreira, entendemos que gestão institucional é tudo aquilo relacionado a garantir o desenvolvimento do tripé universitário (ensino, pesquisa e extensão), ou seja, a participação em colegiados de curso, centro acadêmicos, conselhos superiores, câmaras de assessoramento, núcleos docentes estruturantes, comissões designadas por portarias, e principalmente nesse trabalho analisar os cargos em que os docentes ocupam na gestão e por conseguinte recebem Função Gratificada (FG) ou Cargos de Direção (CD).

Esse recorte foi necessário, uma vez que os dados sobre docentes que participaram de atividades de gestão sem o recebimento de FG e CD em sua maioria não estão públicos, e quando estão públicos, não estão organizados de uma forma que seja possível realizar categorizações para análise.

Assim, acreditamos ser de suma importância trazer os dados dos cargos ocupados por docentes no período 2006-2 a 2018-2 e mostrar a evolução de cargos de gestão ocupados por eles. No período entre 2006-2 e 2013-1 o ICADS possuía poucos cargos de gestão, sendo demonstrados na Tabela 26:

Tabela 26: Cargos de Gestão ICADS/UFBA

Função	Cargo	Quantidade
CD-03	Direção ICADS	1
CD-04	Coordenador Administrativo	1
CD-04	CGNA	1
FG-01	Apoio Gestão Financeira	1
FG-01	Coordenação Curso Administração	1
FG-01	Coordenação Cursos Ciências Biológicas (BAC e LIC)	1
FG-01	Coordenação Curso Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia	1
FG-01	Coordenação Curso Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades	1
FG-01	Coordenação Curso História	1
FG-01	Coordenação Cursos Física (BAC e LIC)	1
FG-01	Coordenação Cursos Matemática (BAC e LIC)	1
FG-01	Coordenação Cursos Geografia (BAC e LIC)	1
FG-01	Coordenação Cursos Química (BAC e LIC)	1
FG-01	Coordenação Curso Geologia	1
FG-01	Coordenação Curso Engenharia Civil	1
FG-01	Coordenação Curso Engenharia Sanitária e Ambiental	1
FG-02	Apoio Gestão de Pessoas	1
	TOTAL	17

Fonte: Portal da Transparência – Elaborado pelo autor.

Dos 17 cargos de gestão durante o período ICADS/UFBA, 14 deles foram ocupados por docentes, assim com até a transferência do ICADS para UFOB tínhamos um percentual de 15% de docentes efetivos ocupando cargos de gestão, sendo 3 CDs e 14 FGs.

Com a criação de uma nova universidade, todas as atribuições legais e acadêmicas devem ser realizadas por TAEs ou docentes efetivos. Durante o período *Pro tempore* (recorte da pesquisa) muitas mudanças ocorreram na composição dos cargos de gestão (alguns foram extintos e outros criados), sendo um total de 235 cargos diferentes entre CD-1, CD-2, CD-3, CD-4, FG-1, FG-2 e FG-3. Nesse sentido, serão apresentados nas Tabelas 27, 28 e 29 os cargos que foram ocupados por docentes no período entre o início da UFOB e março de 2019:

Tabela 27: Cargos de Gestão CD-1, CD-2 e CD-3, com direito a substituto.

Código	Cargo
CD-1	Reitor
CD-2	Pró-Reitor de Administração
CD-2	Pró-Reitor de Extensão Cultural
CD-2	Pró-Reitor de Graduação e Assistência Estudantil
CD-2	Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
CD-2	Pró-Reitor de Pós Graduação, Pesquisa e Inovação
CD-2	Vice Reitor
CD-3	Diretor Pró-Tempore do Centro Multidisciplinar do Campus de Barra
CD-3	Diretor Pró-Tempore do Centro Multidisciplinar do Campus de Luís Eduardo Magalhães
CD-3	Diretor Pró-Tempore do Centro Multidisciplinar do Campus de Santa Maria da Vitória
CD-3	Diretor Pró-Tempore do Centro Multidisciplinar do Campus de Bom Jesus da Lapa

Fonte: Portal da Transparência – Elaborado pelo autor.

Ao notarmos a Tabela 27, temos apenas 11 cargos de gestão que podem se dedicar exclusivamente as atividades do cargo com direito a contratação de docente substituto, sendo assim, a grande maioria dos docentes que desenvolvem as atividades administrativas, acumulam grande carga de trabalho as outras atividades de ensino, pesquisa, extensão e de gestão não relacionadas ao cargo, como colegiados de curso, NDEs e diversas comissões.

Tabela 28: Cargos CD-3 e CD4.

Código	Cargo
CD-3	Assessor da Reitoria
CD-3	Chefia de Gabinete
CD-3	Diretor Pró-Tempore do Centro das Ciências Biológicas e da Saúde
CD-3	Diretor Pró-Tempore do Centro das Ciências Exatas e das Tecnologias
CD-3	Diretor Pró-Tempore do Centro das Humanidades
CD-3	Diretor Pró-Tempore do Instituto de Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável
CD-3	Superintendente - SUPEMA
CD-3	Superintendente Universitário
CD-4	Assessor Técnico de Planejamento
CD-4	Coordenador Acadêmica
CD-4	Coordenador Biblioteca, Arquivo e Documentação
CD-4	Coordenador da Clínica Veterinária do Centro Multidisciplinar do Campus de Barra
CD-4	Coordenador da Coordenadoria de Gestão Laboratorial
CD-4	Coordenador da Unidade de Tecnologias Sociais
CD-4	Coordenador de Ações Ambientais
CD-4	Coordenador de Controle e Registros Acadêmicos
CD-4	Coordenador de Criação e Inovação - PROPGPI
CD-4	Coordenador de Cultura e Artes - PROEC
CD-4	Coordenador de Ensino
CD-4	Coordenador de Ensino de Graduação
CD-4	Coordenador de Ensino de Pós-Graduação - PROPGPI
CD-4	Coordenador de Ensino e Aprendizagem em Rede
CD-4	Coordenador de Estatística
CD-4	Coordenador de Gestão Organizacional
CD-4	Coordenador de Pesquisa - PROPGPI
CD-4	Coordenador de Planejamento e Avaliação
CD-4	Coordenador de Programas e Projetos
CD-4	Coordenador de Resíduos Sólidos e de Áreas Verdes
CD-4	Coordenador de Seleção e Ingresso
CD-4	Coordenador do Trabalho Pedagógico
CD-4	Coordenador dos Programas de Graduação
CD-4	Coordenador dos Programas de Iniciação à Pesquisa, Criação e Inovação - PROPGPI
CD-4	Coordenador elaboração da proposta de formação de professores
CD-4	Coordenador Geral dos Núcleos Acadêmicos
CD-4	Coordenador Geral dos Núcleos Docentes/Barra
CD-4	Coordenador Geral dos Núcleos Docentes/Bom Jesus da Lapa
CD-4	Coordenador Geral dos Núcleos Docentes/CCBS
CD-4	Coordenador Geral dos Núcleos Docentes/CCET
CD-4	Coordenador Geral dos Núcleos Docentes/CEHU
CD-4	Coordenador Geral dos Núcleos Docentes/LEM
CD-4	Coordenador Geral dos Núcleos Docentes/SAMAVI
CD-4	Coordenador Pedagógico
CD-4	Membro da Comissão para implantação dos campi
CD-4	Ouvidor

Fonte: Portal da Transparência – Elaborado pelo autor.

Tabela 29: Cargos FG-1, FG-2 e FG-3.

Código	Cargo
FG-1	Assistente da Coordenação Geral dos Núcleos Docentes do CCET
FG-1	Coordenador dos Cursos de Física (Bacharelado e Licenciatura)
FG-1	Coordenador dos Cursos de Geografia (Bacharelado e Licenciatura)
FG-1	Coordenador dos Cursos de História (Bacharelado e Licenciatura)
FG-1	Coordenador dos Cursos de Matemática (Bacharelado e Licenciatura)
FG-1	Coordenador dos Cursos de Química (Bacharelado e Licenciatura)
FG-1	Coordenador do Curso de Bacharelado em Administração
FG-1	Coordenador do Curso de Bacharelado em Agronomia
FG-1	Coordenador do Curso de Bacharelado em Ciências Biológicas
FG-1	Coordenador do Curso de Bacharelado em Direito
FG-1	Coordenador do Curso de Bacharelado em Engenharia Civil
FG-1	Coordenador do Curso de Bacharelado em Engenharia de Biotecnologia
FG-1	Coordenador do Curso de Bacharelado em Engenharia de Produção
FG-1	Coordenador do Curso de Bacharelado em Engenharia Elétrica
FG-1	Coordenador do Curso de Bacharelado em Engenharia Mecânica
FG-1	Coordenador do Curso de Bacharelado em Engenharia Sanitária e Ambiental
FG-1	Coordenador do Curso de Bacharelado em Farmácia
FG-1	Coordenador do Curso de Bacharelado em Física
FG-1	Coordenador do Curso de Bacharelado em Geografia
FG-1	Coordenador do Curso de Bacharelado em Geologia
FG-1	Coordenador do Curso de Bacharelado em História
FG-1	Coordenador do Curso de Bacharelado em Matemática
FG-1	Coordenador do Curso de Bacharelado em Medicina
FG-1	Coordenador do Curso de Bacharelado em Medicina Veterinária
FG-1	Coordenador do Curso de Bacharelado em Nutrição
FG-1	Coordenador do Curso de Bacharelado em Publicidade e Propaganda
FG-1	Coordenador do Curso de Bacharelado em Química
FG-1	Coordenador do Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia/CCET
FG-1	Coordenador do Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades/CEHU
FG-1	Coordenador do Curso de Licenciatura em Artes Visuais
FG-1	Coordenador do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas
FG-1	Coordenador do Curso de Licenciatura em Física
FG-1	Coordenador do Curso de Licenciatura em Geografia
FG-1	Coordenador do Curso de Licenciatura em História
FG-1	Coordenador do Curso de Licenciatura em Matemática
FG-1	Coordenador do Curso de Licenciatura em Química
FG-1	Coordenador do Estágio em regime de internato do Curso de Bacharelado em Medicina
FG-1	Coordenador do Hospital Veterinário de Barra
FG-1	Coordenador do Curso de Especialização em Artes e Ação Cultural
FG-1	Coordenador do Curso de Especialização em Produção Audiovisual
FG-1	Coordenador Acadêmico Institucional do Mestrado Profissional em Matemática - PROFMAT
FG-1	Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Química Pura e Aplicada
FG-1	Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais
FG-1	Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais
FG-1	Gestor do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão
FG-1	Gestor do Núcleo de Articulação com a Educação Básica
FG-1	Gestor do Núcleo de Integração e Acompanhamento
FG-1	Gestor do Núcleo de Projetos e Apoio ao Pesquisador
FG-1	Gestor do Núcleo de Projetos e Programas
FG-1	Gestor do Núcleo de Registros de Cursos
FG-1	Gestor do Núcleo de Registros Estudantis
FG-1	Ouvidor
FG-2	Assistente da Coordenadoria de Gestão Laboratorial
FG-2	Assistente de Direção - BARRA
FG-2	Assistente de Direção - CCBS
FG-2	Assistente de Direção - CEHU
FG-2	Assistente de Direção - LAPA
FG-2	Assistente de Direção - LEM
FG-2	Assistente de Direção - SAMAVI
FG-3	Assistente de Direção - Bom Jesus da Lapa
FG-3	Assistente de Direção - CCBS

Fonte: Portal da Transparência – Elaborado pelo autor.

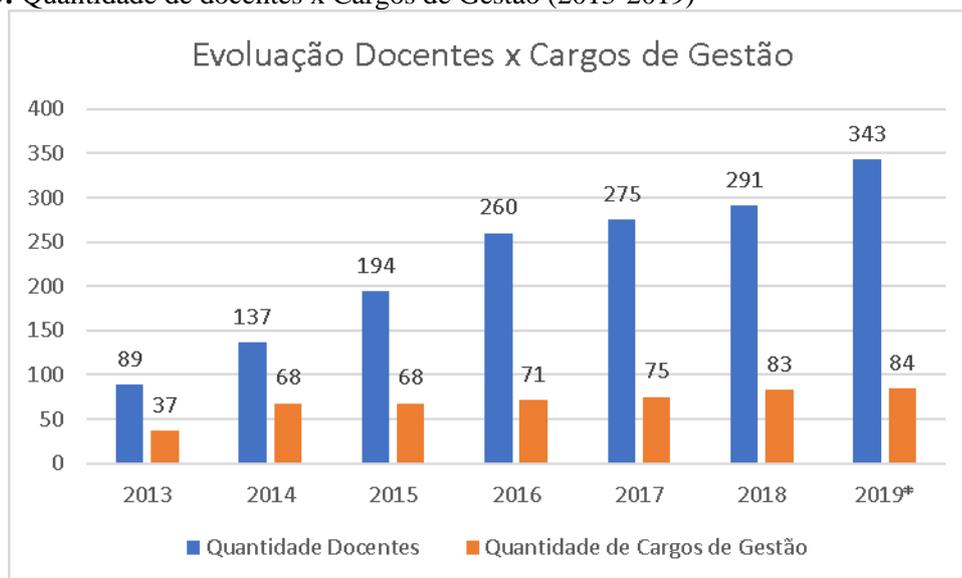
Na Tabela 28 temos descritos 44 cargos de CD-03 e CD-04 que foram ocupados ou estavam ocupados por docentes no momento da coleta, alguns desses cargos foram alterados durante o período da análise (início da UFOB e março de 2019), isso devido a reestruturações normais de gestão. O mesmo ocorre na Tabela 29, que temos descritos 61 cargos de FG-01, FG-02 e FG-03, nesse sentido, apesar de termos 116 cargos diferentes durante o período, no momento da coleta apenas 84 estavam ocupados por docentes.

Podemos perceber que o desenvolvimento das atividades administrativas por docentes em uma Universidade nova é comum visto a vasta ocupação dos cargos de gestão, enquanto nas universidades consolidadas é possível notar que nem todos os docentes têm pretensões de ocupar cargos de gestão, no caso de universidades novas é quase que automático após o ingresso na mesma, uma vez que a falta de força de trabalho para o desenvolvimento das atividades é perceptível.

Enquanto nos tempos de ICADS/UFBA cerca de 15% dos docentes desenvolviam atividades administrativas via cargos de gestão, na UFOB no último dia do recorte da pesquisa, 84 docentes ocupavam cargos de gestão, tendo um total de 343 docentes²⁹, nesse sentido, cerca de 24% de docentes atuando em cargos de gestão, aproximadamente ¼ dos docentes ativos da universidade.

A ocupação dos cargos de gestão na UFOB no período analisado pode ser verificada pelo Gráfico 5:

Gráfico 5: Quantidade de docentes x Cargos de Gestão (2013-2019)



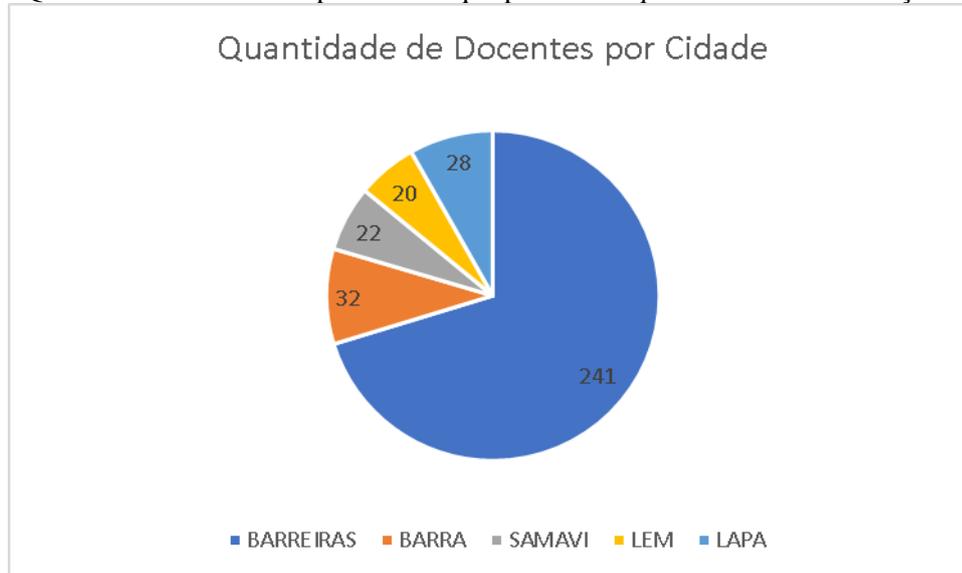
* Quantidade de docentes e cargos até o recorte da pesquisa

Fonte: (INEP, 2014a, 2015a, 2016a, 2017a, 2018, 2020a) – Elaborado pelo autor.

²⁹ Utilizando como fonte os Microdados do Censo da Educação Superior 2019, temos 359 docentes ativos informados, no entanto, o recorte da pesquisa é até março de 2019, nesse sentido, subtraímos 16 docentes desse total, porque ingressaram após março de 2019.

Com os dados levantados até março de 2019, podemos montar o Gráfico 6, que demonstra o quantitativo docente em cada uma das cidades que possuem *Campus* da UFOB:

Gráfico 6: Quantidade de Docentes por Cidade que possui *Campus* da UFOB até março de 2019.



Fonte: (INEP, 2020a)

A distribuição dos cargos de gestão entre as unidades acadêmicas e administrativas (3 centros no *Campus* Reitor Edgard Santos, 4 centros multidisciplinares fora de sede e a administração central), é esperado que a maior parte dos cargos de gestão fiquem concentrados na cidade sede da universidade, nesse caso Barreiras-BA, sendo assim, dos 84 cargos de gestão ocupados em março de 2019, 60 cargos de gestão estão distribuídos entre a administração central e os 3 centros do *Campus* Reitor Edgard Santos, aproximadamente 71,42% do total de cargos de gestão ocupados por docentes, que tem aproximadamente 70,26% dos docentes efetivos. Nesse sentido, apesar da maior parte dos cargos de gestão estarem centralizados na cidade sede da universidade, ocorre uma distribuição proporcional praticamente igualitária entre as outras cidades com *Campus* fora de sede.

Com os dados apresentados até o momento, o foco da pesquisa será o dos docentes que ocupam os cargos de gestão e que não tem direito a docente substituto, sendo assim, temos algumas perguntas que nortearão a pesquisa: Quem são os docentes que ocupam os cargos de gestão? Como é o encargo de ensino desses docentes? Durante o período que ocupam os cargos, como fica sua produção de pesquisa e extensão? Ocorre intensificação do trabalho docente quando ocupam tais cargos? Suas jornadas de trabalho são extensificadas para que consigam desenvolver todas as atividades da carreira?

Assim, com a pesquisa esperamos debater por meio dos dados apresentados e outros que serão apresentados, alguns aspectos do trabalho docente no contexto da UFOB com vistas a compreender a problemática dos reflexos no trabalho docente investigando as atividades de

ensino, pesquisa e extensão ofertadas na instituição analisada, e também verificar se ocorre uma intensificação e extensificação do trabalho docente quando eles ocupam cargos de gestão.

4 METODOLOGIA E APRESENTAÇÃO DAS FONTES DE DADOS COLETADOS

Neste capítulo vamos apresentar qual foi a metodologia utilizada, como foi realizada a coleta dos dados e os desafios para obter e sistematizar os dados nas categorias de análise. A escolha pelo período entre a criação da UFOB em 05 de junho de 2013 a 24 de março de 2019 se deu pelo fato de se tratar da quase totalidade do período *Pro tempore*, uma vez que já se debatia o processo de eleição das direções de centro e reitoria, sendo então esse período como recorte da pesquisa.

4.1 Metodologia – Estudo de Caso

A pesquisa realizada teve como foco a Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB, isso porque o pesquisador é docente na universidade desde 2015 e ocupou diversos cargos de gestão no período analisado o que motivou as indagações feitas ao longo desse trabalho, conhecendo o funcionamento e por meios oficiais de acesso às diversas fontes de dados, sejam elas documentos ou dados oriundos de diversos bancos de dados públicos, como descrito no item 4.2, teve acesso ao que será analisado. Assim, entendemos que a melhor metodologia para a estruturação da pesquisa, seria o estudo de caso, que se caracterizam segundo Alda Judith Alvez-Mazzoti:

Os estudos de caso mais comuns são os que focalizam apenas uma unidade: um indivíduo (como os “casos clínicos” descritos por Freud), um pequeno grupo (como o estudo de Paul Willis sobre um grupo de rapazes da classe trabalhadora inglesa), uma instituição (como uma escola, um hospital), um programa (como o Bolsa Família), ou um evento (a eleição do diretor de uma escola). (ALVES-MAZZOTTI, 2006)

Nesse sentido, segundo Robert K. Yin:

1. Um estudo de caso é uma investigação empírica que
 - investiga um fenômeno contemporâneo (o “caso”) em profundidade e em seu contexto de mundo real, especialmente quando
 - os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente evidentes.

Em outras palavras, você poderia querer usar a pesquisa de estudo de caso por desejar entender um fenômeno do mundo real e assumir que esse entendimento provavelmente englobe importantes condições contextuais pertinentes ao seu caso.

[...]

2. A investigação do estudo de caso
 - enfrenta a situação tecnicamente diferenciada em que existirão muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados, e, como resultado
 - conta com múltiplas fontes de evidência, com os dados precisando convergir de maneira triangular, e como outro resultado
 - beneficia-se do desenvolvimento anterior das proposições teóricas para orientar a coleta e a análise de dados. (YIN, 2015)

Desse modo a estruturação da pesquisa se dividiu, em primeiro lugar, em aprofundar as análises nos documentos coletados para descrever minuciosamente a UFOB, desde seu início como ICADS até março de 2019, período em que começava o debate sobre a primeira eleição de reitorado. Em segundo a busca pelos dados nas diversas fontes elencadas no item 4.2 dos professores-gestores que atuaram na UFOB no mesmo período.

Portanto a pesquisa tem de certa forma uma característica qualitativa-quantitativa, em que se busca por meio das mais diversas fontes, coletar e analisar os dados, como quando Robert K. Yin, quando afirma:

[...] os estudos de caso podem incluir detalhes e até mesmo ser limitados à evidência quantitativa. De fato, qualquer contraste entre a evidência quantitativa e qualitativa não distingue os vários métodos de pesquisa. Observe que, como os exemplos análogos, alguns experimentos (como os estudos de percepções psicológicas) e algumas questões de levantamento (como as que buscam respostas categóricas e não numéricas) levam em conta a evidência qualitativa, não a quantitativa. Da mesma forma, a pesquisa histórica pode incluir enormes quantidades de evidência quantitativa. (YIN, 2015)

Assim, concordamos com Robert K. Yin, quando o mesmo fala da estruturação do estudo de caso, a coleta de dados e as técnicas de análise:

A orientação inicial do estudo de caso aponta para múltiplas fontes de evidência. A avaliação do estudo de caso por, assim, incluir o uso de análise de documentos, de entrevistas abertas e fechadas, análise quantitativa de dados registrados, e observações de campo diretas. (YIN, 1993)

Na presente pesquisa utilizamos múltiplas fontes de dados, mas principalmente documentos como: registros históricos, jornais, *sites*, legislação externa e interna da instituição em estudo, bem como várias outras fontes de dados que possibilitaram a construção de um banco de dados. A principal ideia era a de verificar, por meio de grandes quantidades de dados, se poderíamos entender o que ocorre nas categorias ensino, pesquisa, extensão e gestão em uma universidade como a do estudo de caso.

Entendemos que existe no meio acadêmico ainda uma questão complexa quanto ao uso quantitativo de dados, isso porque nos remete ao positivismo das ciências naturais. Porém, o uso de dados numéricos, principalmente grandes quantidades de dados e seus cruzamentos, tem ajudado a perceber e analisar de outros ângulos os problemas de pesquisa em geral.

Nesse sentido, concordamos com Michel Jean-Marie Thiollent:

[...] se associarmos à ideia de crítica, uma função de elucidação, de denúncia ou de outros tipos de contribuição ao debate público em torno dos problemas sob observação, podemos considerar que os números também podem exercer uma função crítica.

A quantificação dos dados não nos parece em si mesmo um ato condenável do ponto de vista crítico. O que há de criticável na corrente concepção da quantificação, é o seu empirismo grosseiro. A nosso ver, elementos de medição podem ser inseridos numa concepção alternativa da pesquisa, no intuito de fortalecer os argumentos. Independentemente de uma estrita precisão, nunca alcançável, é interessante sabermos numa pesquisa se estamos falando de 8 ou de 80. (THIOLLENT, 1984)

Nos apoiamos em outro autor, Silvio Sánchez Gamboa, que no Livro Pesquisa Educacional: quantidade-qualidade, no capítulo 3 “Quantidade-qualidade: para além de um dualismo técnico e de uma dicotomia epistemológica”, em que o autor faz uma discussão importante para além do dualismo quantidade-qualidade, e uma das possibilidades para romper com essa dualidade, o que ele denomina de terceiros excluídos, é o materialismo histórico:

Ao longo da sua história, a dialética materialista tem recuperado a contribuição de outras grandes tendências filosóficas e científicas. Desde sua elaboração, como abordagem científica (Marx), a dialética constituiu-se com base nas contribuições do empirismo inglês e do idealismo alemão, apropriando-se de algumas categorias geradas e desenvolvidas nessas grandes tendências filosóficas e transformando-as numa nova concepção filosófica e científica.

[...]

A superação do duplo empirismo e do falso dualismo é possível quando resgatamos os conceitos de totalidade e de processo, ou seja, superamos a separação sujeito-objeto, quando situamos os dois elementos fundamentais da relação cognitiva em um todo maior envolvente, que, segundo a concepção marxista de totalidade concreta, se refere às condições materiais históricas que mediatizam e modificam essa relação. Dessa forma, o sujeito adquire uma dimensão histórico-social e estabelece uma relação dinâmica com um objeto que se constrói com o instrumental teórico-metodológico presente no momento da relação. Por outro lado, a construção do objeto gera também um processo de transformação no sujeito que se enriquece e se realiza como tal. O resultado desse processo de inter-relação e de mútua elucidação é o conhecimento, entendido como **"o concreto no pensamento"**.

[...]

Na pesquisa em ciências sociais, frequentemente são utilizados resultados e dados expressos em números. Porém, se interpretados e contextualizados à luz da dinâmica social mais ampla a análise torna-se qualitativa. Isto é, na medida em que inserimos os dados na dinâmica da evolução do fenômeno e este dentro de um todo maior compreensivo, é preciso articular as dimensões qualitativas e quantitativas em uma inter-relação dinâmica. como categorias utilizadas pelo sujeito na explicação e compreensão do objeto. (FILHO; SILVIO, 1997)

Para a análise dos dados coletados, nos apoiaremos em autores que epistemologicamente, tem em sua base o materialismo histórico dialético, ou que com ele dialoga, que foram apresentados no capítulo 1.

4.2 Coleta de Dados – Fontes utilizadas

Para o levantamento de dados foram coletadas informações de todos os docentes desde a criação da UFOB em 05/06/2013 até 24/03/2019, período escolhido como recorte da pesquisa, nos seguintes locais:

- Sistema Acadêmico – SIAC/UFBA;
- Sistema Integrado de Gestão Acadêmica – SIGAA/UFOB;
- Currículos na Plataforma Lattes – CNPQ;
- Portal da Transparência do Ministério do Planejamento;
- Diário Oficial da União – DOU;
- Solicitação de acesso à informação pela plataforma E-SIC quando os dados não estavam disponíveis publicamente;
- Acervo físico do Gabinete da Reitoria.

Foi realizada a criação de um banco de dados com as informações coletadas, com os dados coletados foi possível traçar o perfil dos docentes de uma forma geral e principalmente do professor gestor, analisando suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão. As informações levantadas serão do período da criação da UFOB até o último dia do semestre 2018-2.

4.3 Descrição da coleta de dados

Nesse item descreveremos como foi realizada a coleta dos dados de forma detalhada, uma vez que um dos maiores desafios dessa pesquisa foi a busca por informações relativas às atividades desenvolvidas pelos docentes, pois não estavam centralizadas, por isso a necessidade de buscar os dados em várias fontes de bases de dados diferentes, inclusive tendo que recriar algumas que estavam apenas no formato escrito (PDF).

A busca e sistematização das fontes de dados teve início em março de 2019, e terminou em dezembro de 2021, assim serão descritas abaixo cada fonte de dados utilizada na pesquisa e dificuldades para obter os dados e/ou sistematização deles.

4.4 Sistema Acadêmico – SIAC/UFBA

Ao ser criada, a UFOB ficou sob tutoria da UFBA até 31 de julho de 2017, instituição que anteriormente era a mantenedora antes do desmembramento. No entanto, após o desmembramento (05/06/2013) em relação aos sistemas SIAC/UFBA a UFOB não pôde inserir nenhum novo curso e estudante, o que ocasionou vários problemas desnecessários, uma vez que a tutora deveria prestar apoio tendo em vista o não interrompimento das atividades e ajudar a UFOB no que fosse necessário até a implementação inicial de sistemas

de gestão e aprovação de regulamentação básica próprio da instituição, como Estatuto, Regimento Geral e Regulamentos de Ensino.

Esse problema apresentado fez com que quase a totalidade dos docentes que iniciaram suas atividades desde a implementação da UFOB até a implantação de seu sistema de gestão acadêmica no início de 2016, o SIGAA/UFOB, tivessem o registro de suas atividades em planilhas eletrônicas, todavia fora de um sistema estruturado de gestão acadêmica com banco de dados, gerando grandes transtornos que se refletiram na construção do banco de dados para a pesquisa. No entanto, a pesquisa contribuirá, porque ao final de seu desenvolvimento será entregue o banco de dados completo à UFOB para que ela possa desenvolver auditoria, ajustes e correções necessárias. Assumimos esse compromisso até mesmo como uma contrapartida com a instituição que nos abriu as portas e deu amplo acesso para o desenvolvimento da pesquisa.

Nesse sentido, para buscar a maior parte dos dados que tinham relação com os docentes que foram transferidos, se desligaram ou permaneceram na UFOB após o desmembramento, foi necessário por meio de acesso precário ao SIAC/UFBA, em que o mesmo só permitia a extração dos dados via arquivos do tipo PDF.

Então apenas para dar um panorama geral de como estavam os registros coletados:

- Cursos de Graduação e Pós-graduação iniciados ainda no ICADS/UFBA continuaram no sistema SIAC/UFBA até o semestre 2015-1 (por volta de julho de 2015) e foi interrompido seu acesso por meio da UFBA.
- Todos os alunos transferidos do ICADS/UFBA para UFOB continuaram no SIAC/UFBA até o semestre 2015-1 (por volta de julho de 2015) e foi interrompido seu acesso por meio da UFBA.
- Os cursos e alunos que iniciaram suas atividades acadêmicas após 05/06/2013 foram registrados em planilhas eletrônicas até a implantação do sistema de gestão acadêmica SIGAA/UFOB no início de 2016.
- Após o início da utilização do sistema de gestão acadêmica SIGAA/UFOB, a grande maioria dos dados foram inseridos no sistema.

Assim, com o acesso que a Superintendência Universitária da UFOB possuía do SIAC/UFBA foi possível extrair 268 arquivos com encargos docentes, dos docentes desde o período ICADS/UFBA até UFOB (2015-1), esses arquivos geraram 618 páginas que foram convertidas para planilhas eletrônicas, página por página de cada arquivo PDF.

Além dos encargos de ensino, foram necessários ainda a emissão de arquivos com as turmas que foram ofertadas entre 2006-2 e 2015-1, sendo estão 21 arquivos em formato PDF com 372 páginas e que também foram convertidas em planilhas eletrônicas, página por página de cada arquivo PDF. Esses novos arquivos foram necessários para complementar os dados de

encargo de ensino, uma vez que muitas turmas eram criadas e canceladas por falta de alunos ou remanejamento, ou seja, não condiziam com o encargo real de ensino.

Para fazer uma triangulação entre os dados de encargo de ensino, turmas ofertadas, também foram utilizados os históricos dos estudantes para cruzar as informações. Nesse sentido, foram utilizadas 4933 páginas de históricos de estudantes emitidos em PDF, que foram convertidas para planilhas eletrônicas, página por página de cada arquivo PDF.

O processo de conversão, conferência e verificação final levou aproximadamente 10 meses até a finalização da produção de um banco de dados com as informações coletadas referentes ao sistema SIAC/UFBA. Esse procedimento foi necessário para que a fidedignidade dos dados utilizados na pesquisa fossem a mais alta possível. Nesse sentido é importante destacar que a UFBA forneceu acesso aos dados de forma limitada por meio da criação de um servidor específico com dados do SIAC/UFBA com acesso via VPN, no entanto, sem a devida estruturação do sistema utilizado, o que dificultou a devida extração das informações de registros acadêmicos necessários para a inserção em um novo sistema que estava em fase de implantação, ou seja, a UFOB não tinha acesso localmente aos dados, e teve a cessão de acesso em julho de 2015. Nesse sentido, caso a UFBA tivesse realizado a articulação de transferência dos dados de uma forma mais organizada o trabalho desenvolvido nessa etapa da coleta de dados teria diminuído demasiadamente.

4.5 Sistema Integrado de Gestão Acadêmica – SIGAA/UFOB

Após a confecção do banco de dados dos cursos e estudantes migrados do ICADS/UFBA para UFOB, foi iniciada uma segunda etapa que foi extrair as informações dos encargos de ensino dos docentes após a implementação do sistema acadêmico SIGAA/UFOB, que ocorreu no início de 2016. Nesse sentido, em relação a encargos de ensino, os dados lançados no sistema foram iniciados no semestre 2015-2, com a totalidade de cursos e estudantes que a instituição possuía daquele momento em diante.

No entanto, durante os períodos de 2014-2, 2015-1 e alguns dados de 2015-2 não estavam inseridos no sistema, porque nesses períodos os registros acadêmicos foram realizados por meio de planilhas eletrônicas, ou seja, sem um sistema acadêmico com banco de dados estruturado.

Em relação a essa fonte de dados foram realizadas duas etapas:

- Foi realizado a extração dos encargos de ensino dos docentes por meio de relatórios em formato de planilhas eletrônicas, com os dados de 2015-2 até 2018-2.
- Para o período 2014-2, 2015-1 e os dados incongruentes de 2015-2, foi solicitado a informação via E-SIC, que será detalhado mais adiante.

Após a coleta completa dos dados informados foi possível realizar a confecção de um banco de dados completo, com os encargos de ensino dos docentes para o recorte do período escolhido para a pesquisa. Esse processo, como podemos perceber foi mais rápido do que o anterior, porque o sistema acadêmico exportava os dados em formato de planilha, sem a necessidade de conversão, no entanto, como os dados que faltavam (2014-2, 2015-1 e alguns de 2015-2), ficamos atrelados ao tempo dos diversos recursos que tivemos que impetrar junto ao E-SIC para obter a informação, nesse sentido, o pedido inicial foi via E-SIC foi em 20/01/2019 e após os recursos e e-mails fora da plataforma E-SIC junto ao responsável na UFOB pela administração do mesmo, os dados referentes faltantes findaram em 16/10/2019.

4.6 Currículos na Plataforma Lattes – CNPQ

Como podemos verificar anteriormente, os dados referentes ao trabalho docente na UFOB passaram, e ainda passam, por implementação. Nesse sentido, para termos acesso aos dados de pesquisa e extensão desenvolvida pelos docentes da UFOB recorreremos à Plataforma Lattes do CNPQ.

Inicialmente foi realizada uma busca pelos endereços dos currículos de cada docente que atuaram entre 2006-2 até 2018-2 enquanto ICADS/UFBA e UFOB. Assim, foram contabilizados 658 docentes (ativos, inativos e temporários), sendo que 651 possuíam currículo na plataforma Lattes. Para chegar aos endereços dos currículos foi necessário utilizar uma forma automatizada e para isso foi utilizado um recurso chamado *Macro WEB*. Esse recurso automatiza cliques de *mouse* em *sites* em posições pré-determinadas. Assim foram feitas pesquisas no site da Plataforma Lattes com os nomes dos 658 docentes, utilizando como filtro a atuação docente na UFBA e UFOB. Após realizar a verificação, alguns docentes que não possuíam a atuação na UFBA e UFOB foram adicionados à planilha de forma manual.

Com a planilha com os endereços dos currículos Lattes pronta, iniciamos a sistematização da coleta de dados. Esse processo foi demasiadamente trabalhoso, uma vez que para ter acesso aos currículos Lattes à época era necessário digitar um código *Captcha*³⁰. Para que isso fosse realizado de forma automatizada, foi utilizado novamente o recurso Macro WEB, com a listagem dos endereços do currículo lattes de cada docente em uma planilha, a automação fazia a leitura do endereço, inseria no navegador e realizava os cliques necessários

³⁰ O CAPTCHA (Completely Automated Public Turing test to tell Computers and Humans Apart, Teste de Turing público completamente automatizado para distinguir entre computadores e pessoas) é um tipo de medida de segurança conhecido como autenticação por desafio e resposta. <<https://support.google.com/a/answer/1217728?hl=pt-br>>. Acesso em 01/08/2021

até chegar ao *Captcha*, isso só foi possível porque o site da Plataforma Lattes tem uma estrutura específica. Quando a automação chegava na parte de digitar o *Captcha* era realizado a leitura e inserção manual do código e a automação continuava até realizar o *download* do arquivo XML do currículo Lattes de cada um dos docentes constantes na planilha. Entre a produção das duas automações, testes e a realização do download de todos os currículos, foram aproximadamente 2 meses, sendo que para não termos uma discrepância entre o *download* do primeiro currículo e o último, eles foram feitos entre os dias 10/03/2019 e 20/03/2019.

Após o *download* dos arquivos XML, foi utilizado um *software* chamado Extrator Lattes CNPq³¹ desenvolvido por Lucas dos Santos Abreu que tem como objetivo ser um “Extrator em C# para tratar a leitura de currículos XML da Plataforma Lattes do CNPq e alimentá-los em uma base de dados SQL para fins de consulta.”, assim com o auxílio do *software* foi possível montar uma base de dados com a produção de pesquisa e extensão dos docentes que atuam ou atuaram entre os períodos letivos 2006-2 à 2018-2 no ICADS/UFBA e UFOB.

4.7 Portal da Transparência do Ministério do Planejamento

O Portal da Transparência do Ministério do Planejamento foi utilizado principalmente para tirar dúvidas com relação às datas referentes às funções desempenhadas pelos docentes, uma vez que vários deles atuaram em mais de uma função. Nesse sentido, para uma maior fidedignidade dos dados em relação às datas, ele foi utilizado para esse fim.

4.8 Diário Oficial da União – DOU

Assim como no caso do Portal da Transparência do Ministério do Planejamento, o Diário Oficial também foi utilizado principalmente para tirar dúvidas com relação às datas referentes ao ingresso ou exoneração dos docentes. Nesse sentido, para uma maior fidedignidade dos dados em relação às datas, ele foi utilizado para esse fim.

4.9 Solicitação de acesso à informação pela plataforma E-SIC

Uma vez iniciada a pesquisa, muitas eram as lacunas conhecidas em relação aos dados que buscaríamos, outros surgiram durante o desenvolvimento. Nesse sentido, foram realizados os seguintes pedidos de informação junto a plataforma E-SIC³² da CGU, estão relacionados os pedidos na Tabela 30:

³¹ Disponível em <https://fabricadesoftwareuniville.github.io/ExtratorLattesCNPq/>

³² Hoje conhecida como Fala.BR - <https://esic.cgu.gov.br/falabr.html>.

Tabela 30: Pedidos E-SIC

Solicitações no E-SIC				
Índice	Órgão Vinculado	Resumo da Solicitação	Solicitação	Atendimento
1	UFOB - Universidade Federal do Oeste da Bahia	Dados de Afastamentos e Licenças dos Servidores da Universidade Federal do Oeste da Bahia no período 01/06/2013 a 06/03/2019.	20/01/2019	07/07/2019
2	UFOB - Universidade Federal do Oeste da Bahia	Encargos de Ensino de todos os Docentes no período de 2014-2 a 2015-2	20/01/2019	16/01/2020
3	UFOB - Universidade Federal do Oeste da Bahia	Docentes que ocuparam cargos com FG e CD a partir de 05/06/2013.	20/01/2019	15/10/2020
4	UFBA – Universidade Federal da Bahia	Dados de Afastamentos e Licenças dos Servidores da Universidade Federal da Bahia no período 01/01/2006 a 30/06/2015	06/03/2019	18/04/2019
5	UFOB - Universidade Federal do Oeste da Bahia	Dados de acesso ao sistema de E-mail oficial da Universidade Federal do Oeste da Bahia	06/03/2019	25/03/2019
6	UFOB - Universidade Federal do Oeste da Bahia	Dados de acesso ao Sistema Integrado (SIGAA)	06/03/2019	13/12/2020
7	UFOB - Universidade Federal do Oeste da Bahia	Contratação de Docente por Tempo Determinado	27/03/2019	16/07/2019
8	UFOB - Universidade Federal do Oeste da Bahia	Afastamentos para Qualificação Docente e Plano de Qualificação Docente	27/03/2019	11/11/2019
9	UFOB - Universidade Federal do Oeste da Bahia	Solicitação da quantidade de tempo despendido para realizar as funções de CD e FG	16/04/2019	06/12/2020

Fonte: E-SIC (2021) – Elaborado pelo autor

Para a pesquisa foram realizados 9 pedidos de acesso à informação, uma vez que os dados não eram públicos; importante salientar que nem todas as informações foram utilizadas diretamente, mas para um cruzamento com outros pedidos.

Alguns pedidos foram atendidos mais facilmente, como o 1 e 4, isso porque os dados estavam no sistema SIGEPE. No entanto, o restante foi necessário mais tempo para seu atendimento; também importante deixar o registro quanto a dificuldade de acesso a alguns dados, como das solicitações 5 e 6; foi necessário explicar ao Pró Reitor à época que não se tratava de dados sensíveis, conforme a cartilha do CGU:

Por fim, destaca-se rol exemplificativo sobre as informações pessoais que podem ser consideradas sensíveis:

- Data de nascimento;
- Endereço pessoal ou comercial do requisitante;
- Endereço eletrônico (e-mail) pessoal;
- Número de telefone pessoal (fixo ou móvel);
- Informações financeiras e patrimoniais;
- Informações referentes a alimentandos, dependentes ou pensões;
- Informações médicas;
- Origem racial ou étnica, orientação sexual, convicções religiosas, filosóficas ou morais. (CGU, 2015)

Quanto aos pedidos 5 e 6 não estavam sendo solicitados nenhuma dessas informações. Nesse sentido, foi concedido o acesso. No entanto, o pedido 5 era tão limitado que não foi possível sua utilização na pesquisa, visto que a universidade não possuía os arquivos de registro de acesso ao e-mail institucional por mais de 1 mês, por falta de espaço em seus servidores, o que demonstra a precária infraestrutura de TI da universidade e o baixo investimento advindo do Governo Federal para uma questão sensível como essa. Para solucionar o problema, elencado, a universidade aderiu ao *Google Education*, migrando o e-mail institucional para o *Gmail* em 2020.

Em relação ao pedido 6, ele foi atendido em um primeiro momento. No entanto, ao iniciar o manuseio das informações percebemos que algumas delas estavam faltando nos arquivos enviados, devido a forma de extração utilizada. Ao detectar as incongruências, foi

realizada a extração de forma adequada, que gerou mais de 11 milhões de linhas de banco de dados.

Os pedidos 3 e 9 tiveram obstáculos, inicialmente no pedido 9 uma vez que tivemos que recorrer até ao CGU para ter acesso à informação, que apresentou um prazo de entrega até agosto de 2019 da informação. Quando não ocorreu a entrega das informações, foi realizada uma reunião com o Pró-reitor de Gestão de Pessoas à época que solicitou mais tempo para a entrega. No entanto, não foi possível, devido a todo processo de mudança de gestão da reitoria advinda da primeira eleição de reitorado. Após a nomeação do reitor, solicitamos uma reunião com o Magnífico Reitor Jacques Antônio de Miranda que atendeu prontamente, e deu andamento a demanda e em janeiro de 2020 tivemos acesso aos dados solicitados.

Porém, ao analisarmos com mais cuidado, e cruzando as informações enviadas no pedido 3 com os dados do Portal da Transparência, foi possível verificar que estavam faltando informações no pedido 3. Assim foi solicitado à Chefia de Gabinete para disponibilizar as Portarias emitidas pela Reitoria desde 2013, o que foi realizado. Após a análise de todas as portarias foi detectado que mais docentes ocuparam cargos de gestão, porém por períodos pequenos no início da gestão. Após correção do pedido 9, foi solicitado a complementação dos dados à Reitoria, que encaminhou a versão final em 06/12/2020.

O pedido 2 foi um dos maiores desafios, isso porque a forma de registro utilizada na época em que foram realizados dificultou a fidedignidade dos dados, sendo necessário buscar em mais de um local a informação; ou seja, na Superintendência Acadêmica existiam as planilhas eletrônicas que continham a maior parte dos dados de registro de notas e frequência dos estudantes, no entanto, nem sempre havia a informação referente ao docente que ministrou o componente, isso porque inicialmente essa informação seria de responsabilidade das Coordenadorias Gerais de Núcleos Docentes – CGND vinculados aos Centros, porém com as mudanças recorrentes de coordenadores(as) de CGND muitas informações não estavam disponíveis e tiveram que ser resgatas junto aos docentes que ministraram as turmas em 2014-2, 2015-1 e 2015-2. Nesse sentido, a finalização do envio dessas informações ocorreu em 16/01/2020.

4.10 Acervo físico do Gabinete da Reitoria

O Gabinete da Reitoria possui um acervo físico com documentos que remetem aos períodos do ICADS/UFBA, e que estão sendo utilizados para a construção de um memorial. Com a reunião realizada com o Magnífico Reitor sobre a demanda do pedido 9, ele colocou à disposição o acesso aos arquivos.

Uma vez da posse dos arquivos, eles foram digitalizados entre março e maio de 2020, após a digitalização foi realizada uma ferramenta com um recurso de OCR³³, para facilitar a pesquisa por termos.

Após a finalização da digitalização foram devolvidos os arquivos em sua totalidade ao Gabinete da Reitoria e firmado um compromisso de disponibilização dos arquivos digitais para serem inseridos ao repositório institucional, assim que ele estiver disponível.

A maioria desses arquivos não estão disponíveis na *internet*, por isso se fez necessário sua inclusão como anexos a esse texto.

4.11 Descrição da organização e sistematização dos dados – Big Data e Data Mining

A coleta de dados da pesquisa gerou uma enorme quantidade de dados, documentos em PDF, planilhas eletrônicas e bancos de dados em SQL. As grandes quantidades de dados, quando realizados os tratamentos adequados, geram informação, ou seja, dados qualitativos para análise.

Segundo Fernando Amaral, “*Dados são fatos coletados e normalmente armazenados. Informação é o dado analisado e com algum significado. O conhecimento é a informação interpretada, entendida e aplicada para um fim.*”(AMARAL, 2016).

Ainda segundo Fernando Amaral:

[...] o dado terá uma estrutura específica: um XML, texto plano, registros em um banco de dados relacional, entre outros.

Depois de conservado, o dado passará por processos de transformação. Estes processos são necessários porque existe: uma diferença na estrutura do dado, entre o modelo em que ele foi armazenado e o modelo ideal para seu consumo.

Um exemplo clássico de transformação são os processos de ETL – *Extract, Transform and Load* ou extração, transformação e carga para a construção de

data warehouses, depósitos de dados corporativos voltados ao apoio a decisão.

Mas este é um exemplo extremo e de alto custo computacional: uma simples formatação de um XML de uma nota fiscal eletrônica, para exibí-la de forma amigável em um formulário, já representa um processo de transformar dados.

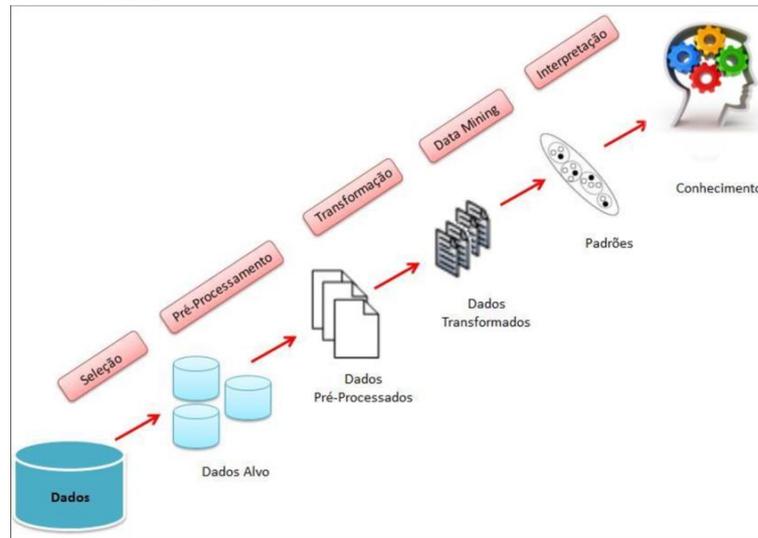
Dados produzidos, armazenados e transformados estão, agora, prontos para serem analisados. A etapa de análise de dados consiste na execução de qualquer operação para extrair informação e conhecimento dos dados. A simples execução de uma consulta SQL para visualizar as vendas do dia ou a criação de um modelo de classificação usando redes neurais artificiais são exemplos extremos de processos de análise de dados. Outra etapa importante

³³ OCR é um acrônimo para o inglês Optical Character Recognition, é uma tecnologia para reconhecer caracteres a partir de um arquivo de imagem ou mapa de bits sejam eles escaneados, escritos a mão, datilografados ou impressos. Dessa forma, através do OCR é possível obter um arquivo de texto editável por um computador. < https://pt.wikipedia.org/wiki/Reconhecimento_%C3%B3tico_de_caracteres>. Acesso em 01/08/2021

na vida do dado é sua visualização: esta etapa normalmente não vai alterar a estrutura como ele está armazenado, aliás, existem processos de transformação que são executados exclusivamente para adequá-los às ferramentas de visualização, mas vai propiciar ao consumidor do dado a chance de compreendê-lo de forma mais clara e intuitiva. (AMARAL, 2016)

As etapas descritas por Fernando Amaral, condizem com o processo de Descoberta de Conhecimento em Bases de Dados, em inglês KDD (*Knowledge Discovery in Databases*) que fica mais bem ilustrado na Figura 9:

Figura 9: Etapas Processo KDD



Fonte:(CAMARGO *et al.*, 2016)

Deste modo, a coleta de dados realizada na pesquisa gerou uma quantidade significativa de dados e foi necessário a utilização da metodologia de *Big Data* e consequentemente *Data Mining*.

Para cada categoria que será apresentada no próximo item, foram necessárias várias horas de trabalho para coleta dos dados, realizar a seleção do que realmente era necessário, chegando aos “dados alvo”; e com os “dados alvo”, realizar um pré-processamento para ter uma base mais estruturada para realizar as transformações necessárias, após as transformações, utilizar as técnicas(estatísticas ou semânticas) necessárias para identificar os padrões existentes, para chegar ao final e por meio da interpretação poder gerar o conhecimento para análise das categorias.

Um exemplo, para simplificar o entendimento do que foi necessário alcançar para chegar no conhecimento gerado para análise posterior, foi realizar a busca no sistema SIAC/UFBA das turmas que cada um dos docentes ministrou entre 2006-2 e 2015-1, isso de forma individualizada, fazendo o *download* de arquivos em PDF de cada um dos docentes. Com os arquivos em PDF's, foi necessário analisar o que era necessário extrair de dados daqueles arquivos e realizar um pré-processamento, ou seja, uma transformação do arquivo

PDF em planilha de dados. A simples transformação do arquivo PDF em planilha de dados não nos apresenta tudo de forma organizada para manipulação dos dados, assim foi necessário um tempo demasiado para transformar a planilha de dados em uma base de dados estruturada, ou seja, os dados transformados para análise. Assim, com a base de dados estruturada foi possível realizar as análises, identificação de padrões, interpretá-los e utilizá-los, por exemplo, na categoria Ensino. Assim como nesse exemplo, foram necessárias várias horas debruçados sobre os dados até conseguir sistematizá-los para análise e apresentação nas categorias de análise.

Para fins de registro, no momento da escrita deste texto tínhamos aproximadamente em cada base de dados:

- Base de Dados das Atividades de Ensino de Docentes da Instituição investigada: **365.561 linhas**
- Base de Dados das Atividades de Pesquisa de Docentes da Instituição investigada: **7.509 linhas**
- Base de Dados das Atividades de Extensão de Docentes da Instituição investigada: **278 linhas**
- Base de Dados das Atividades de Gestão de Docentes da Instituição investigada: **11.127,851 linhas**

Para cada linha na base de dados existem diversas variáveis diferentes (divididas em colunas), que serão exploradas nas categorias.

5 CATEGORIZAÇÃO E APRESENTAÇÃO DOS DADOS COLETADOS

Neste capítulo vamos apresentar a categorização utilizada e os dados coletados de forma sistematizada.

Com base na Lei 12772/2012 que dispõe sobre Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, decidimos categorizar e analisar os dados coletados de acordo com as prerrogativas instituídas no Art. 20:

Art. 20. O Professor das IFE, ocupante de cargo efetivo do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, será submetido a um dos seguintes regimes de trabalho:

I - 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, em tempo integral, com dedicação exclusiva às atividades de **ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional**.

II - tempo parcial de 20 (vinte) horas semanais de trabalho.

[...]

§ 3º Os docentes em regime de 20 (vinte) horas poderão ser temporariamente vinculados ao regime de 40 (quarenta) horas sem dedicação exclusiva após a verificação de inexistência de acúmulo de cargos e da existência de recursos orçamentários e financeiros para as despesas decorrentes da alteração do regime, considerando-se o caráter especial da atribuição do regime de 40 (quarenta) horas sem dedicação exclusiva, conforme disposto no § 1º, nas seguintes hipóteses:

I - **ocupação de cargo de direção, função gratificada ou função de coordenação de cursos**; ou

II - participação em outras ações de interesse institucional definidas pelo conselho superior da IFE. (BRASIL, Casa Civil, 2012) (grifo nosso)

Assim com base nos dados coletados, foram selecionados de um total de 410 docentes, 403 docentes efetivos, sendo, 40 horas dedicação exclusiva (376 docentes), 40 horas sem dedicação exclusiva (3 docentes) e 20 horas (24 docentes), que estiveram e/ou passaram na instituição no período entre a criação da UFOB em 05/06/2013 a 24/03/2019, que compreende os semestres entre 2013-1 e 2018-2. Não foi possível a participação de todos os docentes na pesquisa uma vez que 6 deles não tinham currículo Lattes no momento da coleta (março de 2019) o que impossibilita a análise de dados em relação à pesquisa e extensão, sendo a sua grande maioria de docentes da área da saúde 20 horas, e 1 outro docente que não completou ao menos 1 semestre na instituição, o que impossibilita a coleta de dados em relação a encargo de ensino, totalizando 7 docentes que não puderam participar da pesquisa.

5.1 Perfil Docente

Para que possamos ter uma ideia dos docentes efetivos que atuam ou atuaram na instituição, acreditamos que algumas informações são necessárias, nesse sentido, serão apresentadas algumas características do corpo docente, tendo como base os 403 docentes

selecionados. Nesse momento, ainda não faremos análise referente aos cargos que alguns deles ocupam ou ocuparam.

Partindo do princípio da criação no interior da Bahia, a Universidade Federal do Oeste da Bahia, que já nasce se expandindo na região oeste, é de suma importância entender quem são os docentes que ocupam esses postos de trabalho e com qual qualificação.

Nesse sentido, temos 2 mapas, um na Figura 10 com os países da naturalidade dos docentes, o que mostra uma diversidade, apesar de ser pequena, e na Figura 11 o mapa com os estados onde nasceram a maior parte dos docentes da UFOB, que são de naturalidade Brasileira,

Figura 10: Mapa com a naturalidade dos Docentes da UFOB entre 2013-2018



Fonte: Currículo Lattes – Elaborado pelo autor.

Dos docentes selecionados para a pesquisa, 395 são tem naturalidade Brasileira, 2 Colombiana, 2 Cubana, 1 Norte Americana, 1 Panamenha, 1 Peruana e 1 Venezuelana.

Figura 11: Mapa com os estados dos docentes com naturalidade Brasileira

Fonte: Currículo Lattes– Elaborado pelo autor.

Os docentes com nacionalidade Brasileira, no mapa tem uma escala do azul claro, com o número menor de docentes da amostra, passando pelo amarelo, com um número intermediário, até chegar na cor vermelha, que representa a maior densidade da naturalidade dos docentes, sendo então contabilizados na Tabela 31:

Tabela 31: Quantidade de Docentes por Estado de naturalidade

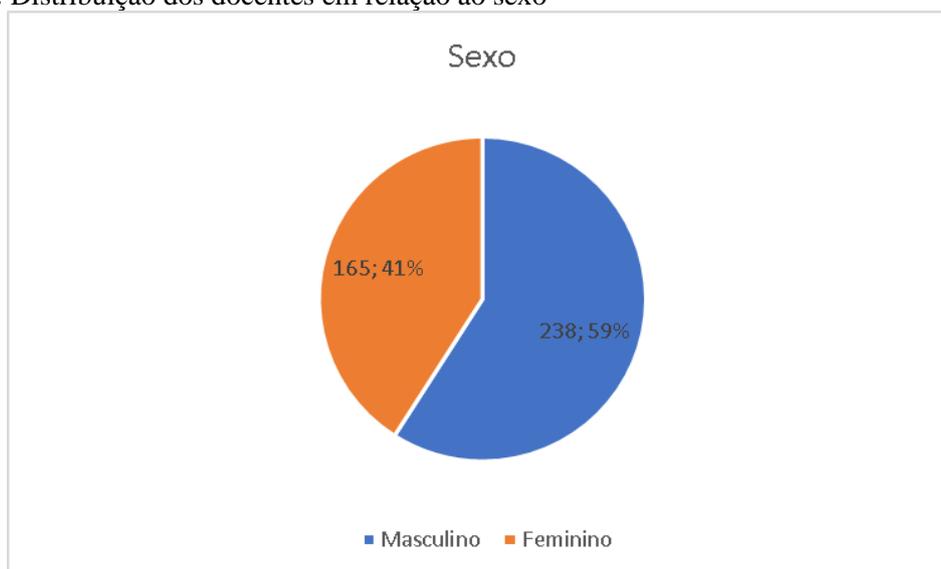
Estado	Quantidade
AL	1
AM	1
BA	159
CE	10
DF	9
ES	3
GO	14
MA	2
MG	35
MS	4
MT	2
PA	2
PB	14
PE	16
PI	6
PR	14
RJ	18
RN	9
RO	1
RS	17
SC	4
SE	6
SP	39
TO	3
TOTAL	389

* 6 Docentes não informaram esses dados no seu Currículo Lattes

Fonte: Currículo Lattes dos Docentes – Elaborado pelo autor.

Assim, 41% dos docentes da amostra são da Bahia, no entanto, dos 159 docentes da Bahia, apenas 9 são de cidades do Oeste da Bahia, isso se deve principalmente ao acesso ao ensino superior e pós-graduação no estado, ocorrendo então um efeito migratório de docentes de cidades mais ao leste do estado e dos outros estados brasileiros, como São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Gráfico 7: Distribuição dos docentes em relação ao sexo



Fonte: (INEP, 2014a, 2016a, 2017a, 2018, 2020a) – Elaborado pelo autor.

Em relação à distribuição dos docentes por sexo informado no Censo da Educação Superior, temos uma maioria masculina 59% contra 41% feminina. Essa informação apesar de não ser importante se analisada em separado, no momento da análise da ocupação de cargos de gestão será importante.

Vejamos ainda um dado relevante em relação a cor e raça, que será discutido logo adiante. Vimos que uma parcela significativa dos professores da Universidade é natural do estado da Bahia e podemos observar na Tabela 32 que o estado da Bahia tem em sua maioria a população Preta e Parda:

Tabela 32: População da Bahia Cor/Raça

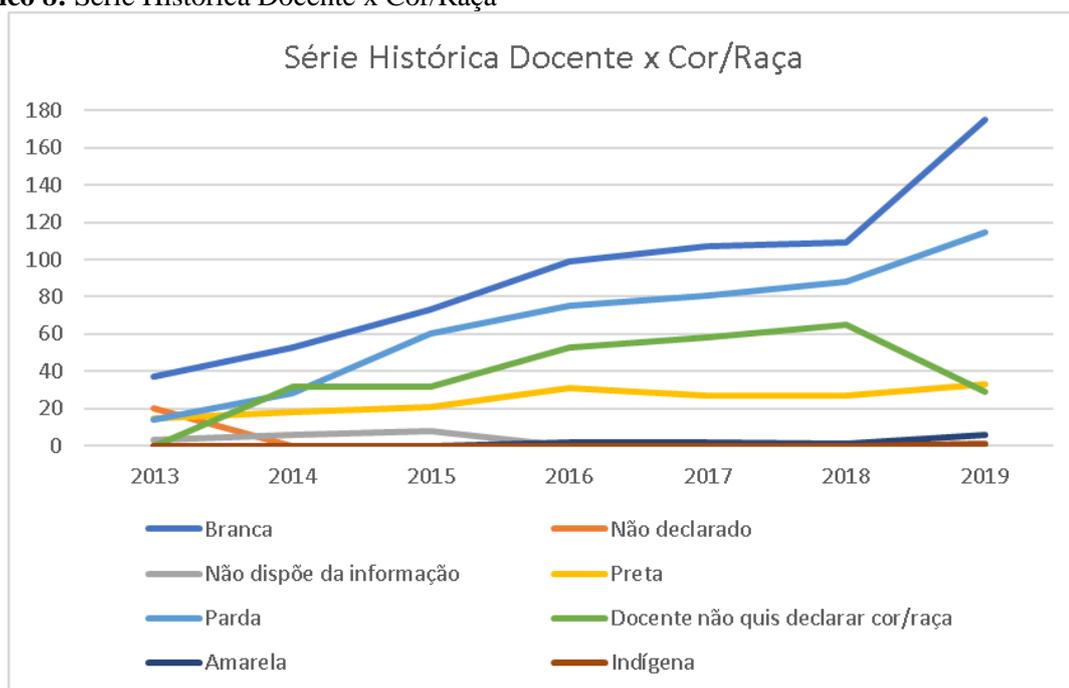
Distribuição da população, por cor ou raça, com indicação do coeficiente de variação, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2018										
Grandes Regiões e Unidades da Federação	Total (1 000 pessoas)		Distribuição percentual por cor ou raça							
	Total	CV (%)	Branca		Preta		Parda		Amarela ou indígena	
			Total	CV (%)	Total	CV (%)	Total	CV (%)	Total	CV (%)
Brasil	207 853	-	43,1	0,5	9,3	1,2	46,5	0,4	1,1	4,1
Norte	17 871	-	19,3	2,0	7,1	4,5	71,8	0,7	1,8	8,1
Rondônia	1 747	-	29,5	3,7	6,7	8,8	62,4	2,0	1,4	16,8
Acre	853	-	21,0	4,0	5,3	8,4	72,3	1,3	1,3	16,7
Amazonas	3 922	-	16,8	5,2	3,0	12,3	77,4	1,3	2,8	19,1
Roraima	513	-	23,7	6,2	7,7	8,3	60,9	2,4	7,7	14,4
Pará	8 472	-	17,8	3,6	8,2	7,4	72,7	1,2	1,3	12,7
Amapá	822	-	17,4	7,0	7,0	13,6	74,3	1,8	1,2	22,6
Tocantins	1 542	-	21,1	4,6	12,4	7,5	65,0	1,7	1,4	16,5
Nordeste	56 618	-	24,6	1,1	11,3	2,0	63,2	0,5	0,8	5,2
Maranhão	7 001	-	18,3	2,5	11,9	3,8	68,5	0,8	1,2	7,9
Piauí	3 264	-	19,8	4,2	9,1	6,4	70,9	1,4	0,2	27,2
Ceará	9 073	-	28,2	2,4	5,3	5,1	65,7	1,1	0,8	13,9
Rio Grande do Norte	3 479	-	35,9	3,3	6,0	7,2	58,0	1,8	0,2	34,4
Paraíba	3 975	-	32,9	2,8	5,7	7,8	61,0	1,5	0,4	18,8
Pernambuco	9 439	-	31,2	2,7	6,5	5,5	61,2	1,3	1,1	12,7
Alagoas	3 316	-	25,4	3,3	5,7	6,1	67,7	1,3	1,2	14,9
Sergipe	2 278	-	19,4	5,0	8,2	7,0	71,5	1,5	0,9	15,4
Bahia	14 793	-	18,1	3,5	22,9	3,3	58,2	1,3	0,8	12,3
Sudeste	87 691	-	50,7	0,9	9,9	2,0	38,3	1,1	1,1	7,9
Minas Gerais	21 030	-	39,7	1,8	11,8	3,5	48,2	1,3	0,3	15,1
Espírito Santo	3 969	-	37,1	2,8	11,0	4,2	51,1	1,9	0,8	10,6
Rio de Janeiro	17 159	-	45,2	1,6	13,4	2,8	40,8	1,5	0,6	10,2
São Paulo	45 533	-	59,1	1,3	7,6	3,8	31,6	2,2	1,7	9,6
Sul	29 710	-	73,9	0,6	4,8	3,7	20,6	1,8	0,7	7,6
Paraná	11 336	-	65,5	1,1	4,1	6,4	29,3	2,3	1,2	10,0
Santa Catarina	7 064	-	79,9	0,7	3,0	6,4	16,5	3,2	0,5	15,2
Rio Grande do Sul	11 311	-	78,6	1,0	6,5	5,5	14,5	4,0	0,4	17,0
Centro-Oeste	15 964	-	36,5	1,3	9,2	3,0	53,0	0,9	1,3	9,8
Mato Grosso do Sul	2 679	-	44,0	2,5	6,4	6,5	47,3	2,2	2,3	14,5
Mato Grosso	3 389	-	31,0	3,0	10,2	4,7	57,6	1,6	1,2	30,0
Goiás	6 923	-	35,8	2,2	9,2	5,4	54,0	1,4	1,0	14,4
Distrito Federal	2 972	-	37,5	3,3	10,5	6,1	50,4	2,4	1,5	24,9

Nota: Indígenas, amarelos e pessoas sem declaração de cor ou raça constam no total.

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2018, consolidado de primeiras entrevistas.³⁴

No entanto, quando observamos a série histórica da IFES investigada podemos perceber que o acesso à educação superior e a educação continuada por meio dos programas de pós-graduação infelizmente não traduzem os percentuais da população em relação a cor/raça, como podemos ver na Gráfico 8:

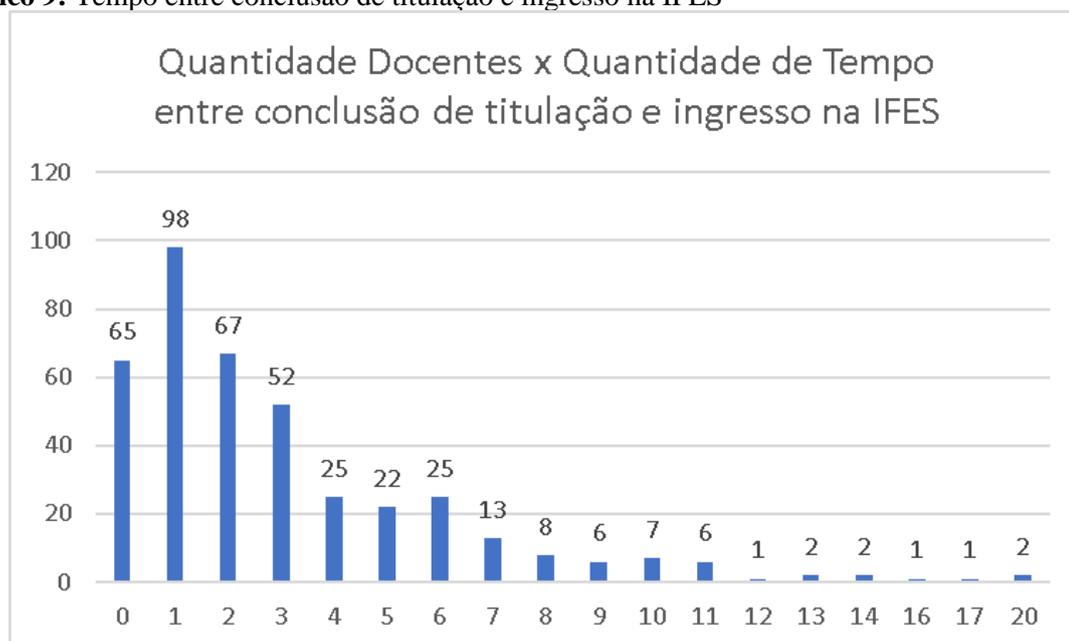
³⁴ Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.html?=&t=resultados>> Acesso em 28/11/2021.

Gráfico 8: Série Histórica Docente x Cor/Raça

Fonte: (INEP, 2014a, 2015a, 2016a, 2017a, 2018, 2019, 2020a) – Elaborado pelo autor

Como podemos analisar o percentual dos docentes que ingressam na universidade é de 45% de pessoas brancas, 8,5% pretas e 30% pardas, em relação aos dados da população da Bahia, os dados mostram o abismo da desigualdade existente na nossa sociedade como um todo, que reflete no acesso ao magistério superior.

Por ser uma universidade interiorizada, a IFES investigada tem em seu corpo docente geralmente pessoas recém-formadas em programas de pós-graduações, e muitas vezes com pouca experiência no magistério superior como podemos perceber na Gráfico 9:

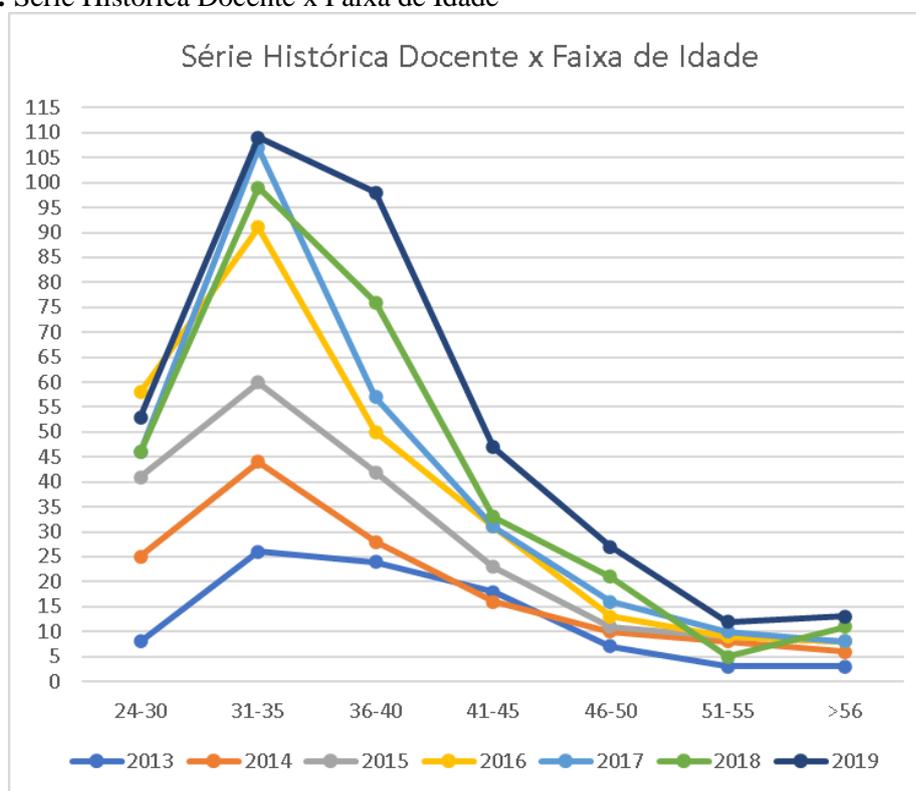
Gráfico 9: Tempo entre conclusão de titulação e ingresso na IFES

Fonte: Currículo Lattes – Elaborado pelo autor.

Ao analisar o período entre a conclusão da titulação necessária para concorrer a vaga de docente no ICADS/UFBA³⁵ e na UFOB, podemos perceber que no Gráfico 8 temos 282 docentes que tem até 3 anos de conclusão da titulação necessária para o acesso à vaga de docente até seu ingresso, ou seja, aproximadamente 70% dos docentes tinham se qualificado para a vaga a menos que 3 anos, infelizmente não temos como utilizar informações referentes à docência anterior ao ingresso na IFES porque nem todos os docentes tem essa informação registrada em seu Currículo Lattes.

Em relação à idade desses docentes é outro fator importante de ser destacado, como podemos averiguar na Gráfico 10:

Gráfico 10: Série Histórica Docente x Faixa de Idade



Fonte: (INEP, 2014a, 2015a, 2016a, 2017a, 2018, 2019, 2020a) – Elaborado pelo autor

Independente do ano de ingresso na universidade com o Gráfico 10 é possível visualizar que há uma concentração de docentes com idade entre 24 e 35 anos e que decai a partir dessa faixa, o que mostra um corpo docente relativamente jovem e com até 3 anos desde a qualificação necessária para o ingresso na IFES.

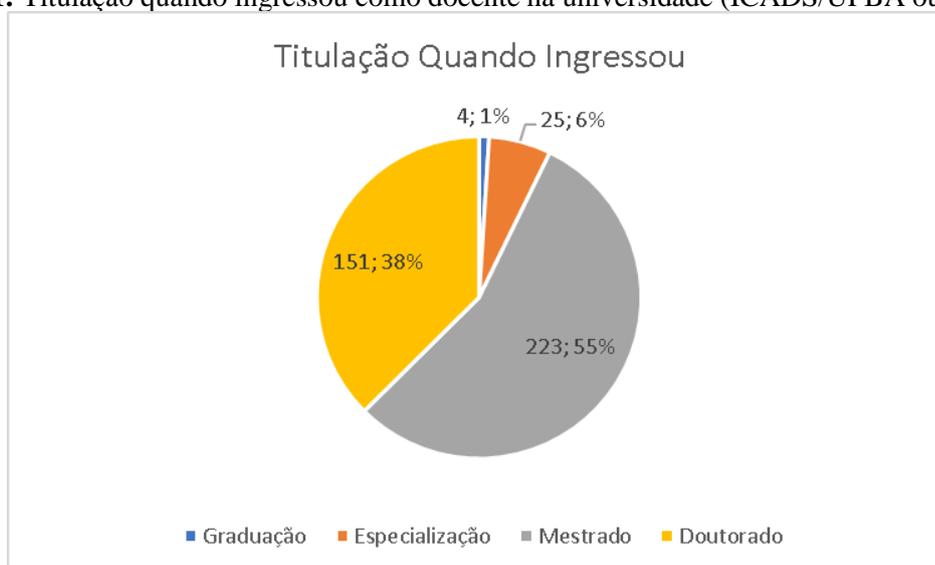
³⁵ Como informado no Capítulo 2 muitos docentes foram transferidos do ICADS/UFBA para UFOB, assim, para facilitar trataremos a partir desse capítulo tanto ICADS/UFBA e UFOB como Instituição Federal de Ensino Superior (IFES).

Nos primeiros concursos, muitos editais requeriam uma titulação mínima de mestrado, em alguns casos apenas graduação, assim acreditamos ser necessário verificar algumas questões em relação ao quadro de docente, como:

- Qual era sua titulação no ingresso?
- Se ele se qualificou após seu ingresso?
- Se estava se qualificando quando foram coletados os dados do Currículo Lattes?
- Se tiveram acesso ao afastamento para qualificação ou estavam afastados?

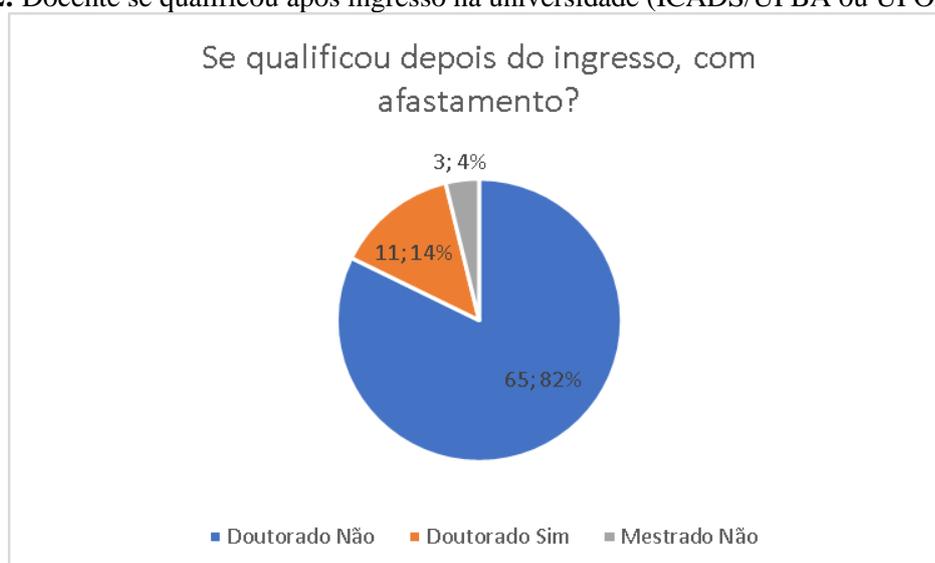
Nesse sentido, por meio dos dados coletados via E-SIC, Currículo Lattes, conseguimos compilar e apresentamos os dados nas Gráficos 11, 12 e 13:

Gráfico 11: Titulação quando ingressou como docente na universidade (ICADS/UFBA ou UFOB)

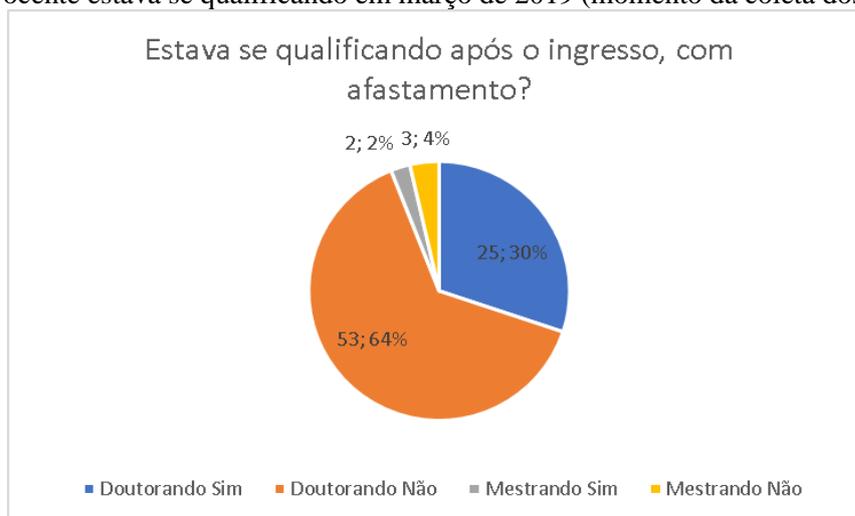


Fonte: Editais de Concurso, elaboração própria.

Gráfico 12: Docente se qualificou após ingresso na universidade (ICADS/UFBA ou UFOB)



Fonte: E-SIC, elaboração própria.

Gráfico 13: Docente estava se qualificando em março de 2019 (momento da coleta dos currículos)

Fonte: E-SIC, elaboração própria.

Com a análise dos dados coletados, podemos perceber que a maioria dos docentes quando do ingresso na universidade não possuíam titulação de doutor (62% do total), com isso após seu ingresso 79 docentes buscaram se qualificar, sendo que apenas 11 tiveram afastamento para realização da qualificação, enquanto a grande maioria realizou sem afastamento. No momento da coleta de dados 83 docentes estavam se qualificando, 94% a nível de doutorado, mas apenas 30% do total de 83 docentes tinha acesso ao afastamento para qualificação.

Nesse sentido, é importante apontar duas questões que envolvem as universidades interiorizadas, a primeira é que quando da sua criação, seja por meio novos *Campi* fora de sede ou desmembramento de *Campus* ligados a universidades, esses locais por serem distantes dos grandes centros não conseguiam atrair doutores, visto que eles possuíam bolsas de pós-doutorado ou tinham perspectivas melhores nos grandes centros. Assim, os editais ofertavam vagas, dependendo do componente curricular a ser ministrado, exigindo apenas Graduação, como foi o caso da IFES em questão, mas sua grande maioria no início exigindo Mestrado. No período UFOB devido as mudanças no país e diminuição de concursos, os editais começaram a exigir cada vez mais o nível de doutorado, sendo apenas algumas áreas com poucos doutores sendo aberto vagas com nível de mestrado. A área da saúde, como o curso de medicina, tem uma outra característica, em que os docentes médicos (geralmente com regime de trabalho 20 horas), são abertos concursos exigindo especialização.

A segunda questão é que após o ingresso, os docentes tendem a continuar se qualificando para participar de pesquisas e programas de pós graduação, o que necessariamente ou é realizado com afastamento para qualificação ou horário especial para

estudante e durante algum tempo existiu uma modalidade de “afastamento parcial” em que o docente por meio do Plano de Qualificação Docente informava semestralmente que estava vinculado a um programa de pós graduação apresentando relatórios do seu desenvolvimento, no entanto, esse docente não tinha redução de encargos de ensino e demais demandas, o que era previsto na Resolução 008/2014 CONEPE/UFOB e a Instrução Normativa 01/2016 CONEPE/UFOB:

Art. 7º Será garantido horário especial para servidor estudante, conforme legislação vigente e de acordo com o planejamento previsto pelo Centro Multidisciplinar, ao docente que realizar qualificação em curso de pós-graduação sem afastamento.

Parágrafo único: A carga-horária destinada à realização de atividades de qualificação docente, sem afastamento, **não poderá exceder dois quintos da carga-horária prevista no regime de trabalho do interessado.**(UFOB/CONEPE, 2014c) (grifo nosso)

II - Qualificação com afastamento parcial: consiste na liberação parcial do docente das atribuições do cargo, respeitando cumulativamente:

- a) manutenção de 3/5 da carga horária total do docente na instituição;
- b) manutenção de carga horária mínima de aulas semanal estabelecida pela legislação vigente, independente do regime de trabalho;**
- c) comprovação de não ocupação de cargo de gestão;
- d) comprovação de compatibilidade de horários entre o curso de pós-graduação e a UFOB. (UFOB/CONEPE, 2016) (grifo nosso)

Assim, podemos verificar que a maioria dos docentes que se qualificaram ou estão se qualificando após o ingresso na universidade tiveram que buscar se qualificar por conta própria, sem afastamento, e mantendo uma rotina intensificada e extensificada para conseguir se qualificar, tendo que arcar com os custos altos, uma vez que a maioria desses docentes realiza sua qualificação em Brasília ou Salvador, cidades em que temos transporte de fácil acesso.

Gráfico 14: Depois que se qualificou (com ou sem afastamento) saiu da universidade.



Fonte: E-SIC, elaboração própria.

Uma questão que acreditamos relevante é que após a qualificação os docentes podem buscar outras instituições, e o que a Gráfico 14 nos mostra é que isso ocorreu com 24 docentes que se qualificaram após o ingresso na universidade, no entanto, quase sua totalidade não teve acesso ao afastamento, o que pode ter influenciado o docente a buscar novos horizontes, ou ter oportunidades mais próximas a família, que como podemos verificar na Tabela 31, muitos desses docentes ou são de outros estados ou quando são da Bahia, são de cidades mais próximas ao litoral.

Assim, o que podemos perceber em relação ao corpo docente da IFES investigada é de uma grande parcela de pessoas do estado da Bahia, predominantemente de cor Branca, do sexo masculino, com faixa etária entre 24 e 40 anos, que se qualificou a pelo menos 3 anos antes do ingresso na IFES, ingressaram em sua maioria com titulação de especialização ou mestrado, e após o ingresso se qualificaram ou estão se qualificando sem afastamento das atividades docentes, e que mesmo após se qualificarem permanecem na instituição.

5.2 Ensino

A carreira docente na universidade passa por várias fases, sendo a primeira o concurso público, que apesar de ter algumas diferenças entre IFES, abrange duas questões que são essenciais: a prova de conhecimento específico da vaga a ser preenchida e uma prova didática. Isso se deve principalmente pela carreira do magistério superior ser baseada no tripé ensino-pesquisa-extensão, no entanto o ensino se destaca na carreira docente como podemos verificar no Decreto 94.664 de 23 de julho de 1987 por meio da Portaria 475 de 26 de agosto de 1987 em seu Art.10 explicita:

Art.10. Serão estabelecidos em regulamento, pelo Conselho Superior competente da IFE, para cada carreira de Magistério:

I- os critérios para concessão, fixação e alteração dos regimes de trabalho do docente;

II - os limites mínimos e máximos de carga horária de aulas, segundo os regimes de trabalho, observadas, a critério do Conselho, a natureza e diversidade de encargos do docente;

III - o processo de acompanhamento e avaliação das atividades dos docentes. § 1º - Para o Magistério Superior, o limite mínimo a que se refere o inciso II, não poderá ser inferior a 8 (oito) horas semanais, em qualquer regime, nem o máximo poderá ser superior a 60%, no regime de 20 horas, e 50% nos de 40 horas e de dedicação exclusiva. (BRASIL, Casa Civil, 1987b) (grifo nosso)

Nesse sentido, o que gera a vaga docente nas IFES é a demanda advinda dos encargos de ensino de determinado curso(s), sendo que docentes 40 horas e dedicação exclusiva (DE) tem um limite máximo de encargo a ser ministrado, não devendo ultrapassar 20 horas

semanais, e os docentes de 20 horas não deverão ultrapassar 12 horas semanais, e para todos os regimes de trabalho o mínimo são de 8 horas semanais e que são reafirmados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9.394 de 20 de dezembro de 1996, principalmente no seu Art. 57 “*Art. 57. Nas instituições públicas de educação superior, o professor ficará obrigado ao mínimo de oito horas semanais de aulas.*” (BRASIL, Casa Civil, 1996)

Uma questão a ser destacada é que na instituição analisada, entre 2013-1 e 2014-1 o seu calendário acadêmico era de 17 semanas, porém, para o semestre 2014-2 em diante ocorreu uma modificação na quantidade de semanas por meio da Resolução 04/2014:

§1º- O primeiro semestre contemplará 16 semanas, sendo quinze semanas efetivas visando a integralização das disciplinas e cinco dias letivos destinados à Semana de Integração Universitária;

§2º- O segundo semestre contemplará 18 semanas, sendo quinze semanas efetivas visando a integralização das disciplinas e quinze dias letivos destinados à Escola de Estudos Temáticos.

§3º- Os dias letivos correspondem aos dias úteis de segunda-feira a sábado, conforme o calendário acadêmico. (UFOB/CONEPE, 2014a)

A partir de 2014-2 foi alterado para 15 semanas letivas de aulas, sendo que no primeiro semestre letivo temos a “Semana de Integração Universitária”:

Art. 2º - A Semana de Integração Universitária compreenderá um conjunto de

atividades que envolve toda a comunidade acadêmica e será de responsabilidade de um Comitê Gestor, designado pelo CONEPE, constituído por representantes dos Centros Multidisciplinares e da Administração Central.

Parágrafo Único: As atividades explicitarão caráter científico, tecnológico, artístico e cultural tendo como finalidades:

I – promover o envolvimento entre docentes, técnico-administrativos e estudantes, calouros e veteranos, para além da relação estabelecida na sala de aula;

II - incentivar a construção de uma prática relacional acolhedora e de integração entre os estudantes da Universidade para a criação de vínculos acadêmicos e sociais diferenciados que se estenderão durante todo o período de formação acadêmica;

III – aproximar o estudante do campo de atuação profissional relacionado ao seu curso de formação acadêmica;

IV - promover o conhecimento da universidade e seu funcionamento acadêmico e administrativo(UFOB/CONEPE, 2014a)

No segundo semestre temos reservados 15 dias para “Escola de Estudos Temáticos”:

Art. 3º - A Escola de Estudos Temáticos compreende um conjunto de atividades de ensino, pesquisa e extensão de natureza acadêmico-científica e cultural pela articulação dos diferentes campos do conhecimento.

§ 1º A Escola de Estudos Temáticos será realizada no segundo semestre de cada ano letivo, a partir das seguintes premissas:

I- articulação de ações de divulgação e intercâmbio da produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento;

II - proposição realizada pelos membros da comunidade universitária;
 III - organização promovida pelos Centros Multidisciplinares a partir de propostas encaminhadas pela comunidade acadêmica;
 IV – observação às normas e orientações específicas definidas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

§2º- Componentes curriculares optativos poderão ser oferecidos durante a Escola de Estudos Temáticos, desde que seu cumprimento não exija carga-horária semanal determinada e tenha anuência do Colegiado do Curso ao qual se vincula.(UFOB/CONEPE, 2014a)

A Resolução 04/2014 CONEPE/UFOB traz também uma modificação significativa no que diz respeito a hora/aula, que antes era de 60 minutos e passa a ser de 50 minutos.

Sendo assim, quando coletamos os dados para essa pesquisa, foi necessário recorrer a diversas fontes para obter o que chamamos de “encargos de atividade de ensino”, ou seja, quantas horas semanais cada docente dedicou de atividade laboral em atividades de ensino, seja no nível de graduação ou pós-graduação (*stricto e lato sensu*). Além das diversas fontes, também foi necessário a conversão da carga horária (CH), e para padronizar utilizamos 60 minutos.

Com os dados foi possível montar um painel no software Power BI da Microsoft³⁶, que é um software utilizado para grandes quantidades de dados (Big Data), assim apresentaremos uma análise preliminar a partir dos dados coletados, sempre que possível partindo do todo para as particularidades.

Como será recorrente durante a análise dos dados a referência aos cargos de gestão ocupados, apresentamos a Tabela 33 com a descrição dos cargos:

Tabela 33: Descrição dos Cargos de Gestão

Código	Descrição	Direito a substituto (SIM/NÃO)
CD-1	Cargo de Direção nível 1	SIM
CD-2	Cargo de Direção nível 2	SIM
CD-3*	Cargo de Direção nível 3 (quando diretor de campus)	SIM
CD-3**	Cargo de Direção nível 3 (quando diretor de centro)	NÃO
CD-4	Cargo de Direção nível 4	NÃO
FG-1	Função Gratificada nível 1	NÃO
FG-2	Função Gratificada nível 2	NÃO
FG-3	Função Gratificada nível 3	NÃO

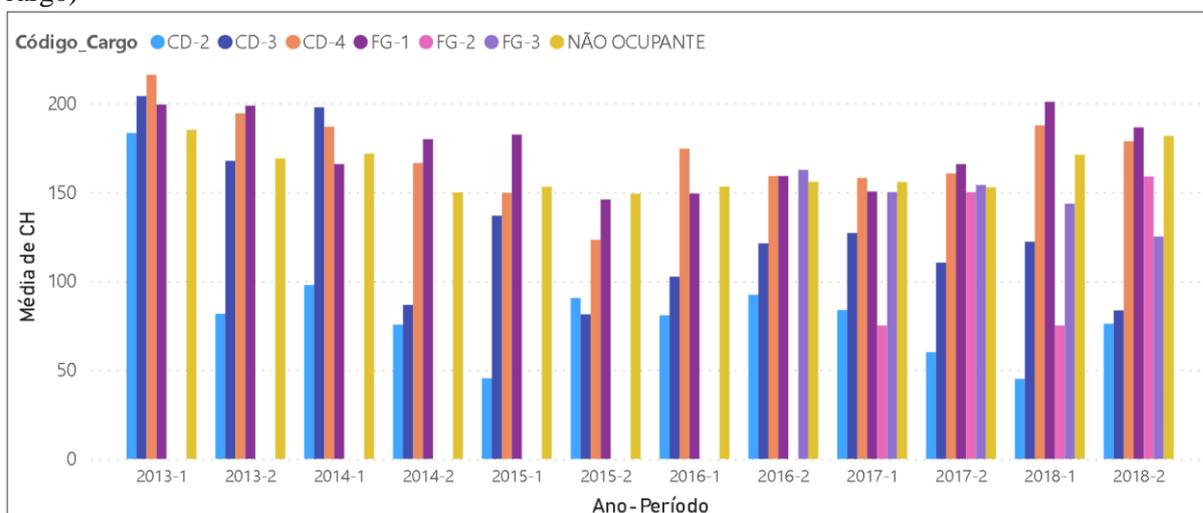
Fonte: Elaborado pelo Autor

³⁶ O Power BI é uma coleção de serviços de software, aplicativos e conectores que trabalham juntos para transformar suas fontes de dados não relacionadas em informações coerentes, visualmente envolventes e interativas. Os dados podem estar em uma planilha do Excel ou em uma coleção de data warehouses híbridos locais ou baseados na nuvem. Com o Power BI, você pode se conectar facilmente a fontes de dados, visualizar e descobrir conteúdo importante e compartilhá-lo com todas as pessoas que quiser. Disponível em <<https://docs.microsoft.com/pt-br/power-bi/fundamentals/power-bi-overview>>. Acesso em 01/01/2022

Iniciando pelos dados da quantidade de participantes da pesquisa, 403 docentes, temos um total de 174 docentes (efetivos e cedidos) que ocuparam cargos de gestão entre Ano-Período 2013-1 e 2018-2, sendo que desses, 165 tiveram encargos de ensino, ou seja 95% dos docentes ocupantes de cargo, mesmo aqueles que tinham direito a substituto pelo cargo que ocupavam.

Nesse sentido, o Gráfico 15 nos mostra a média de encargo de atividades de ensino de graduação e pós-graduação por Ano-Período de todos os 403 docentes participantes da pesquisa, ocupantes ou não de cargo, e quando ocupantes de cargo, aqueles que tem direito ou não a substituto. Os Gráficos com a Média de Encargos de Ensino estão em horas (60 minutos).

Gráfico 15: Média de Encargo de Ensino por Ano-Período (todos os *Campi*, ocupante ou não de cargo)



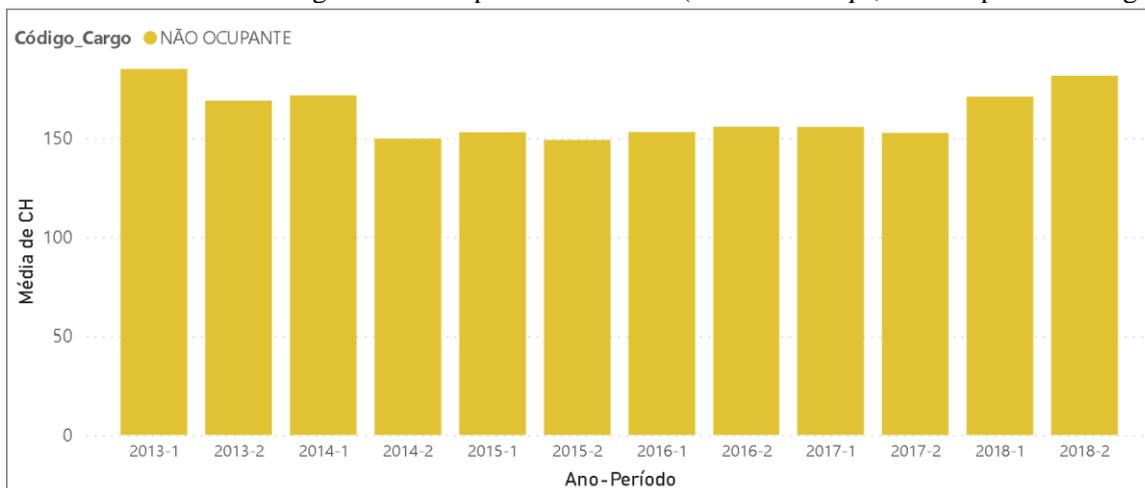
Fonte: Dados de Encargos Docentes SIAC e SIGAA – Elaborado pelo Autor

Analisando o Gráfico 15 podemos perceber as variações que ocorreram durante o recorte temporal da pesquisa de uma forma geral na instituição, que depois será detalhada nos Gráficos seguintes. Porém é importante notar que a média de encargo de ensino tem uma queda até 2015-1 e depois tem uma nova crescente.

No Gráfico 16 em que verificamos a média de carga horária dos docentes não ocupantes de cargo de gestão, os encargos de atividades de ensino ultrapassam 150 horas de aula o que em 17 semanas (2013-1 a 2014-1) de aula teremos aproximadamente 10 horas de atividades de ensino, e nos semestres de 15 semanas (2014-2 a 2018-2) temos também aproximadamente 10 horas de atividades de ensino, porém nos dois últimos semestres, 2018-1 e 2018-2 temos uma crescente no encargo, isso se deve ao fato dos cursos que iniciaram suas atividades em 2014-2 estarem nos períodos finais de seus currículos, tendo componentes

como Estágio Supervisionado, Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso e Trabalho de Conclusão de Curso que apresentam uma carga horária mais elevada.

Gráfico 16: Média de Encargo de Ensino por Ano-Período (todos os *Campi*, não ocupante de cargo)



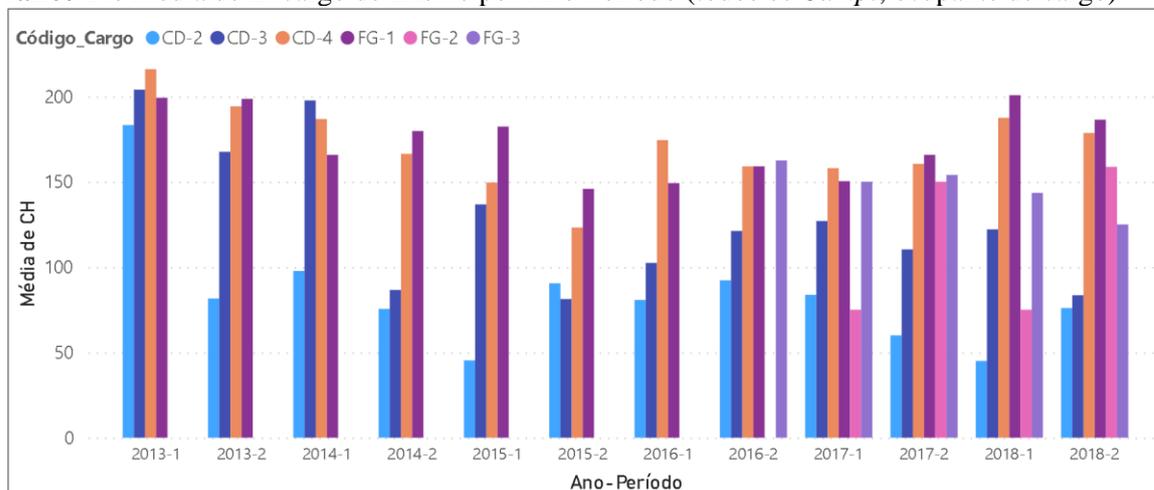
Fonte: Dados de Encargos Docentes SIAC e SIGAA – Elaborado pelo Autor

Quando analisamos o Gráfico 17 nos chama atenção que os ocupantes de cargo de gestão tem uma média maior de encargos de atividades de ensino na maioria dos semestres analisados, chegando a ultrapassar 200 horas de aula em 17 semanas de aula o que daria aproximadamente 12 horas de atividades de ensino.

Quando analisamos os ocupantes de cargo de gestão CD-3, CD-4 e FG-1 percebemos uma maior quantidade de atividades de ensino do que a média dos que não ocupam cargos, sendo que isso ocorre em quase todos os semestres, e quando não ocorre se equipara aos de não ocupantes.

Outra questão que podemos analisar é que em todos os semestres temos ocupantes de cargo CD-2, ou seja, Vice-Reitor e Pró-Reitores em atividades de ensino, mesmo com a possibilidade de contratação de substituto.

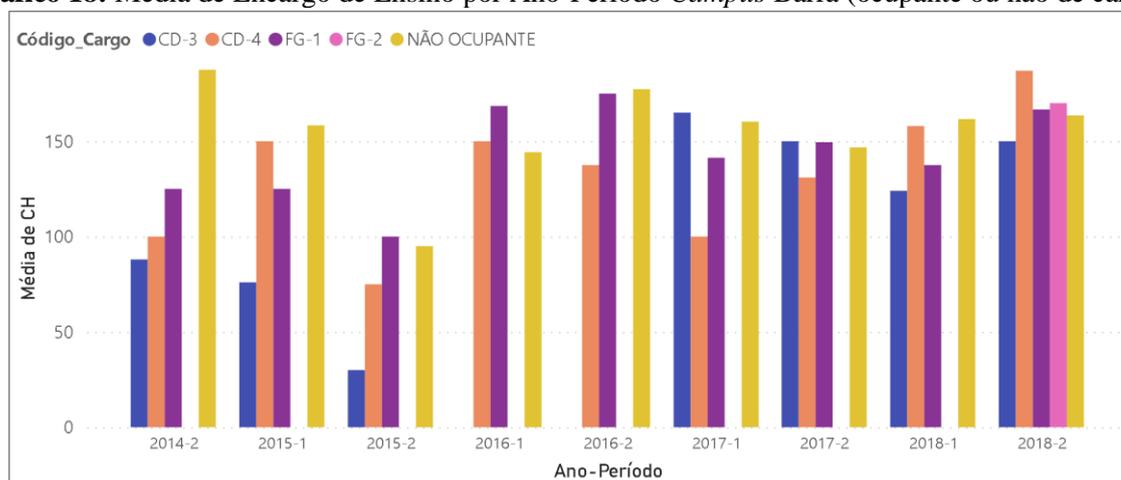
Gráfico 17: Média de Encargo de Ensino por Ano-Período (todos os *Campi*, ocupante de cargo)



Fonte: Dados de Encargos Docentes SIAC e SIGAA – Elaborado pelo Autor

Ao analisarmos os Gráficos 15, 16 e 17 em que não tem distinção entre os *Campi*, temos uma visão geral dos encargos de ensino, sendo assim, avançaremos nos Gráficos 18, 19, 20 e 21 para as particularidades de cada *Campus* e nos Gráficos 21, 22 e 23 a particularidade do *Campus* Barreiras com seus três centros acadêmicos.

Gráfico 18: Média de Encargo de Ensino por Ano-Período *Campus* Barra (ocupante ou não de cargo)



Fonte: Dados de Encargos Docentes SIAC e SIGAA – Elaborado pelo Autor

O Gráfico 18 evidencia as atividades de ensino a partir de 2014-2, isso ocorre porque os cursos nos *Campi* de BARRA, LAPA, LEM e SAMAVI iniciaram as suas atividades a partir de 2014-2.

O *Campus* de Barra pode ser considerado o mais isolado dos demais *Campi*, uma vez que ele não possui estrada com grande fluxo, como ocorre nos demais *Campi*, isso fez com que no início das atividades o *Campus* tivesse dificuldade nas contratações, o *Campus* oferece os cursos de Agronomia e Medicina Veterinária.

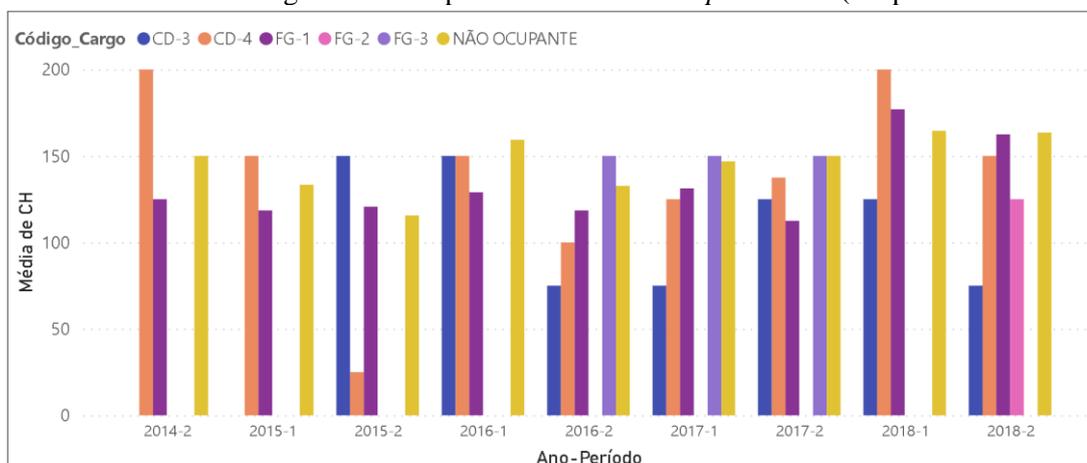
Podemos verificar que no início das atividades os docentes envolvidos com a gestão do *Campus* tinham menos atividades de ensino, o que foi mudando com o passar dos semestres, a partir de 2015-2 os docentes ocupantes de cargo de gestão ou tinham mais atividades de ensino do que os não ocupantes ou praticamente a mesma média.

É importante salientar que os *Campi* fora de sede tiveram ingresso de estudantes em 2014-2 e 2015-1, o que gerou uma duplicidade de currículo, tendo sido depois regularizado o ingresso anualmente via SISU em 2016-1, no entanto isso acabou gerando um aumento de encargo de atividades de ensino durante vários semestres, ocorrendo sua normalização apenas no ano de 2021.

Essa questão pode ter impactado a carga horária do ocupante do cargo de direção do *Campus*, um cargo CD-3 com direito a substituto ter assumido encargos de atividade de

ensino a partir de 2017-1. Durante os semestres 2015-2 e 2016-2 o *Campus* teve em sua direção um docente do *Campus* de Barreiras.

Gráfico 19: Média de Encargo de Ensino por Ano-Período *Campus* LAPA (ocupante ou não de cargo)

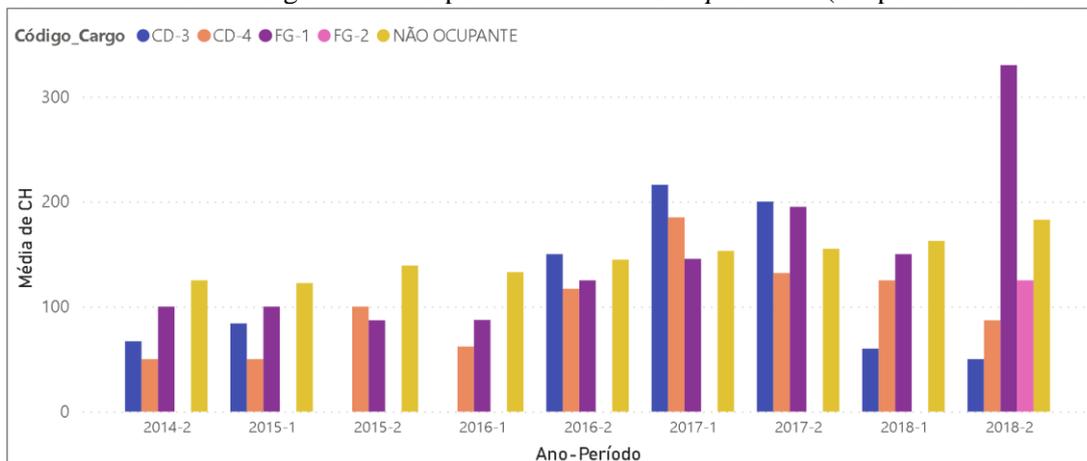


Fonte: Dados de Encargos Docentes SIAC e SIGAA – Elaborado pelo Autor

No Gráfico 19 notamos que desde o início das atividades no *Campus* Lapa os ocupantes de cargos de gestão de nível de Direção (CD-3 e CD-4), tiveram seus encargos de atividades de ensino superiores aos dos não ocupantes, isso se deve provavelmente porque o entre 2014-2 e 2015-2 o ocupante do cargo é docente da área básica (disciplinas de início de curso), e de 2016-1 a 2018-2 ele ocupou o cargo de CD-3. Nos semestres 2014-2 e 2015-1 o *Campus* teve em sua direção um docente do *Campus* de Barreiras, o mesmo que depois foi para o *Campus* de BARRA entre 2015-2 e 2016-2.

O *Campus* de LAPA oferece os cursos de Engenharia Elétrica e Engenharia Mecânica e teve dificuldades para preencher os cargos docentes, porém como a cidade tem proximidade com cidades de médio porte em um raio de 300 Km, possui uma estrada com grande fluxo e a cidade é um polo turístico religioso, ela apresenta melhor infraestrutura e garante, de certa forma, a permanência dos docentes.

Gráfico 20: Média de Encargo de Ensino por Ano-Período *Campus* LEM (ocupante ou não de cargo)



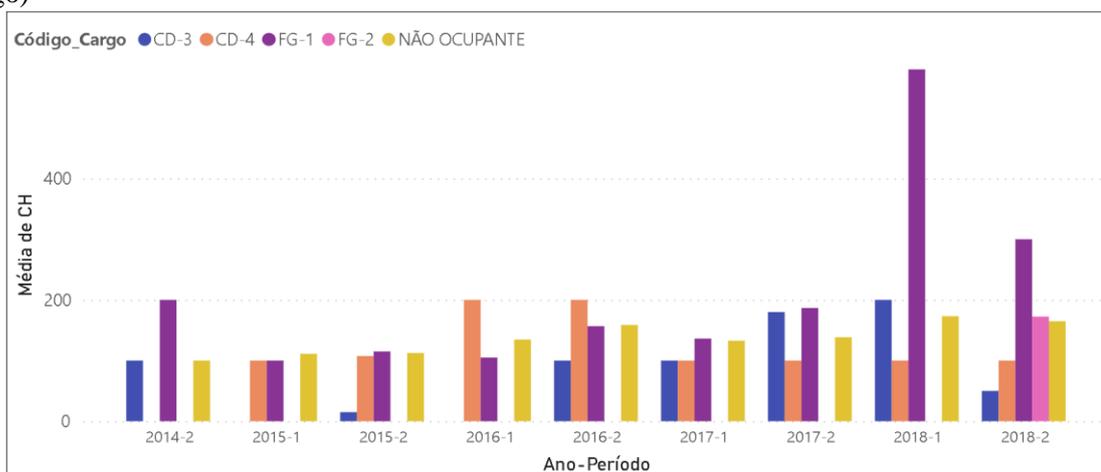
Fonte: Dados de Encargos Docentes SIAC e SIGAA – Elaborado pelo Autor

As atividades de ensino do *Campus* de LEM estão demonstradas no Gráfico 20, ao contrário dos outros *Campi* fora de sede, ele tem suas atividades de ensino com as maiores médias para os não ocupantes de cargos de gestão na maioria dos semestres.

A gestão do *Campus* iniciou com a direção sendo ocupada por uma docente do *Campus* de Barreiras, e esteve à frente da direção do *Campus* entre os semestres 2014-2 e 2016-2, o que podemos notar é que após a sua saída, o cargo sendo ocupado por um docente do *Campus* ocorre uma inversão, os cargos de gestão têm um crescimento de encargos de atividades de ensino, principalmente os coordenadores(as) de curso (FG-1).

O *Campus* LEM oferece os cursos de Engenharia de Biotecnologia e Engenharia de Produção, a cidade é um polo do agronegócio brasileiro, sendo a cidade atrativa para os docentes, não tendo tanta dificuldade de ocupação dos quadros docentes também pela proximidade com a sede em Barreiras, apenas 90 Km, o que garante acesso ao aeroporto para deslocamentos.

Gráfico 21: Média de Encargo de Ensino por Ano-Período *Campus* SAMAVI (ocupante ou não de cargo)



Fonte: Dados de Encargos Docentes SIAC e SIGAA – Elaborado pelo Autor

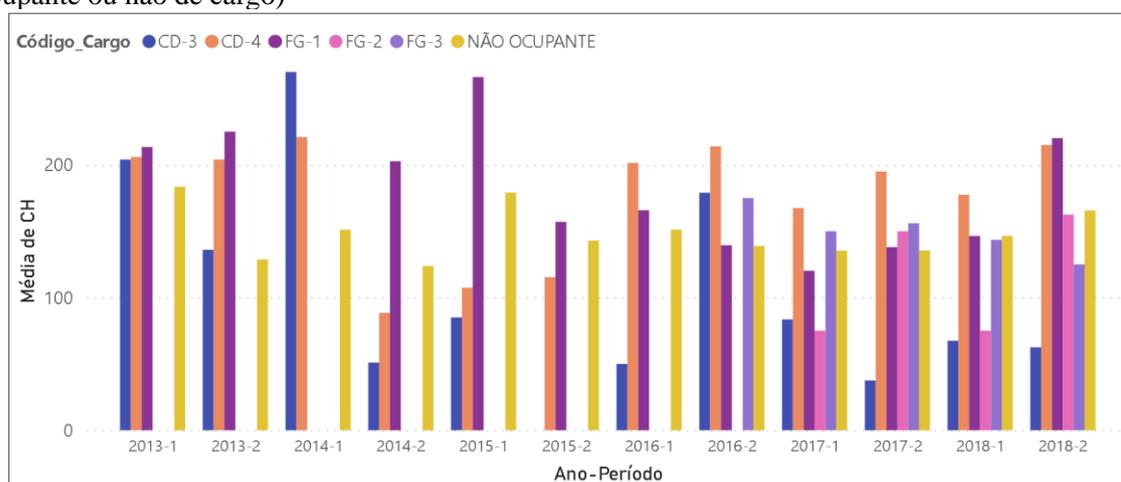
O Gráfico 21, assim como os anteriores evidencia as médias de encargos de atividades de ensino, sendo que em praticamente todos os semestres os ocupantes de cargos de gestão têm médias superiores ou quase iguais aos não ocupantes de cargos de gestão, sendo desde o início pelos coordenadores(as) de curso (FG-1) e CD-4.

O que chama mais atenção no Gráfico 21 em diferença aos outros *Campi* são os semestres 2018-1 e 2018-2 em que a média dos coordenadores (as) de curso é muito superior à média dos demais docentes, isso ocorre visto que no *Campus* de SAMAVI oferece os cursos de Artes Visuais (Licenciatura) e Publicidade e Propaganda, sendo que em 2018-1 e 2018-2 os docentes que mais tiveram encargos de ensino relacionados a Trabalho de Conclusão de Curso, foram os coordenadores (as) de curso.

O *Campus* SAMAVI fica próximo ao *Campus* LAPA, possui a mesma estrada de grande fluxo, no entanto é menor e com carência de infraestrutura, o que faz com o que a fixação de docentes seja mais difícil.

Para realizarmos a análise do *Campus* Barreiras, dividimos os encargos de ensino nos Gráficos 22, 23 e 24, uma vez que Barreiras sendo o *Campus* sede, possui três centros disciplinares distintos, enquanto os *Campi* fora de sede possuem apenas um centro, com dois cursos cada.

Gráfico 22: Média de Encargo de Ensino por Ano-Período *Campus* BARREIRAS – Centro CCBS (ocupante ou não de cargo)



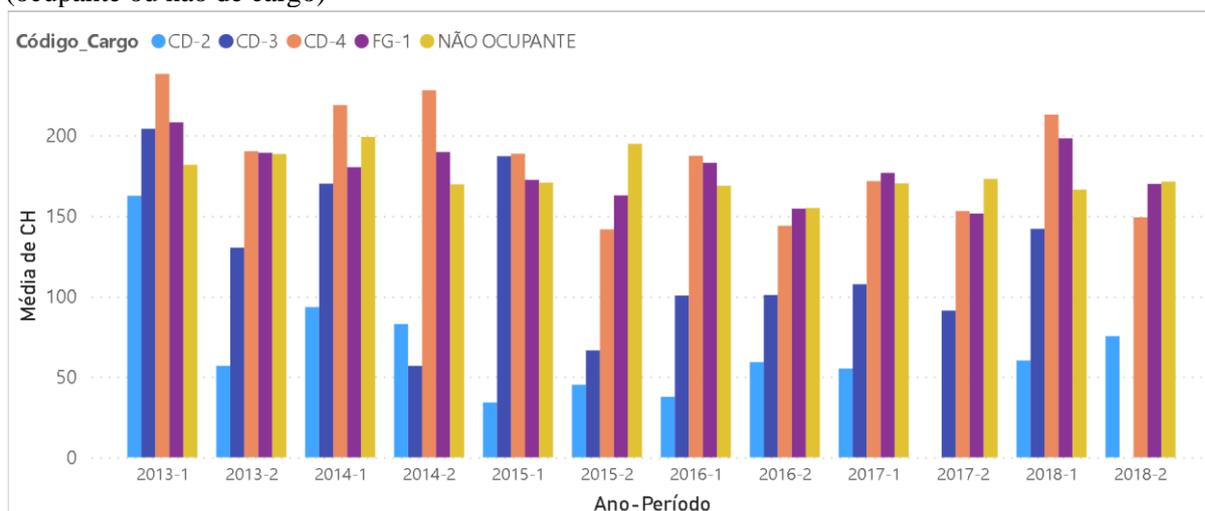
Fonte: Dados de Encargos Docentes SIAC e SIGAA – Elaborado pelo Autor

Como é possível verificar no Gráfico 22, os ocupantes de cargo de gestão estão envolvidos nas atividades de ensino, assim como nos outros centros que serão apresentados nos Gráficos 23 e 24, no entanto é possível verificar que nenhum docente do centro atua na administração central em cargos de CD-2. Outra questão que é possível verificar é que entre 2013-1 e 2014-1 existia uma forte atuação nas atividades de ensino dos docentes vinculados a CD-3 que depois só se viu repetir em 2016-2.

Uma questão relevante é que a partir de 2014-2 o CCBS iniciou as atividades de 3 novos cursos de graduação, Farmácia, Medicina e Nutrição, o que gerou para esses cursos o efeito causado nos cursos fora de sede, em que ocorreu ingresso em 2014-2 e 2015-1 para esses cursos, gerando um aumento de encargo de atividades de ensino durante vários semestres, tendo sua normalização apenas no ano de 2021.

Em quase todos os semestres os docentes ocupantes de cargos CD-4 e FG-1 tiveram suas atividades de ensino acima da média dos não ocupantes de cargos de gestão.

Gráfico 23: Média de Encargo de Ensino por Ano-Período *Campus* BARREIRAS – Centro CCET (ocupante ou não de cargo)

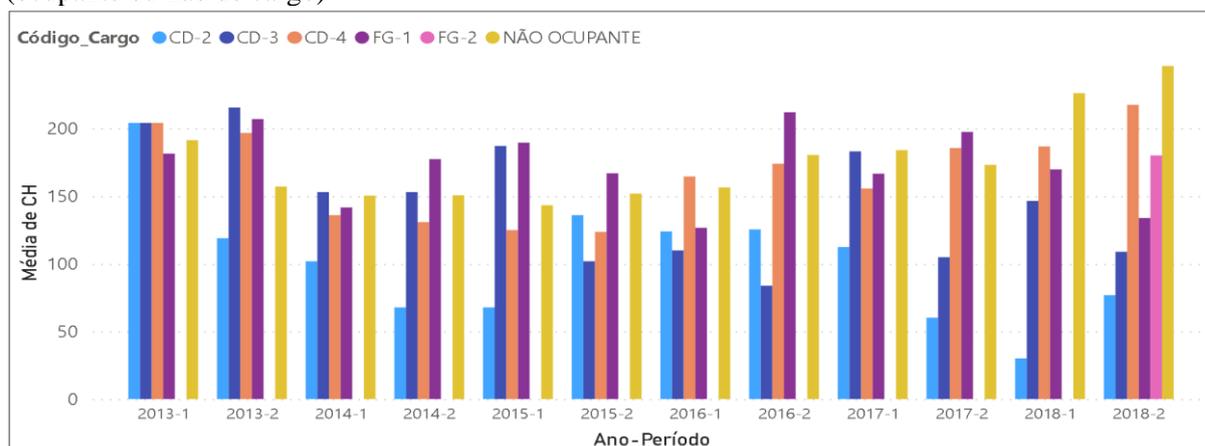


Fonte: Dados de Encargos Docentes SIAC e SIGAA – Elaborado pelo Autor

Os encargos de ensino do CCET estão demonstrados no Gráfico 23, e aqui podemos perceber que há ocupantes de cargos CD-2, assim como no Gráfico 24, isso demonstra que apesar de terem direito a substituto, ainda assim os docentes desenvolveram atividades de ensino em quase todos os semestres.

É possível verificar que os ocupantes de cargos de gestão, como os de CD-3 de 2013-1 a 2015-1 e CD-4 e FG-1, durante todos os períodos tiveram em média 150 horas em encargos didáticos e em alguns casos até mais de 200 horas, assim como os docentes não ocupantes de cargos, o que dá no mínimo 10 horas de aulas semanais chegando a quase 14 horas de aulas semanais. Uma outra questão importante no gráfico é que após 2015-1 os ocupantes de cargo CD-3 tiveram suas médias de encargo de ensino reduzidas em comparação aos outros semestres e em 2018-2 não se tem dados de encargo de ensino para docentes ocupantes de CD-3, mesmo os ocupantes não tendo direito a substituto.

Gráfico 24: Média de Encargo de Ensino por Ano-Período *Campus* BARREIRAS – Centro CEHU (ocupante ou não de cargo)



Fonte: Dados de Encargos Docentes SIAC e SIGAA – Elaborado pelo Autor

O Gráfico 24 é semelhante ao Gráfico 23 em relação aos docentes ocupantes de cargo CD-02 que tem encargos de ensino apesar de ter direito a substituto. De 2013-1 a 2017-2 os ocupantes de cargos de gestão, CD-3, CD-4 e FG-1, tem uma média maior ou quase igual de encargos de ensino aos não ocupantes de cargo de gestão.

O CEHU teve dois novos cursos de graduação, um iniciado em 2014-2, História (Bacharelado) e em 2017-1 o curso de Direito. Um destaque importante é que o centro oferta os três componentes institucionais de Núcleo Comum para os 22 cursos de Graduação de Barreiras, previstos na Resolução 04/2015 CONEPE/UFOB:

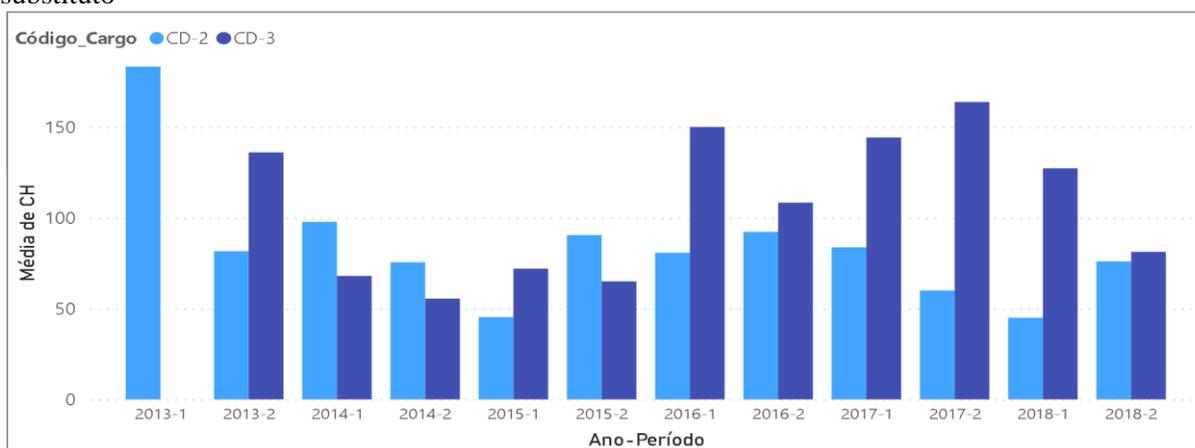
Art. 2º - São três os componentes curriculares obrigatórios que fazem parte do Núcleo Comum dos cursos de graduação da UFOB:

I – Filosofia e História das Ciências, com carga horária de 60h/a teóricas;

II – Oficina de Leitura e Produção Textual, com carga horária de 60h/a (30h/a teóricas e 30h/a práticas);

III- Oficina de Leitura e Produção de Textos Acadêmicos, com carga horária de 60h/a (30h/a teóricas e 30h/a práticas).(UFOB/CONEPE, 2014b)

Gráfico 25: Média de Encargo de Ensino por Ano-Período – Ocupantes de Cargo com direito a substituto

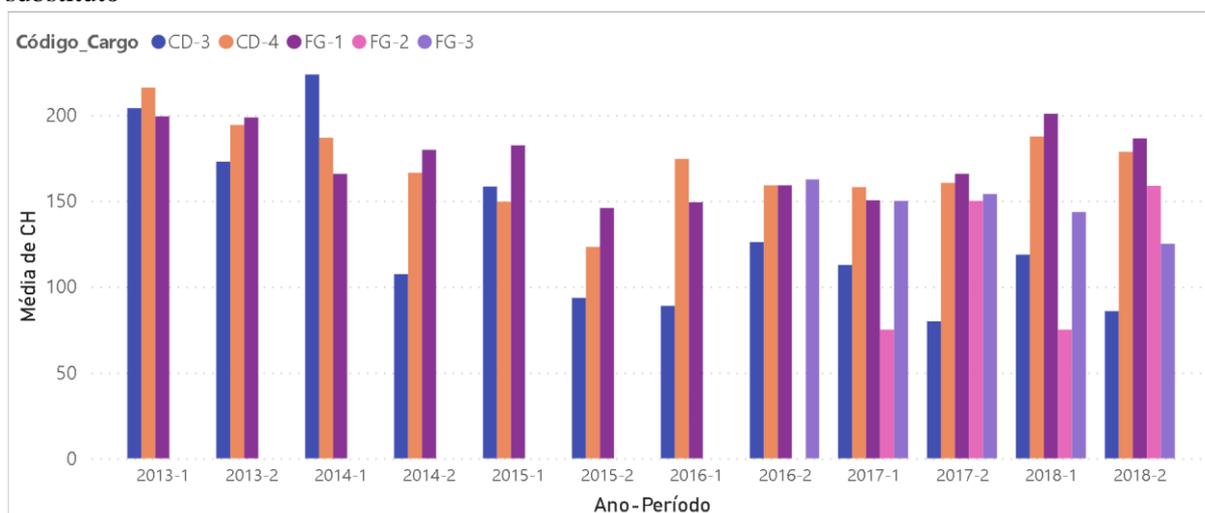


Fonte: Dados de Encargos Docentes SIAC e SIGAA – Elaborado pelo Autor

O Gráfico 25 nos permite verificar a média de encargos de ensino de ocupantes de cargo com direito a substituto, e o que podemos verificar é que no decorrer do início do recorte da pesquisa até o final ocorreu uma diminuição dos encargos de ensino dos ocupantes de cargo CD-2 e um aumento para os de CD-3, isso se deve principalmente as contratações que foram sendo realizadas ao longo dos anos, diminuindo a necessidade de que os ocupantes de CD-2 realizassem atividades de ensino.

No caso dos cargos CD-3, com a chegada dos novos docentes em seus *Campi* eles foram ocupando os cargos, porém mesmo com direito a substituto a quantidade de atividades é maior do que a quantidade de docentes para atendê-las, fazendo com que os docentes ocupantes de cargos CD-3 tenham atribuídos encargos de ensino.

Gráfico 26: Média de Encargo de Ensino por Ano-Período – Ocupantes de Cargo sem direito a substituto



Fonte: Dados de Encargos Docentes SIAC e SIGAA – Elaborado pelo Autor

No caso do Gráfico 26 ele demonstra a média de encargos docentes de todos os docentes ocupantes de cargos sem direito a substituto, e o que se evidencia é que a média dos encargos de ensino dos ocupantes de cargos CD-3 foram diminuindo durante o recorte da pesquisa, mas o mesmo não ocorreu com os cargos de CD-4 e FG-1 que diminuiram até 2015-2 e voltaram a subir até 2018-2, detalhe importante é que mesmo tendo uma diminuição durante um certo tempo, os cargos ocupados por docentes de CD-4 e FG-1 não foram abaixo do mínimo de 8 horas semanais de encargos de ensino e em alguns semestres chegaram a aproximadamente 14 horas semanais.

Em síntese, o que observamos na categoria Ensino é que independente da ocupação de cargo de gestão, com ou sem direito a substituto, os docentes ocupantes de cargos realizaram atividades de ensino com cargas horárias semelhantes à de não ocupantes de cargos, tendo uma crescente quando olhamos principalmente para os ocupantes de cargos que não tem direito a substituto, em que muitas vezes tem encargo maior que os não ocupantes. A hipótese que levantamos é que como estamos pesquisando uma universidade pequena, não temos muitos docentes de áreas específicas. E isso faz com que além do cargo de gestão, seu encargo de ensino permaneça o mesmo, ocupando ou não cargo de gestão, como demonstrado nos dados apresentados.

5.3 Pesquisa

Para o desenvolvimento da coleta de dados e posterior análise dos dados de pesquisa e extensão foi realizado inicialmente uma listagem de todos os docentes (efetivos e por tempo determinado) que atuaram na IFES entre 2006-2 e 2018-2 (ICADS e UFOB) que tinham

Currículo na Plataforma Lattes. Em seguida foi realizado o *download* dos arquivos *XML* contendo todas as atividades de pesquisa e extensão lançadas pelos docentes na plataforma Lattes.

A base de dados foi escolhida em razão de ser uma exigência para os concursos de docente efetivo na instituição, de acordo com os editais. Sendo então compreendidas as atividades de pesquisa e extensão como partes importantes à carreira de docente universitário na UFOB, levando-se em conta o tripé: ensino, pesquisa e extensão.

Após o *download* dos arquivos *XML*, foi utilizado um *software* chamado Extrator Lattes CNPq³⁷ desenvolvido por Lucas dos Santos Abreu que tem como objetivo ser um “Extrator em C# para tratar a leitura de currículos *XML* da Plataforma Lattes do CNPq e alimentá-los em uma base de dados *SQL* para fins de consulta.”, assim com o auxílio do *software* foi possível montar uma base de dados com a produção de pesquisa e extensão dos docentes que atuam ou atuaram entre os períodos letivos 2006-2 à 2018-2 no ICADS/UFBA e UFOB.

Após a criação do banco de dados com as produções de pesquisa e extensão foi pensado em como utilizaríamos os dados no contexto dessa investigação, nesse sentido, enquanto metodologia, questionamos como seria possível contabilizar o que foi realizado de pesquisa e extensão em horas, uma vez que, não se tem condições de ter certeza de quanto tempo se leva para fazer um artigo A2 ou um Trabalho Completo para um evento e assim por diante. Tornando-se extenuante contabilizar em horas um trabalho que é praticamente imensurável.

No entanto, a própria instituição em sua Resolução 001/2017 (UFOB/CONSUNI, 2017)³⁸, apresenta em seus itens as pontuações para cada atividade realizada, seja a atividade de ensino, pesquisa, extensão ou gestão.

Assim, quando a atividade é de ensino:

I – atividades de ensino na educação superior na UFOB ou em outras IES públicas, neste caso, aprovada pelo Consuni ou por instância competente com delegação e sem percepção de remuneração adicional:

a) 0,75 ponto para cada 15 horas-aula ministradas em curso de graduação e pós-graduação;

b) 0,75 ponto para cada 4 horas-aula, de atividades presenciais, desenvolvidas durante a Escola de Estudos Temáticos, até o limite máximo de 6,0 pontos.

c) 0,30 ponto por turma supervisionada em estágio curricular ou residência acadêmico profissional. (UFOB/CONSUNI, 2017) (grifo nosso)

³⁷ Disponível em <https://fabricadesoftwareuniville.github.io/ExtratorLattesCNPq/> <Acesso em 01/01/2022>

³⁸ Disponível em <https://ufob.edu.br/a-ufob/instrumentos-normativos/resolucoes/2017/consuni/resolucao-001-2017-avaliacao-do-desempenho-academico.pdf> <Acesso em 01/01/2022>

No caso de atividade ser de pesquisa:

VI - produção científica, de inovação, técnica ou artística, relacionada à atividade desenvolvida na área

de atuação do docente:

a) **30 pontos por autoria ou co-autoria de artigo publicado em periódico ou produção artística, Qualis ou Qualis Artístico nos estratos A1, A2 ou B1;**

b) 16,5 pontos por autoria ou co-autoria de artigo publicado em periódico ou produção artística Qualis ou Qualis Artístico nos estratos B2, B3 e B4;

c) 3 pontos por autoria ou co-autoria de artigo publicado em periódico ou produção artística Qualis ou Qualis Artístico nos estratos B5 e C;

d) **0,5 ponto por autoria ou co-autoria de trabalho completo ou resumo expandido publicado em anais/livro de resumos de evento nacional até o limite máximo de 4 pontos;**

e) 0,8 ponto por autoria ou co-autoria de trabalho completo ou resumo expandido publicado em anais/livro de resumos de evento internacional até o limite máximo de 4 pontos;

f) 0,2 ponto por autoria ou co-autoria de resumo publicado em anais/livro de resumos de evento nacional até o limite máximo de 1 ponto;

g) 0,3 ponto por autoria ou co-autoria de resumo publicado em anais/livro de resumos de evento internacional até o limite máximo de 1,5 ponto;

[...]

m) **5 pontos por autoria ou co-autoria de capítulo de livro, em 1ª edição, contendo ISBN ou ISSN, publicado por editora universitária filiada à ABEU ou por editora com Conselho Editorial e catálogo de publicações;**(UFOB/CONSUNI, 2017)(grifo nosso)

Ao realizarmos uma análise prévia, verificamos que 1 Artigo A1, A2 ou B1 equivalem a 600 horas/aula ou 500 horas (60 minutos), o que seriam aproximadamente 62 dias de trabalho de 8 horas diárias nos 24 meses de interstício, dedicado apenas a escrita de 1 Artigo, sem atendimento de alunos, sem encargo de ensino, sem projeto de extensão ou atividades de gestão.

Não queremos aqui colocar que a produção de científica não é relevante, no entanto, nos parece um pouco dispare em relação as outras atividades desempenhadas pelos docentes.

Vale ressaltar que não achamos adequada a pontuação utilizada na Resolução da instituição, uma vez que no nosso entendimento a mesma privilegia alguns tipos de produção, como por exemplo “*autoria ou coautoria de artigo publicado em periódico ou produção artística, Qualis ou Qualis Artístico nos estratos A1, A2 ou B1*” que não tem quantidade máxima, enquanto “*autoria ou coautoria de trabalho completo ou resumo expandido publicado em anais/livro de resumos de evento nacional até o limite máximo de 4 pontos*”, o que demonstra uma relação peculiar com o produtivismo acadêmico debatido por Valdemar Sguissardi e João dos Reis Silva Júnior:

No topo dessa escala encontra-se a pesquisa, no meio o ensino e na base a extensão. O ensino ainda se subdivide em ensino de pós-graduação e de graduação. Àquele se vinculam (e também à pesquisa) as atividades de

orientação de mestrandos e doutorandos, visando à produção de suas dissertações e teses, que poderão ser antecedidas, acompanhadas ou seguidas de “trabalhos” para congressos e **artigos para as revistas científicas, como já dito, bastante valorizados no mercado acadêmico e no setor produtivo. Portanto, muito mais valorizado.**(SGUISSARDI; SILVA JÚNIOR, 2009)(grifo nosso)

Nesse sentido, entendemos que as pontuações apresentadas podem prejudicar algumas áreas como a de Educação em que a publicação de capítulos de livros ou Trabalhos Completos são de maior recorrência na área. Apenas para uma comparação “*autoria ou coautoria de capítulo de livro, em 1ª edição, contendo ISBN ou ISSN, publicado por editora universitária filiada à ABEU ou por editora com Conselho Editorial e catálogo de publicações*” seriam necessários serem publicados seis capítulos de livro para ter a mesma pontuação de um Artigo B1.

Essa questão nos faz pensar no que Vincent Gaulejac chama de quantofrenia³⁹ ou a doença da medida:

Esse instrumento de medida é uma expressão caricatural da ilusão que consiste em crer que a realidade possa ser compreendida e dominada com a condição de medi-la. Para fazer isso, recortamos essa realidade em partículas que pretenderíamos serem elementares, às quais atribuímos um coeficiente. Feitos o recorte e a cifração, todos os cálculos se tornam possíveis. Podemos resolver equações, estabelecer estatísticas, efetuar comparações. Acreditamos que desta forma estamos construindo uma representação objetiva dos fenômenos [...]

A doença da medida não é nova. Ela se desenvolve de modo recorrente nos meios que aplicam a qualquer coisa uma linguagem inspirada nas matemáticas. Ela repousa sobre a crença de que a objetividade consiste em traduzir a realidade em termos matemáticos. O cálculo dá a ilusão de domínio sobre o mundo. Os “calculocratas” preferem a ilusão de garantia, em vez de uma realidade cheia de incertezas, que dá medo. (GAULEJAC, 2007)

Concordamos com Gaulejac, e por isso não entendemos que o trabalho imaterial do trabalho docente possa ser medido, no entanto, a forma que encontramos de analisarmos os dados coletados foi por meio desse sistema, que é perverso, mas que se encontra na maior parte das universidades, e no caso da UFOB institucionalmente por meio da Resolução 001/2017. Para facilitar o trabalho de conversão de pontos em carga horária, criamos uma planilha com base na Resolução 001/2017, convertendo as pontuações em horas e criamos identificadores (ID), foram criados 66 ID's, que se encontram no Apêndice I:

No Apêndice I é possível identificar os ID's que estão marcados em vermelho, isso significa que eles não foram utilizados para conversão de pontuação em horas. Isso ocorreu

³⁹ A quantofrenia designa uma patologia que consiste em querer traduzir sistematicamente os fenômenos sociais e humanos em linguagem matemática.

devido à falta de informação para confirmação nos dados extraídos da plataforma Lattes de forma objetiva, por exemplo, não existe um campo na plataforma Lattes que separa os eventos em Nacionais ou Internacionais, adotamos então a menor pontuação para a produção constante no banco de dados das produções dos docentes para que fosse pelo menos contabilizado de alguma forma o trabalho docente desenvolvido.

A mesma proposta foi utilizada quando nos deparamos com relação a tempo, por exemplo, projeto de extensão de 61 a 180 horas, como não tínhamos isso registrado, utilizamos o ID 35 ou 36 que se refere ao menor tempo.

Para termos uma ideia da quantidade de produções, dos 403 docentes participantes da pesquisa 335 docentes tiveram algum tipo de pesquisa que se encaixava nos ID's que selecionamos, sendo 4490 produções entre artigos, trabalho completos, resumos, apresentações em eventos, 1007 projetos de pesquisa e desenvolvimento e 51 grupos de pesquisa.

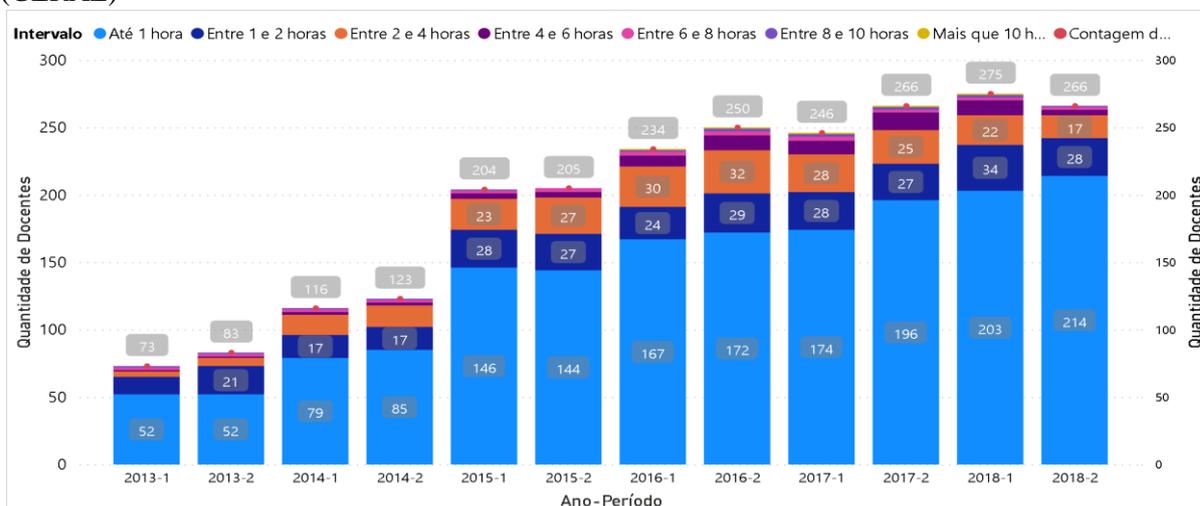
Um dos maiores desafios foi a definição de área do Qualis que seria utilizado para cada docente, uma vez que essa informação não fica disponível no Lattes e na instituição, nesse sentido, utilizamos como base a última qualificação do docente e como o curso era informado na plataforma Sucupira, como exemplo temos o próprio pesquisador que apesar de ser docente e ter entrado em uma vaga de Ensino de Química/ Química Geral, seria impossível determinar qual sua área para o enquadramento do Qualis de um Artigo que publicou, por exemplo se seria B1 ou C a depender da revista e do enquadramento. Com essa parametrização foi possível identificar a área de cada docente de acordo com sua formação e atribuído o Qualis aos Artigos publicados utilizando o Quadriênio 2013-2016 da plataforma Sucupira.

Um outro desafio encontrado foi como determinar o interstício de cada docente, assim determinamos que o interstício teria início em 05/06/2013 para os docentes que foram migrados do ICADS/UFBA para UFOB e para o restante dos docentes a sua data de ingresso na instituição, obtida por meio do Portal da Transparência do Governo Federal.

Como a pontuação para progressão instituída pela legislação é de 24 meses, criamos os períodos para cada docente, inclusive aqueles que saíram da instituição durante o recorte da pesquisa, assim, para aqueles docentes que tiveram alguma produção com menos de 24 meses completos, foi realizado uma proporcionalidade para que fosse contabilizado pelos dias que ele esteve na instituição.

Todas essas medidas adotadas também se aplicam na categoria Extensão no item 5.4 desse texto. Após todo o trabalho desenvolvido de tratamento dos dados, apresentaremos os mesmos em forma de gráficos e tabelas e realizaremos algumas discussões.

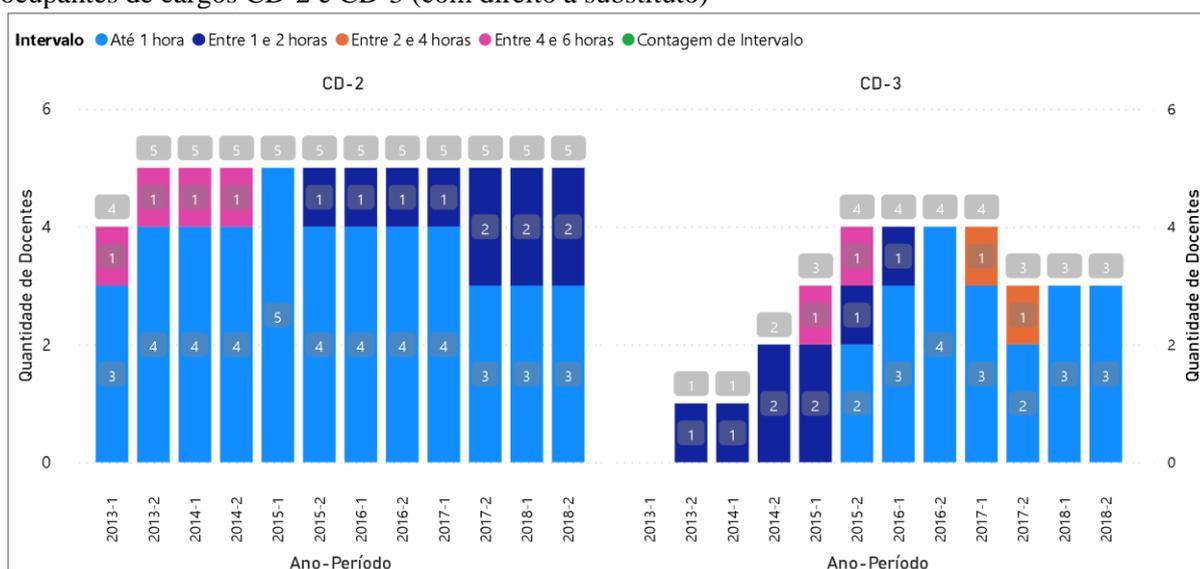
Gráfico 27: Quantidade de horas por dia desenvolvidas pelos docentes em atividades de pesquisa (GERAL)



Fonte: Currículo Plataforma Lattes – Elaborado pelo Autor

Como podemos perceber no Gráfico 27 a quantidade de horas ao dia utilizando a conversão pela Resolução 01/2017 CONSUNI/UFOB demonstra que os docentes em sua grande maioria, 71% se dedicam até 1 hora diária a pesquisa, e o restante dos docentes se dedicam entre 1 e 6 horas diárias, e poucos casos em que se dedicam acima de 6 horas diárias.

Gráfico 28: Dedicção em horas por dia em atividades de pesquisa desenvolvidas pelos docentes ocupantes de cargos CD-2 e CD-3 (com direito a substituto)

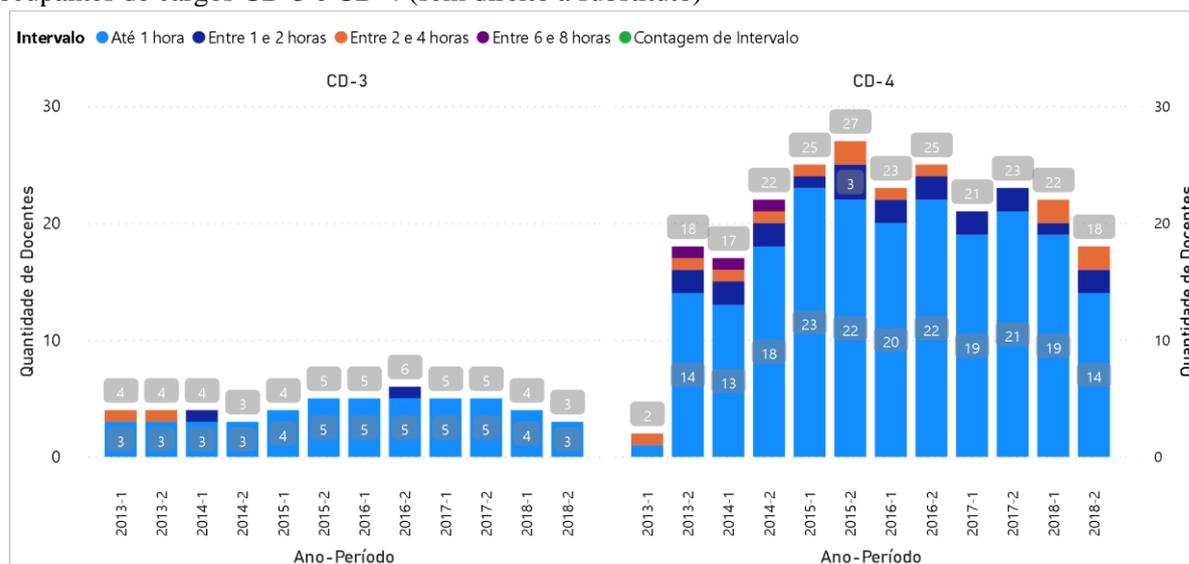


Fonte: Currículo Plataforma Lattes – Elaborado pelo Autor

Quando analisamos o Gráfico 28, notamos a dedicação de um docente ocupante de cargo CD-2 é alta em relação aos demais no período entre 2013-1 e 2014-2, e entre 2015-2 e 2018-2 temos dois docentes que tiveram dedicação de até 2 horas diárias, isso demonstra que

apesar de ocuparem cargos de alta gestão se dedicaram a atividades de pesquisa. Com docentes ocupantes de cargo CD-3 também é possível verificar que alguns docentes têm dedicação alta em relação aos demais, mas que cresce durante um período e depois cai para até 1 hora de dedicação. O que fica evidenciado é que alguns docentes, mesmo ocupando cargos de alta gestão, se dedicam a atividades de pesquisa.

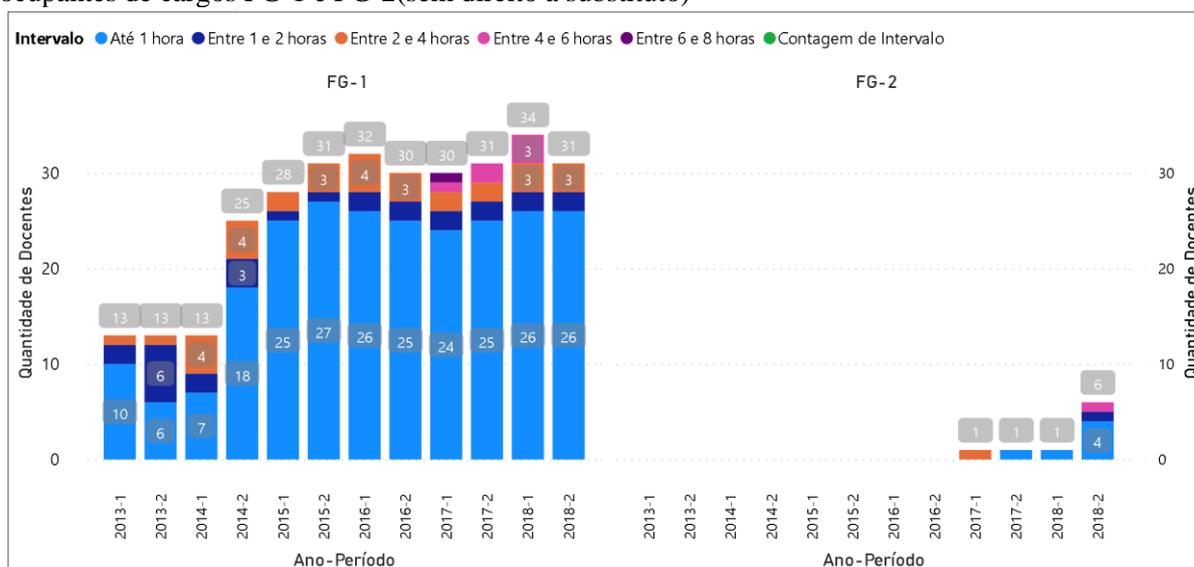
Gráfico 29: Dedicção em horas por dia em atividades de pesquisa desenvolvidas pelos docentes ocupantes de cargos CD-3 e CD-4 (sem direito a substituto)



Fonte: Currículo Plataforma Lattes – Elaborado pelo Autor

Analisando o Gráfico 29 temos os docentes com dedicação a atividades de pesquisa ocupando cargos CD-3 e CD-4 sem direito a substituto. Os ocupantes de cargo CD-3, que são cargos de Assessoria da Reitoria, Assessoria das Pró Reitorias e Superintendentes e aos Centros ligados aos *campi*, temos em sua maior parte dos semestres docentes que dedicavam até 1 hora diária a atividades de pesquisa e um docente se dedicava em alguns semestres entre 1 e 4 horas. Identificamos que os cargos CD-4, que são cargos ligados as Pró Reitorias, Superintendências e aos Centros ligados aos *campi*, tem uma quantidade de horas significativa, também em sua maioria os docentes dedicam até 1 hora diária as atividades de pesquisa e poucos docentes (entre 2 e 6 docentes) dependendo do semestre se dedicaram mais de 1 hora diária e pelo menos 1 se dedicando em 3 semestres entre 6 e 8 horas diárias.

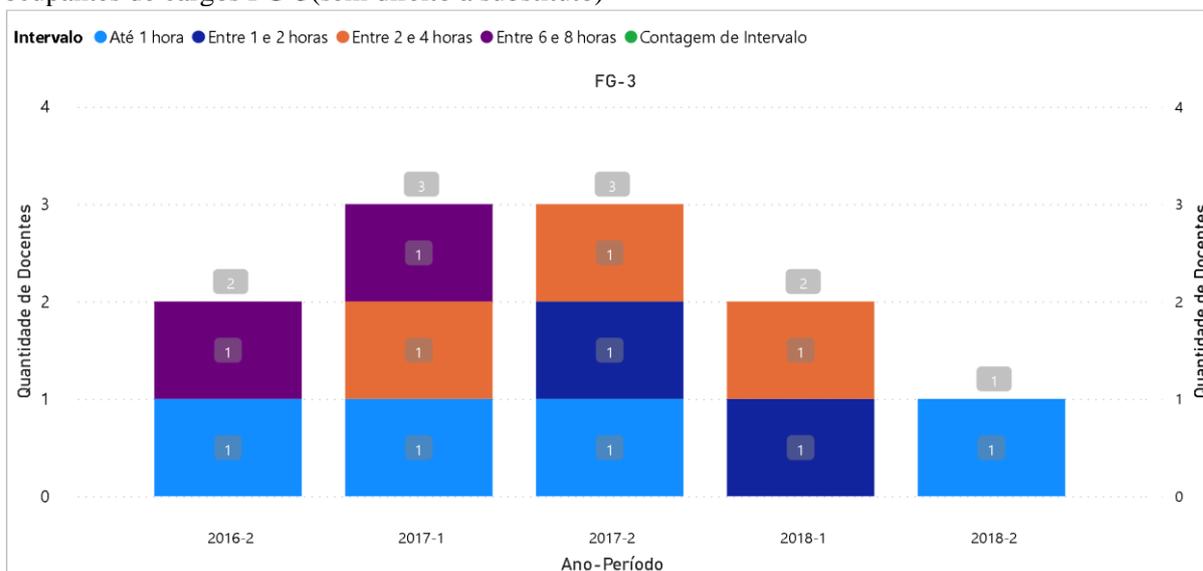
Gráfico 30: Dedicção em horas por dia em atividades de pesquisa desenvolvidas pelos docentes ocupantes de cargos FG-1 e FG-2(sem direito a substituto)



Fonte: Currículo Plataforma Lattes – Elaborado pelo Autor

No Gráfico 30, temos os docentes com dedicação a atividades de pesquisa ocupando cargos FG-1 e FG-2 sem direito a substituto, sendo que os docentes que ocupam FG-1 estão ligados as coordenações dos cursos de graduação e pós-graduação ou em algum núcleo nas Pró Reitorias ou Superintendências. Verificamos que os dados apresentados no Gráfico 30 se relacionam com o Gráfico 29, em que a maior parte dos docentes se dedicam até 1 hora diária as atividades de pesquisa, no entanto, temos em todos os semestres ao menos um docente dedicando entre 2 e 4 horas diárias e também uma variação na quantidade de docentes que dedicavam entre 1 e 2 horas diárias.

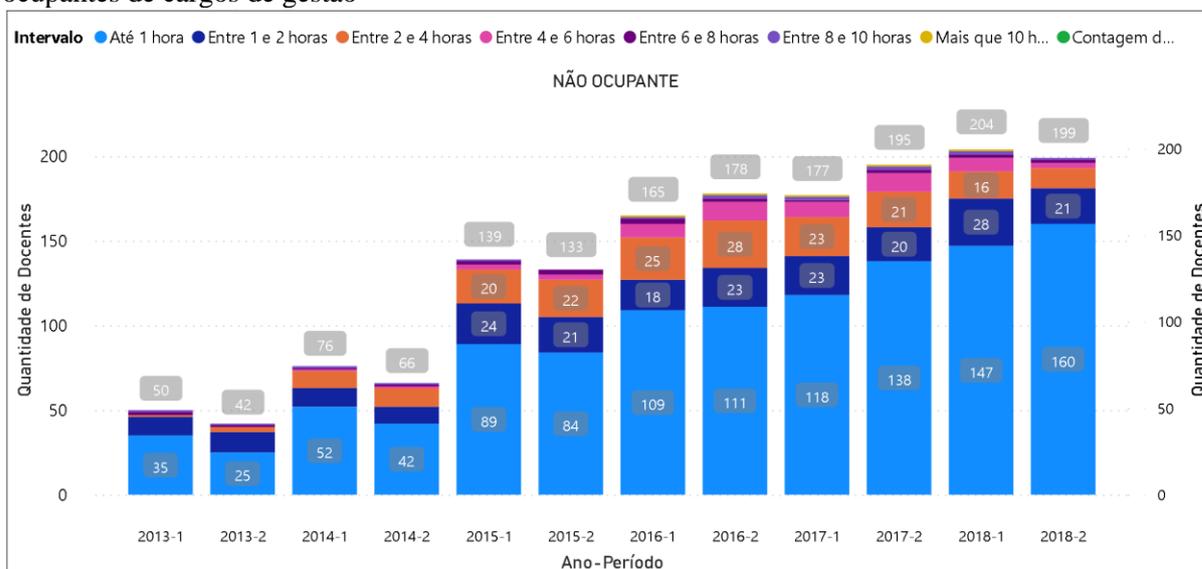
Gráfico 31: Dedicção em horas por dia em atividades de pesquisa desenvolvidas pelos docentes ocupantes de cargos FG-3(sem direito a substituto)



Fonte: Currículo Plataforma Lattes – Elaborado pelo Autor

Quando verificamos os ocupantes de cargo FG-3 temos uma outra realidade, apesar de serem poucos docentes ocupando os cargos, a dedicação as atividades de pesquisa é maior que dos outros cargos, isso porque os docentes que ocupam esses cargos tem uma dedicação diária menor que dos outros cargos citados, como veremos nos dados da categoria Gestão.

Gráfico 32: Dedicção em horas por dia em atividades de pesquisa desenvolvidas pelos docentes não ocupantes de cargos de gestão



Fonte: Currículo Plataforma Lattes – Elaborado pelo Autor

No Gráfico 32 temos os docentes com maior dedicação a atividades de pesquisa que não ocupavam cargo de gestão. Fica demonstrado que os docentes não ocupantes de cargos de gestão tem um percentual maior de dedicação as atividades de pesquisa, em relação aos que ocupam cargos de gestão, porém vale salientar em que mesmo não ocupando cargos de gestão temos uma quantidade significativa de docentes, em média 67%, que se dedicam até 1 diária as atividades de pesquisa, isso pode estar relacionado a grande quantidade de docentes que não tem ainda o título de doutorado e não tem a infraestrutura disponível em grandes centros para desenvolvimento maior de atividades de pesquisa.

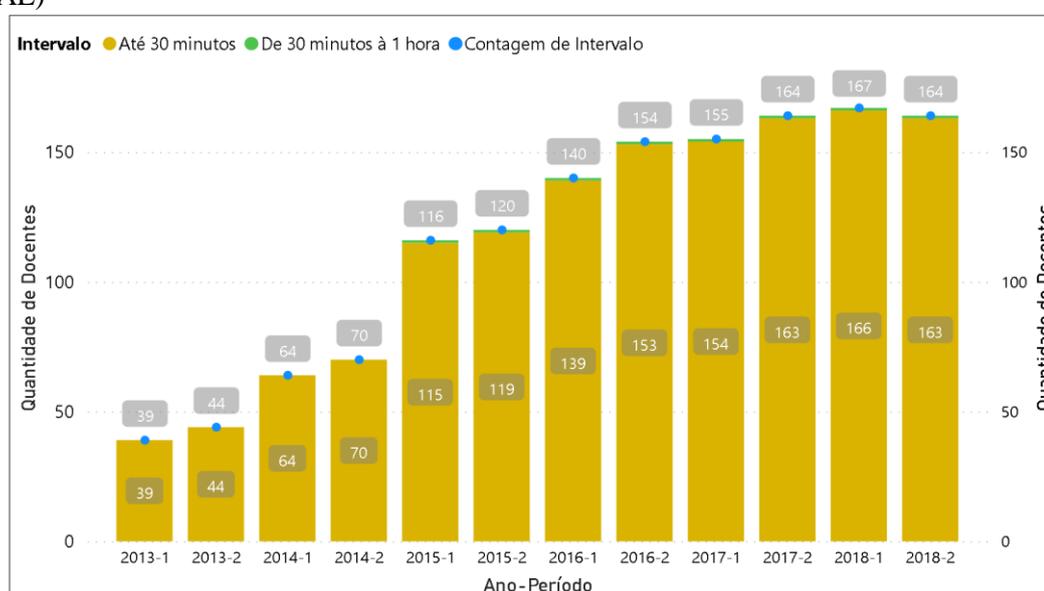
Os dados apresentados na categoria Pesquisa demonstram que a dedicação em atividades de pesquisa não são discrepantes quando se está em cargos de gestão ou não, salvo alguns poucos casos, isso nos leva a crer que a atividade de pesquisa ainda está em uma fase diferente de grandes centros, e levantamos hipótese da dedicação ainda incipiente pode estar atrelado a duas questões: a primeira sendo a titulação dos docentes em sua maioria, 62% de Mestres e Especialistas e segunda relacionado a infraestrutura em implantação, sendo em Barreiras, o *campus* com a maior parte dos docentes e cursos de graduação e pós-graduação, não teve ampliação da quantidade de laboratórios desde a criação do ICADS, sendo este um prédio para atender as demandas dos cursos antes da criação da UFOB.

5.4 Extensão

Os dados para a categoria Extensão foram obtidos da mesma maneira que os dados de pesquisa, ou seja, nos currículos Lattes dos docentes participantes.

Em relação à quantidade de produções, dos 403 docentes participantes da pesquisa 193 docentes tiveram algum tipo de produção do tipo extensão que se encaixava nos dois ID's que selecionamos, que basicamente é a participação do docente como participante ou coordenador de um dos 647 projetos de extensão extraídos dos dados. Acreditamos ser um número muito baixo de docentes participantes de projetos de extensão e que pelo podemos perceber não ocorreu medidas para fomentar seu desenvolvimento durante o período analisado.

Gráfico 33: Máximo de horas por dia desenvolvidas pelos docentes em atividades de extensão (GERAL)

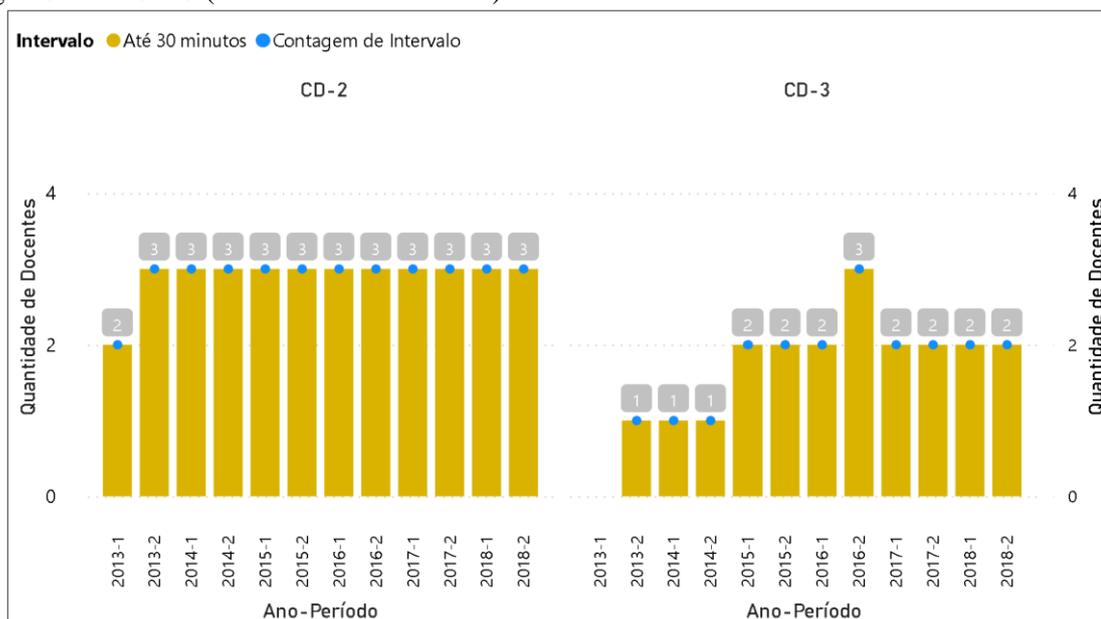


Fonte: Currículo Plataforma Lattes – Elaborado pelo Autor

Ao contrário do que verificamos na categoria Pesquisa, o Gráfico 33 nos mostra uma realidade complicada, quase a totalidade dos docentes que mais atuaram em atividades de extensão, dedicaram no máximo 30 minutos ao dia para desenvolverem algum tipo de projeto de extensão.

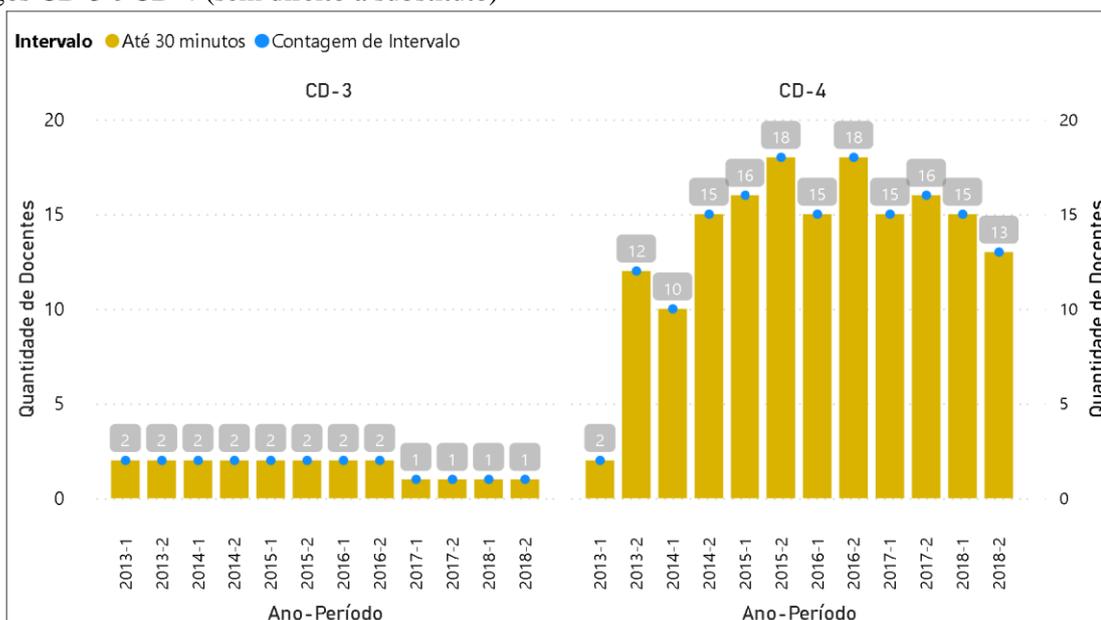
Devido à baixa quantidade de produção em horas por dia na categoria extensão, apresentaremos os Gráficos 34, 35, 36, 37 e 38 e em seguida realizaremos uma pequena discussão.

Gráfico 34: Dedicção por dia em atividades de extensão desenvolvidas pelos docentes ocupantes de cargos CD-2 e CD-3 (com direito a substituto)



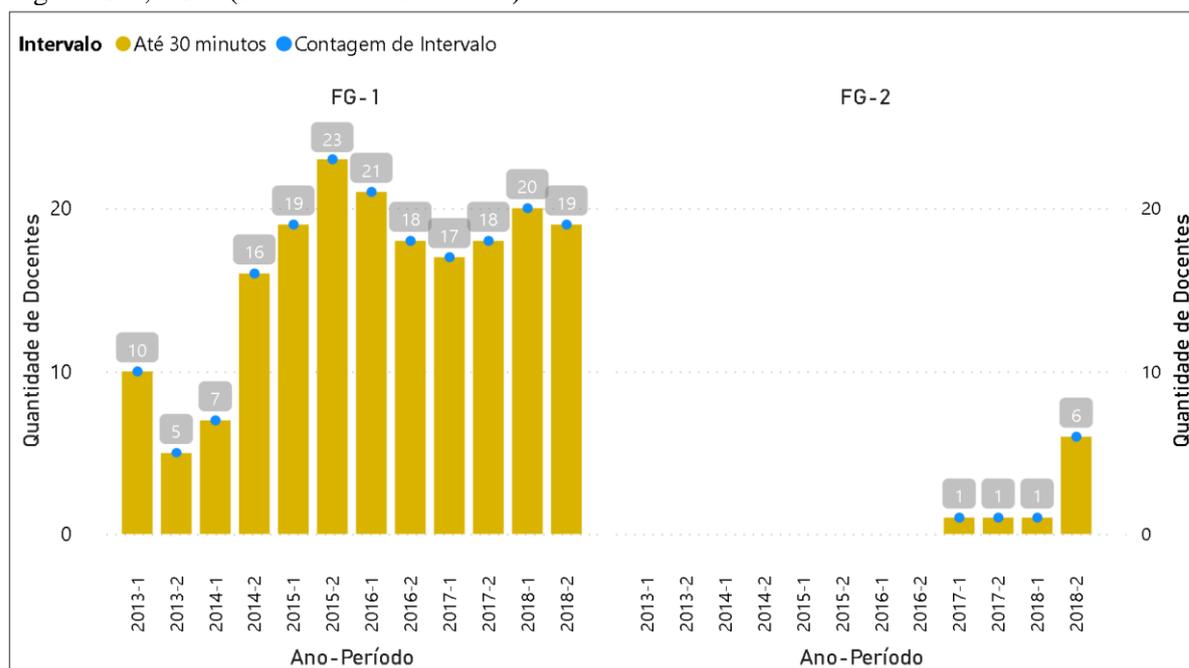
Fonte: Currículo Plataforma Lattes – Elaborado pelo Autor

Gráfico 35: Dedicção por dia em atividades de extensão desenvolvidas pelos docentes ocupantes de cargos CD-3 e CD-4 (sem direito a substituto)



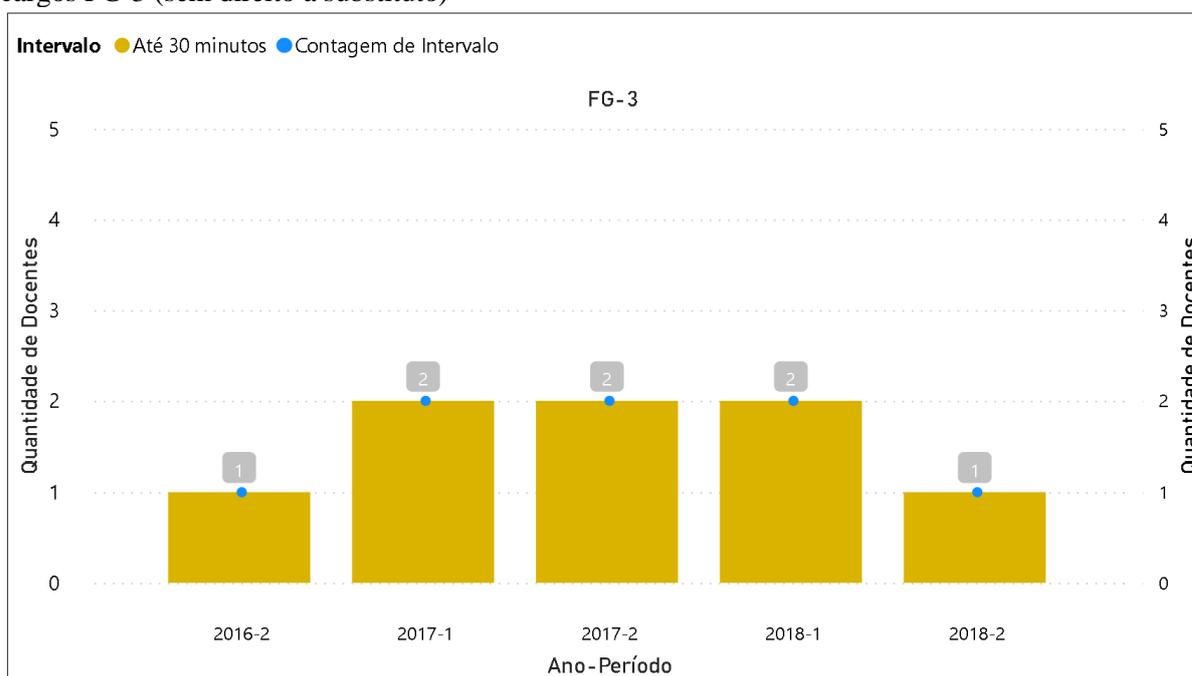
Fonte: Currículo Plataforma Lattes – Elaborado pelo Autor

Gráfico 36: Dedicção por dia em atividades de extensão desenvolvidas pelos docentes ocupantes de cargos FG-1, FG-2 (sem direito a substituto)



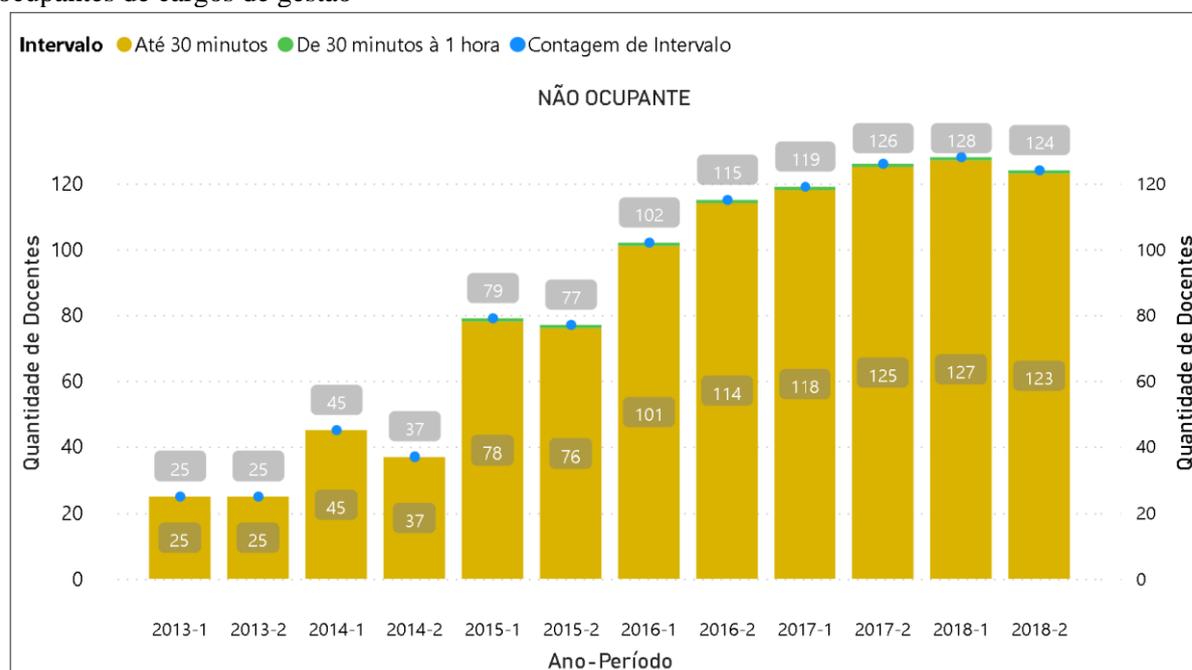
Fonte: Currículo Plataforma Lattes – Elaborado pelo Autor

Gráfico 37: Dedicção por dia em atividades de extensão desenvolvidas pelos docentes ocupantes de cargos FG-3 (sem direito a substituto)



Fonte: Currículo Plataforma Lattes – Elaborado pelo Autor

Gráfico 38: Dedicção em horas por dia em atividades de extensão desenvolvidas pelos docentes não ocupantes de cargos de gestão



Fonte: Currículo Plataforma Lattes – Elaborado pelo Autor

Os Gráficos 34, 35, 36, 37 e 38 evidenciam o baixo desenvolvimento de atividades de extensão na universidade, apesar de termos dois projetos de muita relevância na região Oeste da Bahia, que são respectivamente o Museu de Ciências do Cerrado Nordestino e o Projeto Caminhão da Ciência que teve origem em um projeto financiado pelo CNPq em 2010.

Em relação à categoria Extensão, acreditamos que é necessário um registro melhor das atividades de extensão, tanto no currículo Lattes quanto na página da instituição, uma vez que se os docentes são avaliados em relação à quantidade de horas de cada projeto que está envolvido, é imprescindível que esses dados estejam de fácil acesso e com o maior detalhamento possível.

5.5 Gestão Institucional

A categoria gestão institucional é uma das mais importantes para compreendermos aspectos singulares dos ocupantes de cargos de gestão, nesse sentido, inicialmente foi pensado na obtenção dos dados abaixo elencados para criação de um banco de dados:

1. Uso de e-mail institucional
2. Uso de sistema acadêmico
3. Tempo dispendido por ocupantes de cargo de gestão no período do recorte da pesquisa.

Após as devidas solicitações de informação via E-SIC, tivemos retorno de todos os itens, no entanto em relação ao item 1, foi enviado apenas o último mês de uso dos docentes, ou seja, março de 2019. Após entrar em contato com a gestão do E-SIC na IFES, ela informou

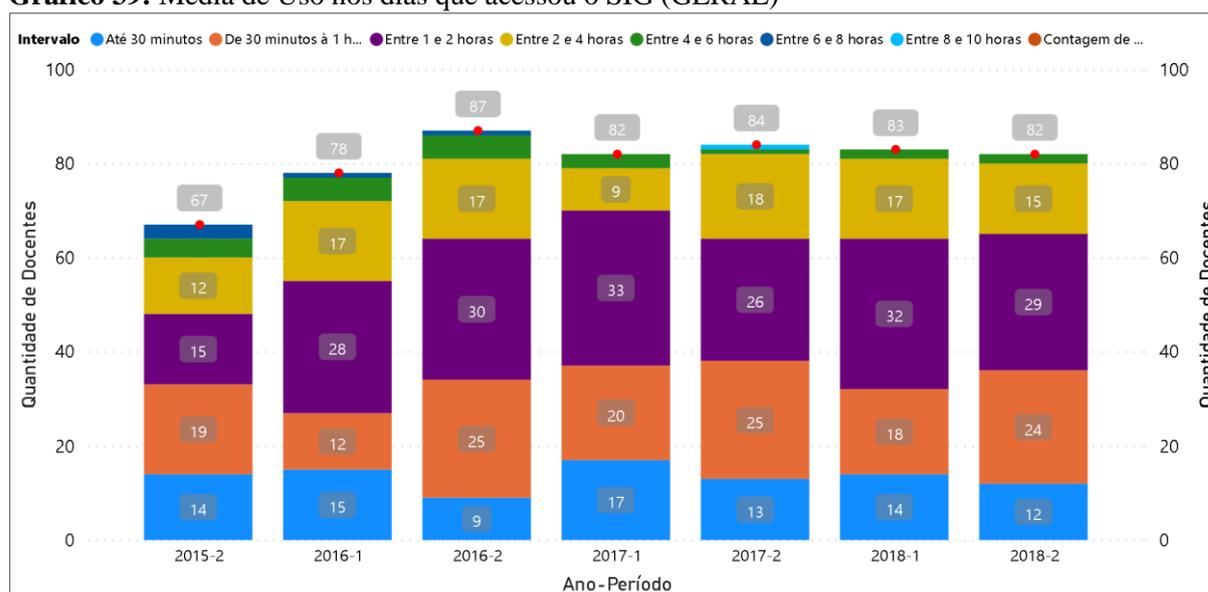
que a instituição não possuía espaço suficiente para armazenamento dos logs⁴⁰ do sistema de e-mail (Zimbra⁴¹). Nesse sentido, o item 1 não foi utilizada para composição dos dados analisados na pesquisa.

Em relação ao item 2, ele foi atendido em um primeiro momento. No entanto, ao iniciar o manuseio das informações percebemos que algumas informações estavam faltando dos arquivos enviados, devido a forma de extração utilizada. Ao detectar as incongruências, foi realizada a extração de forma adequada, que gerou 11 milhões de linhas de banco de dados. Com os dados foi possível montar um painel no software Power BI da Microsoft, e será possível apresentar algumas particularidades da utilização do sistema acadêmico pelos ocupantes de cargos de gestão.

O item 3 foi uma das solicitações de dados que demorou a ser entregue pela instituição, a solicitação foi realizada em 16/04/2019 e somente em 06/12/2020 foi possível a obtenção total dos dados, uma vez que percebemos incongruências nas informações da primeira solicitação via E-SIC que era referente aos docentes que ocuparam cargos de gestão no período do recorte da pesquisa. As incongruências foram encontradas ao analisar todas as portarias emitidas pelo Gabinete da Reitoria, o que levou um tempo demorado.

Como infelizmente não temos os dados do item 1, iniciaremos apresentando os dados do item 2 que foram disponibilizados os dados desde sua implantação até o último dia do recorte da pesquisa (05/12/2015 a 24/03/2019), logo em seguida apresentaremos os dados do item 3.

Gráfico 39: Média de Uso nos dias que acessou o SIG (GERAL)



⁴⁰ Arquivos de log armazenam mensagens geradas por sistema que registram eventos, processos e outras informações durante a sua operação.

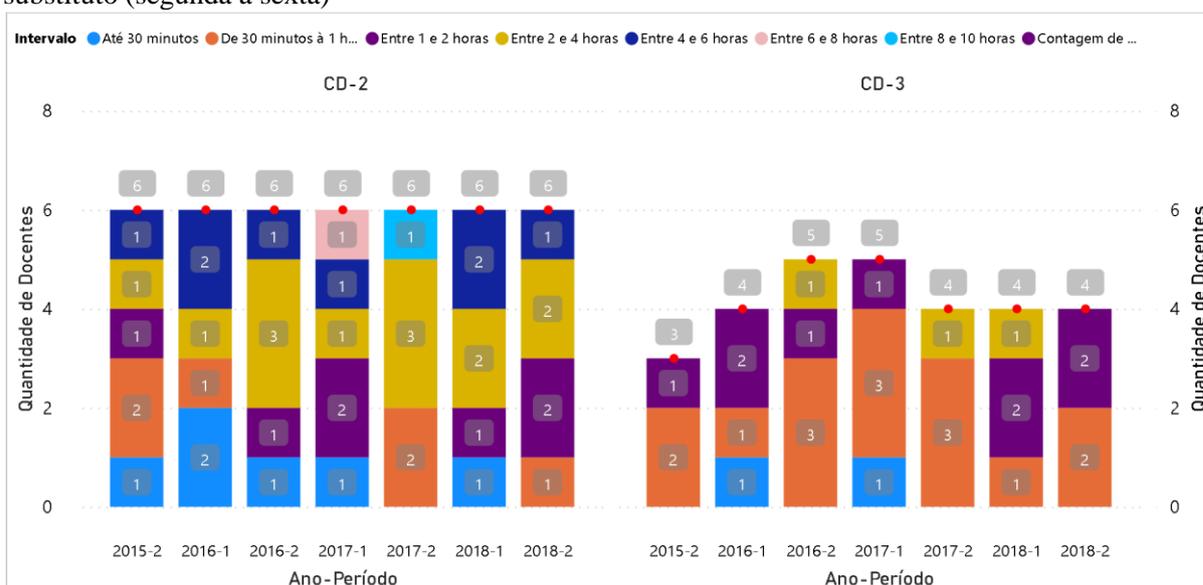
⁴¹ Plataforma de serviço de envio e recebimento de e-mail, instalada nos servidores da instituição.

Fonte: Dados SIG – Elaborado pelo Autor

O Gráfico 39 traz um panorama geral da quantidade de docentes e a média de uso do sistema acadêmico SIG por ocupantes de cargos de gestão no período de 05/12/2015 a 24/03/2015.

Analisando o Gráfico 39 temos que aproximadamente 25% dos ocupantes de cargos de gestão utilizaram mais de duas horas diárias o SIG, alguns chegando a quase 10 horas diárias. Os outros 75% dos docentes utilizaram até duas horas diárias. Uma questão importante é que a visualização dos dados de uma forma geral acaba mascarando o que de forma pormenorizada podemos visualizar melhor quando fazemos os filtros necessários para entender a fundo os dados coletados. Nesse sentido, nos próximos Gráficos realizamos esses filtros para entender melhor o uso do sistema pelos docentes ocupantes de cargo de gestão.

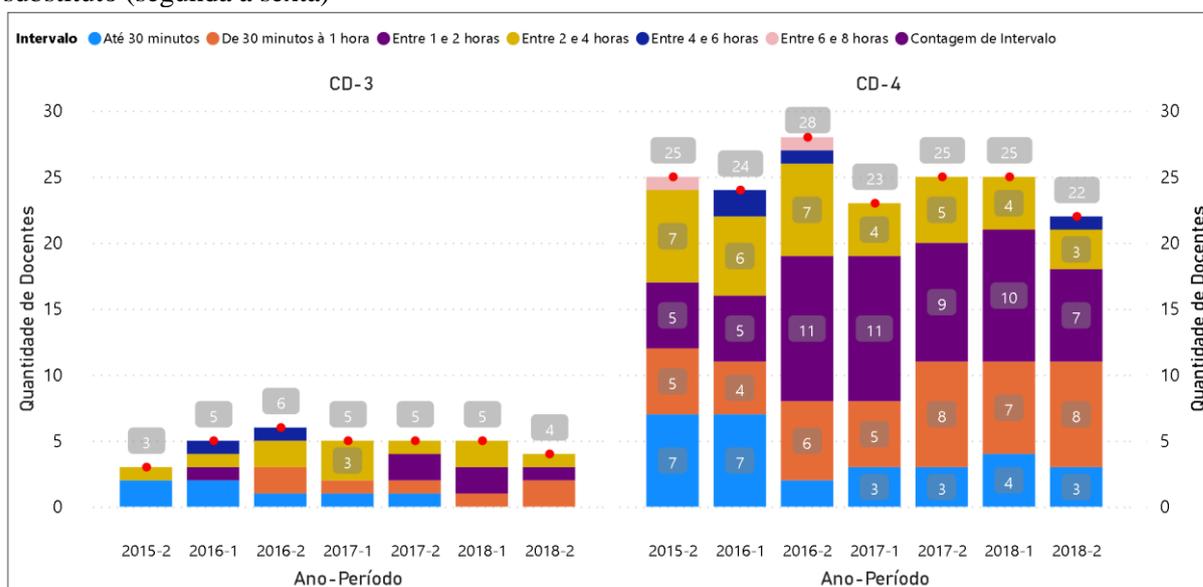
Gráfico 40: Média de Uso nos dias que acessou o SIG em dias úteis CD-2 e CD-3 com direito a substituto (segunda a sexta)



Fonte: Dados SIG – Elaborado pelo Autor

No Gráfico 40 temos a média de uso do SIG nos dias úteis pelos ocupantes de cargo CD-2 e CD-3 com direito a substituto, sendo que os ocupantes de CD-2 podemos perceber que ao menos 50% dos docentes mais de duas horas por dia, alguns chegando em alguns semestres a mais de oito horas diárias. No caso dos ocupantes de CD-3 essa média de uso abaixa bastante, sendo que durante o período apresentado a maioria utilizava até 2 horas por dia o sistema, e em 3 semestres pelo menos um docente utilizava entre 2 e 4 horas diárias.

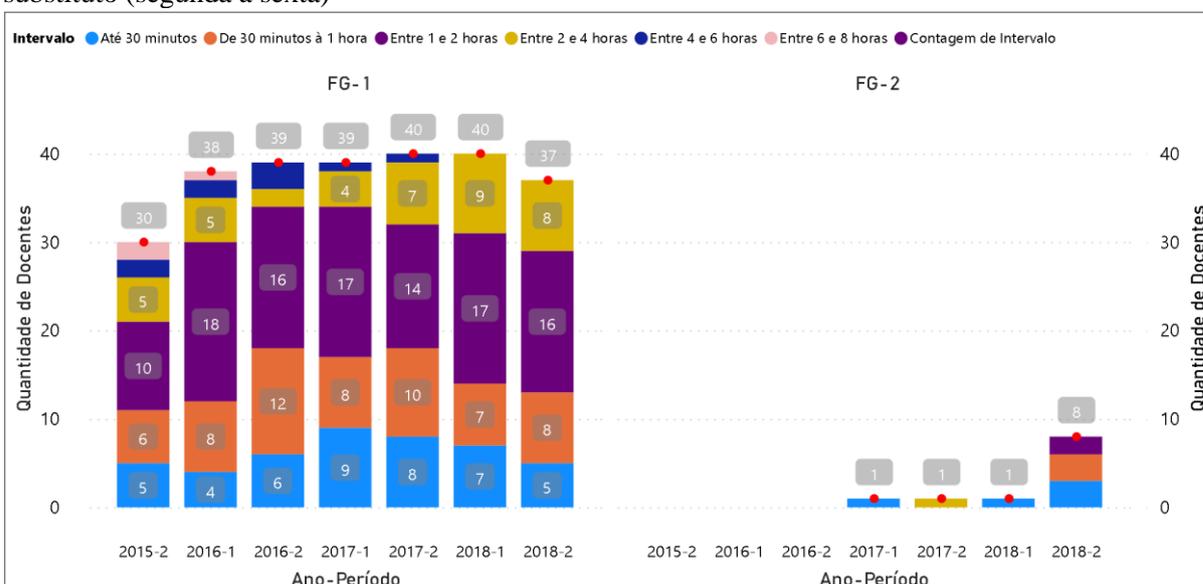
Gráfico 41: Média de Uso nos dias que acessou o SIG em dias úteis CD-3 e CD-4 sem direito a substituto (segunda a sexta)



Fonte: Dados SIG – Elaborado pelo Autor

No Gráfico 41 temos a média de uso do SIG nos dias úteis pelos ocupantes de cargo CD-3 e CD-4 sem direito a substituto, sendo que os ocupantes de CD-3 podemos perceber que nos primeiros semestres percebemos uma média de uso maior chegando a entre 4 e 6 horas diárias, e a partir de 2017-1 a média de uso diminui para entre 2 e 4 horas. No caso dos ocupantes de CD-4 tem semelhança em relação ao que ocorreu nos primeiros semestres dos ocupantes de CD-3, porém a média de uso essa média de uso chegando a quase 8 horas diárias, e de 2017-1 a 2018-2 o uso médio era de 1 e 4 horas diárias para pelo menos 50% dos docentes.

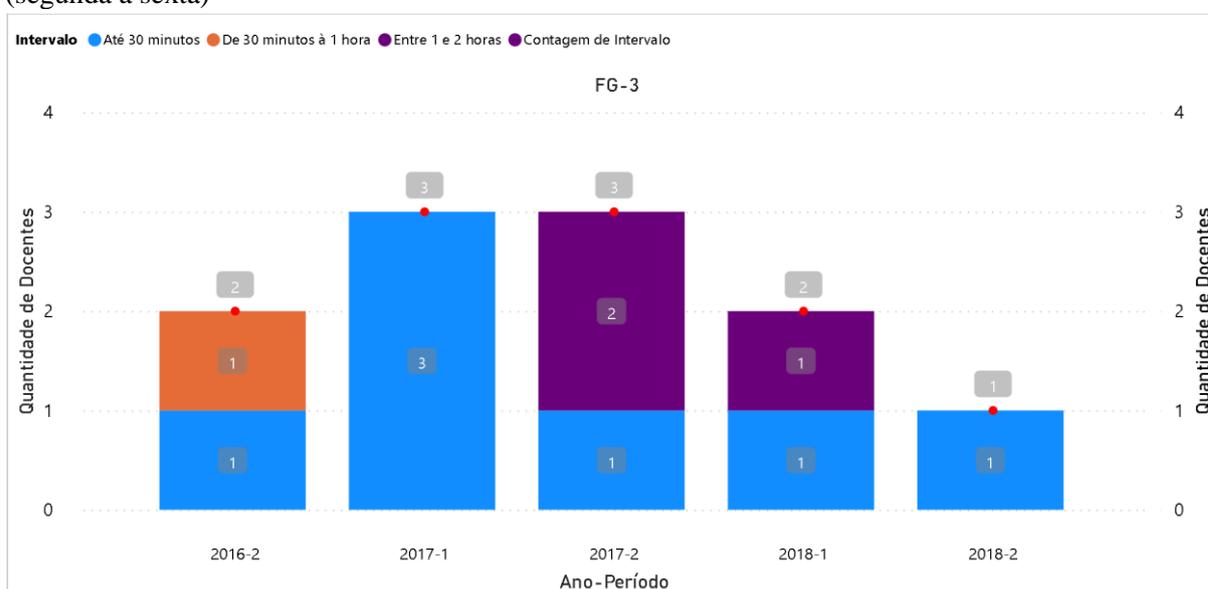
Gráfico 42: Média de Uso nos dias que acessou o SIG em dias úteis FG-1 e FG-2 sem direito a substituto (segunda a sexta)



Fonte: Dados SIG – Elaborado pelo Autor

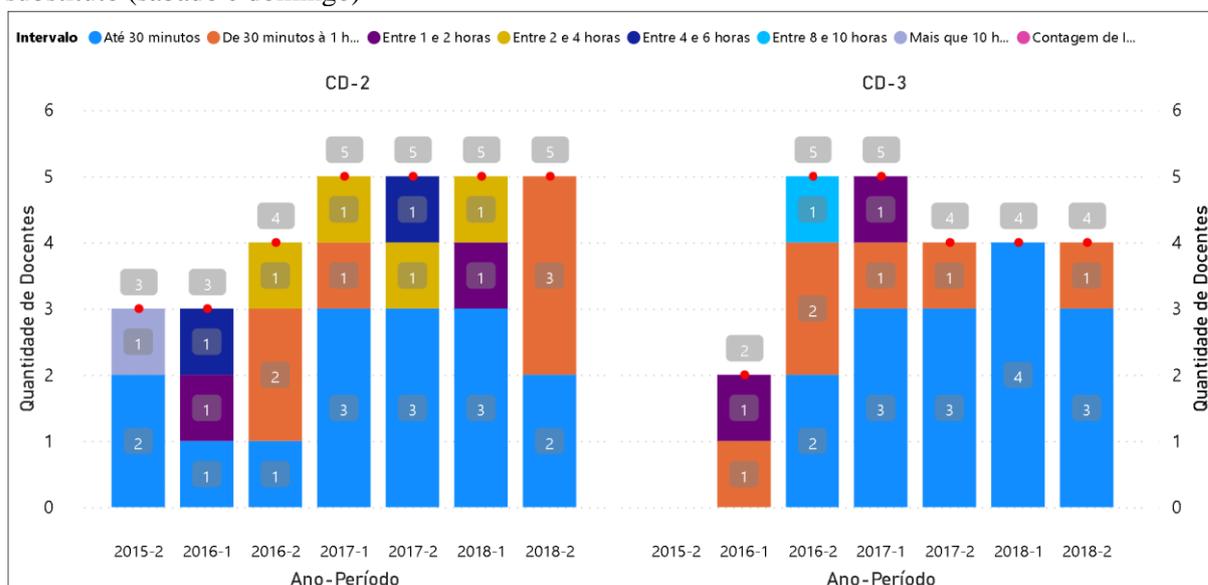
No Gráfico 42 temos a média de uso do SIG nos dias úteis pelos ocupantes de cargo FG-1 e FG-2 sem direito a substituto, sendo que os ocupantes de FG-1 podemos perceber que nos primeiros semestres percebemos uma média de uso maior chegando a entre 6 e 8 horas diárias, e a partir de 2016-2 a média de uso diminuiu, porém, ainda chegando entre 4 e 6 horas até que nos últimos dois semestres a maioria dos docentes utiliza o sistema entre 1 e 4 horas. No caso dos ocupantes de FG-2 e FG-3 como descrito no Gráfico 43 a quantidade de docentes é muito menor, sendo que em apenas um semestre tivemos um docente utilizando entre 2 e 4 horas e nos outros semestres de 30 minutos a 2 horas.

Gráfico 43: Média de Uso nos dias que acessou o SIG em dias úteis FG-3 sem direito a substituto (segunda a sexta)



Fonte: Dados SIG – Elaborado pelo Autor

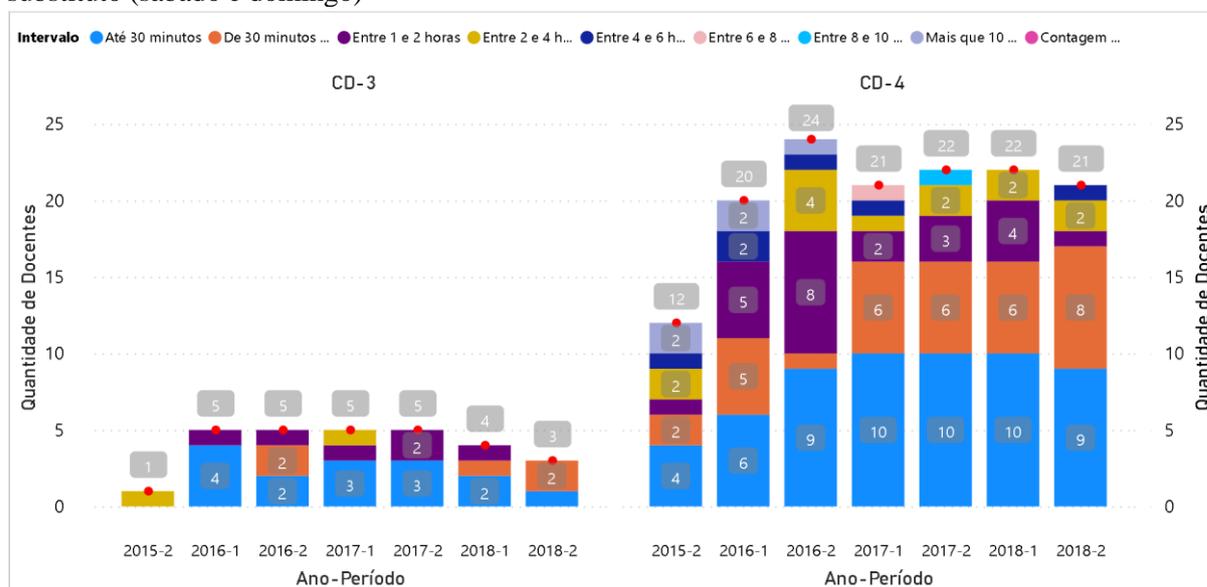
Gráfico 44: Média de Uso nos dias que acessou o SIG em dias não úteis CD-2 e CD-3 com direito a substituto (sábado e domingo)



Fonte: Dados SIG – Elaborado pelo Autor

No Gráfico 44 temos a média de uso do SIG nos dias não úteis pelos ocupantes de cargo CD-2 e CD-3 com direito a substituto, sendo que os ocupantes de CD-2 apenas 3 dos 6 docentes ocupantes do cargo utilizaram o sistema em dias não úteis, tendo um aumento gradual e chegando a 5 docentes, o que nos mostra que pelo menos 1 docente não acessava o sistema aos finais de semana, outra questão a ser levantada é o aumento com o passar dos semestres da quantidade de tempo até que no último semestre ocorre uma diminuição para até 1 hora de uso. No caso dos ocupantes de CD-3 os docentes começam a utilizar o sistema aos finais de semana apenas no semestre 2016-1, tendo um pico em 2017-1 de 1 docente chegando a utilizar entre 8 e 10 horas, e depois ocorre uma diminuição chegando ao uso de até 1 hora.

Gráfico 45: Média de Uso nos dias que acessou o SIG em dias não úteis CD-3 e CD-4 sem direito a substituto (sábado e domingo)

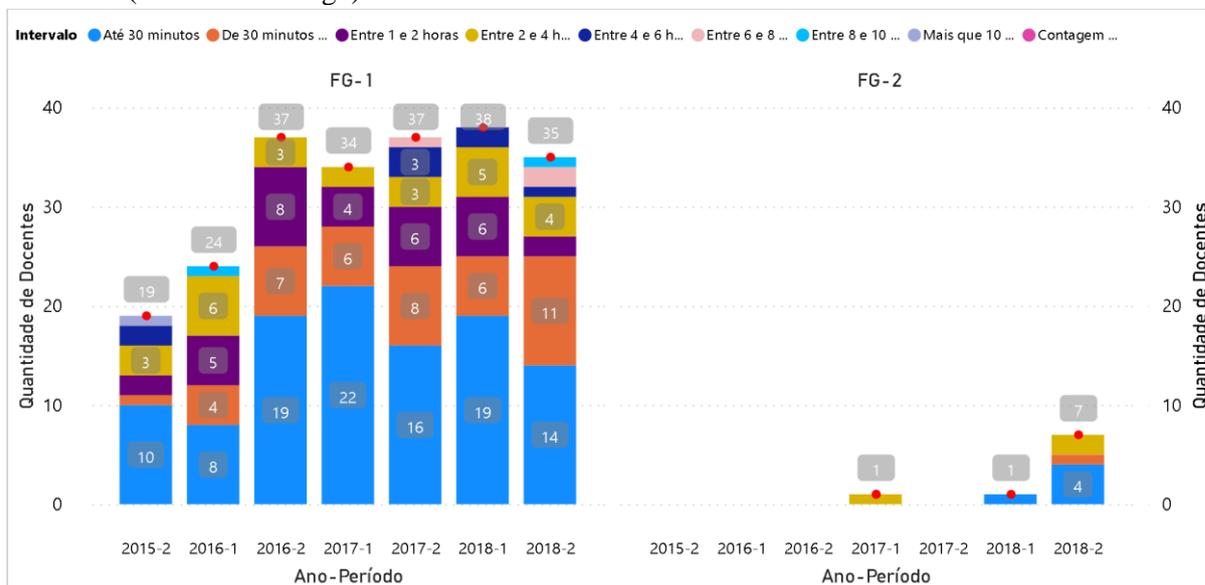


Fonte: Dados SIG – Elaborado pelo Autor

No Gráfico 45 temos a média de uso do SIG nos dias não úteis pelos ocupantes de cargo CD-3 e CD-4 sem direito a substituto, sendo que os ocupantes de CD-3 inicia com um uso entre 2 e 4 horas, e tem uma tendencia de queda, tem um pico de 2 a 4 horas em 2017-1 e volta a cair até o uso de até 1 hora. No caso dos ocupantes de CD-4 os docentes começam a utilizar o sistema aos finais de semana chegando a mais de 10 horas durante 3 semestres seguidos, recua para entre 6 e 8 horas, volta a entre 8 e 10 horas, diminui para 2 e 4 horas e volta a subir para 4 a 6 horas. O que conseguimos verificar é que existe uma oscilação entre semestres pares e ímpares, uma hipótese é a de que como muitos dos ocupantes de CD-4 são responsáveis pelo planejamento acadêmico, ocorra esse aumento nos semestres pares, por estarem realizando o planejamento para o semestre ímpar, momento em que ocorre o maior

trabalho devido ao ingresso anual da maior parte dos cursos. Porém notamos que ocorre um aumento nos últimos semestres para uma utilização menor do sistema.

Gráfico 46: Média de Uso nos dias que acessou o SIG em dias não úteis FG-1 e FG-2 sem direito a substituto (sábado e domingo)

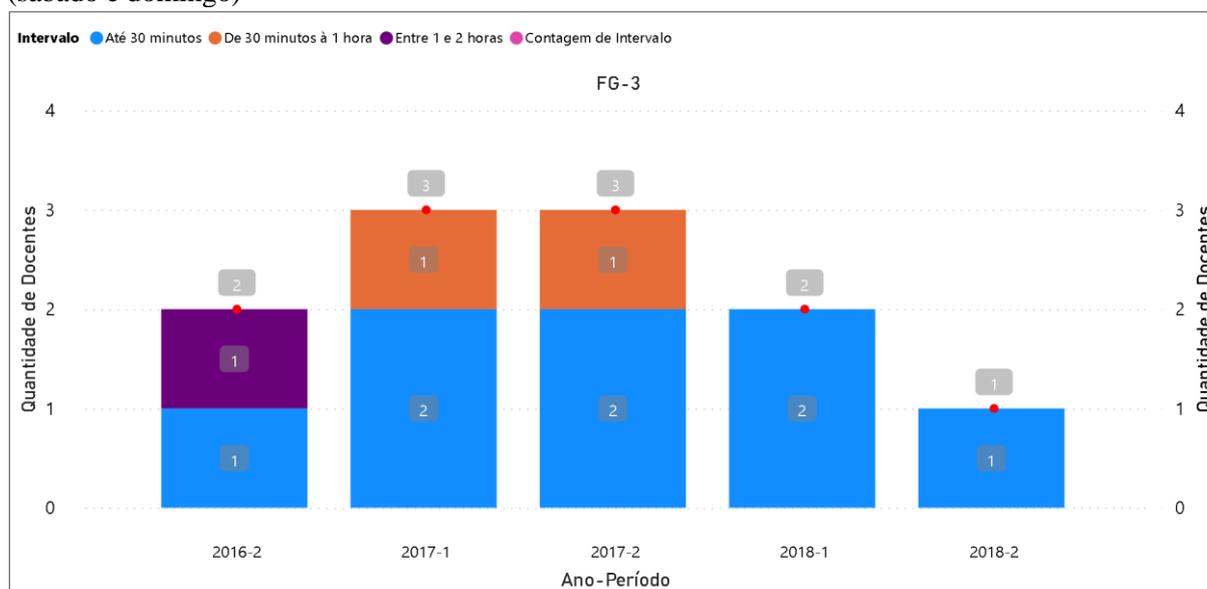


Fonte: Dados SIG – Elaborado pelo Autor

No Gráfico 46 temos a média de uso do SIG nos dias não úteis pelos ocupantes de cargo FG-1 e FG-2 sem direito a substituto, sendo que os ocupantes de FG-1 os docentes começam a utilizar o sistema aos finais de semana chegando a mais de 10 horas durante o semestre 2015-2, recua para entre 6 e 8 horas, fica com pico de 2 a 4 horas durante dois semestres e volta a subir com um pico entre 6 e 8 horas, diminui para 4 e 6 horas e volta a subir para 6 a 8 horas. O que conseguimos verificar é que existe uma oscilação entre os semestres em que a porcentagem varia de 6% a 32% de docentes que utilizam mais de 2 horas o sistema aos finais de semana, uma hipótese é a de que como muitos dos ocupantes de CD-4 são responsáveis pelo planejamento acadêmico, porém com o tempo essa demanda tenha ficado cada vez maior, os Coordenadores de Ensino dos Centros possam ter distribuído uma parcela maior de trabalho do planejamento acadêmico com o decorrer do tempo.

No caso dos ocupantes de FG-2 e FG-3 como descrito no Gráfico 47 a quantidade de docentes é muito menor, sendo que em apenas dois semestres tivemos um docente utilizando entre 2 e 4 horas e nos outros semestres de 30 minutos a 2 horas. Enquanto a quantidade de utilização por parte dos FG-2 tenha aumentado significativamente passando de 1 para 7 docentes no último semestre, no caso dos ocupantes de FG-3 ocorre um aumento chegando a 3 docentes e uma queda, chegando a 1 docente utilizando o sistema aos finais de semana no semestre 2018-2 e com uma quantidade de tempo pequena.

Gráfico 47: Média de Uso nos dias que acessou o SIG em dias não úteis FG-3 sem direito a substituto (sábado e domingo)



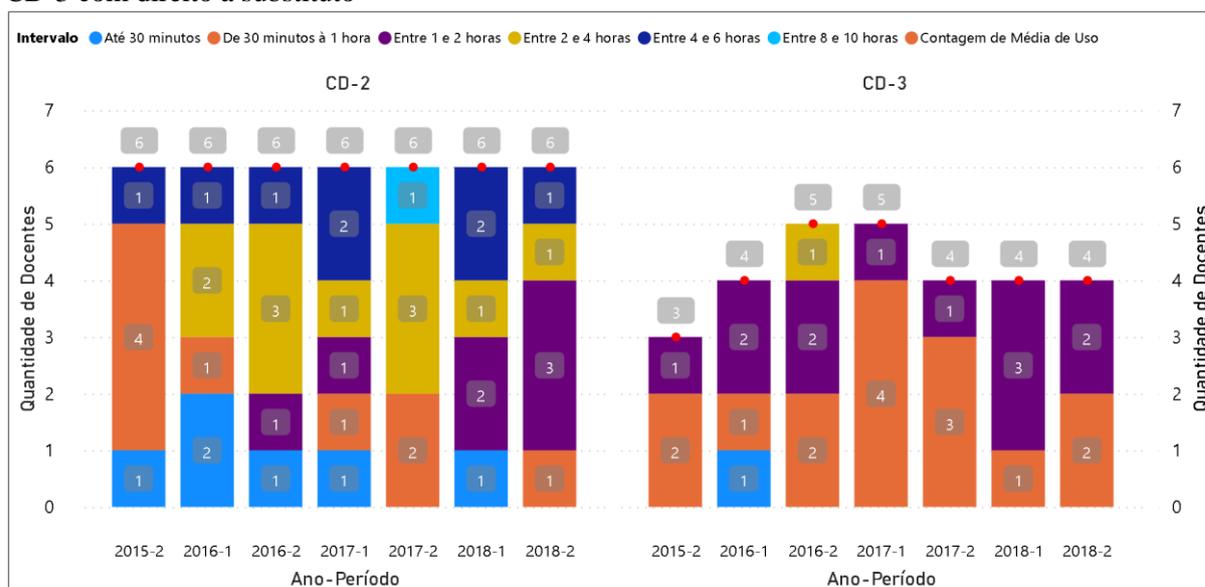
Fonte: Dados SIG – Elaborado pelo Autor

Ao analisar o banco de dados, ordenando os docentes por quantidade de dias que utilizaram o sistema, temos que dos 15 primeiros docentes listados acessaram entre 152 e 47 dias o sistema aos finais de semana, se verificarmos quantos dias temos nos finais de semana do intervalo entre 05/12/2015 e 24/03/2019, temos 345 dias nos finais de semana (sábados e domingos), o primeiro da lista utilizou o sistema aos finais de semana pelo menos 44% das semanas disponibilizadas para análise, e sendo o segundo 27%, o terceiro 24%, o quarto 23%, e o quinto e sexto 21%.

Os percentuais apresentados são alarmantes, uma vez que o tempo disponível para o descanso, convívio familiar e lazer estão sendo substituídos, mesmo que por alguns minutos e por muitas vezes horas, com possíveis impactos para o bem estar e a sanidade mental desses docentes.

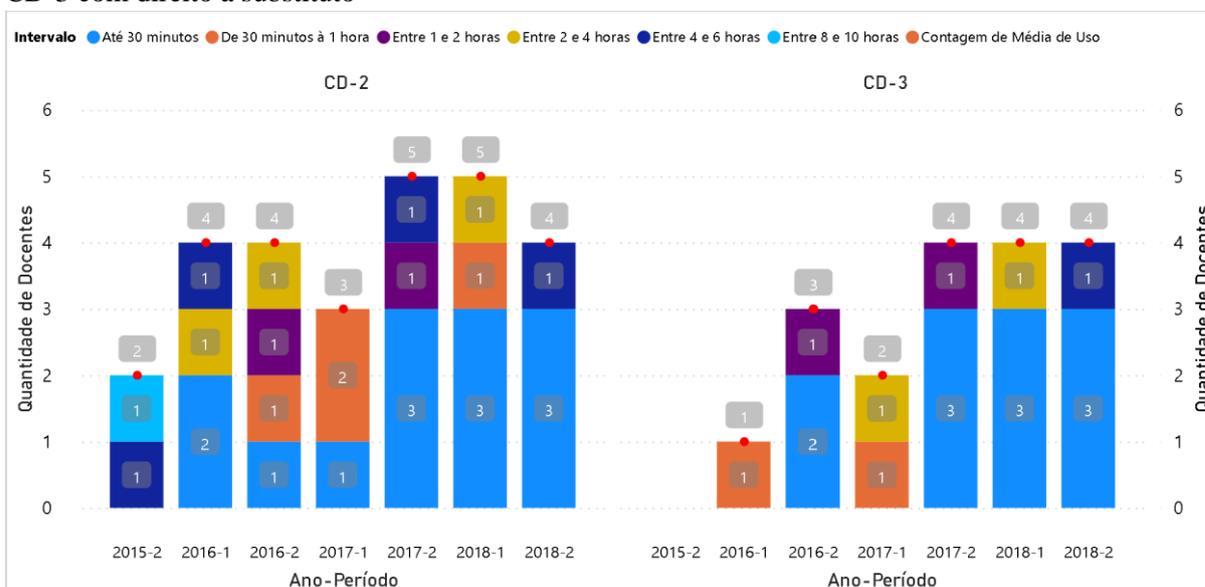
Como podemos verificar as discrepâncias de utilização do SIG nos dias úteis e não úteis, decidimos realizar uma análise do uso do sistema em Horário Normal de (07:30 às 22:30) e Fora do Horário Normal (22:31 às 07:29), nesse sentido analisaremos os Gráficos juntos para efeito de comparar a utilização.

Gráfico 48: Média de Uso nos dias que acessou o SIG em Horário Normal (07:30 às 22:30) CD-2 e CD-3 com direito a substituto



Fonte: Dados SIG – Elaborado pelo Autor

Gráfico 49: Média de Uso nos dias que acessou o SIG em Fora do Horário (22:31 às 07:29) CD-2 e CD-3 com direito a substituto

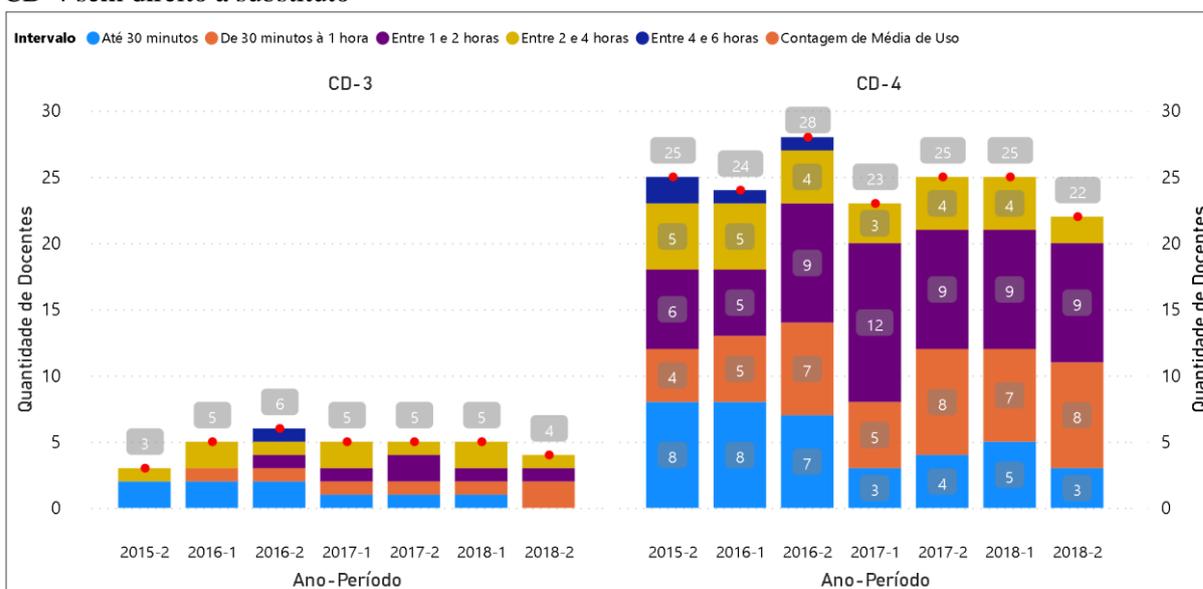


Fonte: Dados SIG – Elaborado pelo Autor

Nos Gráficos 48 e 49 podemos verificar que os ocupantes de cargo CD-2 com direito a substituto tem um uso relativamente alto do sistema durante o Horário Normal, tendo um crescimento da quantidade de tempo durante os semestres, tendo um pico de entre 8 e 10 horas, sendo que a maioria com o passar do tempo tem o uso de 1 a 6 horas diárias, no que tange a utilização Fora do Horário Normal, podemos verificar que não são todos os ocupantes de CD-2 que realizaram algum tipo de acesso, tirando o semestre 2015-2 a maior parte dos docentes utilizou até 1 hora, e uma média de 27% utilizou de 1 a 6 horas. No caso dos ocupantes de CD-3 com direito a substituto, temos um uso durante o Horário Normal na faixa

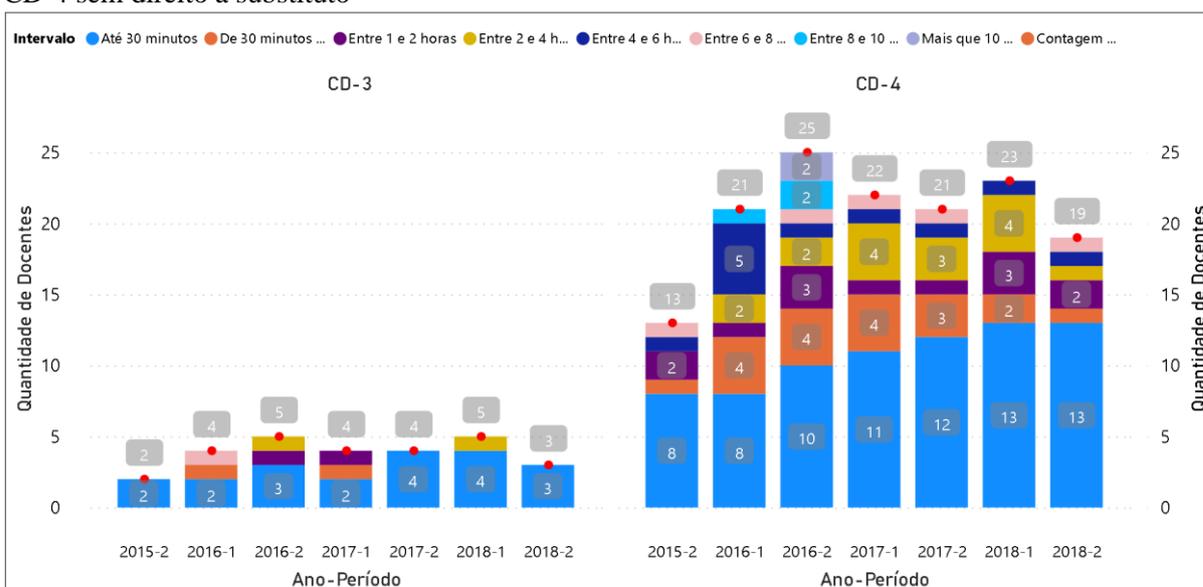
de até 2 horas diárias, sendo que Fora do Horário não se teve o uso em todos os semestres, porém, quando foi utilizado, ao menos 49% dos docentes fizeram uso por até 30 minutos e 51% utilizaram por até 6 horas. Esse dado é importante para termos ideia quanto a extensificação do trabalho docente, ou seja, muitas vezes o professor gestor não consegue realizar as atividades durante o Horário Normal e precisam avançar para Fora do Horário Normal ou para os finais de semana.

Gráfico 50: Média de Uso nos dias que acessou o SIG em Horário Normal (07:30 às 22:30) CD-3 e CD-4 sem direito a substituto



Fonte: Dados SIG – Elaborado pelo Autor

Gráfico 51: Média de Uso nos dias que acessou o SIG em Fora do Horário (22:31 às 07:29) CD-3 e CD-4 sem direito a substituto

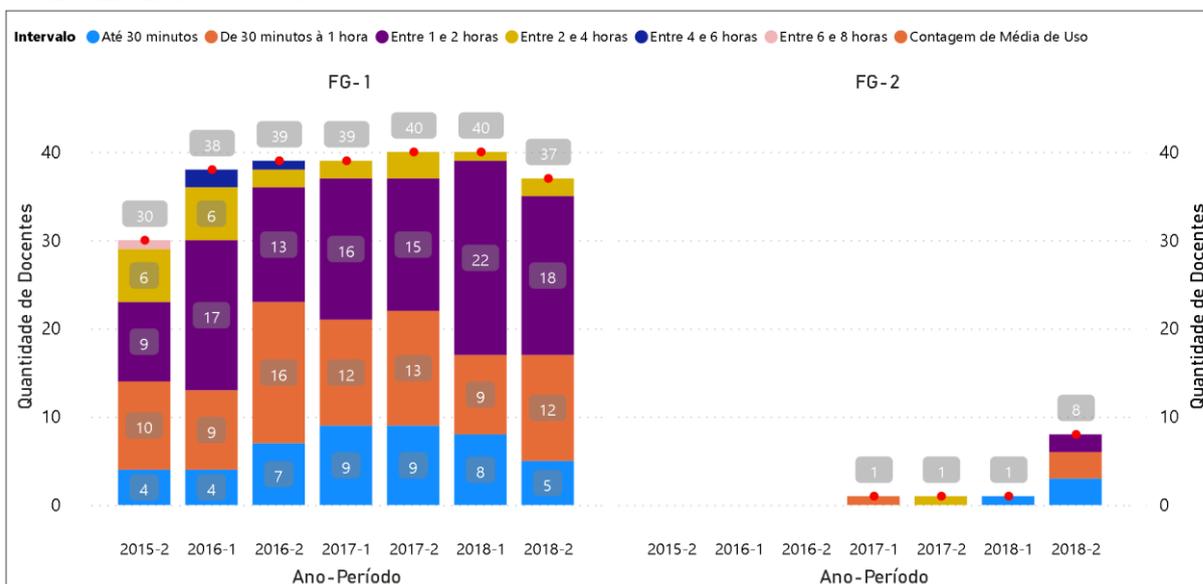


Fonte: Dados SIG – Elaborado pelo Autor

Nos Gráficos 50 e 51 podemos verificar que os ocupantes de cargo CD-3 sem direito a substituto tem um uso mediano do sistema durante o Horário Normal, tendo um crescimento

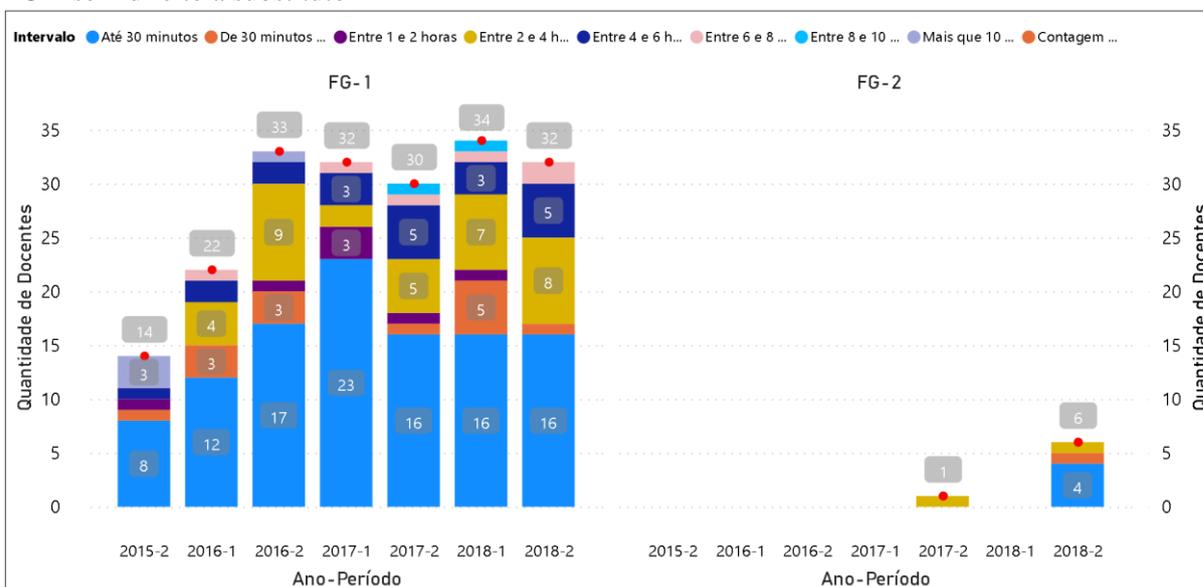
da quantidade de tempo durante os semestres, tendo um pico de entre 4 e 6 horas, sendo que a maioria com o passar do tempo tem o uso de 1 a 4 horas diárias, no que tange a utilização Fora do Horário Normal, podemos verificar que não são todos os ocupantes de CD-3 que realizaram algum tipo de acesso, tirando o semestre 2015-2 a maior parte dos docentes utilizou até 30 minutos, e uma média de 23% utilizou de 30 minutos a 4 horas. No caso dos ocupantes de CD-4 sem direito a substituto, 48% dos docentes tiveram um uso durante o Horário Normal na faixa de até 2 horas diárias e 52% de mais de 2 horas, sendo que Fora do Horário não se teve o uso em todos os semestres, porém, quando foi utilizado, ao menos 66% dos docentes fizeram uso por até 1 hora e 34% utilizaram por até mais de 10 horas.

Gráfico 52: Média de Uso nos dias que acessou o SIG em Horário Normal (07:30 às 22:30) FG-1 e FG-2 sem direito a substituto



Fonte: Dados SIG – Elaborado pelo Autor

Gráfico 53: Média de Uso nos dias que acessou o SIG em Fora do Horário (22:31 às 07:29) FG-1 e FG-2 sem direito a substituto

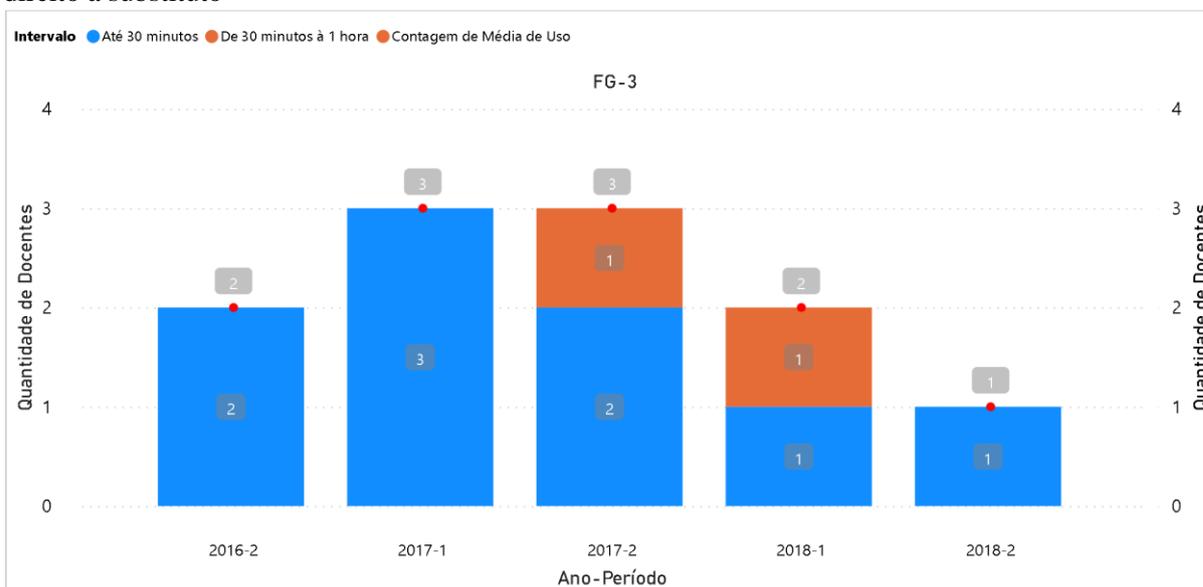


Fonte: Dados SIG – Elaborado pelo Autor

Nos Gráficos 52 e 53 podemos verificar que os ocupantes de cargo FG-1 sem direito a substituto tem um uso relativamente alto do sistema durante o Horário Normal, tendo um crescimento da quantidade de tempo durante os semestres, tendo um pico de mais de 6 a 8 horas, sendo que a média de 52% dos docentes com o passar do tempo tem o uso de 1 a 6 horas diárias, no que tange a utilização Fora do Horário Normal, podemos verificar que não são todos os ocupantes de FG-1 que realizaram algum tipo de acesso, a maior parte dos docentes utilizou até 1 hora, e uma média de 38% utilizou de 1 a mais de 10 horas. Acreditamos ser importante pontuar uma questão, se quase 40% dos ocupantes de FG-1 em algum momento utilizaram o sistema mais de 1 hora, chegando a impressionantes 10 horas, isso quer dizer que todos os docentes que fizeram uso do sistema Fora do Horário Normal ou utilizaram no mínimo o sistema até 23:30hs ou iniciou o seu uso 06:30hs, o que mostra novamente a extensificação do trabalho docente.

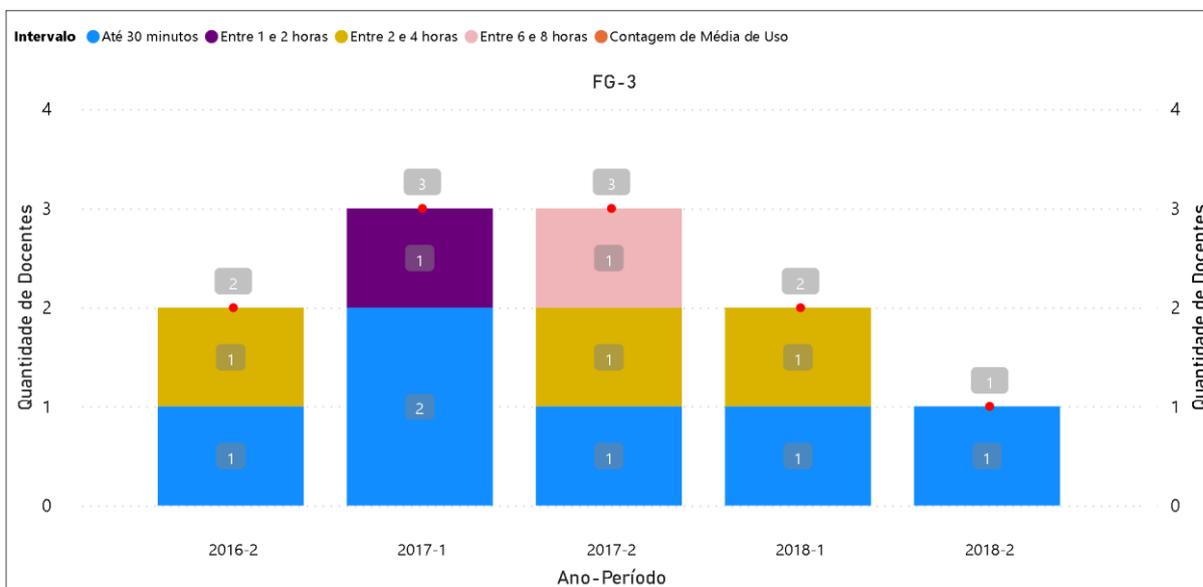
No caso dos ocupantes de FG-2 e FG-3 sem direito a substituto que temos os dados nos Gráficos 52, 53, 54 e 55, por serem uma menor quantidade de docentes envolvidos vamos analisá-los juntos.

Gráfico 54: Média de Uso nos dias que acessou o SIG em Horário Normal (07:30 às 22:30) FG-3 sem direito a substituto



Fonte: Dados SIG – Elaborado pelo Autor

Gráfico 55: Média de Uso nos dias que acessou o SIG em Fora do Horário (22:31 às 07:29) FG-3 sem direito a substituto



Fonte: Dados SIG – Elaborado pelo Autor

No caso dos docentes ocupantes de FG-2 temos um docente nos períodos de 2017-1 a 2018-1 e 8 docentes no período 2018-2, um uso durante o Horário Normal na faixa de até 1 hora diária e Fora do Horário não se teve o uso em todos os semestres, porém, quando foi utilizado em 2017-2 de 2 a 4 horas e em 2018-2 por 6 docentes de 30 minutos a 4 horas. Quando analisamos os ocupantes de cargo FG-3 verificamos uma questão interessante, durante o Horário Normal de trabalho o uso do sistema foi de no máximo 1 hora, no entanto, quando a utilização ocorreu Fora do Horário Normal, ao menos 40% dos docentes fizeram uso por mais de 2 horas, chegando a utilizara entre 6 e 8 horas.

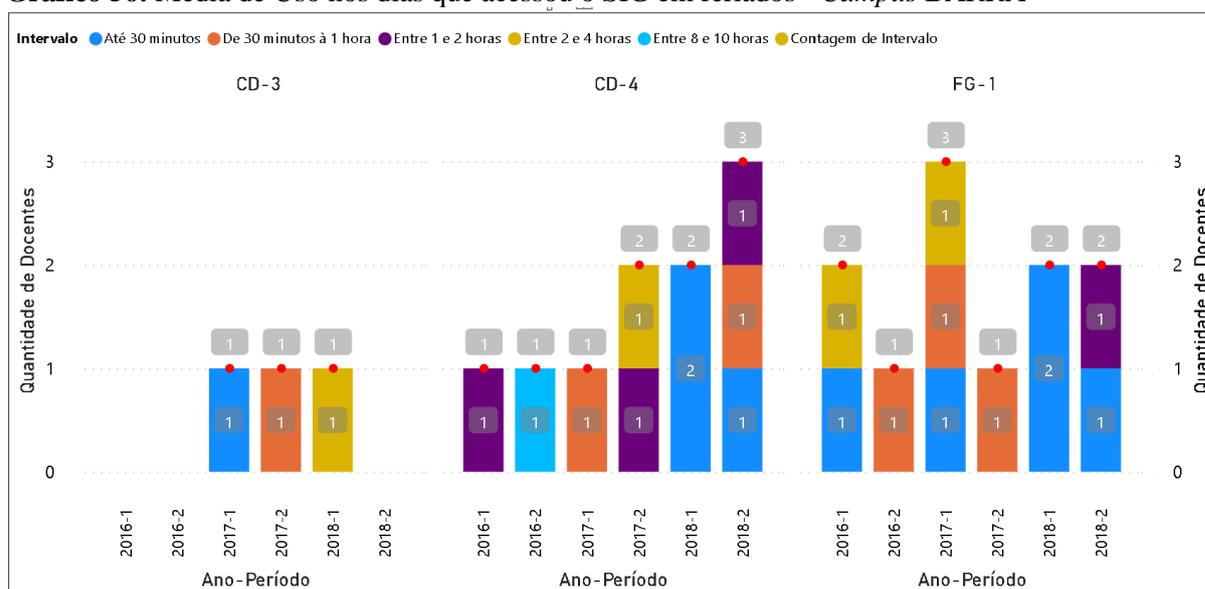
Os dados nos fazem refletir com o que Sadi Dal Rosso traz em sua obra “*Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea*”:

Os serviços com base na imaterialidade marcam diferenças significativas em relação ao trabalho industrial pelo fato de demandarem mais intensamente as capacidades intelectuais, afetivas, os aprendizados culturais herdados e transmitidos, o cuidado individual e coletivo. A intensidade em tais serviços não é adequadamente avaliada caso se expresse exclusivamente em termos corporais, físicos, materiais. Que é intensidade para um pesquisador, senão for considerado o aspecto imaterial de seu trabalho, o apelo à inteligência? Que é para um professor, caso não seja levada em consideração a capacidade de se relacionar com seus estudantes? (DAL ROSSO, 2008)

A imaterialidade do trabalho docente quando ocupante de cargo de gestão, acaba refletida nas ações que o mesmo desenvolve quando ocorre um fenômeno que estamos chamando de extensificação do trabalho, ou seja, o docente ocupante de cargo, principalmente aquele que não tem direito a substituto, como podemos verificar no Gráfico são os docentes que mais tem sua jornada de trabalho extensificada, as suas 40 horas de dedicação exclusiva

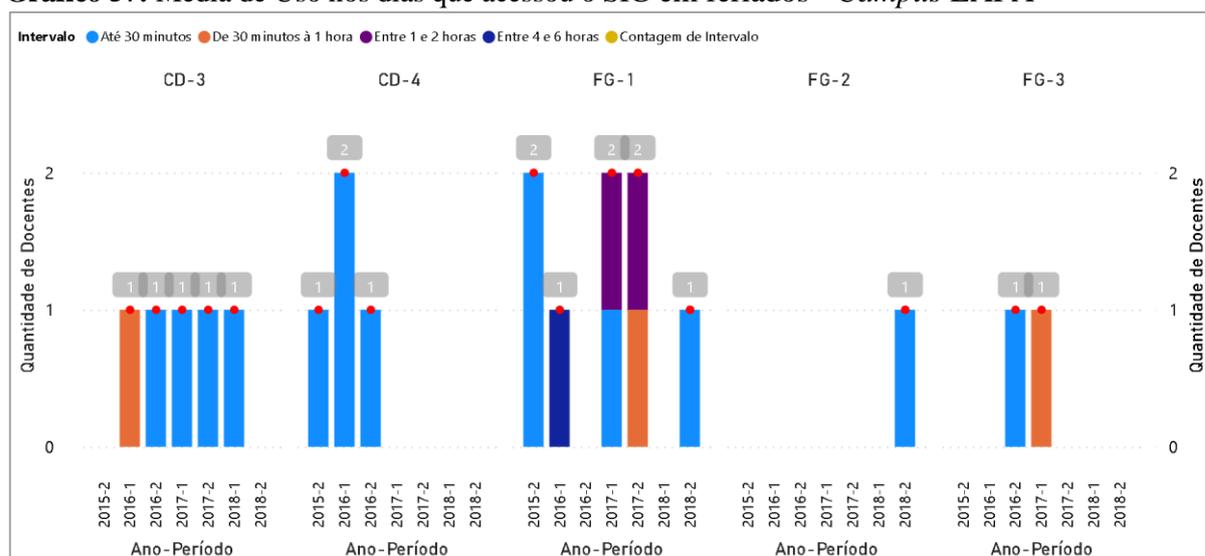
na verdade se transformam em integralidade, ou seja, o que antes eram provas, trabalhos e atividade para correção, terminar a escrita de um artigo ou submissão de um trabalho para evento, se transforma em lançamento de dados de planejamento, notas de estudantes, processos acadêmicos antes realizados por técnicos administrativos, agora fazem parte do final de semana de muitos ocupantes de cargo de gestão, principalmente quando olhamos para locais como a UFOB, que, como demonstrado no texto, tem deficiência de corpo técnico e também de docentes.

Gráfico 56: Média de Uso nos dias que acessou o SIG em feriados - *Campus BARRA*

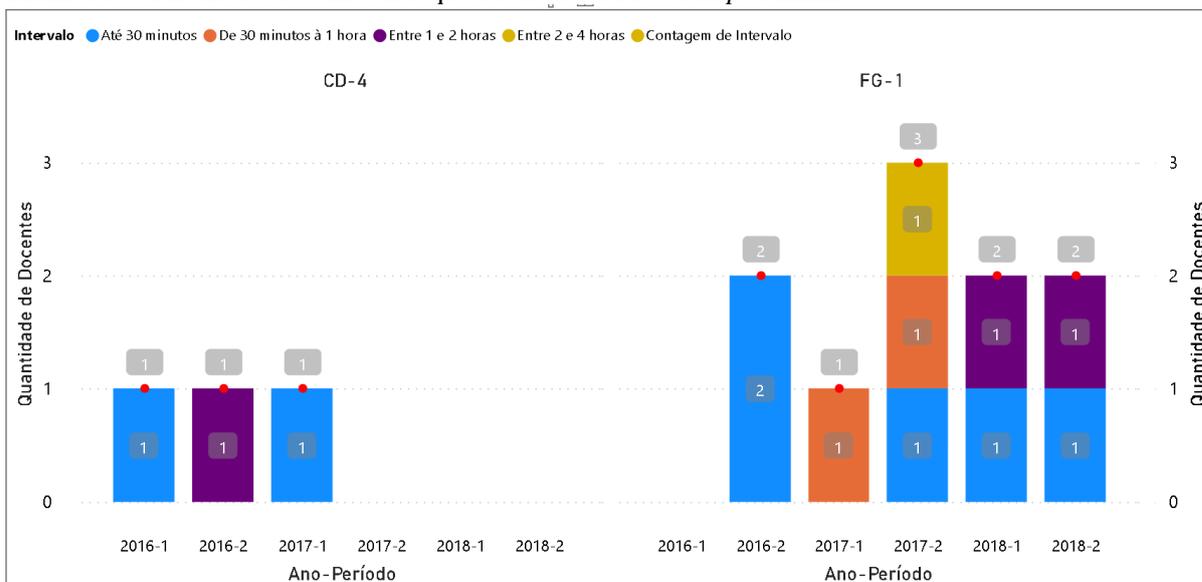


Fonte: Dados SIG – Elaborado pelo Autor

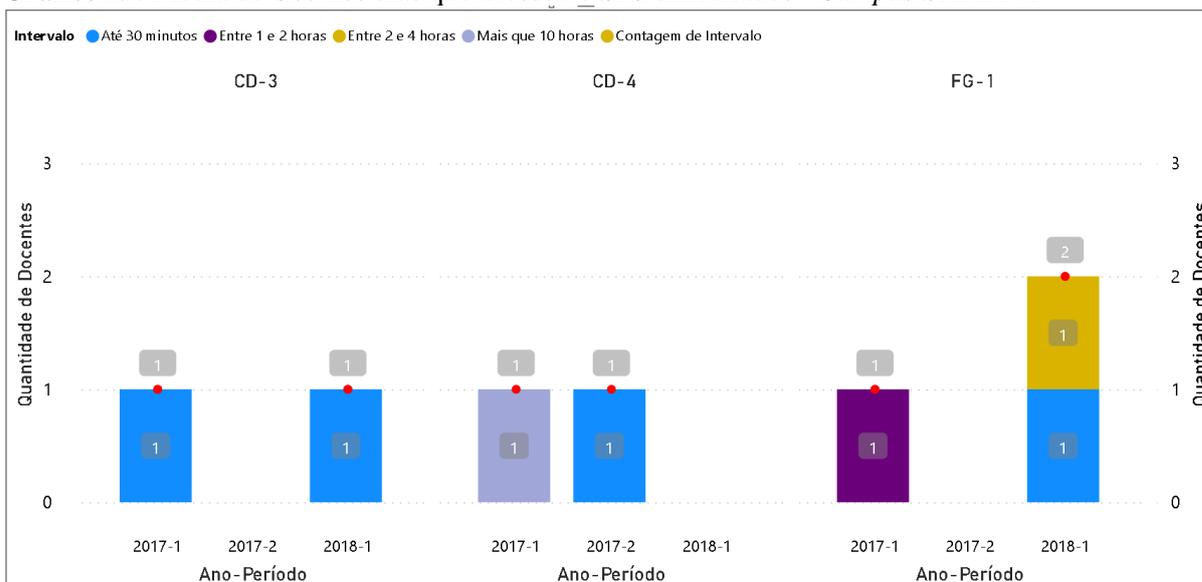
Gráfico 57: Média de Uso nos dias que acessou o SIG em feriados - *Campus LAPA*



Fonte: Dados SIG – Elaborado pelo Autor

Gráfico 58: Média de Uso nos dias que acessou o SIG - *Campus LEM*

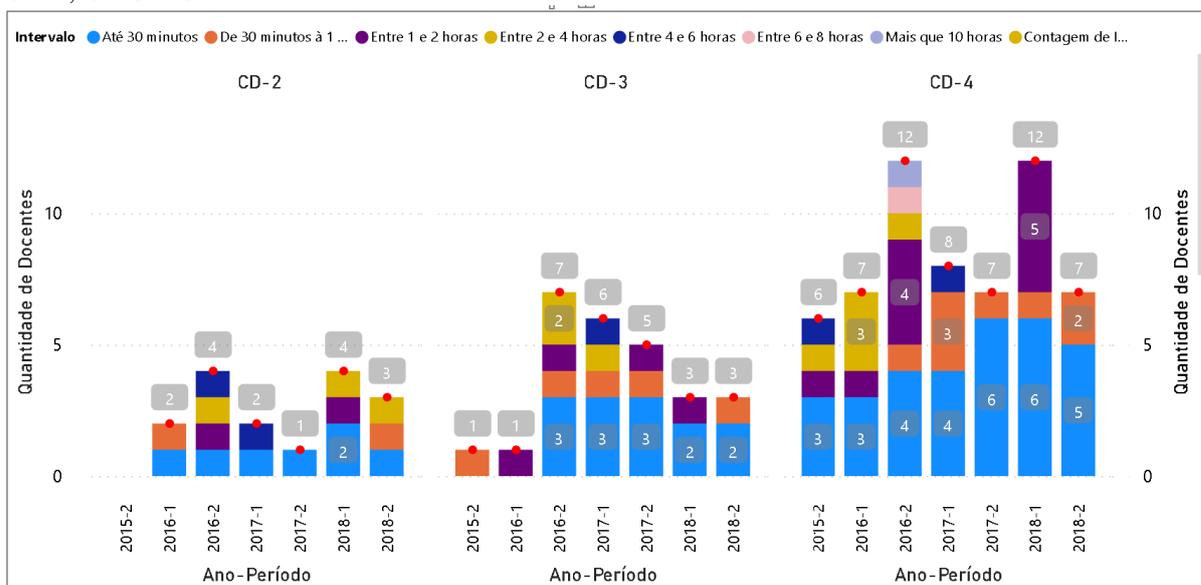
Fonte: Dados SIG – Elaborado pelo Autor

Gráfico 59: Média de Uso nos dias que acessou o SIG em feriados - *Campus SAMAVI*

Fonte: Dados SIG – Elaborado pelo Autor

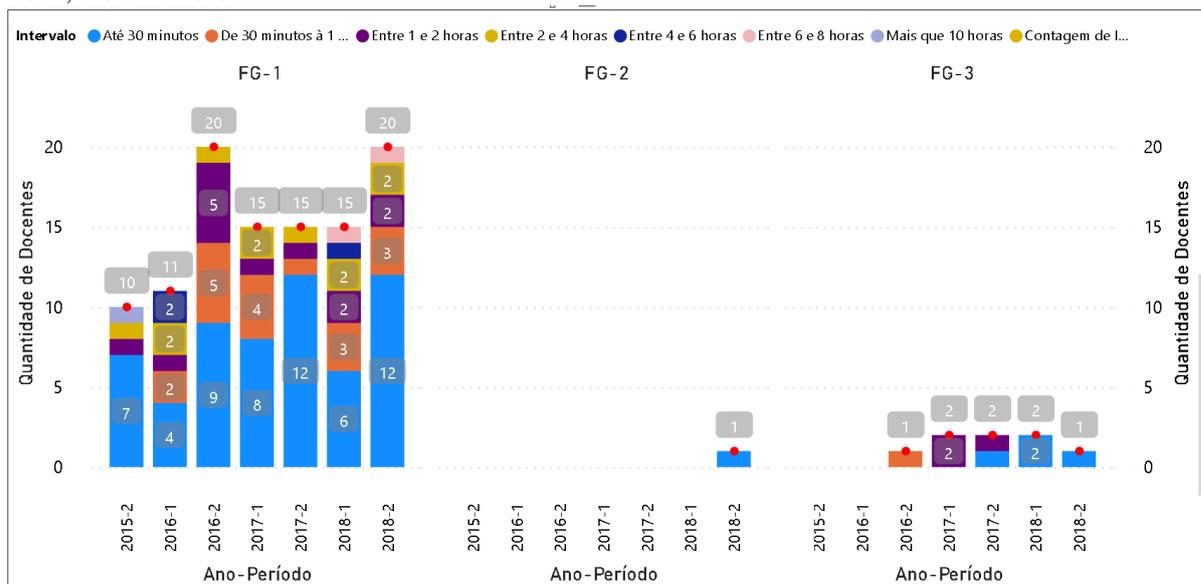
Os Gráficos 56, 57, 58 e 59 demonstram o uso do sistema nos *Campi* fora de sede nos feriados (nacionais, estaduais e municipais) de cada um dos *Campi*. Em comparação com o uso aos finais de semana é bem menor o uso do sistema nos feriados. Quando o docente utilizou o sistema nos feriados, temos na maior parte das vezes uma utilização de até 1 hora na maior parte das vezes e quando ocorreu de se utilizar mais do que esse tempo foram casos isolados e como temos conhecimento, nesses casos é provável que esteja relacionado a duas questões: Planejamento Acadêmico ou Concurso Público.

Gráfico 60: Média de Uso nos dias que acessou o SIG em feriados - *Campus BARREIRAS* – Cargos CD-2, CD-3 e CD-4



Fonte: Dados SIG – Elaborado pelo Autor

Gráfico 61: Média de Uso nos dias que acessou o SIG em feriados - *Campus BARREIRAS* – Cargos FG-1, FG-2 e FG-3



Fonte: Dados SIG – Elaborado pelo Autor

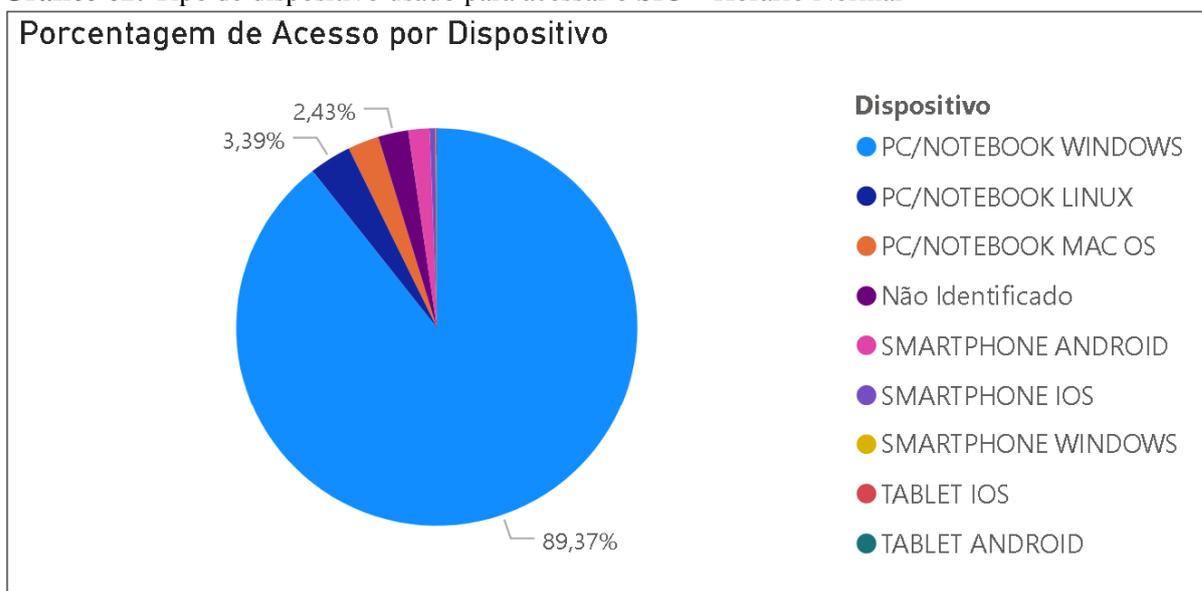
No caso do *Campus* de Barreiras, em que existe uma maior concentração de cargos de gestão, o uso do sistema em feriados pôde ser evidenciado no Gráfico 60 e 61.

A maioria dos docentes que utilizaram o sistema em feriados, são ocupantes de cargos sem direito a substituto, como os de CD-3, CD-4, FG-1, FG-2 e FG-3, novamente podemos observar que assim como ocorreu no caso do uso de sistema em dias não úteis e fora do horário, não são todos os ocupantes de cargo que utilizaram sistema no feriado, sendo que os de CD-2, 31% dos docentes que utilizaram o sistema foi maior que 1 hora e chegando a 6 horas.

No caso dos ocupantes de cargo CD-3, CD-4, FG-1, FG-2 e FG-3 o uso acaba sendo muito similar ao que ocorreu nos dias não úteis e fora do horário normal de trabalho.

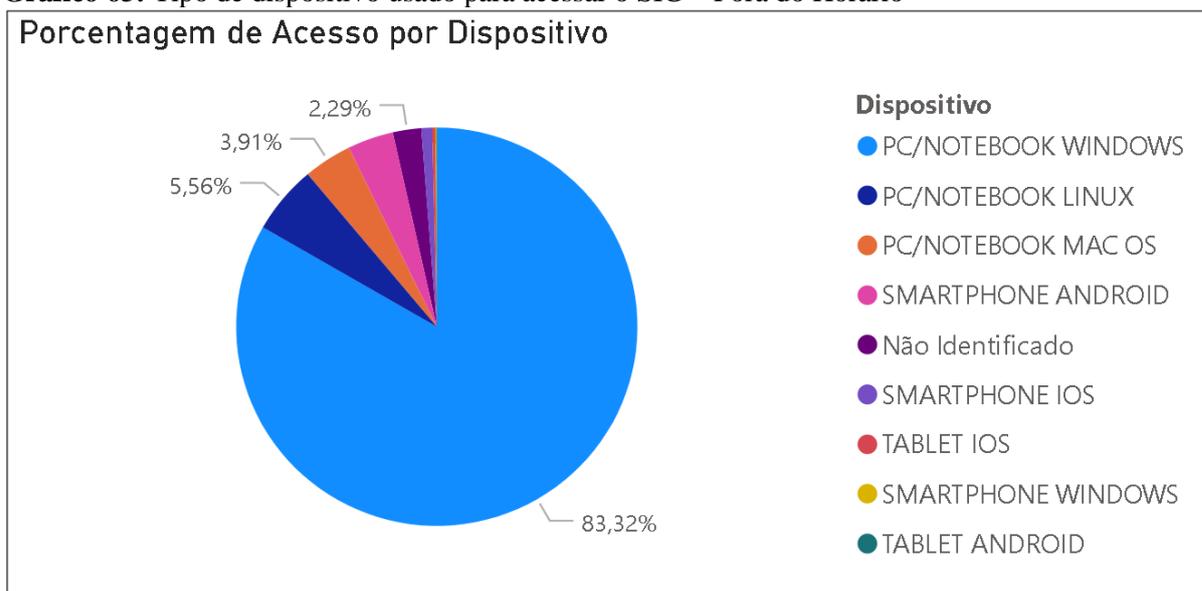
Verificando o banco de dados detectamos que quando ordenamos pelo uso do sistema em feriados, os 4 primeiros docentes são os mesmos que mais utilizaram o sistema aos finais de semana, inclusive com médias de uso em horas muito próximas, o que evidencia uma constante, do que é realizado na maioria dos dias de úteis, não importando se é final de semana ou feriado, nesses casos a entendemos que se evidencia a intensificação e extensificação do trabalho de forma latente.

Gráfico 62: Tipo de dispositivo usado para acessar o SIG – Horário Normal



Fonte: Dados SIG – Elaborado pelo Autor

Gráfico 63: Tipo de dispositivo usado para acessar o SIG – Fora do Horário



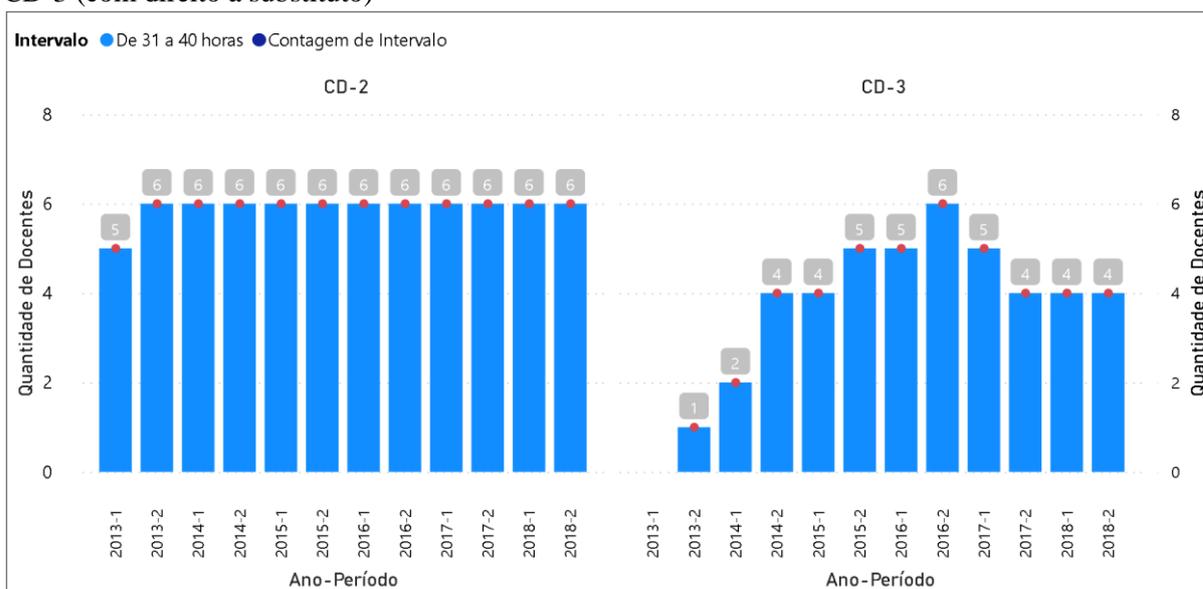
Fonte: Dados SIG – Elaborado pelo Autor

Os Gráficos 62 e 63 demonstram quais são os tipos de dispositivos eletrônicos utilizados para acessar o sistema, sendo o Gráfico 62 no horário normal (07:30 às 22:30) e o Gráfico 63 fora do horário normal (22:31 às 07:29).

Podemos verificar que no horário normal os equipamentos mais utilizados são Computadores de Mesa ou Notebooks com sistema operacional Windows, enquanto ocorre um aumento de uso de dispositivos portáteis quando os acessos são fora do horário normal de atividades da universidade.

A outra fonte de dados utilizada nessa categoria é relacionada a um pedido via E-SIC, em que solicitamos quem ocupou os cargos de gestão durante o período do recorte da pesquisa (05/06/2013 a 24/03/2019), bem como, qual seria a quantidade média de horas dedicadas semanalmente nas atividades do cargo de gestão ocupado. Com os dados recebidos, montamos os Gráficos 64, 66, 68, 69 e 70, que serão apresentadas e debatidas em seguida.

Gráfico 64: Quantidade média de horas dedicadas por docentes em cargos de gestão CD-1, CD-2 e CD-3 (com direito a substituto)



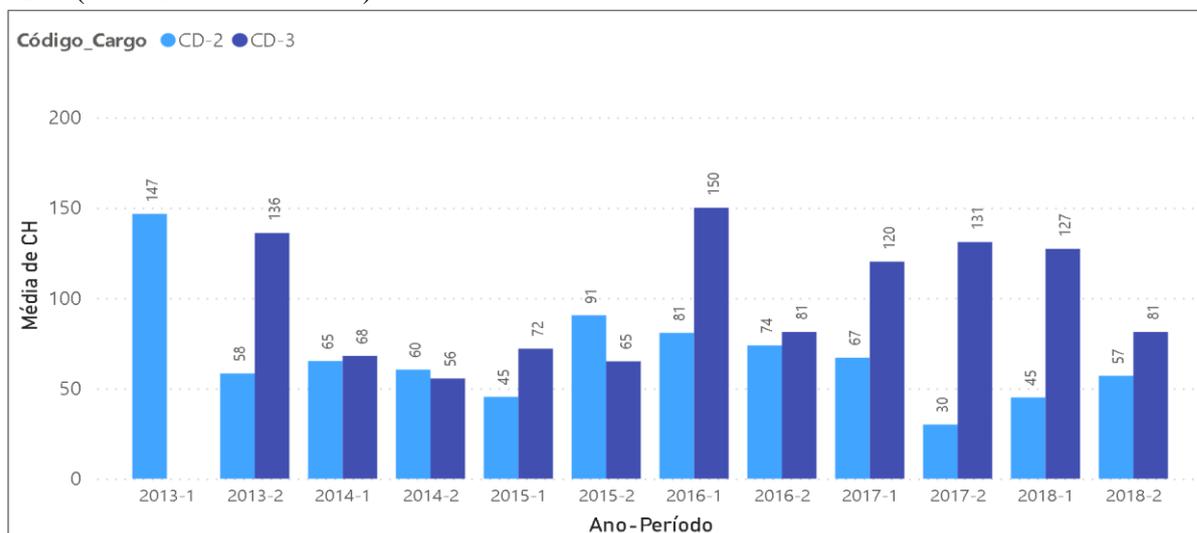
Fonte: E-SIC – Elaborado pelo Autor

O Gráfico 64 apresenta os docentes que ocuparam cargos de CD-2 e CD-3 (com direito a substituto), o período em que ocuparam e a média de horas dedicadas semanalmente.

Como os cargos tem direito a docente substituto, os docentes nos cargos ocupados estão dispensados dos demais encargos de ensino, pesquisa e extensão, no entanto, como foi possível verificar nas categorias ensino, pesquisa e extensão, apesar de dispensados dos encargos, a grande maioria deles realizou algum tipo de atividade de ensino, pesquisa e extensão durante os semestres, conforme abaixo no Gráfico 65 que explicita a carga horária em atividades de ensino, o que demonstra de certa forma que uma instituição nova, quando

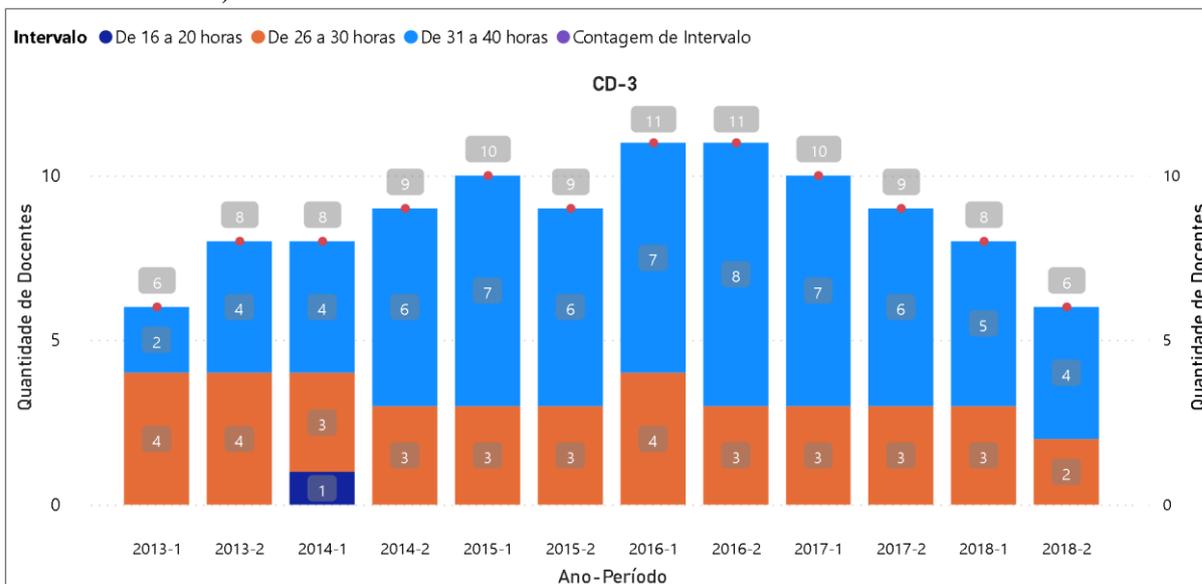
inicia suas atividades, infelizmente não tem os docentes dedicados exclusivamente aos cargos de alta gestão, mesmo aqueles que por legislação tem o direito a docente substituto.

Gráfico 65: Média de Encargo de Ensino por Ano-Período de docentes ocupantes de cargo CD-2 e CD-3 (com direito a substituto)



Fonte: Dados de Encargos Docentes SIAC e SIGAA – Elaborado pelo Autor

Gráfico 66: Quantidade média de horas dedicadas por docentes em cargos de gestão CD-3 (sem direito a substituto)



Fonte: E-SIC – Elaborado pelo Autor

O Gráfico 66 apresenta os docentes que ocuparam cargos CD-3 (sem direito a substituto), que são docentes diretores de centros em Barreiras ou assessores da reitoria, apresenta ainda o período em que ocuparam os cargos e a média de horas dedicadas semanalmente.

Aproximadamente 62% dos docentes dedicavam de 31 a 40 horas semanais ao cargo, 37% dedicavam de 26 a 30 horas semanais, 1% dedicava em de 16 a 20 horas semanais. Aqui

encontramos as maiores médias de dedicação ao cargo, 2/3 dos docentes utilizando a totalidade semanal.

Como podemos verificar no Gráfico 66, é possível identificar que 2/3 desses docentes estão com seu trabalho intensificado e extensificado, uma vez que a jornada de trabalho normal (40 horas) não comporta todas as atividades que eles realizam durante a semana.

Um detalhe importante é sobre um docente ocupante de cargo CD-3 e mais à frente nos dados temos um docente que ocupou cargo CD-4 e FG-1, que não responderam com o quantitativo de horas semanais, mas com um texto:

“Os ocupantes de cargo de direção ou função gratificada cumprirão, obrigatoriamente, regime de integral dedicação ao serviço, podendo ser convocados sempre que houver interesse da Administração, não sendo possível autorização de jornada flexibilizada nessas situações” (Docentes 72 e 420)

Nesse sentido, buscamos na legislação o embasamento da resposta dos docentes e encontramos no DECRETO Nº 1.590, DE 10 DE AGOSTO DE 1995:

Art. 1º A jornada de trabalho dos servidores da Administração Pública Federal direta, das autarquias e das fundações públicas federais, será de oito horas diárias e:

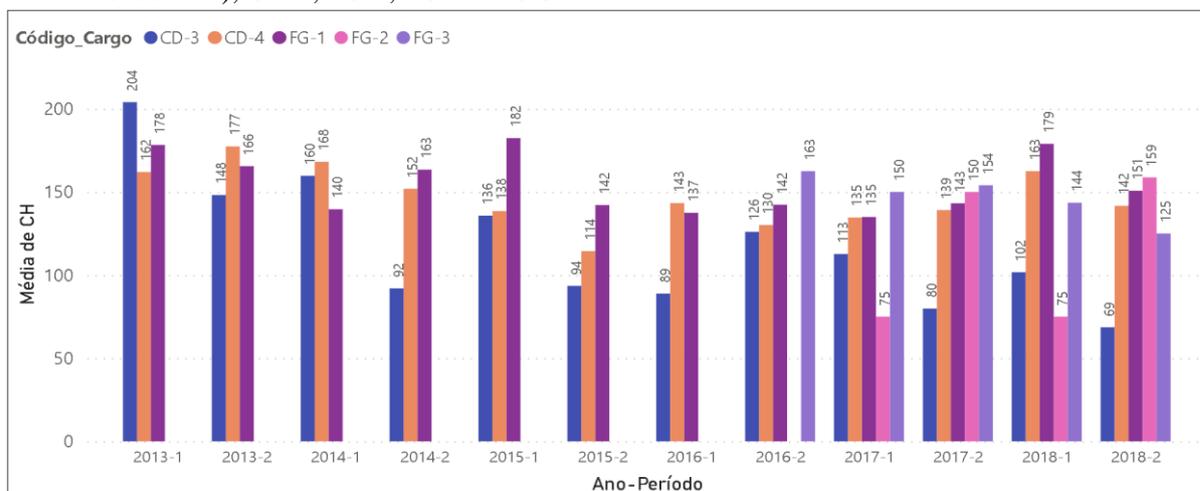
I - carga horária de quarenta horas semanais, exceto nos casos previstos em lei específica, para os ocupantes de cargos de provimento efetivo;

II - **regime de dedicação integral, quando se tratar de servidores ocupantes de cargos em comissão ou função de direção, chefia e assessoramento superiores, cargos de direção, função gratificada e gratificação de representação.**

Parágrafo único. Sem prejuízo da jornada a que se encontram sujeitos, os servidores referidos no inciso II poderão, ainda, ser **convocados sempre que presente interesse ou necessidade de serviço.** (BRASIL, Casa Civil, 1995) (grifo nosso)

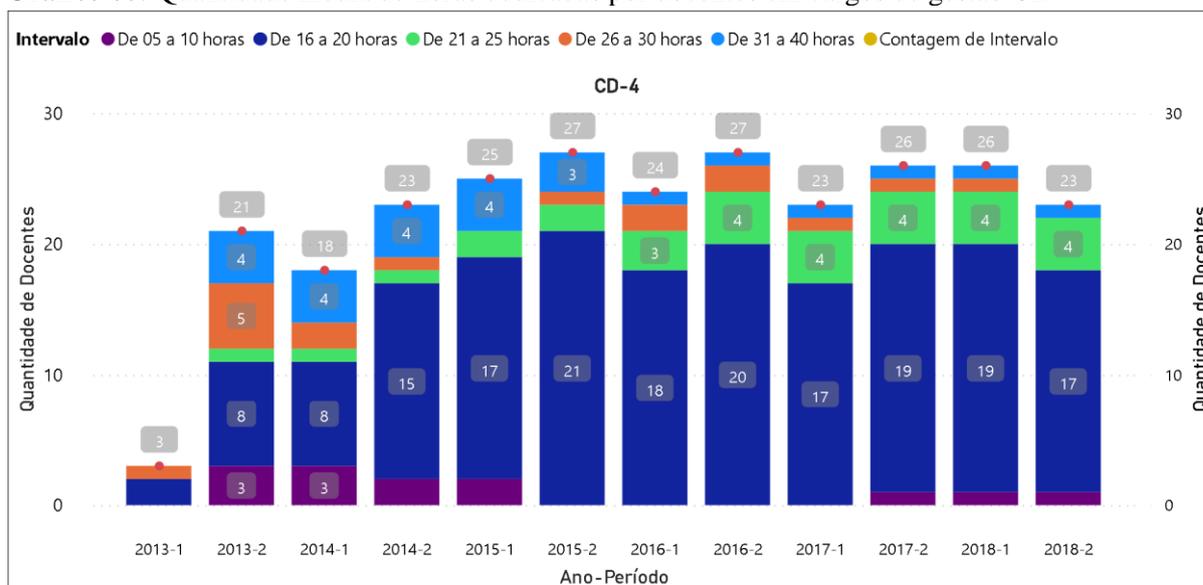
Assim, compreendemos que esses docentes ao responderem com o texto que remete ao Decreto Nº 1.590, quando falam sobre o regime de dedicação integral presente no do Art. 1º do Decreto, indicam de forma indireta que cumprem carga horária de quarenta horas semanais, por esse motivo indicamos que eles dedicavam 40 horas aos cargos ocupados.

Gráfico 67: Média de Encargo de Ensino por Ano-Período de docentes ocupantes de cargo CD-3(sem direito a substituto), CD-4, FG-1, FG-2 e FG-3



Fonte: Dados de Encargos Docentes SIAC e SIGAA – Elaborado pelo Autor

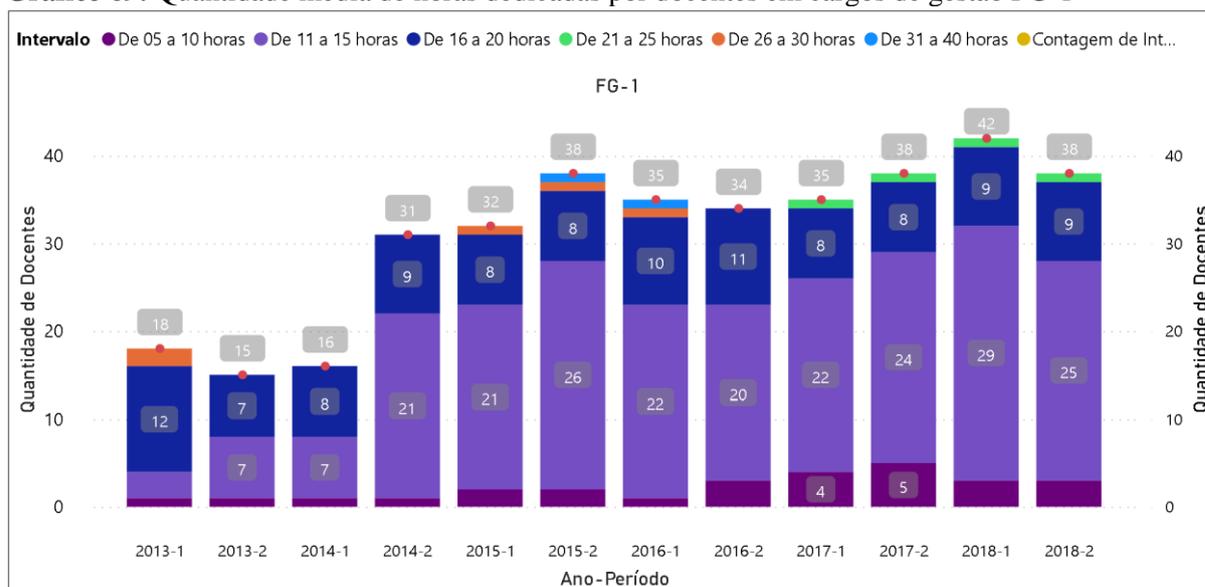
Gráfico 68: Quantidade média de horas dedicadas por docentes em cargos de gestão CD-4



Fonte: E-SIC – Elaborado pelo Autor

O Gráfico 68 apresenta os docentes que ocuparam cargos CD-4, que são docentes que desenvolvem trabalhos nos centros e *Campus* fora de sede nas direções na questão de planejamento acadêmico, e no caso da Administração Central, na Reitoria, nas diversas Pró-Reitorias e Superintendências, o gráfico informa ainda o período em que ocuparam e a média de horas dedicadas semanalmente.

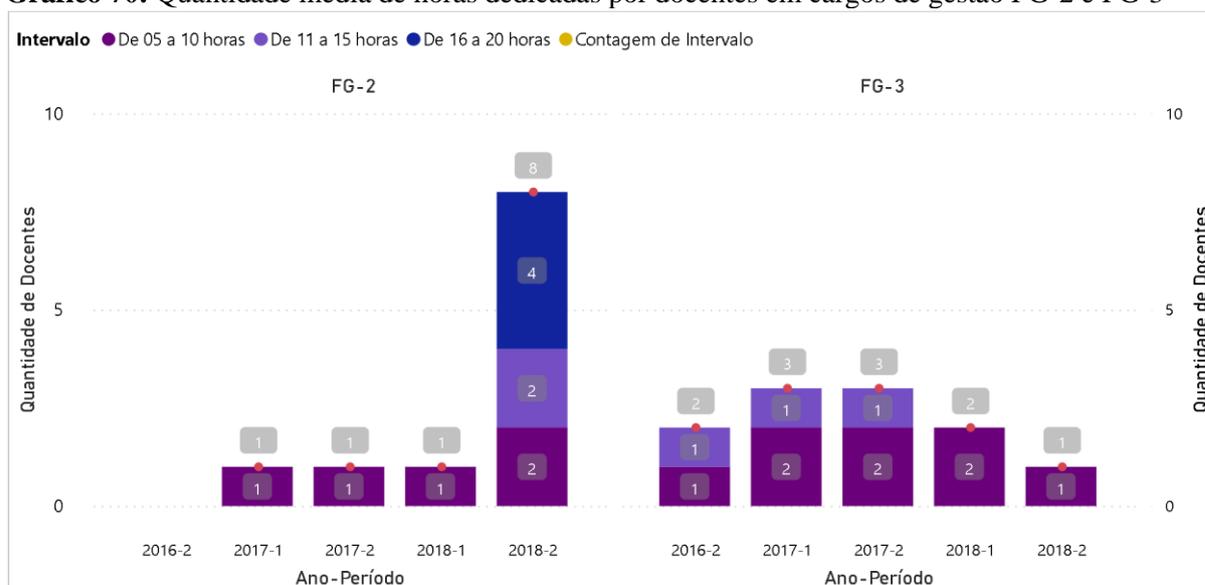
Ao analisar o Gráfico 68 percebemos uma discrepância entre as cargas horárias médias dedicadas ao cargo, variando entre 8 horas e 40 horas semanais, sendo então: 9% de 31 a 40 horas, 9% de 26 a 30 horas, 10% de 21 a 25 horas, 67% de 16 a 20 horas, 5% de 5 a 10 horas.

Gráfico 69: Quantidade média de horas dedicadas por docentes em cargos de gestão FG-1

Fonte: E-SIC – Elaborado pelo Autor

Ao analisar o Gráfico 69 percebemos também uma discrepância entre as cargas horárias médias dedicadas ao cargo, variando entre 5 horas e 40 horas semanais, sendo então: 1% de 31 a 40 horas, 2% de 26 a 30 horas, 1% de 21 a 25 horas, 32% de 16 a 20 horas, 57% de 11 a 15 horas e 7% de 5 a 10 horas.

Os dados de dedicação semanal em horas ao cargo de FG-1 mostram que existe algum problema no desenvolvimento da função, uma vez que alguns docentes estão trabalhando muito mais que outros, quase 40% dos docentes trabalham quase dobro em relação aos demais.

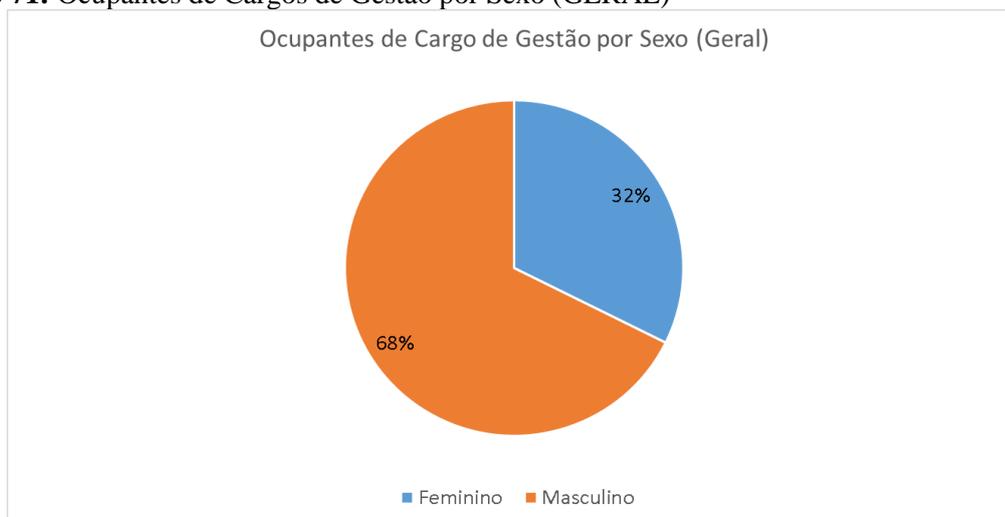
Gráfico 70: Quantidade média de horas dedicadas por docentes em cargos de gestão FG-2 e FG-3

Fonte: E-SIC – Elaborado pelo Autor

O Gráfico 70 apresenta os docentes que ocuparam cargos FG-2 e FG-3, e tem semelhanças com os ocupantes de cargo de FG-1, tendo docentes que trabalham entre 5 e 20 horas, ou seja, nesses casos temos docentes que chegam a dedicar até 4 vezes mais tempo ao cargo do que outro docente.

Como podemos observar no Gráfico 6 no item Perfil Docente, 41% dos docentes da universidade são do sexo feminino e 59% do sexo masculino, no entanto, é importante verificar se esses percentuais refletem na ocupação de cargos de gestão.

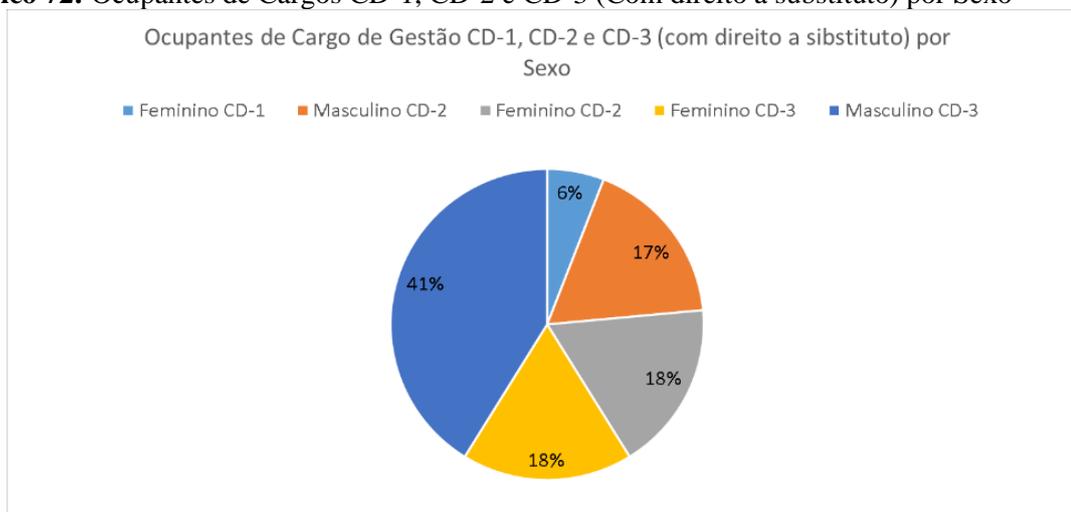
Gráfico 71: Ocupantes de Cargos de Gestão por Sexo (GERAL)



Fonte: E-SIC – Elaborado pelo Autor

Com o Gráfico 71 verificamos que a ocupação dos cargos de forma geral é desproporcional, o que mostra que a gestão institucional pode não ter se atentado a questão de equidade na hora da ocupação dos cargos, mas para confirmar ou não essa hipótese produzimos os Gráficos 72, 73 e 74, em que demonstram a ocupação dos cargos por sexo.

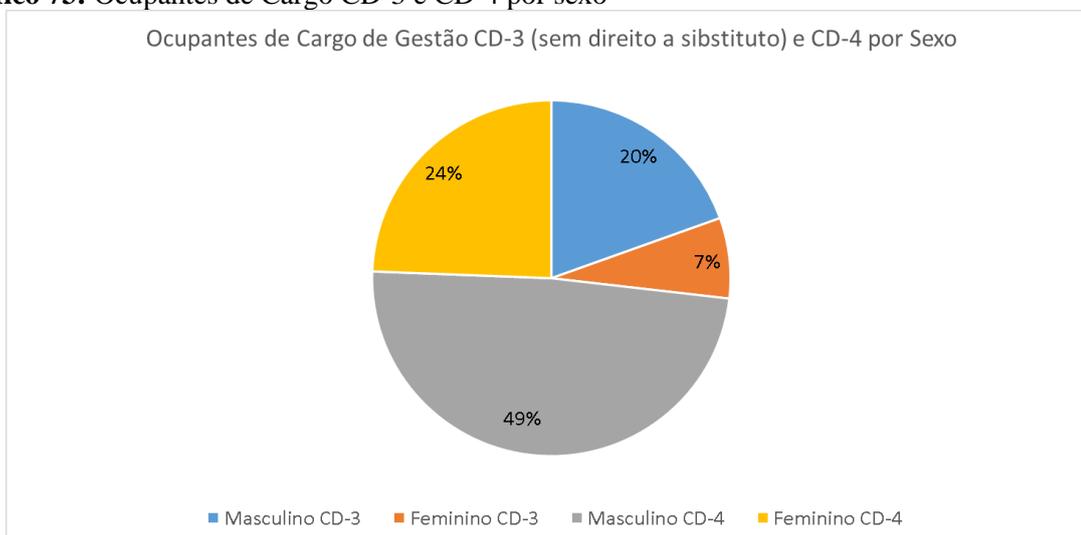
Gráfico 72: Ocupantes de Cargos CD-1, CD-2 e CD-3 (Com direito a substituto) por Sexo



Fonte: E-SIC – Elaborado pelo Autor

No Gráfico 72 verificamos que a proporção na distribuição dos cargos de alta gestão é compatível com os dados do Gráfico 6, o que demonstra que os docentes no entorno das tomadas de decisão e na ocupação das cadeiras nos conselhos universitários refletia de certa forma a equidade diante da proporção por sexo dos docentes.

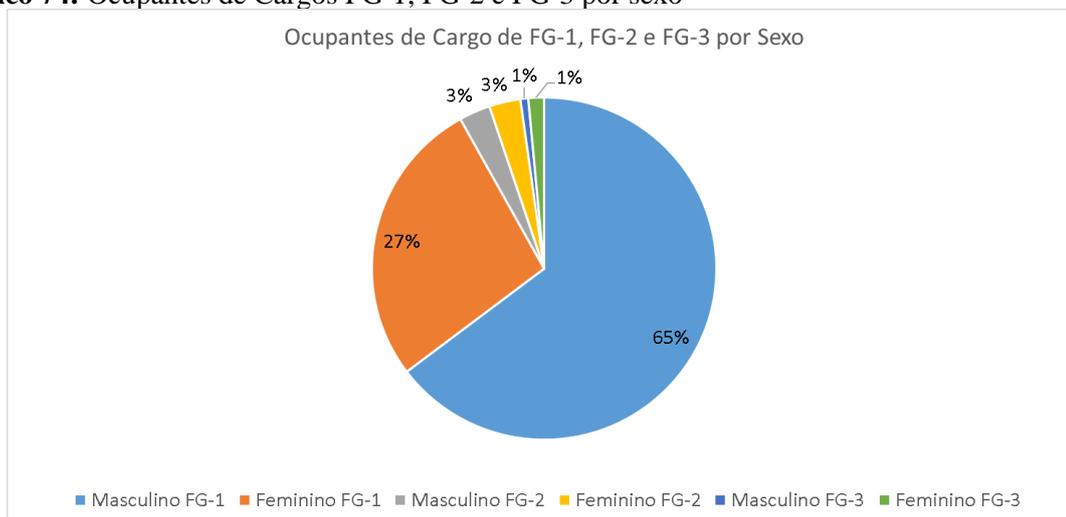
Gráfico 73: Ocupantes de Cargo CD-3 e CD-4 por sexo



Fonte: E-SIC – Elaborado pelo Autor

Quando apresentado o Gráfico 73 ocorre uma mudança, quase 70% dos cargos CD-3 e CD-4, como Direções de Centro em Barreiras, Assessores da Reitoria e Coordenações em Pró-Reitorias e Superintendências foram ocupadas por docentes do sexo masculino.

Gráfico 74: Ocupantes de Cargos FG-1, FG-2 e FG-3 por sexo



Fonte: E-SIC – Elaborado pelo Autor

Assim como no Gráfico 73, o Gráfico 74 apresenta também quase 70% dos cargos FG-1, FG-2 e FG-3, como coordenações de curso e núcleos gestores em Pró-Reitorias e Superintendências foram ocupadas por docentes do sexo masculino.

De tal modo, verificamos que a mesma atenção demonstrada na organização da alta gestão, não se refletiu nos demais cargos da instituição, o que aprofunda ainda mais o abismo

existente no mundo capitalista e que adentra de certa forma as instituições públicas, não acreditamos que isso seja intencional, mas uma questão estrutural que somente com uma mudança de cultura poderemos solucionar.

Os dados apresentados na categoria Gestão Institucional demonstram que o professor gestor quando utiliza o sistema acadêmico para desenvolver suas atividades, independente do cargo que ocupe tem uma intensificação do seu trabalho e isso fica mais evidente quando o mesmo tem que extensificar a sua carga laboral para dar conta da quantidade de atividades a serem desenvolvidas, como realizá-las fora do horário normal, ou aos finais de semana ou até mesmo em feriados. Uma segunda questão é em relação as informações coletadas a quantidade de tempo dispendida pelo professor gestor, que quando comparados com os dados apenas de Ensino já demonstram que esses docentes em alguns casos chegam a ter sua carga laboral quase dobrando, e em muitos casos 50% a mais. Levantamos a hipótese que algumas oscilações com um salto maior de quantidade de tempo de uso do sistema ocorrem em momentos específicos como o Planejamento Acadêmico e Concurso Públicos, em que os docentes precisam inserir vários dados no sistema acadêmico de gestão. Existe um descompasso em relação a quantidade de horas dedicadas quando analisados os diferentes cargos ocupados, uma das hipóteses levantadas é que falta ainda a instituição determinar as atividades a serem desenvolvidas e um teto de horas para cada cargo, principalmente os que não tem direito a substituto.

6 A INTENSIFICAÇÃO E EXTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO DO PROFESSOR GESTOR

Neste capítulo, através dos dados levantados e apresentados no capítulo anterior entendemos ser importante a retomada de algumas questões iniciais que permitam uma análise que relacione os dados obtidos no estudo de caso com os referenciais teóricos que sustentam nossas argumentações. Passemos às análises.

A expansão do Ensino Superior Federal nos últimos anos é incontestável, tendo em vista a abrangência territorial de universidades federais por todo o país, com a alocação de novos *campi* e o estabelecimento de novas universidades em diversos Estados brasileiros. No entanto, tal expansão é um grande desafio que precisa de pessoas e orçamento, o que infelizmente não ocorreu como esperado, como podemos verificar nos dados apresentados no caso específico da UFOB, sendo uma das universidades “novíssimas”, criada em um contexto de expansão que chamamos de “2.0”, qual seja, um *campus* avançado da UFBA que se tornou uma nova universidade com cinco *campi*.

Para compreender a política educacional na esfera federal temos que relembrar a discussão sobre a Reforma do Estado, principalmente no ponto em que a Educação Superior deixa de receber investimento durante vários anos. Assim, as universidades que aderiram ao Programa Expandir e REUNI, como a UFBA nos tempos de ICADS/UFBA, tiveram, depois de um longo período, acesso a verbas para melhorar sua situação local (matriz) e realizar a expansão. Todavia, no caso específico da UFOB, como podemos perceber pelos documentos que antecedem sua criação, a participação da UFBA no Programa Expandir e REUNI acelerou os anseios da comunidade acadêmica do ICADS, que já pensava em como desmembrar o *campus* Barreiras, o que foi fomentado pelo modelo de expansão ao qual a UFBA aderiu.

A expansão então é encarada como uma forma de ampliar o acesso à universidade e, em contrapartida, espera-se que a universidade possa suprir o mercado com mão de obra qualificada. Em um primeiro momento, no caso do Programa Expandir, tinha como objetivo suprir um *déficit* de professores da educação básica. Já no REUNI a preferência foi por cursos ditos interdisciplinares, com uma base comum onde *a posteriori* o aluno decide o que prefere concluir, no caso da UFOB, por exemplo, foram implementados os cursos de Bacharelado Interdisciplinar, um em Ciência e Tecnologia e outro em Humanidades. Esses novos cursos tem uma duração menor, para posteriormente realizar sua migração para um curso profissionalizante, ou seja, o estudante faz um ciclo básico e depois migra para um dos cursos específicos que existem na instituição.

Neste sentido, o MEC, por meio do REUNI, adota o modelo de educação terciária do Banco Mundial, sendo considerado desejável e inovador, porque há a dita “diversidade”, “mobilidade”, “interdisciplinaridade”, mas sob viés instrumental e privatista, que caracteriza a expansão das IFES e da Educação Superior como um todo. O REUNI segue então, senão completamente, ao menos em partes, o modelo europeu proposto pela Declaração de Bolonha⁴². Sendo assim, esses novos *campi* se diferenciam da matriz porque na maior parte das vezes os cursos oferecidos têm um caráter mais pragmático: de formação de mão de obra qualificada e diplomação.

Assim o Estado brasileiro acaba sendo norteado por práticas neoliberais que reduzem cada vez mais os recursos para as atividades universitárias, ao mesmo tempo em que a sociedade lhe faz cobranças cada vez maiores, sobretudo as esferas populares que reivindicam aumento das ações políticas para toda a sociedade civil.

A universidade encontra-se hoje perante o desafio de conciliar interesses ambivalentes, conciliar interesses econômicos e de produção e divulgação de conhecimentos, conhecimentos produzidos pelas pesquisas mantidas por grupos financeiros, conciliar formação profissional e formação cultural (humanística) do indivíduo, conciliar (ou atender?) os anseios de uma sociedade, da qual é parte constituinte, no que se refere à ascensão social pela busca profissional e como fonte produtora de conhecimento, conhecimento este visto por esta sociedade como “salvador”, já que é expressão da “verdade”. (RODRIGUES, 2004).

Percebemos ainda que as políticas públicas de gestão do Estado pensadas e colocadas em prática nas últimas décadas afetaram todos os setores da Administração Pública, mas como é o foco do nosso trabalho, pensemos nos servidores que foram contratados para exercer a função docente na esfera federal.

Após a expansão das universidades públicas, com a injeção de recursos e mais contratações, houve uma grande mudança, o país começou a passar por uma crise financeira que diminuiu as contratações e a liberação de recursos, muitas obras e editais de contratação de servidores que estavam em andamento nas novas universidades foram paralisadas e gestores de todas as universidades tiveram de se adequar. No caso da UFOB não foi diferente, com o agravante de que a instituição ainda engatinhava rumo a excelência esperada para uma universidade federal.

Nesse sentido, algumas pesquisas realizadas por Eduardo Pinto e Silva, José Roberto Heloani, Evaldo Piolli e João dos Reis Silva Júnior (SILVA; HELOANI; PIOLLI, 2012; SILVA; SILVA JÚNIOR, 2012; SILVA JÚNIOR; LUCENA; FERREIRA, 2013), dentre outros

⁴² Declaração em português, Disponível em <
http://www.ehea.info/media.ehea.info/file/Ministerial_conferences/05/3/1999_Bologna_Declaration_Portuguese_553053.pdf>, Acesso em 06/07/2022

pesquisadores, mostram que desde a implantação da Reforma do Estado no Brasil, houve um aumento significativo da intensificação e precarização (objetiva ou subjetiva) do trabalho docente, com aumento significativo nas funções que o docente deve realizar (docência, extensão, pesquisa e gestão).

Segundo João dos Reis Silva Júnior, Valdemar Sguissardi e Eduardo Pinto e Silva:

A universidade estatal pública brasileira passa por um processo de mercantilização de sua identidade institucional, em função da naturalização do sequestro do fundo público pelo capital, fenômeno que, de imediato, leva à intensificação e precarização do trabalho e, para o que aqui nos interessa, do trabalho do professor-pesquisador das universidades públicas do país. (SILVA JÚNIOR; SGUISSARDI; SILVA, 2010)

No caso específico da nossa investigação, semelhante à intensificação e precarização do trabalho do professor-pesquisador, surge a figura do professor gestor. Entendemos por professor gestor todos os docentes que têm funções administrativas, ou seja, que são formalizadas por meio dos cargos de gestão e participação na administração da universidade.

No entanto, precisamos entender como foi a trajetória e os debates para que a função de gestão fosse também uma atividade a ser realizada pelo docente.

Nesse sentido, Eneida Oto Shiroma em seu artigo “A formação do professor gestor nas políticas de profissionalização” indica que:

As demandas de modernização da administração pública que impulsionaram a reforma do Estado brasileiro, na década de 1990, fomentaram iniciativas de profissionalização dos servidores públicos de vários setores. [...] Em 1993, ministros da educação reunidos na V Reunião do Comitê Regional Intergovernamental do Projeto Principal de Educação (PROMEDLAC), em Santiago do Chile, **acordaram que a profissionalização seria o conceito chave para iniciar uma nova etapa de desenvolvimento educativo na região.**(SHIROMA, 2011) (grifo nosso)

No encontro citado por Eneida Oto Shiroma, podemos verificar nos Cadernos da Unesco o relatório “Formação de Recursos Humanos para a Gestão Educativa na América Latina” qual seria a profissionalização debatida:

Foi no contexto dessa linha de preocupações que a V Reunião do PROMEDLAC (Comitê Regional Intergovernamental do Projeto Principal de Educação), convocada pela UNESCO, recomendou a profissionalização da gestão, criando-se, dessa forma, uma base de recursos humanos na área da gestão “para realizar as competências do governo requeridas por uma questão moderna dos sistemas educativos”.(GENOVEZ, 2000)

Assim, concordamos com Eneida Oto Shiroma:

As justificativas apresentadas nestes eventos e em documentos de organismos multilaterais para urgência de se **profissionalizar os funcionários públicos, em particular dos professores**, giravam em torno das aceleradas mudanças econômicas, políticas e culturais pelas quais passamos no último quartel do século XX. **A reestruturação produtiva e a globalização financeira** exerceram enorme impacto sobre o mercado e as

relações de trabalho que passaram a orientar-se pela flexibilização e desregulamentação. A internacionalização de mercados incrementou a disputa por produtividade e inovação, acirrando a busca por competitividade e vantagens comparativas, a concorrência entre empresas e a formação de gigantescos conglomerados; **acordos de livre comércio regionalizados e a formação de blocos econômicos regionais são algumas das características da nova divisão internacional do trabalho dentre outros aspectos que precisam ser considerados quando o intuito é compreender as reformas educacionais deste início de milênio.**(SHIROMA, 2011) (grifo nosso)

As reformas educacionais que ficam perceptíveis em relação a “uma base de recursos humanos na área da gestão”, inicia-se com as mudanças de Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) de alguns cursos, principalmente quando na DCN do curso de Pedagogia como Olinda Evangelista e Jocemara Triches argumentam:

As negociações então encaminhadas levaram a uma Resolução que instituiu uma Licenciatura em Pedagogia assentada sobre três eixos – docência, gestão e produção de conhecimento. Desse modo três são os principais problemas para a formação do pedagogo: **o da docência, o da gestão e o da produção de conhecimento, ordem de importância com que são tratados na Resolução.** A Resolução expressa uma concepção de “docência instrumental”, pois o professor foi dado como executor de tarefas para as quais não terá formação consistente. **Ademais, à docência supõe o gestor e o próprio professor poderá ser chamado “professor gestor”.** Neste caso, **o alargamento da formação corresponde a um alargamento das funções docentes no interior da escola e para fora dela.** O conhecimento tornado restrito é o modo pelo qual foi inserido na formação como importante, aparecendo não como conhecimento propriamente, mas como “produção de resultados”, “aplicação”, “uso”, “solução”, entre outras formulações reducionistas. (EVANGELISTA; TRICHES, 2009) (grifo nosso)

A maneira da realização do alargamento das funções docentes tem como base o gerencialismo como pano de fundo, como podemos notar no documento “*Lifelong learning in the twenty-first century: The changing roles of educational personnel. Report JMEP/2000*” da *International Labour Organization (ILO)*:

as implicações para o trabalho dos professores incluem um sentimento de responsabilidade ‘gerencial’ para com o desenvolvimento e mudança do currículo, organização do trabalho e resultados de aprendizagem. Para realizar a melhor conduta profissional possível, por ambos os professores e colaboradores, a motivação deveria se tornar intrínseca nesta orientação. Também deveriam estar presentes à vontade e a capacidade de responder às mudanças no ambiente de aprendizagem, sejam elas na forma de inovações tecnológicas, mudanças socioeconômicas, novas expectativas de resultados de aprendizagem, pois aspectos culturais, políticos e econômicos mudam com o tempo. (ILO, 2000)

Assim concordamos com Almerindo Janela Afonso:

o gestor ou director escolar (preferencialmente como órgão unipessoal de cariz tecnocrático) assume uma nova centralidade organizacional, porque é ele (e não os órgãos colegiais) que deve prestar contas pelos resultados educacionais conseguidos, transformando-se no principal

responsável pela efectiva concretização de metas e objectivos, quase sempre central e hierarquicamente definidos. Neste sentido, esta concepção de gestão introduz uma nova nuance na configuração das relações de poder e autoridade nos sistemas educativos. Trata-se de uma autoridade cuja legitimidade advém agora da revalorização neoliberal do “direito a gerir” – direito este, por sua vez, apresentado como altamente convergente com a ideia neoconservadora que vê a gestão como uma espécie de “tecnologia moral” ao serviço de uma nova ordem social, política e económica.

Apesar de haver diferentes modelos de prestação de contas e de responsabilização em educação (*accountability*), **o modelo administrativo-burocrático** e o modelo baseado na lógica de mercado são os mais congruentes com esta (nova) concepção de gestão e de gestor. (AFONSO, 2003) (grifo nosso)

Como podemos perceber, o debate iniciado por órgãos multilaterais fazem com que as políticas de formação de pedagogos seja alterada dando enfoque à gestão. Esses debates permeiam a produção de políticas públicas, por meio do gerencialismo e o modelo administrativo-burocrático que chega até na alteração da carreira docente do magistério superior, mudando o tripé ensino, pesquisa e extensão para ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional.

Além da formação inicial e continuada, a profissionalização docente realiza-se pelas políticas e ações que organizam e avaliam o trabalho docente em seu cotidiano. As propostas internacionais para a reforma da carreira docente enfatizam a necessidade de exame de ingresso, avaliações e certificações periódicas, promoção e gratificações baseada em desempenho. Como vimos, essas recomendações não são novas. Figuravam desde os anos de 1990 dentre as teses da socialdemocracia para a educação, nortearam as ações do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), foram adotadas, e em alguns casos aprofundadas, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011). **Essa continuidade das políticas diante da descontinuidade dos governos encontra explicação na racionalidade que orienta as políticas públicas de educação num Estado capitalista.** A despeito da troca de governos, com programas partidários distintos, **prevaleceu a lógica de formar para a sociabilidade demandada pelo capital com prioridades e itinerário formativo indicado pelos organismos multilaterais.**(SHIROMA, 2011) (grifo nosso)

Nesse sentido, o professor do magistério superior além de desempenhar as funções já esperadas e que são desenvolvidas na sua formação inicial e continuada fixadas pelo tripé pesquisa, ensino e extensão, que como podemos ver até aqui, já consome a quase totalidade de sua carga horária e tem impacto direto na qualidade de seu desempenho, ainda acumula a função de ajudar a gerir e organizar a instituição da qual faz parte, em quase todos os casos sem ter tido contato com gestão. Entendemos que tal função é parte do todo e, como já explanado, faz parte das políticas adotadas pelo governo para fazer funcionar a máquina

pública com o mínimo de recursos possíveis, mas com a cobrança do máximo de eficiência, e é nesse cenário em que a universidade federal e seus servidores docentes estão inseridos.

Examinando a organização administrativa dos cargos ocupados por docentes servidores públicos federais, vemos que, para além do cargo para o qual foi nomeado após a participação em concurso público, o servidor pode ainda ser designado para cargos em comissão, que são aqueles que tem como contrapartida incentivo financeiro e, ainda, desempenhar funções administrativas em conselhos e comissões, que muitas vezes podem não ter a contrapartida em pecúnia.

No caso em estudo, temos a seguinte organização em relação aos cargos ocupados: temos os professores que ocupam cargos comissionados (no caso investigado, CD-1, CD-2, CD-3, CD-4, FG-1, FG-2 e FG-3) e que ao acumular essa nova função tem um acréscimo salarial e, conforme debatemos aqui, também um aumento da sua carga de trabalho. Por outro lado, outros docentes estão em outras funções também relacionadas à gestão institucional, como, por exemplo, comissões de planejamento do *campus*, colegiados de curso e conselhos diretores, que também têm um aumento em sua carga de trabalho, mas nesses casos não há um aumento salarial efetivo para o exercício dessas funções, uma vez que o desempenho dessas funções faz parte da carreira acadêmica, contando como pontos e incentivos às progressões e promoções na carreira, conforme a lei que rege a contratação desses servidores.

Não queremos aqui dizer que ganhar monetariamente ou não pela função desempenhada mude a situação da intensificação. Longe disso, essa divisão, perante a universidade, somente determina os docentes que têm responsabilidade legal (direção de centro, coordenação de curso, gestor de núcleo, etc.), sobre os que não têm. Todavia, seja qual for a função administrativa desempenhada pelo professor-gestor, com as devidas proporções (apresentadas nesse trabalho por meio de dados quantitativos que comprovam as horas trabalhadas), acaba por gerar uma sobrecarga de trabalho.

Hoje os docentes, principalmente o professor gestor, têm nos colegiados, conselhos e reuniões de comissões diversas, uma das maiores cargas de trabalho, visto que concentram um grande volume de ações a serem realizadas, quase sempre em pequeno espaço de tempo. Já no caso dos conselhos superiores, para garantir sua participação, a maioria dos docentes dos *campi* se dirigiam até Barreiras-BA, isso porque até o momento do recorte da pesquisa a região sofria (e ainda sofre em épocas de queimadas e chuvas) instabilidade na rede de *internet*, o que impossibilitava a participação *on-line*. Após o término das reuniões, era comum o retorno para suas atividades nos *campi* no mesmo dia.

Podemos assim considerar que a participação na gestão institucional, a contrapelo de busca de eficácia gerencialista, possibilita práticas colegiadas e democráticas, em que pese as limitações dadas no atual contexto. Nesse sentido, Eduardo Pinto e Silva e o autor da tese, explicitam como acaba ocorrendo a atuação do professor gestor nos colegiados e conselhos:

Todas essas questões levantadas, como intensificação, extensificação e precarização do trabalho docente, gestão gerencialista e racionalidade instrumental, fazem que se estabeleça uma limitação das decisões nos órgãos decisórios. Temos, então, de certa forma, uma democracia restrita, onde o docente tem em suas mãos 70% dos votos dos conselhos, é o responsável por várias atribuições, como ministrar aulas, realizar pesquisas, projetos de extensão, ser, muitas vezes, gestor de seu curso ou de alguma parte dele, participar de várias comissões, sendo assim, as decisões tomadas nesses conselhos podem não ter os rumos que necessariamente deveriam. (SILVA; PADIM, 2018a)

Diante de tais condições de trabalho do professor gestor, na qual a carga de trabalho é cada vez maior, é de se esperar que, ao participar de atividades que demandam maior empenho, muitos deles não consigam o tempo adequado a fim de aprofundarem seus conhecimentos para subsidiar questões fundamentais da sua carreira, tais como a realização de projetos de pesquisa interdisciplinar que necessitam do envolvimento de docentes de diferentes áreas, ou a participação em projetos de extensão, e muito menos sua participação de alguma forma a alguma organização (sindicato, movimento social) enquanto trabalhador da educação. E o tempo para preparo para atividades de ensino na graduação se reduz, embora nesta atividade a demanda seja inexorável.

Mesmo que alguns dos cargos tenham direito a professores substitutos para o ensino, percebeu-se que desta atividade a maior parte dos professores gestores não podiam se desvencilhar. Como argumentaremos, é no ensino que se constitui o ponto nodal crucial da intensificação do trabalho do professor gestor. Intensificação que, se pode ser considerada recorrente, não ocorre de forma homogênea para todos os docentes. Há casos nos quais o ponto nodal da intensificação ocorre em função da pesquisa. Na extensão isso foi pouco relevante, mas no ensino há uma tendência convergente. Isto é, nesta atividade inevitavelmente conjugada com diferentes cargas de dedicação à gestão institucional, que se situa, predominantemente, a intensificação do trabalho do professor gestor.

De forma que se, estudos anteriores de João do Reis Silva Júnior e Valdemar Sguissardi “Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico” (SGUISSARDI; SILVA JÚNIOR, 2009) indicavam a pós-graduação e suas inúmeras atividades como ponto nodal da intensificação do trabalho do professor-pesquisador, no presente estudo evidenciamos uma intensificação de “outro segmento docente”, o do professor gestor, no qual

um mesmo fenômeno, intensificação do trabalho, se reconfigura com uma combinação relativamente distinta de atividades demandadas e sobrepostas.

Na ótica do gerencialismo, a administração pública deve orientar suas atividades de modo a garantir controle, eficiência e competitividade. De acordo com Eneida Oto Shiroma e Roselane Fátima Campos, o gerencialismo, no campo educacional, ao contrário dos modelos de administração que lhe precederam, *“é um movimento que tenta modificar não só a organização da escola, imprimir outra lógica ao funcionamento do sistema educacional”*, tem como objetivo, principalmente, *“operar uma transformação na subjetividade dos educadores, por meio da implantação de mecanismos bastante objetivos de controle que afetam a organização, a avaliação e, portanto, a gestão do trabalho docente”* (SHIROMA; CAMPOS, 2006).

De tal modo, para que fosse possível “garantir controle, eficiência e competitividade”, foi introduzido nas políticas públicas o que foi chamado de “pedagogia das competências” que Demerval Saviani em seu livro “História das Ideias Pedagógicas”, no Capítulo XIV no item 4 explicita:

O empenho em introduzir a “pedagogia das competências” nas escolas e nas empresas moveu-se pelo intento de ajustar o perfil dos indivíduos, como trabalhadores e como cidadãos, ao tipo de sociedade decorrente da reorganização do processo produtivo. Por isso nas empresas se busca substituir o conceito de qualificação pelo de competência e, **nas escolas, procura-se passar do ensino centrado nas disciplinas de conhecimento para o ensino por competências referidas a situações determinadas.** Em ambos os casos o objetivo é maximizar a eficiência, isto é, tornar os indivíduos mais produtivos tanto em sua inserção no processo de trabalho como em sua participação na vida da sociedade. E ser produtivo, nesse caso, não quer dizer simplesmente ser capaz de produzir mais em tempo menor. Significa, como assinala Marx, a valorização do capital, isto é, seu crescimento por incorporação de mais-valia.(SAVIANI, Dermeval, 2014) (grifo nosso)

Sendo assim, Karl Marx em “O Capital, livro 1, capítulo VI (inédito)” nos indica como ocorre a incorporação de mais-valia:

O que constitui valor de uso específico [do trabalho produtivo] para o capital não é seu caráter útil determinado, como tampouco as qualidades úteis peculiares ao produto no qual se objetiva, mas seu caráter de elemento criador de valor de troca (mais-valia).

O processo capitalista de produção não é simplesmente produção de mercadorias. É processo que absorve trabalho não pago, que transforma os meios de produção em meios de sucção de trabalho não-pago.(MARX, 1978) (grifo nosso)

Destarte, podemos analisar como ocorreram as reformas do início dos anos 1990 que foram indicadas nos textos de Eneida Oto Shiroma, e que Demerval Saviani introduz o conceito de neotecnicismo em que essas reformas foram baseadas:

Com a reforma do ensino no Brasil, levada a efeito pelo governo federal entre 1995 e 2001

[...]

Redefine-se, portanto, o papel tanto do Estado como das escolas. Em lugar da uniformização e do rígido controle do processo, como preconizava o velho tecnicismo inspirado no taylorismo-fordismo, flexibiliza-se o processo, como recomenda o toyotismo. **Estamos, pois, diante de um neotecnicismo: o controle decisivo desloca-se do processo para os resultados. É pela avaliação dos resultados que se buscará garantir a eficiência e produtividade. E a avaliação converte-se no papel principal a ser exercido pelo Estado, seja mediatamente, pela criação das agências reguladoras, seja diretamente, como vem ocorrendo no caso da educação.**

[...]

O neotecnicismo se faz presente alimentando a busca da “qualidade total” na educação e a penetração da “pedagogia corporativa”. O conceito de “qualidade total” está ligado à reconversão produtiva promovida pelo toyotismo ao introduzir, em lugar da produção em série e em grande escala visando a atender a necessidades do consumo de massa, a produção em pequena escala dirigida ao atendimento de determinados nichos de mercado altamente exigentes. Nesse quadro, o conceito de “qualidade total” expressa-se em dois vetores, um externo e outro interno. Pelo primeiro vetor essa expressão pode ser traduzida na frase “satisfação total do cliente”. Pelo segundo vetor aplica-se **uma característica inerente ao modelo toyotista que o diferencia do fordismo: capturar, para o capital, a subjetividade dos trabalhadores.** Nessa dimensão, “qualidade total” significa conduzir os trabalhadores a “vestir a camisa da empresa”. A busca da qualidade implica, então, **a exacerbação da competição entre os trabalhadores que se empenham pessoalmente no objetivo de atingir o grau máximo de eficiência e produtividade da empresa.** (SAVIANI, Dermeval, 2014) (grifo nosso)

Neste contexto não se encontram momentos em que o debate e a troca de ideias são importantes, o trabalho docente é centrado quase que mecanicamente no desenvolvimento de sua atividade meio, o professor gestor dedica-se mais ao instrumental burocrático do que ao formativo como Yago Cavalcanti Rodrigues Teixeira (2017) em “Fatores que contribuem para a evasão no curso de Química da UFOB”, que em sua investigação analisa:

[...] em média, estes profissionais (**docentes**) dedicam cerca de 18h de seu tempo a serviços que não correspondem a ensino, pesquisa e extensão, por conseguinte, o que lhes resta, tem que ser equacionado de forma justa ao tripé universitário, logo, aqueles que possuem uma carga horária mais alta dedicada à administração, conseqüentemente, terão o desenvolvimento do ensino, que consideramos a parte mais importante, afetado. A falta de tempo para a dedicação ao ensino, reflete na falta de planejamento das aulas, na metodologia empregada e na superficialidade das aulas, já apontada pelos estudantes, já que o docente se preocupa muitas vezes em apenas cumprir a ementa e não se atenta ao reflexo que isto causa no aprendizado de seus alunos. Muitas vezes, os estudantes nem mesmo conseguem encontrar o professor fora do horário de aula para sanar as dúvidas, que são acumuladas até a próxima aula, que frequentemente não possui tempo hábil para esta demanda (TEIXEIRA, 2017), p.27) (grifo nosso)

O professor tem sua subjetividade manipulada senão cooptada pela racionalidade instrumental, como descreve Vincent Gaulejac (GAULEJAC, 2007), fazendo com que o seu trabalho seja direcionado de forma técnica, no qual ele ministra suas aulas, faz suas pesquisas em um meio altamente competitivo, tenta ganhar com isso visibilidade, com pretensão de obter uma forma alternativa de melhorar sua remuneração através de bolsa produtividade. Assim, ao ter sua subjetividade manipulada e/ou cooptada o professor não encontra meios para fazer diferente, fica condicionado às medidas impostas pelos mecanismos gerenciais, neste caso, orientados primeiramente pelo modelo gerencialista do mercado, através de agências de fomento do governo, como CAPES e CNPQ, assim como o professor gestor no caso das regras que são impostas de fora para dentro da universidade por meio de novas legislações que surgem a todo momento.

Dessa forma, o indivíduo perde grande parte de sua autonomia, consequência também da racionalidade instrumental. Entende-se racionalidade instrumental como “a capacidade de calcular probabilidades e desse modo coordenar os meios corretos com um fim determinado.” (HORKHEIMER, 2015). Vincent Gaulejac aponta para definição similar, considerando a racionalidade instrumental como:

A racionalidade instrumental consiste em pôr em ação uma panóplia impressionante de métodos e técnicas para medir a atividade humana, transformá-la em indicadores, calibrá-la em função de parâmetros precisos, canalizá-las para responder às exigências de produtividade (GAULEJAC, 2007).

Visto que o aparato produtivo e as mercadorias se impõem ao sistema social como um todo, os consumidores dos produtos e das formas de bem estar social tornaram-se praticamente prisioneiros do capital. Vivemos, então, na eterna contradição entre produtividade e destruição, dominação e progresso, prazer e infelicidade.

Dessa forma, temos hoje, uma universidade em expansão, que tem problemas relativos ao trabalho do professor gestor. Além disso, percebemos uma lógica perversa nesse processo de expansão, pois é realizado de forma desordenada, condicionado totalmente a uma visão de mercado imposta externamente através de órgãos governamentais, agregando professores cada vez mais com condições de trabalho desfavoráveis, sendo esse trabalho intensificado dia a dia.

Retornando à criação do *Campus* Barreiras da UFBA, o mesmo passou por dois processos de políticas públicas de expansão do ensino superior público federal, o primeiro foi o Programa Expandir e o segundo o REUNI. O terceiro momento foi o desmembramento do

Campus e criação da novíssima Universidade Federal do Oeste da Bahia e criação de quatro novos *campi*, o que chamamos de expansão “2.0”.

Ampliando o debate iniciado por João dos Reis Silva Junior e Valdemar Sguissardi sobre a intensificação do trabalho do professor pesquisador, Eduardo Pinto e Silva argumenta que:

Na ocasião de sua propositura se considerava que havia muitos avanços no que tangia à compreensão da intensificação do trabalho do professor da pós-graduação, mas que, para uma análise mais ampla do trabalho do professor e das distintas possibilidades de seus efeitos sobre a saúde e subjetividade, seria necessário um olhar mais global sobre o trabalho universitário. Isso implicava em considerar que o processo de expansão da graduação, **por meio do REUNI**, acrescentava elementos novos às exigências protagonizadas até então pelo notável crescimento da pós-graduação brasileira. **Havia múltiplas demandas sobrepostas umas às outras: graduação, pós-graduação, educação à distância e trabalho administrativo.** Compreendia-se que havia uma série de nuances a melhor se considerar. **Pois havia casos de professores universitários fora da pós-graduação e cujo trabalho intensificado poderia se impor em função de outras dinâmicas que não a do produtivismo acadêmico.** (SILVA, 2020) (grifo nosso)

Nesse sentido, antes mesmo da criação das “universidades novíssimas” era perceptível uma mudança da intensificação do trabalho, antes verificado em grandes universidades como sendo o ponto nodal ensino-pesquisa para outro que ainda não estava claro pela dinamicidade da reconfiguração introduzida pela expansão e interiorização das IFES, mas aponta sobre o trabalho administrativo, que entendemos ser uma atividade desenvolvida pelo professor gestor.

Assim em seu texto, Eduardo Pinto e Silva nos chama atenção para um conceito que explica essas mudanças que chegaram pela expansão e interiorização das IFES:

Ao mesmo tempo em que se investia na expansão da universidade pública, se produzia uma diferenciação entre elas, uma vez que nem todas, sobretudo as do interior dos estados, tinham condições, de pessoal, de infraestrutura, de tempo de existência, de desenvolver a pós-graduação. **Assim como a economia, que se desenvolve de forma desigual e combinada, se dava o crescimento das universidades públicas, notadamente das Instituições Federais de Ensino (IFEs).** As perspectivas do Banco Mundial (BM) para educação influenciavam as políticas educacionais. A diversidade e diferenciação entre grandes centros de excelência de pesquisa em universidades de ponta da região sul-sudeste, como USP, UNICAMP, UFRJ, UERJ, UFF, UFSCar, UFMG, UFES, UFPR, UFRGS, dentre outras, e os pólos interiorizados de outras, voltados quase que exclusivamente ao ensino e extensão, era de alguma forma requerida pelo BM. Produção de tecnologia para agregar valor ao capital de um lado, e educação terciária para a formação para o mercado de trabalho de outro.(SILVA, 2020) (grifo nosso)

Podemos verificar que o autor relaciona o processo de expansão com um conceito da economia, o desenvolvimento desigual e combinado, isso porque de fato as políticas de

expansão e interiorização tinham como base os documentos oriundos da década de 1990, produzidos por órgãos internacionais, sendo a primeira demanda pautada pela falta de professores de disciplinas como Matemática, Física, Química e Biologia, foco da Programa Expandir, e depois com o REUNI, o aumento quantitativo de matrículas em cursos de graduação para atingir as metas do Plano Nacional de Educação (PNE).

O trabalho de Eduardo Pinto e Silva nesse artigo se remete aos dados e teoria utilizados em seu relatório de Pós-Doutorado, em que o mesmo realizou entrevistas com docentes dos campi interiorizados da UFF, e separou os docentes em grupos, apresentaremos aqui as diferentes visões de dois grupos, os gestores (professor gestor) e os sindicalistas:

Os “gestores” proclamavam a positividade do processo, o que diziam ser a vocação de interiorização da universidade em prol do desenvolvimento econômico e social. Ao passo que os “sindicalistas” lamentavam a forma como se dava a expansão, e não ela em si, pois defendiam a inclusão, a ampliação da universidade pública, mas se queixavam por compreender que esta se dava sob a égide da racionalidade instrumental e da precarização. De um lado os Relatórios de Gestão da UFF ilustravam seu discurso positivo, com números e dados alvissareiros, ao menos na forma como eram divulgados e apresentados. De outro a entidade sindical, que produziu inúmeros dados e dossiês sobre obras inacabadas e contingentes insuficientes de docentes contratados - sobretudo nas unidades novas – e que criticavam o viés privatista ou tecnicista da formação e das propostas de pesquisas aplicadas ao setor produtivo, dentre outros fatores já aqui mencionados.(SILVA, 2020) (grifo nosso)

Notamos então que existe uma tríade que acaba rondando o professor gestor de certa maneira, como demonstramos anteriormente: Gerencialismo – Racionalidade Instrumental – Intensificação e Extensificação do Trabalho

Para aprofundar as discussões a respeito da intensificação do trabalho do professor gestor analisemos os dados da lei de criação da UFOB em relação ao quantitativo de docentes e técnicos administrativos para a implantação e o desenvolvimento das atividades, temos:

Art. 4º O campus de Barreiras da UFBA passa a integrar a UFOB.

§ 1º Ficam criados os campi de Barra, de Bom Jesus da Lapa, de Luís Eduardo Magalhães e de Santa Maria da Vitória, em complemento ao campus listado no caput.

§ 2º O disposto no caput inclui a transferência automática:

I - dos cursos de todos os níveis independentemente de qualquer formalidade;

II - dos alunos regularmente matriculados nos cursos ora transferidos, que passam a integrar o corpo discente da UFOB, independentemente de qualquer outra exigência; e

III - dos cargos ocupados e vagos do quadro de pessoal da UFBA, disponibilizados para funcionamento do referido campus na data de publicação desta Lei.

[...]

Art. 9º Ficam criados, para a composição do quadro de pessoal da UFOB:

I - 357 (trezentos e cinquenta e sete) cargos de Professor da Carreira de Magistério Superior; e

II - 408 (quatrocentos e oito) cargos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, previsto na Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, sendo: 163 (cento e sessenta e três) cargos de nível superior classe E e 245 (duzentos e quarenta e cinco) cargos de nível intermediário classe D, na forma descrita no Anexo desta Lei.

Art. 10. Ficam criados, no âmbito do Poder Executivo federal, para compor a estrutura da UFOB prevista em seu estatuto, os seguintes Cargos de Direção - CD e Funções Gratificadas - FG:

I - 7 (sete) CD-2;

II - 24 (vinte e quatro) CD-3;

III - 54 (cinquenta e quatro) CD-4;

IV - 105 (cento e cinco) FG-1;

V - 105 (cento e cinco) FG-2;

VI - 79 (setenta e nove) FG-3; e

VII - 118 (cento e dezoito) FG-4. (BRASIL, Casa Civil, 2013)

Além dos professores do magistério superior e técnicos administrativos em educação transferidos e das novas vagas criadas citadas no documento de criação da UFOB, ainda temos uma pactuação com o Ministério da Educação em 30 de setembro de 2014 (ANEXO XII):

Figura 12: Pactuação vagas docentes e técnicos administrativos em educação para o curso de Medicina

A apresentação iniciou com a descrição do curso: criação de novo curso de medicina com 80 vagas no Câmpus Campus Reitor Edgar Santos.

Desta forma, depois de discutidas as necessidades e o quantitativo dos cargos pactuados que atenderão à demanda, estabeleceram-se as vagas conforme demonstrado abaixo:

Câmpus Reitor Edgar Santos

FASE I	2014	2015	2016	2017	Total
Vagas	40	-	40	-	80

Fase I	2014	2015	2016	2017	Total
Docentes MSF	15	20	25	20	80
TA's Classe "E"	5	7	6	-	18
TA's Classe "D"	7	8	7	-	22

Fonte: Anexo XII (2014)

Para facilitar o entendimento do quantitativo de professores do magistério superior e técnicos administrativos em educação, compilamos a Tabela 34:

Tabela 34: Perspectiva do quantitativo do quadro de pessoal UFOB pactuado x realidade

Perspectiva de Quantitativo de Vagas de Pessoal - UFOB		
Descrição	Professor do Magistério Superior	Técnico Administrativo em Educação (TAE)
Transferidos da UFBA para UFOB	123	42
Novas vagas criadas na Lei de criação da UFOB	357	408
Pactuação de vagas para atender o curso de Medicina	80	40
TOTAL	560	490
Servidor Ativos em 24/03/2019	416	253
Vagas não ocupadas ou não liberadas	144	237

Fonte:(BRASIL, Casa Civil, 2013)

Como podemos verificar na Tabela 34, temos uma defasagem significativa em relação às vagas acordadas com o Ministério da Educação e vagas ocupadas, em relação aos docentes temos aproximadamente 74% de ocupação e de técnicos administrativos em educação temos aproximadamente 52% de ocupação.

Dessa maneira, quando falamos em intensificação do trabalho docente, principalmente do professor gestor, temos em mente a definição de Sadi Dal Rosso:

Intensificação e redução da intensidade são processos que se definem em função de relações comparativas no tempo. Comparando a intensidade do trabalho nos momentos t1 (antes) e t2 (depois), pode-se saber se houve intensificação ou redução de intensidade de trabalho. (DAL ROSSO, 2008)

Com um quantitativo de técnicos administrativos em educação totalmente reduzido, acrescido de um corpo docente com menos de $\frac{3}{4}$ das vagas acordadas (não estamos levando em conta o banco de professor equivalente, que faria uma diferença ainda maior), temos uma universidade que no período do recorte da pesquisa aumentou de 1 *campus* para 5 *campi*, de 17 para 30 cursos de graduação, de 1 para 5 cursos de pós graduação stricto sensu e de discentes de 1599 para 3706, sendo que dos 13 novos cursos 2 ainda não haviam completado o ciclo completo de ingresso e saída, o curso de Medicina que iniciou as atividades em 2014-2 (80 vagas ingressantes) e o curso de Direito que iniciou as atividades em 2017-1 (80 vagas de ingressantes).

A não liberação do quadro de vagas pactuado com o Ministério da Educação, tem similaridade ao processo toyotista, que Sadi Dal Rosso relata como a Toyota lidou com a greve dos funcionários em 1950 devido a demissão de aproximadamente 30% do quadro de pessoal:

Como o problema da eficiência do trabalhador é resolvido pelo sistema toyotista de produção? **Primeiramente, pela redução de efetivos.** Na história da Toyota, a redução de efetivos - que é uma condição fundamental do sistema foi obtida mediante um processo traumático [...]

Reduzido o quadro de pessoal, derrotado o sindicato e terminada a greve, a empresa foi beneficiada por muitos pedidos em decorrência do início da guerra na Coreia e voltou a operar plenamente, **mas os efetivos não foram recontratados.**

[...]

Deixada de lado a mistificação ideológica do recurso à "criatividade" e ao "talento", **impunha-se aumentar a produtividade dos trabalhadores**, o que foi obtido pela empresa mediante um movimento duplo: atribuir a cada trabalhador o cuidado de diversas máquinas, inclusive aquelas que realizavam tarefas diferentes, **o que implicava uma reconversão do trabalho especializado em trabalho polivalente.** (DAL ROSSO, 2008) (grifo nosso)

O autor nos traz um conceito importante o de reconversão, aqui no caso do trabalho especializado em trabalho polivalente, assim como Olinda Evangelista e Jocemara Triches quando relatam sobre o alargamento das funções docentes, ou seja, os docentes vão recebendo cada vez mais funções e o trabalho se torna multifacetado e precarizado com um adjetivo interessante, trabalho polivalente.

Podemos nos perguntar, como é possível que isso aconteça no serviço público? Segundo Sadi Dal Rosso nos explica, são três movimentos:

Pode-se, então, descrever assim a ordem geral dos acontecimentos e sua conexão intrínseca. **Primeiro movimento:** práticas que objetivam aumentar o rendimento do trabalho - por alongamento de jornada, aumento do ritmo e velocidade, flexibilidade ou intensificação do trabalho - são concebidas e desenvolvidas no setor privado por agentes visionários que se valem de linguagem messiânica para gerar convencimento sobre os saltos de produtividade obtidos. Na realidade, o verdadeiro teste é o da prática dos locais de trabalho que mede se as técnicas realmente conduzem a resultados superiores. **Segundo movimento:** as técnicas assim geradas e testadas difundem-se rapidamente no mundo da economia privada e das empresas públicas, pois as companhias desejam beneficiar-se dos novos ganhos de produtividade. A difusão é marcada por resistências previsíveis. **Terceiro movimento:** implantadas nas empresas privadas e públicas, as práticas estão prontas para serem transferidas ao setor público, também enfrentando resistências. Com isso, completa-se a difusão das novas práticas de gerar trabalho extra e a técnica entra em obsolescência **quando não significar mais vantagem concorrencial para as empresas ou os governos** que as vierem adotar. Volta tudo à estaca zero e **recomeça a busca desenfreada por novas formas de produzir mais trabalho.** (DAL ROSSO, 2008) (grifo nosso)

Outra contribuição importante de Sadi da Rosso é apresentado quando o mesmo investiga sobre a intensificação no serviço público:

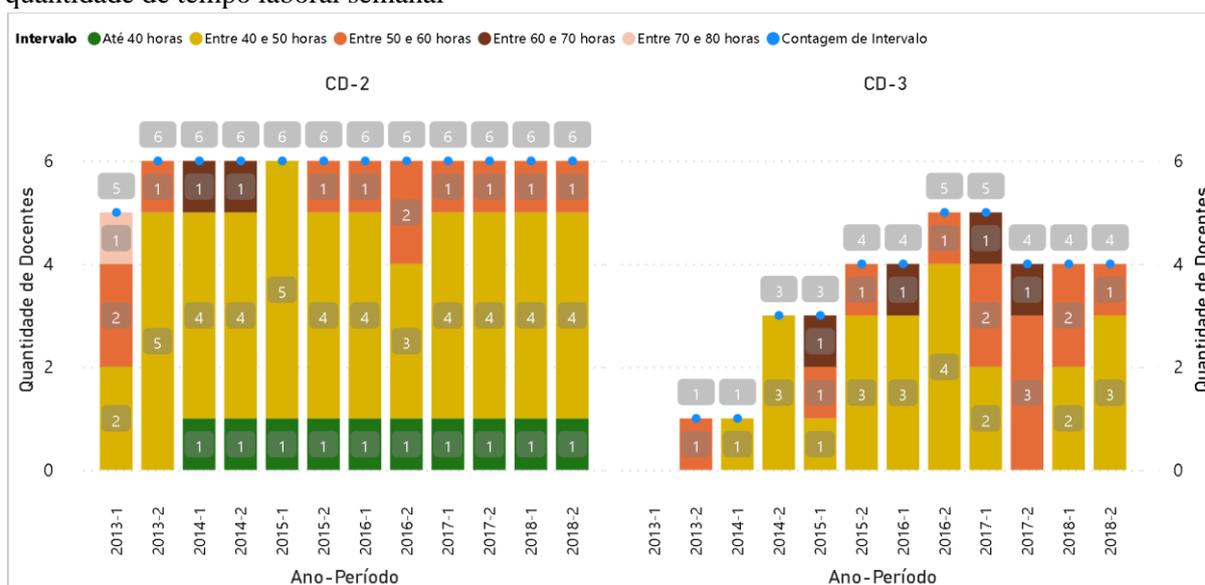
A intensificação do trabalho acontece em decorrência da característica de trabalho imaterial do servidor público que exige especialmente esforço intelectual. "Há maior necessidade de elaboração intelectual e de pesquisas"; e ainda, são "atividades que exigem mais especialização"; e também a avaliação de um servidor federal de que o trabalho hoje "exige maior conhecimento, mais responsabilidade, maior dedicação". As exigências do trabalho intelectual são sentidas também entre os servidores

do Governo do Distrito Federal: "com o passar do tempo, vamos aprendendo mais, conseqüentemente, somos mais exigidos, raciocínio rápido, disposição etc."; "trabalho mais com a mente"; "maior comprometimento mental"; e "a produção intelectual é muito maior e a complexidade também". Nesses discursos, podemos perceber que o trabalho intelectual do servidor público é uma fonte de desgaste. **Talvez a principal fonte de intensificação é o aumento do serviço, que pode estar ou não acompanhado de diminuição de quadros. [...]**

Em suma, encontramos algumas formas de intensificação aos poucos sendo incorporadas ao serviço público. Referem-se mais ao ritmo e à velocidade do trabalho, às cobranças e às exigências, ao volume de tarefas, às características do trabalho intelectual demandante, ao peso da responsabilidade e, em menor escala, ao espírito de competição. E nos deparamos com uma ideologia em construção. A ideologia da gerência e da qualidade total que uma funcionária traduziu como busca de "perfeição", do erro zero, do trabalho a tempo justo, da eficiência, das metas e dos resultados.(DAL ROSSO, 2008) (grifo nosso)

Assim, consideramos, com base na análise dos dados, que na implantação e ainda não concluída consolidação da UFOB, o que antes era um *campus* interiorizado, ao se transformar em universidade multicampi, com o quantitativo de técnicos muito inferior à média nacional, com aumento de significativa de cursos de graduação e pós graduação e com um corpo docente predominantemente de mestres e especialistas (e que estão muitas vezes em fase de qualificação), acaba por intensificar e extensificar o trabalho do professor gestor como podemos verificar nos Gráficos 75, 76, 77 e 78.

Gráfico 75: Quantidade de docentes ocupantes de cargos CD-2 e CD-3 (com direito a substituto) e quantidade de tempo laboral semanal

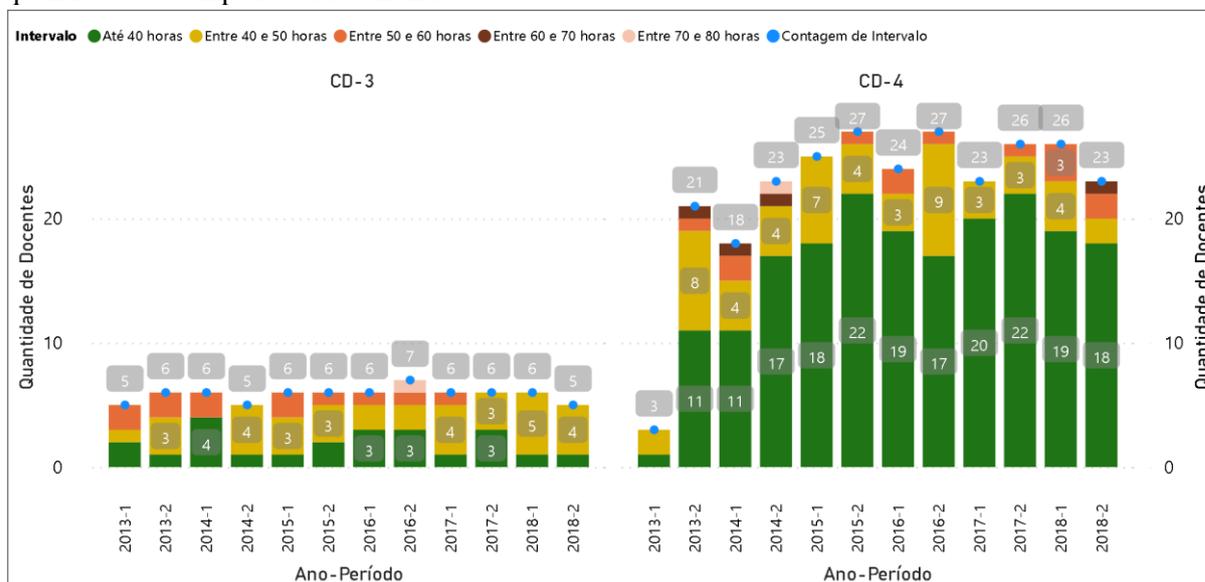


Fonte: SIG, Currículo Lattes e E-SIC – Elaborado pelo Autor

No Gráfico 75, fica evidente que apesar dos docentes ocuparem cargos da alta gestão, seja na Reitoria, Pró Reitorias e Direções de Campus, em que deveriam estar com dedicação integral à gestão, praticamente na sua totalidade acabam tendo sua carga laboral extensificada,

seja por ainda ter que desempenhar principalmente atividades de ensino, ou atividades de pesquisa e extensão.

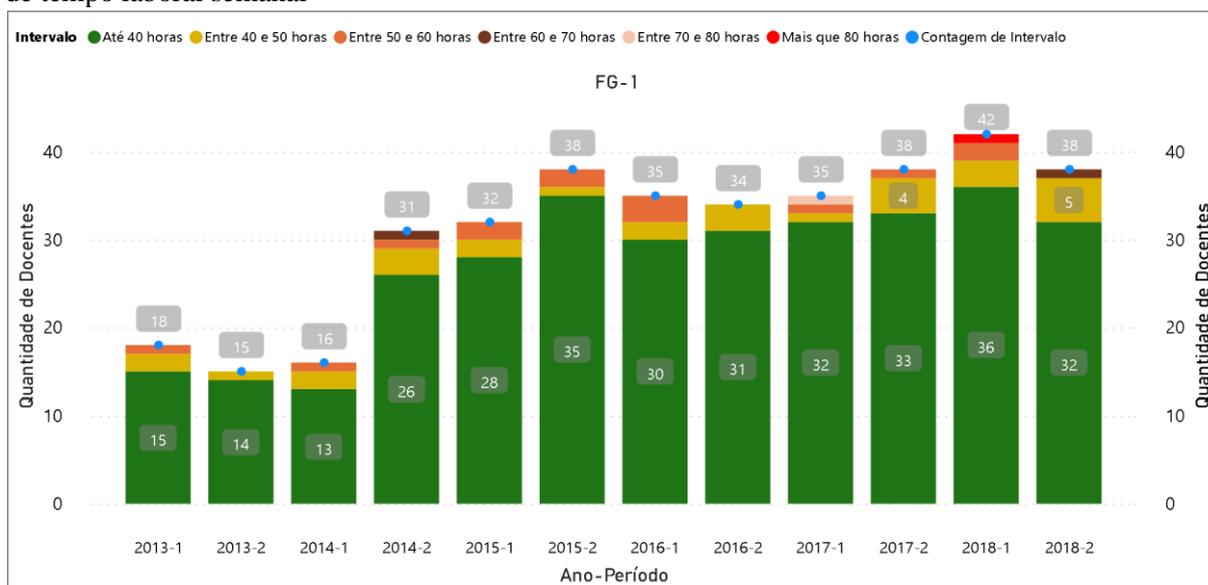
Gráfico 76: Quantidade de docentes ocupantes de cargos CD-3 e CD-4 (sem direito a substituto) e quantidade de tempo laboral semanal



Fonte: SIG, Currículo Lattes e E-SIC – Elaborado pelo Autor

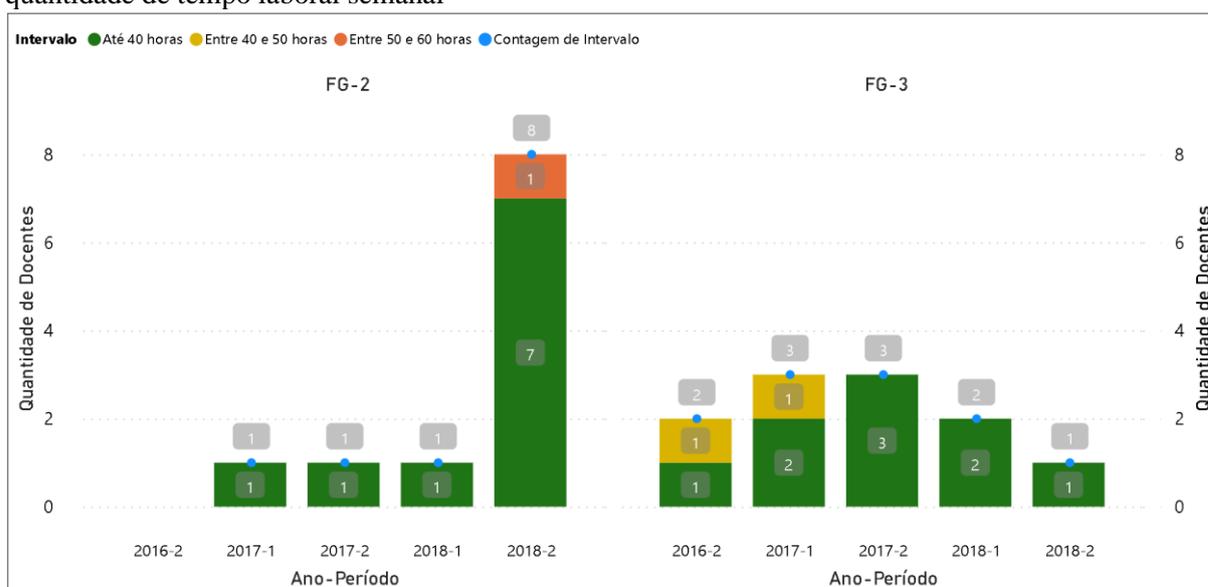
No caso dos docentes ocupantes de cargo CD-3 e CD-4 sem direito a substituto, temos uma mudança, para os ocupantes de CD-3, em grande parte do período analisado, mais de 50% dos docentes chegaram a ter um acréscimo de aproximadamente 50% de tempo laboral semanal. No caso dos cargos CD-4 temos uma variação ao longo do período, ao longo do período analisado em um primeiro olhar, a quantidade de tempo laboral semanal parece ser de até 40 horas para a maioria, no entanto, quando verificamos a média no período pelo menos 31% dos docentes tiveram mais de 40 horas semanais de tempo laboral.

Gráfico 77: Quantidade de docentes ocupantes de cargos FG-1 (sem direito a substituto) e quantidade de tempo laboral semanal



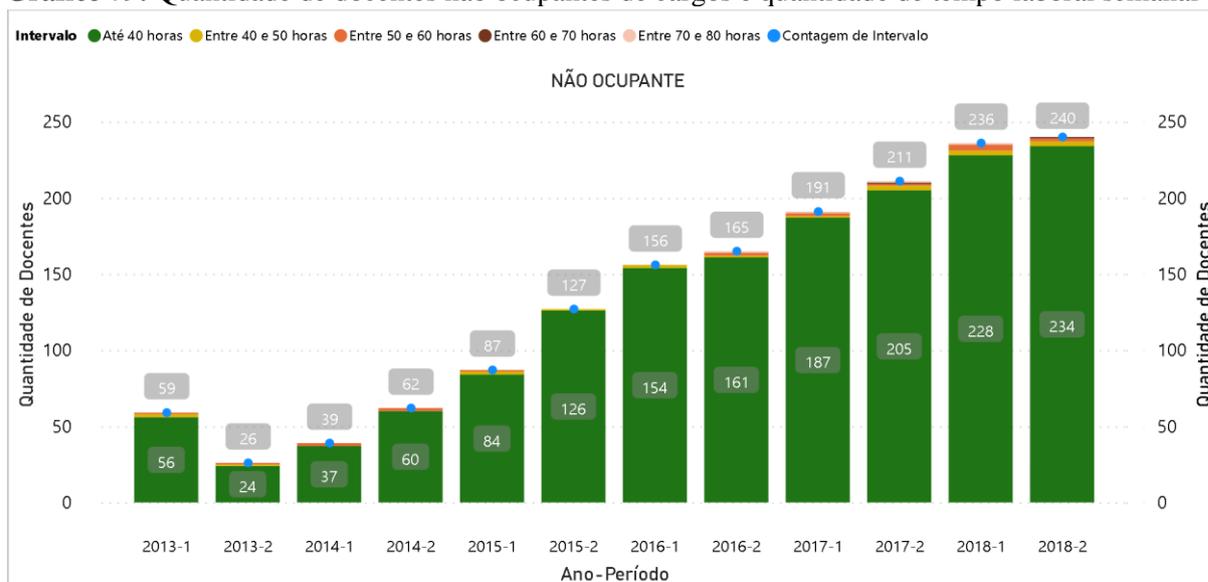
Fonte: SIG, Currículo Lattes e E-SIC – Elaborado pelo Autor

Gráfico 78: Quantidade de docentes ocupantes de cargos FG-2 e FG-3 (sem direito a substituto) e quantidade de tempo laboral semanal



Fonte: SIG, Currículo Lattes e E-SIC – Elaborado pelo Autor

Nos Gráficos 77 e 78 temos uma diminuição na quantidade de docentes que tem um tempo de atividade laboral semanal maior que 40 horas, no entanto, quando verificamos a utilização do sistema acadêmico, percebemos que apesar do tempo total não ter ultrapassado as 40 horas semanais, muitos tiveram que realizar suas atividades em períodos fora do horário normal, ou finais de semana ou em feriados.

Gráfico 79: Quantidade de docentes não ocupantes de cargos e quantidade de tempo laboral semanal

Fonte: SIG, Currículo Lattes e E-SIC – Elaborado pelo Autor

No Gráfico 79 fica evidente que praticamente a totalidade, salvo algumas exceções, os docentes que não ocupam cargos de gestão, pelos dados levantados, não apresentaram uma extensificação do seu trabalho. Não podemos afirmar a mesma coisa em relação à intensificação, uma vez que suas participações em conselhos e comissões não foram contabilizadas por uma decisão metodológica, pela indisponibilidade dos dados de uma forma que pudéssemos utilizar.

Assim, após a análise realizada e apresentada, podemos apontar que em uma instituição em implantação, sem a infraestrutura e pessoal técnico necessários para seu desenvolvimento, a função do professor gestor fica intensificada dado seu entrelaçamento inexorável com outras atividades, sobretudo ensino. Mesmo fazendo parte da carreira docente nas universidades federais, os trabalhos de gestão e/ou administração se tornam extenuantes para seus ocupantes.

A falta de suporte técnico, e muitas vezes de infraestrutura adequada, para o professor gestor faz com que a qualidade no exercício das suas funções não seja uma questão de decisão do docente, podemos perceber que apesar de estar desenvolvendo a função de docente, o professor em uma universidade pública é antes de mais nada um servidor público, que deve seguir regras estabelecidas em lei para sua carreira, e como já analisado, essas regras tem cunho essencialmente gerencialista e muitas vezes baseadas nas que são seguidas pela iniciativa privada, que tem como objetivo sempre um alto desempenho.

Em um primeiro momento podemos verificar que para os docentes, desde a criação da UFOB, a intensificação do seu trabalho docente era de certa forma esperada, pelo menos para

os primeiros anos, com a implantação dos novos cursos. Porém com o trabalho intensificado docente surge uma outra modalidade, a intensificação do trabalho do professor gestor, porque além da sobrecarga já prevista, com uma demanda alta de trabalhos administrativos, como participação de vários conselhos, colegiados e comissões, faz com que o professor gestor tenha uma característica complexa, pois ele está disponível quase que 24 horas por dia, principalmente com o uso de smartphones e aplicativos de troca de mensagens.

Nesse sentido, um conceito importante é apresentado por Nicole Aubert e Vincent Gaulejac no livro “*Le coût de l'excellence*” na Parte V “*L'individu et l'organisation*” em que os autores discutem sobre o conceito de *attachement*:

Como compreender este processo de transformação interna ao qual estão submetidos todos os gerentes que aceitam se doar às suas empresas, ao ponto de lhes consagrar sessenta a setenta horas por semana, e vão até o sacrifício por elas de uma vida inteira? Como compreender que o interesse pelo seu próprio trabalho se transforma em amor pela empresa?

Mas será isso amor? Isto parece com o amor, isto tem a aparência do amor, mas não é amor: é um vínculo (*attachement*) profundo pelo qual o indivíduo se encontra ligado, e do qual não pode e às vezes não quer se desfazer. (AUBERT; GAULEJAC, 1991)

No texto, os autores explicitam gerentes e empresas, mas podemos facilmente notar a semelhança entre o professor gestor e a instituição, e esse vínculo (*attachement*) é percebido da mesma forma, porque vários são os professores gestores, como observamos nos dados coletados que se dedicam “*sessenta a setenta horas por semana*” a instituição por conta dos cargos ocupados.

Ainda sobre essa questão verificamos uma rotatividade grande nos cargos de gestão, e notamos duas vias, ou o professor gestor por, conta de suas competências, acaba sendo cooptado para ocupar um cargo maior, que ocorreu com 47 docentes por exemplo, um coordenador de curso (FG-01) ser chamado para ser coordenador de ensino do centro (CD-04) ou em poucos meses de trabalho como professor gestor, o mesmo não suporta a intensificação e extensificação e abandona o cargo como podemos verificar no APÊNDICE II.

No texto de Nicole Aubert e Vincent Gaulejac, apresentam uma resposta para esse cooptação de que argumentamos no parágrafo anterior:

Na sua obra sobre a nobreza do Estado, Pierre Bourdieu analisa, em particular no campo do ensino, a relação entre as características das organizações e os “habitus” dos indivíduos que as compõem. Ele mostra que o poder de uma organização só funciona com a cumplicidade ativa daqueles que o exercem ou o dominam e fala “dos dominados que fazem as quatro vontades da instituição, porque eles são a Instituição feita homem, e os quais, domina dos ou dominantes, só podem subir (ascender) ou exercer plenamente a necessidade, por que eles a

incorporaram, porque formam corpo com ela, por eles é que lhe dão corpo”.

A partir das noções de habitus e incorporação, Bourdieu tenta descobrir as correspondências entre “as estruturas sociais e as estruturas mentais”, quer dizer, os princípios de ajuste entre o que ele chama de “estruturas objetivas” e os esquemas de percepção, de apreciação e de ação que os agentes colocam em ação nos seus julgamentos e práticas”. É por meio destes mecanismos de ajuste permanente que se estabelecem os liames entre os indivíduos e os sistemas institucionais: a organização é uma máquina cujo funcionamento resulta de milhares de ações produzidas pelos agentes “que agem tanto como máquinas cognitivas, ao mesmo tempo independentes e objetivamente orquestradas”.(AUBERT; GAULEJAC, 1991)

Assim o que estamos demonstrando nessa pesquisa é que o professor gestor é parte inextricável da gestão da universidade, principalmente no que tange à autonomia universitária, como apregoa o Art. 207 da Constituição Federal:

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

§ 1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica. (BRASIL, Presidência da República, 1988)

Nesse sentido, concordamos com José Salvador Faro, quando explicita como é importante a autonomia, e principalmente a autonomia universitária:

Seja como for, a universidade conseguiu legitimar seu estatuto a partir do pressuposto de que ela é, por natureza, uma instituição que só pode (e consegue) dar conta de seus compromissos e demandas que a própria ciência se autoimpõe e de outras que se originam na própria sociedade se desfrutar da liberdade plena para o desenvolvimento de suas atividades.

Para Kant, a “prisão do espírito”, tal como ele definia o espaço da academia, é tão transcendente para a vida humana que sua existência se incorpora à natureza do ser social e, por isso, à estrutura da sua sociabilidade. Trata-se, portanto, de uma percepção da autonomia como *ethos* moderno: sem ela a universidade não existe.

Os exemplos que podem ser dados são tão variados e numerosos que perdem um pouco seu sentido se forem arrolados todos aqui. Basta, no entanto, um indicativo que nos parece decisivo: não há no mundo contemporâneo nenhum processo que possa ser explicado na sua lógica senão através da abrangência que a especulação filosófica ou a funcionalidade técnica tem nas várias dimensões da existência humana: da esfera pública democrática concebida por Jürgen Habermas ao mundo cibernético de Lefebvre, de um simples medicamento a um complexo smartphone, desde que a autonomia universitária seja preservada e assegurada como forma de garantir seu contributo ao desenvolvimento. Nem é preciso ir tão longe: as nações e o grau de bem-estar de seus povos distinguem-se pela maior ou menor aproximação que guardam com esses pressupostos.(FARO, 2017, p.106-107)

Assim, a grande problemática da gestão universitária ocorre não porque é realizada pelos professores gestores, que são sujeitos imprescindíveis para o desenvolvimento da gestão

da universitária, por meio da autonomia universitária e da gestão democrática em seus colegiados e conselhos, mas pelas questões externas à universidade, como a falta de pessoal (Técnicos Administrativos em Educação) para o desenvolvimento das atividades meio, e o gerencialismo e racionalidade instrumental imposto pelo Estado às Instituições Federais de Ensino Superior.

Todo o cenário exposto nos leva à conclusão de que muitas vezes o professor gestor esforça-se ao máximo para desempenhar suas funções dentro das horas estabelecidas no seu horário regular de trabalho, no entanto, quando não é possível que todas as tarefas sejam desempenhas nesse período o servidor se vê compelido a realizar seu excedente de trabalho em suas horas de folga, aos finais de semana e feriados para cumprir com as demandas que aumentam a cada período que a universidade avança com a chegada de novos estudantes. Nesse sentido, entendemos que com os dados apresentados e a análise realizada fica evidenciada a intensificação e extensificação do trabalho do professor gestor.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento da pesquisa e a maneira como foram analisados os dados, apresentando dados históricos, etapas de análise e grupos de ideias a serem discutidas, possibilitou a elaboração de um perfil geral de docentes. No caso dos documentos obtidos, nos deram condições e embasamento para entender e aprofundar o conhecimento de como ocorreu, e ainda está ocorrendo, todo esse processo de expansão e interiorização da universidade pública federal, tendo como base uma parte do todo, a Universidade Federal do Oeste da Bahia.

A expansão e interiorização da rede federal de educação superior nas últimas duas décadas ocorreu de forma nunca antes vista. Nos primeiros 12 anos o Brasil mais que duplicou o número de instituições, saindo de 140 *campi* e 120 municípios atendidos para 321 *campi* e 275 municípios atendidos. Todavia, devemos nos atentar quanto à qualidade da educação, visto que apenas expandir e levar instituições até os longínquos lugares do Brasil não é, por si, garantia de educação de qualidade e de mudanças estruturais na sociedade em que estão inseridas, ainda que sejam produtoras de conhecimento e cultura.

No entanto, tal expansão é um grande desafio que precisa de pessoas e orçamento, o que infelizmente não ocorreu como esperado, como podemos verificar nos dados apresentados no caso específico da UFOB, sendo uma das universidades “novíssimas”, criada em um contexto de expansão que chamamos de “2.0”, qual seja, um *campus* avançado da UFBA que se tornou uma nova universidade com cinco *campi*.

Do desmembramento do *Campus* Reitor Edgard Santos em Barreiras, até a criação da Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB, que nasceu de um processo *multicampi*, com diversos desafios, em relação ao corpo docente da IFES investigada, dentre alguns dados importantes a se destacar, é o de que este é composto por uma grande parcela de pessoas do estado da Bahia, predominantemente de cor Branca, do sexo masculino, com faixa etária entre 24 e 40 anos, que se qualificou a pelo menos 3 anos antes do ingresso na IFES, ingressaram em sua maioria com titulação de especialização ou mestrado, e após o ingresso se qualificaram ou estão se qualificando sem afastamento das atividades docentes, e que, mesmo após se qualificarem, permanecem na instituição.

Outra realidade que se destaca é de que independente da ocupação de cargo de gestão, com ou sem direito a substituto, os docentes ocupantes de cargos realizaram atividades de ensino com cargas horárias semelhantes às de não ocupantes de cargos, tendo uma crescente quando olhamos principalmente para os ocupantes de cargos que não tem direito a substituto,

em que muitas vezes tem encargo maior que os não ocupantes de cargo. Assim, como pesquisamos uma universidade pequena, que conta com um menor contingente de docentes de áreas específicas, resulta que além do cargo de gestão, seu encargo de ensino permaneça o mesmo, ocupando ou não cargo de gestão, como demonstrado nos dados apresentados.

Em relação às atividades de pesquisa, observamos que não há discrepância quando se está em cargos de gestão ou não, salvo alguns poucos casos. Isso nos leva a crer que a atividade de pesquisa ainda está em uma fase diferente das universidades de grandes centros, e a dedicação, ainda incipiente, poder está atrelada a duas questões: a primeira sendo a titulação dos docentes, em sua maioria 62% de Mestres e Especialistas, e a segunda, relacionada à infraestrutura em implantação, sendo que em Barreiras, o *campus* com a maior parte dos docentes e cursos de graduação e pós-graduação, não houve ampliação da quantidade de laboratórios desde a criação do ICADS; portanto, é ainda um prédio que foi pensado para atender às demandas dos cursos antes da criação da UFOB.

Ao analisarmos o caso do professor gestor, foi possível observar que, quando o mesmo utiliza o sistema acadêmico para desenvolver suas atividades, independente do cargo que ocupe, há uma intensificação do seu trabalho, e isso fica mais evidente quando o mesmo tem que extensificar a sua carga laboral para dar conta da quantidade de atividades a serem desenvolvidas, como realizá-las fora do horário normal, aos finais de semana ou até mesmo em feriados. Uma segunda questão é em relação às informações coletadas referentes à quantidade de tempo dispendida pelo professor gestor, que quando comparadas com os dados apenas de Ensino, demonstram que esses docentes, em alguns casos, chegam a ter sua carga laboral quase dobrada (até 80 horas semanais), e em muitos casos 50% a mais (até 60 horas semanais). Algumas oscilações, com um salto maior de quantidade de tempo de uso do sistema, ocorrem em momentos específicos, como os períodos de Planejamento Acadêmico, e em momentos que ocorrem Concursos Públicos ou Processos Seletivos para Docente Temporário, em que os professores gestores precisam inserir vários dados no sistema acadêmico de gestão. Existe um descompasso em relação à quantidade de horas dedicadas quando analisados os diferentes cargos ocupados. Vale um alerta à instituição sobre a falta de padronização e necessidade de determinar as atividades a serem desenvolvidas e de estabelecer um teto de horas para cada cargo, principalmente para os que não tem direito a substituto.

Na carreira do magistério superior, os docentes de dedicação exclusiva tem como atividades: ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional. É importante frisar que a gestão institucional é um processo importante nas instituições de ensino superior, para autonomia

universitária e processos democráticos (decisões em colegiados). No entanto, na maioria das vezes, os docentes que ocupam cargos de gestão não estão preparados, precisam de capacitação ou não têm o suporte técnico necessário (quantidade insuficiente de Técnicos Administrativos em Educação) para desempenhar as atividades a serem desenvolvidas.

Todo o cenário exposto nos leva à conclusão de que, muitas vezes, o professor gestor esforça-se ao máximo para desempenhar suas funções dentro das horas estabelecidas no seu horário regular de trabalho. No entanto, quando não é possível que todas as tarefas sejam desempenhadas nesse período, o servidor se vê compelido a realizar seu excedente de trabalho em suas horas de folga, aos finais de semana e feriados para cumprir com as demandas que aumentam a cada período que a universidade avança com a chegada de novos estudantes.

Assim, com a intensificação há *“um maior dispêndio das capacidades físicas cognitivas e emotivas do trabalhador com o objetivo de elevar quantitativamente ou melhorar qualitativamente os resultados”*(DAL ROSSO, 2006). Quando nos referimos à extensificação, apontamos que, além da intensificação do ritmo do trabalho, o tempo de 40 horas semanais não é suficiente, os dois turnos completos (8 horas por dia não bastam), sendo necessário estender, para o seu tempo de não trabalho, mais trabalho para conseguir dar conta de todas as atividades a ser desenvolvidas.

As mudanças que foram ocorrendo durante as últimas décadas, transformaram profundamente os pilares da universidade. Antes o conhecimento universitário era organizado e gerado pelos seus pares, sendo o mesmo sem hora e cobrança tão normatizados para que ocorresse. Mas a ciência é realizada durante a história, e está submetida a aspectos estruturais e conjunturais. Com o progressivo ingresso da ideologia neoliberal e do gerencialismo na universidade, o que temos é o que podemos chamar de conhecimento forçado, porque ele precisa acontecer em tempo certo, sob avaliação externa e não necessariamente pelos seus pares. Isso quer dizer que muito do conhecimento hoje é produzido como em escala industrial, e isso pode ser observado quando um docente, com pouco tempo de carreira, tem mais artigos publicados do que seu orientador no mesmo período; isso porque hoje o que vale é a quantidade de conhecimento que pode ser produzido, independente da qualidade desse conhecimento.

Notadamente há uma modificação das funções desempenhadas pela universidade no decorrer do tempo para se adaptar à realidade social, cultural, política e, principalmente, econômica. Muitas reformas aconteceram e deverão continuar acontecendo. Todavia, é necessário pensar qual é a real função que a universidade pode ter para um país como o Brasil, de dimensões continentais e ampla diversidade cultural e regional, e ainda, as práticas

universitárias necessárias, dentro e fora dos muros das instituições de ensino e em constante dinâmica com a comunidade na qual está inserida, para que sejam efetivamente enfrentadas as indesejadas desigualdades sociais.

Neste sentido, a grande problemática da gestão universitária ocorre não porque é realizada pelos professores gestores, que são sujeitos imprescindíveis para o desenvolvimento da gestão institucional, por meio da autonomia universitária e da gestão democrática em seus colegiados e conselhos, mas pelas questões externas à universidade, como a não liberação de vagas de pessoal (Técnicos Administrativos em Educação) para o desenvolvimento das atividades meio, e o gerencialismo e racionalidade instrumental imposto pelo Estado às Instituições Federais de Ensino Superior.

Portanto, partindo dos dados apresentados, e com a análise realizada na presente pesquisa, fica corroborada a hipótese da intensificação e extensificação do trabalho do professor gestor.

É importante ressaltar que a pesquisa realizada foi profundamente exaustiva pela coleta de dados extensa e sua sistematização. Consideramos que a metodologia de estudo de caso utilizada poderá ser aprimorada, assim como ser necessário continuidade da análise do objeto por meio pesquisas similares, investigando outras universidades “Novíssimas” ou as “Supernovas”, que tiveram sua criação no governo Michel Temer.

As “Supernovas” chamam a atenção porque em suas leis de criação temos uma discrepância na quantidade de vagas de técnico administrativos em educação e professor do magistério superior. Enquanto na Universidade Federal de Jataí foram criados 67 cargos de TAEs e nenhum de professor do magistério superior, na Universidade Federal do Agreste de Pernambuco foram criados 893 cargos de TAEs e 600 cargos de professor do magistério superior. O que indica processos desiguais e combinados de expansão e interiorização das instituições federais de ensino e pesquisa.

Diante dos dados e análises realizadas, uma próxima etapa e continuidade dessa pesquisa seria investigar como a intensificação e extensificação do trabalho do professor gestor impactam nas características e qualidade de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, Almerindo Janela. Escola pública, gerencialismo e accountability. **A página da Educação**, vol. 126, nº 12, p. 1, 2003.
- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. Usos e abusos dos estudos de caso. **Cadernos de Pesquisa**, vol. 36, nº 129, p. 637–651, set. 2006.
- AMARAL, Fernando. **Introdução à Ciência de Dados: mineração de dados e big data**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016.
- ANTUNES, Ricardo. As novas formas de acumulação de capitale as formas contemporâneas do estranhamento (Alienação). **Caderno CRH**, vol. 15, nº 37, p. 23–45, 2002.
- ARAÚJO, José Júlio César Do Nascimento. **A Precarização Da Formação De Professores Para A Educação Básica No Instituto Federal De Ciência, Educação E Tecnologia Do Acre – Campus Cruzeiro Do Sul**. 2018. 251 f. Universidade Federal do Amazonas - UFAM, 2018.
- AUBERT, Nicole; GAULEJAC, Vincent de. **Le coût de l'excellence-Nouvelle édition**. 1re public. Paris: Média Diffusion, 1991.
- BARREIRAS, Prefeitura Municipal de. Diário Oficial de Barreiras - 12/07/2005. **Diário Oficial de Barreiras**, vol. 03, p. 1–8, 2005.
- BARREYRO, Gladys Beatriz. **Mapa do Ensino Superior Privado**. [S. l.: s. n.], 2008.
- BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. A formação territorial do Oeste Baiano: a constituição do “Além São Francisco” (1827-1985). **GeoTextos**, vol. 6, nº 1, p. 35–50, 19 jul. 2010.
- BRASIL, Casa Civil. Decreto Nº 1.590. **Diário Oficial da União**, Brasília, Distrito Federal, 1995.
- BRASIL, Casa Civil. Decreto nº 6.096. **Diário Oficial da União**, Brasília, Distrito Federal, 2007.
- BRASIL, Casa Civil. Decreto Nº 94.664. **Diário Oficial da União**, Brasília, Distrito Federal, p. 1–9, 1987a.
- BRASIL, Casa Civil. Decreto-Lei nº 9.155. **Diário Oficial da União**, Brasília, Distrito Federal, 1946.
- BRASIL, Casa Civil. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, Distrito Federal, p. 1–21, 1996.
- BRASIL, Casa Civil. Lei Nº 12.772. **Diário Oficial da União**, Brasília, Distrito Federal, p. 1–12, 2012.

BRASIL, Casa Civil. Lei Nº 12.825. **Diário Oficial da União**, Brasília, Distrito Federal, 2013.

BRASIL, Casa Civil. Portaria 475. **Diário Oficial da União**, Diário Oficial da União, 1987b.

BRASIL, Ministério da Educação. **Apresentação Expansão da Rede Federal: Institutos e Universidades Federais**. Brasília, Distrito Federal, 2012.

BRASIL, Ministério da Educação. **Programa de expansão da educação superior pública: 2003-2006**. Brasília, Distrito Federal, 2003.

BRASIL, Ministério da Educação. **Reafirmando Princípios e Consolidando Diretrizes Da Reforma Da Educação Superior**. Brasília, Distrito Federal, 2004a.

BRASIL, Ministério da Educação. **Universidade - Expandir até ficar do tamanho do Brasil**. Brasília, Distrito Federal: Ministério da Educação, 2004b.

BRASIL, Ministério da Educação / Secretaria de Educação Superior. Portaria 107/2012. **Diário Oficial da União**, p. 20, 2012.

BRASIL, Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União**. BRASIL, 1988. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm.

BRASIL, Presidência da República. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. [S. l.: s. n.], 1995.

BURGARELLI, Rodrigo. Explosão e implosão do Fies: Como o ensino superior privado virou o centro dos gastos com educação do governo federal. **O Negócio da educação: A aventura das universidades privadas na terra do capitalismo sem risco**. Primeira Edição. São Paulo, SP: Olho D'Água, 2017. vol. Volume 1, p. 37–54.

CAMARGO, Alex; SILVA, Roger; AMARAL, Érico; HEINEN, Milton; PEREIRA, Francisco. Mineração de dados eleitorais: descoberta de padrões de candidatos a vereador na região da campanha do Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Computação Aplicada**, vol. 8, nº 1, p. 64–73, 30 abr. 2016.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. Política para o ensino superior no Brasil (1995-2006): Ruptura e continuidade nas relações entre público e privado. **29ª Reunião Anual da Anped**, p. 1–15, 2006.

CEDRO, Ana; SOUSA, Tenório de. Como ocorreu a implantação da UFBA e consequentemente a criação da UFOB, segundo Dr. Saulo Pedrosa. 2013. **Novoeste**. Disponível em: <https://www.novoeste.com/index.php?page=destaque&op=readNews&id=3896>. Acessado on: 24 mar. 2021.

- CGU, Controladoria Geral da União. **Aplicação da Lei de Acesso à Informação em recursos a CGU**. Brasília, Distrito Federal, 2015.
- CHAUI, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, nº 24, p. 5–15, dez. 2003.
- CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xama, 1996.
- CUNHA, Luiz Antônio. O ensino superior no octênio FHC. **Educação & Sociedade**, vol. 24, nº 82, p. 37–61, abr. 2003.
- DAL ROSSO, Sadi. Intensidade e imaterialidade do trabalho e saúde. **Trabalho, Educação e Saúde**, vol. 4, nº 1, p. 65–92, mar. 2006.
- DAL ROSSO, Sadi. **Mais trabalho!: a intensificação do labor na sociedade contemporânea**. 1a. ed. São Paulo, São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.
- DANTAS, Éder; SOUSA JÚNIOR, Luiz de. Na contracorrente: A política do Governo Lula para a educação superior. **32ª Reunião Anual ANPED - Sociedade, cultura e educação: novas regulações?**, p. 1–17, 2009.
- EVANGELISTA, Olinda; TRICHES, Jocemara. Reconversão, alargamento do trabalho docente e curso de pedagogia no Brasil. **IV Jornada Internacional de Políticas Públicas**, p. 1–9, 2009.
- FARO, José Salvador. A autonomia da universidade no Brasil. Que história é essa? **O Negócio da educação: A aventura das universidades privadas na terra do capitalismo sem risco**. Primeira Edição. São Paulo, SP: Olho D'Água, 2017. vol. Volume 1, p. 105–114.
- FERNANDES, Maria Cristina S. Galan da Silveira Galan. **Concepções de qualidade de ensino na perspectiva docente em um Centro Universitário privado e noturno**. 2002. 244 f. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2002.
- FERREIRA, Suely. Reformas na Educação Superior: de FHC a Dilma Rousseff (1995-2011). **Linhas Críticas**, vol. 36, p. 455–472, 2012.
- FILHO, José Camilo dos Santos; SILVIO, Sánchez Gamboa. **Pesquisa Educacional: quantidade-qualidade**. 2º ed. São Paulo, SP: Cortez Editora, 1997.
- GAULEJAC, Vincent de. **Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social**. São Paulo: Idéias & Letras, 2007.
- GENOVEZ, Célia Leal da Costa. **Formação de recursos humanos para a gestão educativa na América Latina**. 1ª. Cadernos UNESCO Brasil Série Educação Volume 4 Formação de Recursos Humanos para a Gestão Educativa na América Latina Informe do Fórum realizado no IPE: UNESCO, Instituto Internacional de Planeamiento de la Educación, 2000.

GENTILI, Pablo. Adeus à escola pública: a desordem neoliberal, a violência do mercado e o destino da educação das maiorias. **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. 6ª Edição. Petrópolis, RJ: EDITORA VOZES, 2007. p. 228–252. Acessado on: 2 set. 2022.

HORKHEIMER, Max. **Eclipse da razão**. 1º ed. São Paulo, São Paulo: Editora UNESP, 2015.

ILO, Internacional Labour Organization. **Lifelong learning in the twenty-first century: The changing roles of educational personnel. Report JMEP/2000**. 1º. Geneva: ILO, 2000.

INEP, INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANISIO TEIXEIRA. **Microdados do Censo da Educação Superior 2013**. Brasília, Distrito Federal, 2014a.

INEP, INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANISIO TEIXEIRA. **Microdados do Censo da Educação Superior 2014**. Brasília, Distrito Federal, 2015a.

INEP, INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANISIO TEIXEIRA. **Microdados do Censo da Educação Superior 2015**. Brasília, Distrito Federal, 2016a.

INEP, INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANISIO TEIXEIRA. **Microdados do Censo da Educação Superior 2016**. Brasília, Distrito Federal, 2017a.

INEP, INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANISIO TEIXEIRA. **Microdados do Censo da Educação Superior 2017**. Brasília, Distrito Federal, 2018.

INEP, INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANISIO TEIXEIRA. **Microdados do Censo da Educação Superior 2018**. Brasília, Distrito Federal, 2019.

INEP, INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANISIO TEIXEIRA. **Microdados do Censo da Educação Superior 2019**. Brasília, Distrito Federal, 2020a.

INEP, INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANISIO TEIXEIRA. **Resumo Técnico Censo Da Educação Superior 2002**. Brasília, Distrito Federal, 2003a.

INEP, INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANISIO TEIXEIRA. **Resumo Técnico Censo Da Educação Superior 2010**. Brasília, Distrito Federal, 2011a.

INEP, INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANISIO TEIXEIRA. **Resumo Técnico Censo Da Educação Superior 2011**. Brasília, Distrito Federal, 2012a.

INEP, INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANISIO TEIXEIRA. **Resumo Técnico Censo Da Educação Superior 2012**. Brasília, Distrito Federal, 2013a.

INEP, INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANISIO TEIXEIRA. **Resumo Técnico Censo Da Educação Superior 2013**. Brasília, Distrito Federal, 2014b.

INEP, INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANISIO TEIXEIRA. **Resumo Técnico Censo Da Educação Superior 2014**. Brasília, Distrito Federal, 2015b.

INEP, INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANISIO TEIXEIRA. **Resumo Técnico Censo da Educação Superior 2015**. Brasília, Distrito Federal, 2016b.

INEP, INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANISIO TEIXEIRA. **Resumo Técnico Censo Da Educação Superior 2016**. Brasília, Distrito Federal, 2017b.

INEP, INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANISIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 1995**. Brasília, Distrito Federal, 1996.

INEP, INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANISIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 1996**. Brasília, Distrito Federal, 1997.

INEP, INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANISIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 1997**. Brasília, Distrito Federal, 1998.

INEP, INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANISIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 1998**. Brasília, Distrito Federal, 1999.

INEP, INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANISIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 1999**. Brasília, Distrito Federal, 2000.

INEP, INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANISIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2000**. Brasília, Distrito Federal, 2001.

INEP, INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANISIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2001**. Brasília, Distrito Federal, 2002.

INEP, INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANISIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2002**. Brasília, Distrito Federal, 2003b.

INEP, INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANISIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2003**. Brasília, Distrito Federal, 2004.

INEP, INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANISIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2004**. Brasília, Distrito Federal, 2005.

INEP, INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANISIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2005**. Brasília, Distrito Federal, 2006.

INEP, INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANISIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2006**. Brasília, Distrito Federal, 2007.

INEP, INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANISIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2007**. Brasília, Distrito Federal, 2008.

INEP, INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANISIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2008**. Brasília, Distrito Federal, 2009.

INEP, INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANISIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2009**. Brasília, Distrito Federal, 2010.

INEP, INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANISIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2010**. Brasília, Distrito Federal, 2011b.

INEP, INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2011**. Brasília, Distrito Federal, 2012b.

INEP, INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2012**. Brasília, Distrito Federal, 2013b.

INEP, INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2013**. Brasília, Distrito Federal, 2014c.

INEP, INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2014**. Brasília, Distrito Federal, 2015c.

INEP, INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2015**. Brasília, Distrito Federal, 2016c.

INEP, INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2019**. Brasília, Distrito Federal, 2020b.

LIMA, Kátia Regina de Souza. **Reforma da educação superior nos anos de contrarrevolução neoliberal: de Fernando Henrique Cardoso a Luís Inácio Lula da Silva**. 2005. 322 f. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2005.

LINHART, Danièle. Modernização e precarização da vida no trabalho. *In*: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho Brasil III**. São Paulo (SP): BOITEMPO EDITORIAL, 2014. p. 45–54.

MANCEBO, Deise. Trabalho docente na educação superior brasileira: mercantilização das relações e heteronomia acadêmica. **Revista Portuguesa de Educação**, vol. 23, nº 2, p. 73, 27 fev. 2018.

MANCEBO, Deise; SILVA JÚNIOR, João dos Reis; LÉDA, Denise Bessa. O trabalho nas instituições de Educação Superior. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE**, vol. 32, nº 3, p. 739, 21 dez. 2016.

MARX, Karl. **Capital 1: o Processo de Produção do Capital**. Civilização Brasileira (2014), Edition: 20, 2014.

MARX, Karl. **O Capital - Livro 1 - Capítulo IV (inédito)**. 1ª Edição. São Paulo, SP: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

MARX, Karl. Teorias da Mais Valia. **O Capital Livro IV, Volume 1**. São Paulo, SP: Bertrand Brasil, 1987. p. 384–406.

MÍDIA, Jornal da. Univasf deve fazer vestibular em Barreiras ainda este ano. 2005. **Jornal da Mídia**. Disponível em: http://www.jornaldamidia.com.br/noticias/2005/08/09/Bahia/Univasf_. Acessado on: 12 fev. 2013.

MINTO, Lalo Watanabe. Reforma do Estado e Educação. Glossário. História, Sociedade e Educação no Brasil - HISTEDBR - Faculdade de Educação - UNICAMP. 2011. Disponível em:

https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_reforma_do_estado_e_educacao.htm. Acessado on: 27 jul. 2022.

NOVOESTE. Semanário Novoeste. **Semanário Novoeste**, Barreiras, vol. 454, 2005.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A reestruturação da educação superior no brasil e o processo de metamorfose das Universidades Federais: o caso da Universidade Federal de Goiás (UFG)**. 2000. 1–210 f. Universidade de São Paulo, 2000.

PARO, Vitor Henrique. #30 Para o capital, o trabalho do professor é improdutivo. 2020. Disponível em: <https://www.vitorparo.com.br/30-para-o-capital-o-trabalho-do-professor-e-improdutivo/>. Acessado on: 9 maio 2022.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser Pereira. **Exposição no Senado sobre a Reforma da Administração Pública MARE Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado Cadernos MARE da Reforma do Estado**. Brasília, Distrito Federal, 1997.

RAMOS, Géssica Priscila. Racionalidade e gerencialismo na política educacional paulista de 1995 a 2014: muito além das conjunturas. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, vol. 24, nº 92, p. 546–578, 2016.

RAMOS, Géssica Priscila; ROTHEN, José Carlos; FERNANDES, Maria Cristina da Silveira Galan. Mecanismos de avaliação e regulação da Universidade Federal Brasileira no REUNI. **Revista Internacional de Educação Superior**, vol. 6, 19 set. 2019.

RIBEIRO, Carla Vaz dos Santos; MANCEBO, Deise. O servidor público no mundo do trabalho do século XXI. **Psicologia: Ciência e Profissão**, vol. 33, nº 1, p. 192–207, 2013.

RODRIGUES, Marlúcia de Menezes. A instabilidade da universidade vista a partir das contradições geradoras de suas crises de hegemonia, de legitimidade e institucional. *In*: SCRIPTORI, Carmen Campoy. (org.). **Universidade e conhecimento: desafios e perspectivas no âmbito da docência, pesquisa e gestão**. 1º ed. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004. p. 135–143.

- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930/1973)**. 8ª. São Paulo, São Paulo: Editora Vozes, 1986.
- SANTANA, Cleides Marques De. Reforma e Interiorização do Ensino Superior no Brasil: ICADS-BAHIA: Arquitetura e Identidade Organizacional em Des(re)construção. **Colóquio Internacional de Educação e Contemporaneidade**, p. 1–16, 2010.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Universidade no Século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. 1ª. São Paulo, SP: Cortez Editora, 2004.
- SAVIANI, Demerval. Equidade e qualidade em educação: equidade ou igualdade? **PUCVIVA REVISTA**, vol. V.2, p. 17–21, set. 1998.
- SAVIANI, Dermeval. **História da Ideias Pedagógicas no Brasil**. 4ª edição. Campinas, SP: Autores Associados, 2014.
- SGUISSARDI, V.; SILVA JÚNIOR, J. R. **Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico**. São Paulo: Xamã, 2009.
- SGUISSARDI, Valdemar. Que lugar ocupa a qualidade nas recentes políticas de educação superior? **Avaliação: Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior**, n. 11, p. 69–89, 2006.
- SGUISSARDI, Valdemar. **Universidade brasileira no século XXI**. [S. l.]: Cortez, 2009.
- SHIROMA, Eneida Oto. A formação do professor-gestor nas políticas de profissionalização. **Revista e-curriculum**, vol. 7, p. 1–20, 2011.
- SHIROMA, Eneida Oto; CAMPOS, Roselane Fátima. La resignificación de la democracia escolar mediante el discurso gerencial: Liderazgo, gestión democrática y gestión participativa. **Políticas educativas y trabajo docente: Nuevas regulaciones, nuevos sujetos?**, p. 221–237, 2006.
- SILVA, Eduardo Pinto e. Trabalho e subjetividade na universidade: Por uma visão global e multifacetada dos processos de sofrimento e adoecimento. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, vol. 28, nº 0, p. 14, 20 jan. 2020.
- SILVA, Eduardo Pinto e; HELOANI, José Roberto; PIOLLI, Evaldo. Autonomia controlada e adoecimento do professor. **Revista Educação e Políticas em Debate**, nº 2, jul/dez, p. 370–383, 2012.
- SILVA, Eduardo Pinto e; MANCEBO, Deise. Subjetividade docente na expansão da UFF: criação, refração e adoecimento. **Fractal: Revista de Psicologia**, vol. 26, nº 2, p. 479–492, ago. 2014.

SILVA, Eduardo Pinto e; PADIM, Dayton Fernando. Intensificação do trabalho docente administrativo e processos decisórios democraticamente restritos na expansão/interiorização precária e desordenada. **Impulso**, vol. 28, nº 71, p. 5, 2018a.

SILVA, Eduardo Pinto e; PADIM, Dayton Fernando. Intensificação do trabalho docente administrativo e processos decisórios democraticamente restritos na expansão/interiorização precária e desordenada. **Impulso**, vol. 28, nº 71, p. 5, 2018b.

SILVA, Eduardo Pinto e; SILVA JÚNIOR, João dos Reis. Estranhamento e desumanização nas relações de trabalho na instituição universitária pública. **Revista HISTEDBR On-line**, vol. 10, nº 38e, p. 223, 2012.

SILVA JUNIOR, João dos Reis da; SGUISSARDI, Valdemar. Universidade Pública Brasileira no Século XXI. Educação superior orientada para o mercado e intensificação do trabalho docente. **Espacios en Blanco. Revista de Educación**, nº 23, p. 119–156, 2013.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; CZERNISZ, Eliane Cleide da Silva. A fundação da universidade tecnológica federal do Paraná no contexto de expansão da educação superior. **Laplage em Revista**, vol. 1, nº 2, p. 80–92, 25 ago. 2015.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; LUCENA, Carlos Alberto. O tempo, o trabalho e o ser social professor pesquisador. **Educação e Filosofia**, vol. 28, nº 55, p. 445–472, 23 set. 2014.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; LUCENA, Carlos; FERREIRA, Luciana Rodrigues. Mundialização e trabalho social do ser social professor pesquisador. **Educação**, vol. 38, nº 3, p. 483–494, 27 set. 2013.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; SCHUGURENSKI, Daniel. Trabalho do professor na universidade brasileira: hegemonia e neoamericanismo. **Revista HISTEDBR On-line**, vol. 16, nº 67, p. 5–22, 5 jul. 2016.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; SGUISSARDI, Waldemar; SILVA, Eduardo Pinto e. Trabalho intensificado na universidade pública brasileira. **Universidade e Sociedade**, Brasília, Distrito Federal, vol. 45, p. 8–233, 2010.

SOBRINHO, José Dias. **Dilemas da Educação Superior no Mundo Globalizado: Sociedade do Conhecimento ou Economia do Conhecimento?** São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 2005.

SOBRINHO, José Dias; RISTOFF, Dilvo I. **Avaliação democrática: para uma universidade cidadã.** Florianópolis: Insular, 2002.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação e universidade.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

TEIXEIRA, YAGO CAVALCANTI RODRIGUES. **Fatores que contribuem para a evasão no curso de Química da UFOB**. 2017. 54 f. Universidade Federal do Oeste da Bahia, Barreiras, 2017.

THIOLLENT, Michel Jean-Marie. Aspectos qualitativos da Metodologia de Pesquisa com objetivos de descrição, avaliação e reconstrução. **Caderno de Pesquisas**, nº 49, p. 45–50, 1984.

TOUTAIN, L. M. B.; SILVA, R. R. G. da. **UFBA - do século XIX ao século XXI**. Memorial,. Salvador, Bahia: Universidade Federal da Bahia, 2010.

UFBA, Universidade Federal da Bahia. **Ata da reunião extraordinária do Conselho Universitário da Universidade Federal da Bahia - 04/06/2008**. Salvador, Bahia, 2008a.

UFBA, Universidade Federal da Bahia. Edital 04/2006. **Diário Oficial da União**, Salvador, Bahia, p. 7, 2006a.

UFBA, Universidade Federal da Bahia. Edital Vestibular Especial 2006. **Diário Oficial da União**, Salvador, Bahia, p. 3, 2006b.

UFBA, Universidade Federal da Bahia. **Parecer Jonhson Meira Santos - Conselho de Curadores**. Salvador, Bahia, 2008b.

UFBA, Universidade Federal da Bahia. **Portaria N° 04/2007 - ICADS/UFBA**. Barreiras, Bahia, 2007.

UFBA, Universidade Federal da Bahia. **Portaria nº 197/08**. Salvador, Bahia, 2008c.

UFBA, Universidade Federal da Bahia. **Portaria nº 555/2011 - Reitoria/UFBA**. Salvador, Bahia, 2011.

UFBA, Universidade Federal da Bahia. **Portaria nº 925/06**. Salvador, Bahia, 2006c.

UFBA, Universidade Federal da Bahia. **Processo 23066.010449-08-10 - Projeto de criação e implantação da Universidade Federal do Oeste da Bahia**. Salvador, Bahia, 2008d.

UFBA, Universidade Federal da Bahia. **Resolução N° 02/2006**. Salvador, Bahia, 2006d.

UFBA, Universidade Federal da Bahia. **Voto Roberto Paulo Correia de Araújo - Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão - UFBA**. Salvador, Bahia, 2008e.

UFOB, Universidade Federal do Oeste da Bahia. **Portaria nº 264/2017**. Barreiras, Bahia: Gabinete da Reitoria, 2017.

UFOB, Universidade Federal do Oeste da Bahia. **Resolução 01/2013**. Barreiras, Bahia: Conselho Universitário, 2013.

UFOB/CONEPE, Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. **Instrução Normativa 01/2016**. Barreiras, Bahia, 2016.

UFOB/CONEPE, Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. **Resolução 04/2014**. Barreiras, Bahia: Universidade Federal do Oeste da Bahia, 2014a.

UFOB/CONEPE, Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. **Resolução 04/2015**. Barreiras, Bahia: Universidade Federal do Oeste da Bahia, 2014b.

UFOB/CONEPE, Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. **Resolução 08/2014**. Barreiras, Bahia, 2014c.

UFOB/CONSUNI, Conselho Universitário da Universidade Federal do Oeste da Bahia. **Resolução Consuni 01/2017**. Barreiras, Bahia: Universidade Federal do Oeste da Bahia, 2017.

UNIVASF, UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO. **Ata Da Reunião Ordinária Do Conselho Universitário Da Fundação Universidade Federal Do Vale Do São Francisco**. Petrolina: UNIVASF, 2005.

YIN, Robert k. **Applications of Case Study Research**. 1º ed. Washington, DC: Sage Publications, 1993.

YIN, Robert k. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5º ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2015.

APÊNDICES

Apêndice I

ID	Atividade	Pontuação	Máximo	Conversão em Horas	Máximo em Horas
	I - atividades de ensino na educação superior na UFOB ou em outras IES públicas, neste caso, aprovada pelo Consuni ou por instância competente com delegação e sem percepção de remuneração adicional:				
	Aulas ministradas em curso de graduação e pós-graduação;	0,75 ponto para cada 15 horas-aula	Utilizado como fator de conversão para as atividades de pesquisa e extensão		
	VI - produção científica, de inovação, técnica ou artística, relacionada à atividade desenvolvida na área de atuação do docente:				
1	autoria ou co-autoria de artigo publicado em periódico ou produção artística, Qualis ou Qualis Artístico nos estratos A1, A2 ou B1;	30		500	
2	autoria ou co-autoria de artigo publicado em periódico ou produção artística Qualis ou Qualis Artístico nos estratos B2, B3 e B4;	16,5		275	
3	autoria ou co-autoria de artigo publicado em periódico ou produção artística Qualis ou Qualis Artístico nos estratos B5 e C;	3		50	
4	autoria ou co-autoria de trabalho completo ou resumo expandido publicado em anais/livro de resumos de evento nacional até o limite máximo de 4 pontos;	0,5	4	8,333333333	66,66666667
5	autoria ou co-autoria de trabalho completo ou resumo expandido publicado em anais/livro de resumos de evento internacional até o limite máximo de 4 pontos;	0,8	4	13,33333333	66,66666667
6	autoria ou co-autoria de resumo publicado em anais/livro de resumos de evento nacional até o limite máximo de 1 ponto;	0,2	1	3,333333333	16,66666667
7	autoria ou co-autoria de resumo publicado em anais/livro de resumos de evento internacional até o limite máximo de 1,5 ponto;	0,3	1,5	5	25
8	premiação de trabalho científico ou artístico emitido por entidade científica, artística ou cultural;	5		83,33333333	
9	premiação de trabalho científico ou artístico emitido em congressos, encontros	5		83,33333333	

	ou similares;				
10	comenda advinda do exercício de atividades acadêmicas;	5		83,33333333	
11	autoria ou co-autoria de livro em 1ª edição, contendo ISBN (International Standard Book Number) ou ISSN (International Standard Serial Number), com no mínimo 50 páginas, publicado por editora universitária filiada à ABEU (Associação Brasileira de Editoras Universitárias) ou por editora com Conselho Editorial e catálogo de publicações;	30		500	
12	autoria ou co-autoria de revisão ou nova edição de livro, contendo ISBN ou ISSN, com no mínimo 50 páginas, publicado por editora universitária filiada à ABEU ou por editora com Conselho Editorial e catálogo de publicações;	10		166,6666667	
13	autoria ou co-autoria de capítulo de livro, em 1ª edição, contendo ISBN ou ISSN, publicado por editora universitária filiada à ABEU ou por editora com Conselho Editorial e catálogo de publicações;	5		83,33333333	
14	autoria ou co-autoria de revisão ou nova edição de capítulo de livro, contendo ISBN ou ISSN, com no mínimo 50 páginas, publicado por editora universitária filiada à ABEU ou por editora com Conselho Editorial e catálogo de publicações;	2		33,33333333	
15	autoria ou co-autoria de livro, em 1ª edição ou revisão, contendo ISBN ou ISSN, com no mínimo 50 páginas, publicado por editora não enquadrada nos itens anteriores;	3		50	
16	autoria ou co-autoria de livro ou capítulo de livro, em 1ª edição ou revisão, contendo ISBN ou ISSN, publicado por editora não enquadrada nos itens anteriores;	0,5		8,333333333	
17	autoria de obra com ISRC (International Standard Recording Code);	10		166,6666667	
18	vínculo como intérprete ou produtor de obra com ISRC;	1		16,66666667	
19	tradução de livro publicado, com no mínimo 50 páginas, relacionado à área de atuação do docente, contendo ISBN ou ISSN, publicado por editora universitária filiada à ABEU ou por editora com Conselho Editorial e catálogo de publicações;	10		166,6666667	
20	tradução de capítulo de livro publicado, contendo ISBN ou ISSN, publicado por	5		83,33333333	

	editora universitária filiada à ABEU ou por editora com Conselho Editorial e catálogo de publicações;				
21	tradução de artigo publicado;	3		50	
22	prefácio, posfácio, introdução ou apresentação de obra, até o limite máximo de 0,6 ponto;	0,3	0,6	5	10
23	software, marca, cultivar, produto, processo, desenho industrial ou técnica de transformação envolvendo bens e/ou serviços em que foram incluídas atividades de pesquisa e desenvolvimento, devidamente registrado;	3		50	
24	autoria de cartas, mapas ou outros produtos cartográficos, provenientes atividades de pesquisa e desenvolvimento, até o limite máximo de 1,0 ponto.	0,2	1	3,333333333	16,66666667
25	manutenção de obra artística, referente a produtos conservados ou restaurados, seja em papel, vídeo, tela, meio digital ou outros;	3		50	
26	produção de maquete, certificada, que tenha sido realizada como produção técnica proveniente de atividades de pesquisa e desenvolvimento;	0,2		3,333333333	
27	participação em programas de rádio ou TV, na forma de entrevista, mesa redonda e comentários até o limite máximo de 0,5 ponto;	0,1	0,5	1,666666667	8,333333333
28	mini-curso, palestra, mesa-redonda ou curso de caráter técnico-científico ministrado em evento internacional, até o limite máximo de 3,0 pontos;	0,5	3	8,333333333	50
29	mini-curso, palestra, mesa-redonda ou curso de caráter técnico-científico ministrado em eventos, exceto internacionais, até o limite máximo de 1,0 ponto;	0,2	1	3,333333333	16,66666667
30	pôster ou trabalho apresentado em sessão coordenada de caráter técnico-científico em evento internacional;	0,2		3,333333333	
31	pôster ou trabalho apresentado em sessão coordenada de caráter técnico-científico em evento, exceto internacional;	0,1		1,666666667	
32	patente concedida a processo ou técnica de transformação envolvendo bens e/ou serviços em que foram incluídas atividades de pesquisa e desenvolvimento;	30		500	
33	relatório de pesquisa desenvolvida e devidamente aprovado e registrado pelas instâncias competentes da UFOB;	1		16,66666667	
34	outra produção relevante, até o limite de 2,0 pontos.	0,5	2	8,333333333	33,33333333
	VII - atividade de extensão à comunidade, de cursos e de serviços:				

35	coordenação de ação de extensão, devidamente cadastrada no Órgão de Gestão de Extensão e Cultura, com duração de até 60 (sessenta) horas;	1		16,66666667	
36	participação como membro de equipe de ação de extensão, devidamente cadastrada no Órgão de gestão de Extensão e Cultura, com duração de até 60 (sessenta) horas, exceto se na condição de coordenador ou vice coordenador;	0,5		8,333333333	
37	coordenação de ação de extensão, devidamente cadastrada no Órgão de gestão de Extensão e Cultura, com duração de 61 (sessenta e uma) até 180 (cento e oitenta) horas;	3		50	
38	participação de ação de extensão, devidamente cadastrada no Órgão de gestão de Extensão e Cultura, com duração de 61 (sessenta e uma) até 180 (cento e oitenta) horas, exceto se na condição de coordenador ou vice coordenador;	1,5		25	
39	coordenação de ação de extensão, devidamente cadastrada no Órgão de gestão de Extensão e Cultura, com duração superior a 180 (cento e oitenta) horas;	5		83,33333333	
40	participação de ação de extensão, devidamente cadastrada no Órgão de gestão de Extensão e Cultura, com duração superior a 180 (cento e oitenta) horas, exceto se na condição de coordenador ou vice coordenador;	2,5		41,66666667	
41	coordenação ou vice-coordenação de proposta de extensão aprovada e contemplada com recursos financeiros em editais externos à UFOB, no interstício avaliado;	6		100	
42	colaboração em proposta de extensão aprovada e contemplada com recursos financeiros em editais externos à UFOB, no interstício avaliado;	3		50	
43	coordenação de proposta de extensão aprovada e contemplada com recursos financeiros em editais da UFOB, no interstício avaliado;	2		33,33333333	
44	coordenação em proposta de extensão aprovada e contemplada com recursos financeiros em editais da UFOB, no interstício avaliado;	1		16,66666667	
45	serviço prestado à comunidade, na forma de palestra, conferência, atividade artística e cultural relacionada à área de atuação do docente, devidamente aprovado pelos	0,1			

	órgãos competentes e registrado junto ao Órgão de Gestão de Extensão e Cultura, conforme legislação vigente;				
46	serviço prestado à comunidade, no âmbito de projetos institucionais de ensino, pesquisa e extensão ou por colaboração esporádica de natureza científica ou tecnológica em assuntos de especialidade do docente, inclusive em polos de inovação tecnológica, na área de atuação do docente, devidamente aprovado pelos órgãos competentes e cadastrado junto ao Órgão de Gestão de Extensão e Cultura, conforme legislação vigente;	0,2			
47	revisão, parecer técnico ou análise de material didático a pedido de revista científica, órgão de fomento ou editora, até o limite de 3,0 pontos.	0,3	3	5	50
	VIII – atividade de pesquisa, relacionada a projetos de pesquisa, criação e inovação:				
48	coordenação de projeto vigente, aprovado com fomento por agência de financiamento, em editais externos à UFOB, cadastrado no órgão de gestão de pesquisa, criação e inovação;	6		100	
49	participação em projeto vigente, aprovado com fomento por agência de financiamento, em editais externos à UFOB, cadastrado no órgão de gestão de pesquisa, criação e inovação;	3		50	
50	coordenação em projeto vigente, aprovado em editais da UFOB, cadastrado no órgão de gestão de pesquisa, criação e inovação;	2		33,33333333	
51	participação em projeto vigente, aprovado em editais da UFOB, cadastrado no órgão de gestão de pesquisa, criação e inovação;	1		16,66666667	
52	coordenação de projeto vigente, cadastrado no órgão de gestão de pesquisa, criação e inovação da UFOB, exceto os pontuados nas alíneas anteriores;	1		16,66666667	
53	participação em projeto vigente, cadastrado no órgão de gestão de pesquisa, criação e inovação da UFOB, exceto os pontuados nas alíneas anteriores;	0,5		8,33333333	
54	liderança de Grupo de Pesquisa no âmbito da UFOB.	5		83,33333333	

Fonte: Resolução 01/2017 CONSUNI/UFOB – Elaborado pelo Autor

Apêndice II

Docente	Código do Cargo	Início	Fim
207	CD-1	17/07/2013	24/03/2019
17	CD-2	16/08/2013	24/03/2019
25	CD-2	11/09/2013	24/03/2019
358	CD-2	11/09/2013	24/03/2019
284	CD-2	01/10/2013	24/03/2019
353	CD-2	08/10/2013	24/03/2019
64	CD-2	01/01/2014	24/03/2019
10000	CD-3	20/08/2013	31/07/2018
10005	CD-3	01/12/2015	24/03/2019
72	CD-3	11/01/2016	24/03/2019
10004	CD-3	01/10/2014	01/06/2017
37	CD-3	15/09/2014	02/05/2017
10006	CD-3	01/10/2016	24/03/2019
363	CD-3	02/05/2017	24/03/2019
343	CD-3	01/03/2014	11/01/2016
10001	CD-3	01/03/2014	01/01/2016
4981	CD-3	01/08/2016	30/04/2018
383	CD-3	01/03/2014	02/05/2017
268	CD-3	01/04/2014	31/03/2015
291	CD-3	11/09/2013	01/03/2014
361	CD-3	01/03/2014	24/03/2019
78	CD-3	02/09/2016	24/03/2019
10002	CD-3	04/07/2014	01/12/2016
109	CD-3	01/12/2016	24/03/2019
221	CD-3	18/11/2013	18/11/2018
18	CD-3	01/08/2016	31/07/2018
10003	CD-3	15/09/2014	10/07/2016
291	CD-3	01/03/2014	01/09/2014
64	CD-3	25/09/2013	01/01/2014
3895	CD-3	02/05/2017	24/03/2019
217	CD-3	12/06/2017	24/03/2019
261	CD-3	01/10/2013	01/01/2014
275	CD-3	01/10/2013	01/01/2014
74	CD-3	08/09/2014	01/02/2016
346	CD-3	01/10/2013	01/01/2014
376	CD-3	08/09/2014	01/02/2016
62	CD-3	01/06/2014	15/09/2014
376	CD-3	01/02/2016	12/06/2017
233	CD-3	01/02/2016	01/09/2016
420	CD-4	08/03/2017	24/03/2019
18	CD-4	01/04/2014	01/08/2016
113	CD-4	01/02/2014	08/04/2015
235	CD-4	01/03/2014	01/10/2016
119	CD-4	01/04/2014	11/01/2016
141	CD-4	01/08/2016	31/07/2018
268	CD-4	05/06/2013	01/02/2014

37	CD-4	01/02/2014	15/09/2014
75	CD-4	01/08/2016	08/03/2017
141	CD-4	11/01/2016	01/08/2016
10008	CD-4	01/04/2014	15/09/2014
360	CD-4	01/02/2014	01/05/2014
10007	CD-4	01/02/2014	08/04/2014
275	CD-4	01/02/2014	14/03/2014
297	CD-4	01/01/2014	24/03/2019
408	CD-4	01/06/2015	24/03/2019
122	CD-4	02/05/2017	24/03/2019
2983	CD-4	01/09/2016	28/01/2018
5173	CD-4	04/07/2018	24/03/2019
131	CD-4	01/10/2013	24/03/2019
169	CD-4	01/10/2013	24/03/2019
87	CD-4	01/01/2014	24/03/2019
176	CD-4	01/01/2014	24/03/2019
89	CD-4	01/11/2014	24/03/2019
258	CD-4	01/04/2014	30/06/2018
261	CD-4	01/01/2016	24/03/2019
302	CD-4	12/03/2014	03/03/2017
139	CD-4	01/05/2016	24/03/2019
455	CD-4	01/06/2016	24/03/2019
400	CD-4	01/11/2014	02/05/2017
338	CD-4	01/11/2016	24/03/2019
276	CD-4	01/03/2017	24/03/2019
302	CD-4	03/03/2017	24/03/2019
226	CD-4	08/04/2015	03/03/2017
168	CD-4	01/04/2014	17/02/2016
390	CD-4	16/05/2017	24/03/2019
78	CD-4	01/11/2014	01/09/2016
261	CD-4	01/04/2014	31/12/2015
91	CD-4	02/05/2017	31/12/2018
151	CD-4	01/10/2014	01/05/2016
274	CD-4	01/10/2014	01/05/2016
318	CD-4	01/10/2014	15/04/2016
386	CD-4	01/01/2015	16/06/2016
3953	CD-4	01/03/2017	30/06/2018
437	CD-4	01/02/2018	24/03/2019
363	CD-4	15/04/2016	02/05/2017
182	CD-4	01/10/2016	19/05/2017
4879	CD-4	07/08/2018	24/03/2019
437	CD-4	10/07/2017	31/01/2018
208	CD-4	01/05/2016	01/11/2016
63	CD-4	01/04/2018	30/09/2018
4891	CD-4	01/01/2019	24/03/2019
261	CD-4	01/02/2014	01/03/2014
44	CD-4	17/02/2016	31/01/2018
355	CD-4	01/04/2015	01/10/2016
398	CD-4	01/03/2018	24/03/2019
3906	CD-4	01/02/2018	24/03/2019
137	CD-4	01/04/2014	01/04/2015
347	CD-4	01/04/2014	01/04/2015

355	CD-4	01/04/2014	01/04/2015
420	FG-1	14/04/2016	08/03/2017
68	FG-1	07/04/2015	01/03/2017
376	FG-1	05/06/2013	31/10/2013
235	FG-1	05/06/2013	30/10/2013
4881	FG-1	01/06/2017	24/03/2019
62	FG-1	15/09/2014	19/04/2017
3768	FG-1	01/12/2016	24/03/2019
60	FG-1	01/10/2016	03/10/2018
243	FG-1	01/01/2016	15/12/2017
3971	FG-1	20/07/2017	24/03/2019
225	FG-1	30/10/2013	30/06/2015
116	FG-1	14/09/2016	28/02/2018
89	FG-1	05/06/2013	01/11/2014
408	FG-1	05/06/2013	31/10/2014
287	FG-1	19/04/2017	09/08/2018
145	FG-1	20/10/2013	21/01/2015
10011	FG-1	18/11/2013	30/11/2014
3609	FG-1	10/08/2016	20/07/2017
162	FG-1	10/05/2016	07/04/2017
113	FG-1	30/04/2018	24/03/2019
3896	FG-1	03/05/2018	24/03/2019
217	FG-1	01/02/2016	01/10/2016
10012	FG-1	07/03/2014	01/11/2014
37	FG-1	05/06/2013	30/01/2014
168	FG-1	08/08/2013	01/04/2014
62	FG-1	01/08/2018	24/03/2019
162	FG-1	01/08/2018	24/03/2019
243	FG-1	09/08/2018	24/03/2019
68	FG-1	01/03/2017	01/10/2017
302	FG-1	27/08/2013	25/02/2014
3879	FG-1	04/10/2018	24/03/2019
221	FG-1	05/06/2013	18/11/2013
244	FG-1	05/06/2013	13/11/2013
5197	FG-1	05/06/2013	19/10/2013
284	FG-1	05/06/2013	30/09/2013
355	FG-1	13/11/2013	07/03/2014
245	FG-1	01/07/2014	14/10/2014
10010	FG-1	05/06/2013	26/08/2013
10009	FG-1	05/06/2013	08/08/2013
215	FG-1	27/03/2015	01/05/2015
19	FG-1	01/05/2014	01/02/2017
330	FG-1	01/06/2015	05/04/2017
414	FG-1	01/05/2015	20/04/2016
3953	FG-1	01/10/2016	01/03/2017
182	FG-1	01/01/2015	14/09/2016
4879	FG-1	07/08/2018	24/03/2019
62	FG-1	01/10/2013	31/05/2014
4342	FG-1	15/02/2018	24/03/2019
56	FG-1	01/02/2014	17/09/2018
416	FG-1	15/09/2015	24/03/2019
322	FG-1	31/10/2014	15/03/2018

188	FG-1	01/02/2016	24/03/2019
375	FG-1	05/11/2013	07/03/2016
371	FG-1	01/02/2014	01/05/2016
41	FG-1	06/07/2016	13/09/2018
313	FG-1	12/09/2014	01/10/2016
386	FG-1	14/03/2017	24/03/2019
181	FG-1	01/03/2014	03/03/2016
356	FG-1	25/09/2014	26/09/2016
274	FG-1	01/05/2016	01/05/2018
180	FG-1	08/09/2014	19/08/2016
395	FG-1	08/09/2014	10/08/2016
263	FG-1	20/04/2016	20/03/2018
142	FG-1	01/10/2016	31/08/2018
187	FG-1	01/04/2014	25/01/2016
76	FG-1	08/09/2014	17/05/2016
290	FG-1	25/08/2015	01/05/2017
193	FG-1	18/07/2017	24/03/2019
10003	FG-1	08/09/2014	01/05/2016
4029	FG-1	04/09/2017	24/03/2019
187	FG-1	25/01/2016	01/08/2017
158	FG-1	01/03/2016	31/08/2017
300	FG-1	12/09/2014	11/03/2016
323	FG-1	01/10/2017	24/03/2019
404	FG-1	04/03/2016	22/08/2017
333	FG-1	08/09/2014	01/02/2016
220	FG-1	08/09/2014	01/02/2016
93	FG-1	26/09/2016	14/02/2018
460	FG-1	01/03/2017	04/07/2018
10013	FG-1	31/03/2014	30/06/2015
365	FG-1	01/12/2014	25/01/2016
273	FG-1	01/02/2018	24/03/2019
10014	FG-1	01/06/2015	01/07/2016
409	FG-1	01/12/2014	01/01/2016
3900	FG-1	01/03/2018	24/03/2019
294	FG-1	19/08/2016	04/09/2017
157	FG-1	17/05/2016	01/06/2017
161	FG-1	03/03/2016	09/03/2017
35	FG-1	07/04/2017	12/04/2018
355	FG-1	20/03/2018	24/03/2019
411	FG-1	12/09/2014	15/09/2015
418	FG-1	05/04/2017	21/03/2018
109	FG-1	01/02/2016	01/12/2016
360	FG-1	01/05/2014	28/02/2015
18	FG-1	05/06/2013	31/03/2014
6060	FG-1	14/06/2018	24/03/2019
232	FG-1	01/08/2018	24/03/2019
156	FG-1	01/08/2018	24/03/2019
4050	FG-1	01/08/2018	24/03/2019
177	FG-1	01/08/2018	24/03/2019
137	FG-1	01/08/2018	24/03/2019
378	FG-1	01/08/2018	24/03/2019
412	FG-1	01/08/2018	24/03/2019

6103	FG-1	01/08/2018	24/03/2019
226	FG-1	01/08/2018	24/03/2019
378	FG-1	16/12/2017	31/07/2018
5105	FG-1	01/09/2018	24/03/2019
5160	FG-1	05/09/2018	24/03/2019
102	FG-1	17/04/2018	31/10/2018
4076	FG-1	13/09/2018	24/03/2019
6098	FG-1	13/09/2018	24/03/2019
119	FG-1	21/07/2017	19/01/2018
355	FG-1	01/11/2014	27/03/2015
137	FG-1	16/03/2018	31/07/2018
328	FG-1	07/11/2018	24/03/2019
226	FG-1	01/01/2015	01/04/2015
125	FG-1	02/01/2017	05/09/2018
156	FG-1	01/05/2015	10/05/2016
184	FG-1	01/08/2017	31/07/2018
184	FG-1	01/08/2018	24/03/2019
156	FG-1	21/03/2018	31/07/2018
230	FG-1	05/06/2013	01/06/2015
177	FG-1	09/03/2017	31/07/2018
236	FG-1	01/02/2016	24/03/2019
102	FG-1	01/11/2018	24/03/2019
93	FG-2	08/10/2018	24/03/2019
3609	FG-2	08/10/2018	24/03/2019
3939	FG-2	08/10/2018	13/11/2018
5157	FG-2	08/10/2018	24/03/2019
345	FG-2	08/10/2018	24/03/2019
3947	FG-2	13/12/2018	24/03/2019
103	FG-2	01/06/2017	24/03/2019
3991	FG-2	08/10/2018	24/03/2019
3930	FG-3	01/03/2017	31/03/2018
345	FG-3	01/02/2017	07/10/2018
4012	FG-3	17/07/2017	24/03/2019

Fonte: Portal da Transparência

ANEXOS



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
Departamento de Desenvolvimento da Educação Superior

ATA DE REUNIÃO

Assunto: Pactuação do Programa de Expansão Etapa I – Campus Edgard Santos/Barreiras - Universidade Federal da Bahia – UFBA.

Aos 25 dias do mês de setembro de 2007, às 11h voltaram a se reunir na Secretaria de Educação Superior, especificamente no Departamento de Desenvolvimento do Ensino Superior, a fim de dar prosseguimento aos trabalhos iniciados no dia 12 de setembro, a Diretora do referido Departamento, Profª Maria Ieda Costa Diniz, a Coordenadora-Geral de Desenvolvimento das Instituições de Ensino Superior (substituta), Vânia Maria Bezerra de Almeida, a Coordenadora-Geral de Gestão e Expansão, Maria do Socorro Mendes Gomes e o vice-reitor da Universidade Federal da Bahia, Profº Francisco José Gomes Mesquita, cujo tema abordado foi a pactuação dos cursos ofertados no Campus Edgard Santos/Barreiras durante a Fase I do Programa de Expansão das Instituições de Ensino Superior. Retornando aos procedimentos foram analisados o Projeto Acadêmico da unidade, bem como, planilhas relacionadas ao quantitativo de docentes, liberação de recursos da Expansão referente ao orçamento de 2006 e 2007, investimentos e quadro de pessoal da instituição.

A apresentação da unidade de Barreiras se iniciou relacionando os cursos existentes na unidade que são: Engenharia Sanitária e Ambiental (40 vagas), Geografia (40 vagas), Geologia (40 vagas), Química (40 vagas), Administração (40 vagas) e Ciências Biológicas (40 vagas), além da criação dos cursos de Matemática (40 vagas), Física (40 vagas) e ~~Ciências Contábeis (40 vagas)~~ que resultará na entrada anual de 360 alunos, totalizando quando de sua plena implantação 1.800 vagas. Além disto, as inscrições para o Vestibular 2008 da UFBA ocorreram no período de 7 de agosto a 11 de setembro de 2007. As provas serão realizadas em duas etapas, sendo a 1ª fase em 18 e 19 de novembro e a 2ª dos dias 16 a 21 de dezembro de 2007.

Desta forma, depois de discutidas as necessidades e o quantitativo dos cargos actuados que atenderão à demanda do Campus de Barreiras, estabeleceu-se conforme demonstrado a seguir:

o o

PACTUAÇÃO

	2006	2007	2008	2009	TOTAL
Docente	40	36	26	---	102
TA	20	11*1	14*2	---	45
Investimentos	4.242.000,00	5.758.000,00	3.500.000,00	4.700.000,00	18.200.000,00

Nível Intermediário

Cargos	2007*1	2008*2
Assistente em Administração	06	09
Técnico em Contabilidade	---	01
Técnico de Laboratório - área	01	01
Total (NI) -----	07	11

Nível Superior

Cargos	2007*1	2008*2
Analista de Tecnologia da Informação	---	01
Assistente Social	02	---
Arquivista	---	---
Bibliotecário/ documentalista	---	01
Engenheiro/ área	01	---
Psicólogo	---	01
Contador	01	---
Total (NS) -----	04	03

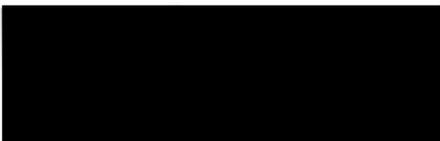
Cargos em comissão

Cargo	2007
FGI	03



Ademais, depois de definidos os quantitativos referentes à pactuação dos cargos do Campus Edgard Santos/ Barreiras da Universidade Federal da Bahia, a reunião foi encerrada às 12h30. Deste modo, eu Kátia Cunha F. de Sousa, da Assessoria Técnica do Departamento de Desenvolvimento do Ensino Superior lavrei a presente Ata, que será por todos lida e assinada.

Brasília, 25 de setembro de 2007.



Maria Aida Costa Diniz
Diretora do Departamento de Desenvolvimento
do Ensino Superior
DEDES/SESu/MEC



Vânia Maria Bezerra de Almeida
Coordenadora-Geral de Desenvolvimento
das Instituições de Ensino Superior - substituta
CGDIES/SESu/MEC



Maria do Socorro Mendes Gomes
Coordenadora-Geral de Gestão e Expansão
CGGE/SESu/MEC



Francisco José Gomes Mesquita
Vice-Reitor da Universidade Federal da Bahia - UFBA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA



UFOB

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA



PROJETO DE CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Naomar Monteiro de Almeida Filho	Reitor
Francisco José Gomes Mesquita	Vice-Reitor
Maerbal Bittencourt Marinho	Pró-Reitor de Graduação
Herbet Conceição	Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação
Nádia Andrade de Moura Ribeiro	Pró-Reitor de Planejamento e Administração
Ordep José Trindade Serra	Pró-Reitor de Extensão
Joselita Nunes Macedo	Pró-Reitor de Desenvolvimento de Pessoas
Álamo Pimentel	Pró-Reitor de Assistência Estudantil
Joana Angélica Guimarães da Luz	Diretora do ICAD
Francesco Lanciotti Júnior	Vice-Diretor do ICAD

Comissão elaboradora dos subsídios para criação e implantação da Universidade Federal do Oeste da Bahia (Portaria Nº 925/06 de 07 dezembro de 2006, alterada pela Portaria Nº 07/2008 de 08 de janeiro de 2008 - UFBA/Gabinete do Reitor)

Francisco José Gomes Mesquita	Representante da Administração Central
Dora Leal/Maerbal Bittencourt Marinho	Representante da Administração Central
Joana Angélica Guimarães da Luz	Representante do CONSUNI
Yeda Andrade Ferreira/Luiz Rogério Bastos Leal	Representante do CONSUNI
João Lamarck Argolo/Angelo Marconi Maniero	Representante do CONSEPE
Ricardo Carnerio de Miranda	Representante do CONSEPE
Luiz Fernando Bandeira	Representante dos Servidores Técnico-Administrativos
Renato Jorge Pinto	Representante dos Servidores Técnico-Administrativos
Robenilton Luz	Representante do corpo discente
Enoc Lima	Representante do corpo discente

Comissão do ICADS de apoio na elaboração dos subsídios para criação e implantação da
Universidade Federal do Oeste da Bahia

Poty Rodrigues de Lucena (Presidente)
Angelo Marconi Maniero
Daniel Mello
Maria Deborah Cabral de Souza
Joana Angélica Guimarães da Luz
Jorge Antonio Silva Costa
Cátia Pereira Aires de Alencar (Secretária)
Jorge Luís Oliveira Santos
Amanda dos Santos Silva
Danilo Amendola

PROPOSTA PARA A CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA

POR QUE A CRIAÇÃO DE UMA OUTRA UNIVERSIDADE FEDERAL NA BAHIA?

Apesar das suas dimensões e número de habitantes, o Estado da Bahia contava até dois anos atrás com apenas uma universidade federal, situação essa que perdurou por 60 anos. A recente criação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia melhorou os índices de investimentos do governo federal no ensino superior baiano, bem como aumentou a oferta de vagas para tantos jovens que buscam um ensino superior público e de qualidade. Apesar disso as duas universidades existentes no estado ainda se concentram na chamada região do recôncavo baiano, próximo ao litoral, continuando um vazio nas demais regiões do estado, como é o caso da região oeste, distante cerca de 900 Km das duas atuais universidades federais existentes no estado.

A proposta de criação dessa nova universidade federal na região oeste da Bahia deve-se aos seguintes fatos:

1. Ser esta uma região que concentra uma população de cerca de 700.000 habitantes, apenas no estado da Bahia, sem contar a área de influência dos estados vizinhos, como é o caso do Piauí, Goiás, e Tocantins, atingindo uma população em torno de 1.000.000 de habitantes;
2. Estar esta região distante dos grandes centros onde se concentram as instituições federais de ensino superior. Essa carência se reflete no baixo percentual de alunos matriculados no ensino superior. Do total de estudantes que concluem o ensino médio na região apenas 7,5% estão matriculados no ensino superior, sendo que deste total apenas 2% estão em instituições públicas;
3. A importância econômico-social da região destaca-se em função do crescimento do agronegócio, que apesar de gerar riqueza, gera também alguns conflitos ambientais e sociais, o que justifica a criação de cursos nas áreas das ciências exatas, tecnológicas e sociais;
4. A estrutura existente com a criação do campus da UFBA em Barreiras, em funcionamento, com seis cursos de graduação, uma área de 60 hectares e investimentos do programa de expansão já aplicados. Atualmente o campus de Barreiras conta com um prédio de quatro blocos onde funcionam os seis cursos, estando em fase de conclusão de um prédio com 26 laboratórios, e iniciando a construção de mais dois pavilhões de aula com um total de 41 salas de aula.
5. Em apenas 1 ano e meio de existência o Campus de Barreiras conta hoje com um número de 680 estudantes distribuídos

nos seus 06 cursos de graduação, um total de 74 professores em regime de DE, sendo 41 já contratados e 33 em regime de contratação, desse total cerca de 50% já possuem doutorado, o que facilita a implantação de cursos de pós-graduação, os quais já possuem projeto em andamento.

6. Outras regiões do estado pleiteiam a criação de campus e universidade federal, entretanto os investimentos e infraestrutura já existentes no campus de Barreiras, a população a ser atendida, a importância econômica e o raio de influência, justificam que a criação da terceira universidade federal da Bahia seja na região oeste do estado.

1. A REGIÃO OESTE DA BAHIA

A região do extremo oeste da Bahia pertencia, até meados da década 1970, ao conjunto dos mais isolados sertões nordestinos. Efeitos da quebra ainda recente desse já secular isolamento (abertura das BRs 242, 020 e 135), acentuados pelas influências da globalização, sobremaneira desde a década de 90, resultam em um caso tão peculiar de precipitada exposição às mudanças, a ponto de ali estar sendo registrada uma flagrante *violência cultural*. Trata-se de violência já prenunciada por acontecimentos politicamente conduzidos no passado e de que foram vítimas as cidades mais representativas da cultura regional – Barra, Angical, Bom Jesus da Lapa e a própria Barreiras, conquanto, o processo de crescimento, traga em seu bojo a modernização e a melhoria da qualidade de vida das pessoas, via de regra, usurpa as sociedades no que se refere a aspectos culturais.

Os usos econômicos do território onde hoje se situa Barreiras tiveram início no período colonial, quando a região fazia parte da Capitania de Pernambuco. Foram realizados à base, principalmente, da pecuária extensiva, apoiada por um regime concentrador de terras. Associada a esse regime de propriedade, uma sobrevivência ali peculiarmente garantida favoreceu o enraizamento da relação entre “senhor” (proprietário) e “protegidos” (despossuídos), em cuja origem os últimos (especialmente, vaqueiros e barqueiros) participavam inclusive do risco de empresa nos amplos espaços naturais dos sertões.

Há também traços culturais herdados que precisam ser considerados. A religiosidade mais originária tem sido temente a certo “senhorio divino” (sócio-ambientalmente interpretado até mesmo à luz de atitudes de despossuídos para com o senhor da terra). A mestiçagem com etnias indígenas e africanas, ambas culturalmente ainda alheias à propriedade, também contribuiu para estruturar a despossessão dos “protegidos”. A presença mais recente e sempre mais acentuada de migrantes “sulistas” (obcecados em expandir e diversificar suas propriedades, assim como em aparentar que assumem exclusivamente o risco de empresa no âmbito de seus sempre insuficientes domínios) potencializa conflitos.

A poucos estudiosos é dado saber que implicações conflitivas do seguimento do modelo de desenvolvimento nacional, deflagrado no período 1956-1960 e fundamentado em poupança externa e perspectivas de avanço sobre a Amazônia, contavam com uma proposta alternativa e cuja sustentação o Oeste baiano apresentava e ainda apresenta um papel decisivo, além de coerente com a realidade

sócio-ambiental contemporânea e com a (já então prevista) globalização.

Nessa herança histórica, o acúmulo potencializa um ambiente social exposto à mudança, na qual a prevenção do conflito merece atenção especial. Ademais e no contexto de acúmulo vigente, é lícito esperar que o saber universitário atinja mais rapidamente uma inusitada influência sócio-ambiental.

O Oeste Baiano acabou delimitado por entre a divisa da Bahia com o Piauí (ao Norte), com Minas Gerais (ao Sul) e com Goiás e Tocantins (a Oeste), bem como com o Rio São Francisco (ao Leste). É a maior extensão geopolítica e sócio-econômica da Bahia. Tem superfície de 152.042 Km² (cerca de 30% do território baiano). Hoje, compreende 25 núcleos urbanos. Segundo o censo de 1991, a população total era de 568.845 habitantes.

Na atualidade sócio-econômica da Bahia, o Oeste baiano compreende um surto de progresso só inferior ao pólo de Camaçari. Esse surto se deve à expansão das atividades agropecuárias, notadamente à produção de grãos (soja e milho) e mais recentemente de café e de fibras (algodão).

Devido a seus notórios recursos naturais, a região também se apresenta com um relevante potencial eco-turístico, graças à perenidade de seus rios de águas cristalinas, numerosas corredeiras e cachoeiras, grutas, trilhas e serras.

No entanto, benefícios desse processo tendem a ser apropriados fora, pois há uma grande escassez de recursos humanos capacitados para participar das oportunidades em expansão.

1.1. Barreiras: a “capital” do Oeste Baiano

A ocupação se deu início do século XIX, em local muito próximo do último porto navegável do Rio Grande, o maior afluente do Rio São Francisco, sob o domínio da então província da Bahia. A emancipação da cidade veio como consequência da imigração que impulsionou o crescente desenvolvimento da região, sobretudo durante o Ciclo da Borracha de Mangabeira, espécie nativa da flora regional.

Em 26 de maio de 1891, por ordem do então Governador baiano José Gonçalves da Silva, foi criado o município de Barreiras, até então comarca do município de Angical. Contudo, o apogeu econômico e cultural só viria a partir de 1928, com a inauguração da Hidrelétrica São Francisco, segunda mais antiga na Bahia, edificada pelo Engenheiro Geraldo Rocha, seu idealizador e também fundador da Companhia Sertaneja, o mais representativo dos empreendimentos econômicos da história local. Com a chegada da energia elétrica, consolidaram-se algumas empresas, especialmente beneficiadoras de arroz e algodão, frigorífico, curtumes, fábricas de fios e o aeroporto. Por este último, exportavam-se especialmente farinha de ossos e carne, durante a Segunda Guerra Mundial.

Na década de 1960, Barreiras sofreu um frustrante declínio com a desativação da hidrelétrica, do aeroporto e da navegação fluvial, ficando, dessa forma, peculiarmente (re) isolada do restante do país.

Na década seguinte, o município foi destino para um primeiro grande fluxo migratório, composto de nordestinos, em sua maioria cearenses, vindos graças à instalação do 4º Batalhão de Engenharia e Construção do Exército Brasileiro, responsável pela execução do eixo

rodoviário que passou a ligar o norte ao centro-sul do país por meio da abertura e posterior asfaltamento das BRs 242 e 020.

Com a chegada da CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco) para implementação de um projeto local de irrigação, assim como de um segundo ciclo migratório, agora de sulistas atraídos pelos baixos preços das terras no cerrado, relevo e clima com favoráveis perspectivas para a produção de grãos, deu-se um novo período de desenvolvimento para a região e especialmente para Barreiras.

O município de Barreiras está localizado no extremo oeste da Bahia, a 853 km de Salvador e a 622 Km de Brasília. Considerada a “Capital da Soja”, é a principal cidade do Oeste baiano, ponto de convergência para as demais cidades da região.

Sua população era, em 2000, cerca de 130 mil habitantes, reduzidos para cerca de 110 mil pessoas, devido à emancipação de Luís Eduardo Magalhães (então distrito de Mimoso do Oeste). A partir dos anos 1980, teve consolidada a condição de maior centro regional do terciário.

Conta com uma população originária que tem sido peculiarmente receptiva e aberta, bem ainda com migrantes de diversas procedências, fatos que fazem de Barreiras um atrativo pólo econômico e cultural. São especialmente merecedores de destaque as festas populares, como o Carnaval, que hoje é considerado o melhor do interior da Bahia, e como a Feira Agropecuária, que atrai pecuaristas, produtores de insumos, comerciantes de todo o país para exposição de seus produtos.

1.2. Breve análise sócio-demográfica do Oeste da Bahia

A Região Oeste à margem esquerda do Rio São Francisco possui 31 municípios, que ocupam uma área de 142.894,99 km², ou 21,5% do total do estado da Bahia, onde vive uma população em torno de 644.959 habitantes, que representam 3,7% do contingente populacional baiano. A densidade demográfica da região é de 4,3 hab/km², abaixo da média estadual, que é de 23,22 hab/km². Atualmente, os municípios mais populosos da região, segundo dados de 2006 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) são: Barreiras, com 138.037 habitantes, Barra, com 44.203 habitantes e Santa Maria da Vitória, com 41.064 habitantes residentes fixos. Por outro lado, os municípios com menor população absoluta são: Catolândia, com 2.958 habitantes, Brejolândia e Feira da Mata, com 8.762 e 6.235 habitantes, respectivamente.

O município de Barreiras é, inclusive, o nono maior da Bahia em população, além de possuir um dos mais altos graus de urbanização do estado, com 87,82% dos seus habitantes vivendo na cidade-sede, o que contribui decisivamente na consolidação da condição incontestável de centralidade que esta urbe exerce em relação às demais do Oeste, bem como das localidades das regiões limítrofes de Goiás, Tocantins e Piauí.

Nesta região, até a década de 1980, as médias históricas de crescimento populacional não se revelavam importantes, já que, a despeito das taxas de natalidade apresentarem valores compatíveis ao da média nacional, o saldo migratório sempre era negativo, graças à estagnação econômica resultante da permanência de atividades pouco rentáveis e de relações de caráter pré-capitalista.

A partir de meados da década citada, porém, a região passou a contar com acréscimos populacionais consideráveis, graças, principalmente, à consolidação de fluxos migratórios de contingentes originários tanto de outras regiões da Bahia, quanto dos estados do Sul e do Nordeste do país, atraídos pelo processo de modernização da agricultura de grãos voltada para a exportação. Assim, municípios como Barreiras, São Desidério e, mais recentemente, Luís Eduardo Magalhães, principais destinos dessa massa populacional em deslocamento, tiveram grande crescimento populacional.

Atualmente, segundo dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), Barreiras é o terceiro município com maior contingente de imigrantes interestaduais com fixação no destino no período entre 1995 e 2000, estando atrás apenas de Salvador e Juazeiro.

Atualmente, com cerca de 42 mil imigrantes fixados na Região Oeste entre os anos de 1995 e 2000, esse contingente representa algo em torno de 10% do total de habitantes que aí residem. Desse total de imigrantes, cerca de 20 mil, ou 37% do total, fixaram-se em Barreiras no período (Tabela 01).

Tabela 01. Imigrantes interestaduais, intra-estaduais e internacionais das Regiões Oeste, e Médio São Francisco, com 5 anos e mais, segundo os municípios de residência (2000).

Municípios	Não migrantes	Categorias de imigrantes			Total
		Interestaduais	intraestaduais	internacionais	
Angical	12.609	195	360	0	13.164
Baianópolis	10.550	136	260	0	10.946
Barra	37.100	327	769	0	38.196
Barreiras	91889	8.248	16.286	60	116.48
Brejolândia	7.699	91	258	0	3
Buritirama	14.488	728	106	14	8.048
Canápolis	8.318	154	151	0	15.336
Carinhanha	23.160	250	393	0	8.623
Catolândia	2.625	46	145	0	23.803
Cocos	15.034	574	196	0	2.816
Coribe	13.242	155	301	0	15.804
Correntina	25.219	1.199	887	0	13.698
Cotegipe	10.783	197	880	0	27.305
Cristópolis	10.990	143	310	0	11.860

Feira da Mata	5.452	100	55	0	11.443
Formosa do Rio Preto	14.935	635	370	0	5.607
Jaborandi	8.885	153	146	0	15.940
Mansidão	9.355	210	171	0	9.184
Muquém São Francisco	7.231	127	436	0	9.736
Riachão das Neves	18.302	252	966	0	7.794
Santa Maria da Vitória	34.070	947	1.910	0	19.520
Santa Rita de Cássia	20.853	502	369	0	36.927
Santana	20.442	367	469	0	21.313
São Desidério	15.240	583	834	0	21.689
São Félix do Coribe	9.604	359	613	0	16.657
Serra Dourada	15.871	332	386	0	10.576
Serra do Ramalho	25.602	1.492	1.523	0	16.589
Sítio do Mato	8.395	430	1.458	0	28.617
Tabocas do Brejo Velho	10.806	137	310	5	10.283
Wanderley	12.014	119	197	0	11.258
					12.330

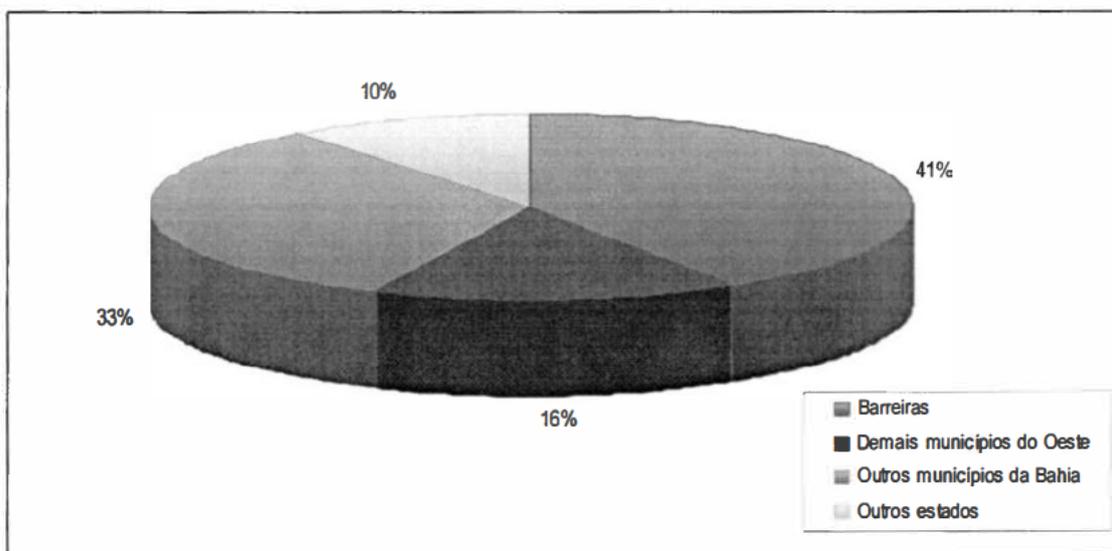
Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2005.

Vale salientar que os dados apresentados são anteriores à emancipação de Luís Eduardo Magalhães. Embora este seja um município com pequena população absoluta (22.690 habitantes, segundo dados de 2006 do IBGE), há aí uma quantidade considerável de imigrantes da Região Sul do Brasil (na sua maioria agricultores e/ou agroindustriais), o que levaria a um sensível incremento dos resultados apresentados.

1.3. A dinâmica sócio-demográfica resultante da presença da UFBA em Barreiras

A implantação do Instituto de Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável no município de Barreiras já produz efeitos na dinâmica sócio-demográfica local, posto que, dos cerca de 420 alunos matriculados na unidade, 41% sejam do município de Barreiras, 16% procedentes de outros municípios da Região Oeste, 33% de outros municípios do estado da Bahia e 10% de outras unidades da federação, como se pode ver no Gráfico 01.

Gráfico 01. Procedência dos discentes matriculados no ICADS/UFBA (2006-2007)



Fonte: Fichas de matrícula dos alunos do ICADS/UFBA, 2006 e 2007.

Entre os discentes oriundos de outros municípios da Bahia matriculados no ICADS/UFBA, algo em torno de 75% são procedentes de Salvador (39 matriculados), ao passo que, entre os discentes saídos de outras unidades da federação, oito têm residência em Brasília e três em Goiânia, o que representa 77% dos alunos que compõem este grupo.

A análise destes dados permite inferir que, ainda que em pequeno volume, há deslocamento de população jovem de regiões metropolitanas para o interior do Brasil, gerando fluxos migratórios de caráter temporário no sentido inverso àquele historicamente produzido, mas em consonância com a tendência à desmetropolização que se verifica no país, fenômeno já tratado pelo geógrafo Milton Santos.

Por outro lado, em âmbito regional, o ICADS/UFBA contribui para a consolidação da centralidade de Barreiras, fazendo convergir, no período 2006/2007, pessoas oriundas de 15 dos 32 municípios da Região Oeste, além do deslocamento produzido por alunos de outros

42 municípios baianos, alguns desses, inclusive, com considerável oferta de vagas em instituições de ensino superior, tais como Feira de Santana (07 alunos matriculados), Vitória da Conquista (05) Itabuna (03) e Lauro de Freitas (01), por exemplo.

1.4. O Índice de Desenvolvimento Humano e seus indicadores no Oeste da Bahia

Na região citada, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal varia entre 0,723 em Barreiras, que ocupa, a 11^a posição no estado, e 0,570 em Riachão das Neves, cuja posição, no conjunto dos municípios da Bahia, é a de número 385. A análise destes valores, principalmente se observados a partir dos índices do estado (0,693) e de Salvador (0,805), que ocupa a primeira posição, revelam a grande disparidade de desenvolvimento da região (Tabela 02).

Tabela 02. Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) por município da Região Oeste, e Médio São Francisco (2000).

Município	IDH Municipal	Classificação no estado
Angical	0,625	193
Baianópolis	0,592	333
Barra	0,586	350
Barreiras	0,723	11
Brejolândia	0,634	166
Buritirama	0,582	363
Canápolis	0,625	197
Carinhanha	0,607	269
Catolândia	0,626	190
Cocos	0,615	239
Coribe	0,612	246
Correntina	0,642	126
Cotegipe	0,607	265
Cristópolis	0,619	222
Feira da Mata	0,634	167
Formosa do Rio Preto	0,646	118
Jaborandi	0,617	228
Mansidão	0,638	148
Muquém São Francisco	0,603	287
Riachão das Neves	0,570	385
Santa Maria da Vitória	0,669	62
Santa Rita de Cássia	0,651	106
Santana	0,645	120
São Desidério	0,610	253
São Félix do Coribe	0,683	39
Serra Dourada	0,637	150

Serra do Ramalho	0,598	308
Sítio do Mato	0,601	298
Tabocas do Brejo Velho	0,599	305
Wanderley	0,619	220

Fonte: PNUD. Novo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2002.

É importante observar que os dados do IDH municipal de Luís Eduardo Magalhães não figuram na tabela acima, já que, em 2000, a área da qual o município foi desmembrado, ainda pertencia ao território de Barreiras. O acréscimo de tais dados revelaria uma desigualdade ainda maior nos índices de desenvolvimento municipal da Região Oeste, posto que a renda *per capita* – um dos itens que compõe o cálculo do IDH – de Luís Eduardo Magalhães seja, segundo IBGE, a quarta maior da Bahia.

Levando-se em conta que o Índice de Desenvolvimento Humano é calculado a partir das médias de escolaridade, da expectativa de vida e da renda *per capita* da população que habita um dado município, região ou país, e compreendendo a importância das instituições de ensino superior na elevação do primeiro dos índices citados, torna óbvia a conclusão de que a criação de uma universidade federal no Oeste da Bahia seria fundamental para o incremento dos níveis de ensino na região como um todo, colaborando decisivamente na melhoria dos valores dos índices apresentados.

1.4.1. Educação

Os dados sobre Educação na Região Oeste da Bahia revelam a necessidade de ampliação ao acesso para o ensino superior, posto que, como se pode verificar na tabela 03, há um afunilamento considerável na quantidade de alunos matriculados de acordo com o nível educacional.

Tabela 03. Números absolutos e relativos de estudantes matriculados nos distintos níveis de ensino na Região Econômica Oeste (2000).

Nível de ensino	Alunos matriculados	Relativo ao total da população (%)
Fundamental	172.331	35,36
Médio	20.811	4,27
Superior	1.639	0,33

Fonte: Elaborado a partir de dados da SEI, 2000.

Segundo a SEI, em 2000, o número de estudantes matriculados em instituições de ensino superior correspondiam a 0,33% do total de habitantes da Região Oeste. Levando-se em conta que não houve grande expansão na oferta de vagas em cursos de nível superior na região recentemente, já que a única IES estabelecida no período foi o Instituto de Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal da Bahia, no município de Barreiras, é possível perceber a existência de um déficit considerável no acesso à universidade.

1.4.2. Saúde

A Região Oeste possui, segundo dados de 2000, 181 estabelecimentos de saúde, com 1.222 leitos e 200 profissionais atuando nos 31 municípios que a compõem.

Em 2006, foi inaugurado pelo Governo do Estado, no município de Barreiras, o Hospital do Oeste, o maior complexo médico da região, com capacidade para atendimento em todas as especialidades, incluindo-se o recém inaugurado serviço de neurocirurgia.

1.4.3. Renda

A modernização agrícola que ocorreu em alguns dos municípios da Região permitiu um crescimento considerável da renda nesta porção da Bahia, embora, devido à permanência da pobreza, este

dado se apresente como um elemento de confirmação da concentração de riqueza em âmbito regional. A tabela 04 demonstra os valores do PIB e da renda média mensal por município do Oeste e Médio São Francisco (margem esquerda).

Entre os municípios aqui apresentados, apenas Buritirama e Tabocas do Brejo Velho possui renda média mensal inferior à média nacional, que é de R\$ 1.604,66 e R\$ 1.778,00 respectivamente. Além disso, existem os casos de Luís Eduardo Magalhães e São Desidério, cujas rendas médias mensais superam em mais de quinze vezes a média nacional.

Em todos os casos, o processo de modernização agrícola contribuiu, direta ou indiretamente, na atual caracterização da renda média mensal em âmbito regional. O problema a ser equacionado é, portanto, o da distribuição mais justa da riqueza gerada. É inquestionável que a criação de uma universidade federal na região será de fundamental importância para, através do ensino, da pesquisa e da extensão, produzir as condições necessárias à reversão da tendência ora apresentada.

Tabela 04. Produto Interno Bruto e Renda per capita por município da Região Econômica Oeste, e Médio São Francisco (2006).

Município	PIB (mil reais)	Renda per capita (R\$)
Angical	46.312	3.306,00
Baianópolis	44.555	3.903,00
Barra	89,33	1.902,39
Barreiras	925.489	7.091,00
Brejolândia	21,22	2.950,19
Buritirama	33,84	1.604,66
Canápolis	18.282	1.850,00
Carinhanha	55,29	1.950,92
Catolândia	10.416	3.473,00
Cocos	64.442	3.493,00
Coribe	42.110	2.690,00
Correntina	274.338	8.598,00
Cotegipe	35.248	2.549,00

Cristópolis	26.629	2.102,00
Feira da Mata	22,48	3.645,94
Formosa do Rio Preto	189.092	9.569,00
Jaborandi	71.492	7.472,00
Luís Eduardo Magalhães	1.106.986	51.598,00
Mansidão	22.459	1.964,00
Muquém São Francisco	43,07	4.510,03
Riachão das Neves	163.816	7.198,00
Santa Maria da Vitória	90.995	2.212,00
Santa Rita de Cássia	64.758	2.650,00
Santana	89.077	3.732,00
São Desidério	571.118	30.025,00
São Félix do Coribe	43.740	3.745,00
Serra Dourada	46.806	2.558,00
Serra do Ramalho	90,05	2.792,43
Sítio do Mato	42,07	3.078,42
Tabocas do Brejo Velho	23.664	1.778,00
Wanderley	42.829	3.136,00

Fonte: elaborado a partir de dados do IBGE, 2006.

1.5. A economia do Oeste Baiano

A outrora estagnada economia do Oeste Baiano, francamente dependente das culturas extrativistas do Cerrado e da pequena produção agropecuária, foi substituída nas últimas duas décadas por um vigoroso processo de modernização agrícola voltada à produção de grãos para exportação que mudou a paisagem desta região.

As grandes fazendas, com seus pivôs de irrigação, silos climatizados, pistas de pouso, o surgimento de uma nova urbanidade, com implantação de uma lógica agroindustrial e aumento da verticalização de cidades como Barreiras e Luís Eduardo Magalhães são a face mais recente e visível de uma economia voltada ao mercado internacional de produção de alimentos, que tornou a Região Oeste a principal produtora de grãos do Nordeste brasileiro.

Outras atividades econômicas são também importantes, como a agroindústria, vinculada à modernização agrícola recente, e os afazeres próprios do terciário, como o comércio e os serviços.

1.5.1. Setor primário

A produção agrícola responde pela maior parcela de riqueza gerada na região, principalmente através das monoculturas de soja, milho e algodão. Os municípios de Barreiras, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério possuem as maiores lavouras das três culturas mencionadas, com uma área plantada acumulada de cerca de um milhão de hectares e uma produção de pouco menos que três milhões de toneladas (Tabela 05).

Tabela 05. Produção e área plantada de soja, algodão e milho nos quatro principais municípios produtores de grãos da Região Econômica Oeste (2005).

Municípios	Produto agrícola					
	Soja		Algodão		Milho	
	Área plantada (h)	Produção (t)	Área plantada (h)	Produção (t)	Área plantada (h)	Produção (t)
Barreiras	146.831	405.254	38.315	140.079	24.685	149.061
Formosa do Rio Preto	98.721	272.470	18.821	67.756	21.477	104.525
Luís Eduardo Magalhães	127.903	353.012	20.037	72.885	14.530	93.438
São Desidério	269.485	743.779	100.117	363.032	43.198	276.072

Fonte: Elaborado a partir de dados obtidos junto à SEI, 2005.

Por outro lado, a pecuária não tem, no Oeste Baiano, a mesma importância assumida pelo setor agrícola, ainda que existam rebanhos criados, na sua maioria de forma extensiva, tanto para corte quanto para produção de leite, no caso dos bovinos.

1.5.2. Setor secundário

A produção industrial na região está quase que totalmente vinculada à produção agrícola, a chamada agroindústria, que transforma os produtos agropecuários.

As principais zonas agroindustriais do Oeste Baiano estão localizadas nos municípios de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério, e são responsáveis pela produção de subprodutos da soja, do milho, algodão e leite, em especial.

Segundo dados da SEI, estão previstos investimentos de cerca de 250 milhões de reais para o setor, principalmente em indústrias agroalimentares, têxteis e confecções e químico-petroquímico.

1.5.3. Setor terciário

A cidade de Barreiras é o principal centro do terciário no Oeste da Bahia, agregando toda a gama de estabelecimentos comerciais, financeiros e de serviços, muitos deles vinculados à produção agrícola.

Segundo dados da SEI, existiam na região, em 2000, cerca de 43 agências bancárias, sendo oito em Barreiras e as demais distribuídas pelos outros 30 municípios, cerca de 10.229 estabelecimentos comerciais e de serviços.

2. ICADS/UFBA: O EMBRIÃO DE UMA NOVA REALIDADE

Dentre os estados do Nordeste, a Bahia sempre se destacou por sua vida acadêmica ativa. Desde 1808, com a criação da Escola de Medicina em Salvador, diversas iniciativas frutificaram, dando origem a várias escolas federais de ensino superior, culminando no que é hoje a Universidade Federal da Bahia (UFBA). Independentemente dos esforços desprendidos e frutos colhidos, até recentemente o ensino superior federal na Bahia ficou restrito à própria UFBA que, como única Universidade Federal do estado, sediada e centralizada na capital. Considerando-se a importância do Estado da Bahia no cenário nacional e sua extensão territorial com as especificidades das diferentes regiões, esta situação era destoante. Considerando-se ainda a realidade de outras Unidades da Federação, que historicamente têm tido suas necessidades por núcleos de desenvolvimento sócio-econômicos regionais atendidas, tal situação atinge o status de insustentável.

Múltiplos esforços ocorreram em diferentes momentos buscando minimizar tal discrepância, mas, por diferentes questões,

foram improdutivos. A mudança de cenário começou a ocorrer apenas no início deste século, por iniciativa da própria UFBA, que lançou as bases para a criação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), a partir de sua Escola de Agronomia, sediada no município de Cruz das Almas.

Nesse mesmo espírito, a partir das premissas da expansão do ensino de nível superior público e da inclusão social de segmentos menos favorecidos, em 2006 surgem o Campus Anísio Teixeira, em Vitória da Conquista, onde está instalado o Instituto Multidisciplinar em Saúde (IMS), e o Campus Professor Edgard Santos, em Barreiras, onde foi criado o Instituto de Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável (ICADS).

De forma semelhante às outras unidades citadas (UFRB e IMS/UFBA), o Campus Professor Edgard Santos surgiu do projeto de interiorização da UFBA. Tal projeto foi criado visando à ampliação do número de municípios atendidos pelo ensino público federal no estado da Bahia, aproximando as unidades de ensino das populações mais distantes dos grandes centros, e contempla dois momentos: inicialmente, foi implantado o campus com seis cursos de graduação (Administração, Ciências Biológicas, Engenharia Sanitária e Ambiental, Geografia, Geologia e Química) que, com amadurecimento e fortalecimento adequados, pode, em seguida, vir a se desvincular da UFBA dando origem a uma nova Universidade Federal no Estado da Bahia.

Segundo esta perspectiva, acredita-se que em médio prazo a Bahia pode passar a integrar a realidade já vivida por outras tantas Unidades da Federação, onde diferentes contextos regionais são agraciados com Unidades Federais de Ensino Superior.

2.1. Implantação

O Instituto de Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável (ICADS/UFBA) foi oficialmente criado concomitantemente à implantação do Campus Professor Edgard Santos em outubro de 2006, no município de Barreiras, com a missão de promover o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão na região Oeste da Bahia.

A história da sua implantação remonta, porém, ao ano anterior à sua inauguração como unidade da UFBA. Com pareceres favoráveis dos conselheiros em novembro de 2005, deu continuidade o processo de proposta de implantação do ICADS/UFBA, sob número 23066.037549/05-14 do Conselho Universitário (CONSUNI) que emitiu parecer favorável à implantação de um campus universitário em Barreiras. Após os debates realizados na reunião ocorrida ainda no dia 21 de novembro de 2005, foi aprovada a Resolução nº 04/05, que cria o Campus Professor Edgard Santos em Barreiras, pelo plenário do CONSUNI.

O Campus Professor Edgard Santos é o resultado de uma articulação entre diferentes níveis de governo e realizações de parcerias institucionais visando, além da própria implantação, condições ideais para sua manutenção. Tendo o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável como premissas, entre os principais objetivos destaca-se a busca, desde seu início, por projetos de colaboração com instituições como CODEVASF e IBAMA, vinculadas ao meio ambiente; assim como com demais órgãos das administrações públicas nos três níveis, destacando-se as parcerias com prefeituras da região e com o governo do estado; com outras instituições de ensino superior; além de organizações de cunho social

e iniciativa privada, quando em vista a promoção de benefícios para a coletividade.

Por outro lado, a Região Oeste da Bahia, formada por 31 municípios, tem experimentado importante crescimento econômico e populacional nos últimos 30 anos (algo em torno de 700.000 habitantes atualmente), fato esse que tem ampliado significativamente a demanda por profissionais em níveis mais avançados de qualificação, bem como gerado grande uso de recursos naturais para suportar essa dinamização da economia regional. Também é crescente em todo o Oeste da Bahia, a demanda por formação de professores para o atendimento da rede de ensino básico.

2.2. Estrutura organizacional

O Instituto de Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável está estruturado de forma diferente àquela corrente nas demais unidades de UFBA. A estrutura de departamentos não é seguida, de modo que o ICADS se caracteriza por um único órgão de alocação de docentes e servidores técnico-administrativos.

Além da Direção e da Congregação, que se constituem segundo regras de funcionamento estabelecidas pela legislação federal e pelas normas internas à própria UFBA, cada curso tem sua própria coordenação, composta por cinco professores, dentre eles o coordenador que tem mandato bienal e é também membro da Congregação. O Instituto conta ainda com uma Gerência Técnica e Administrativa composta por três núcleos: de Apoio Acadêmico, de Apoio Orçamentário e Financeiro e de Apoio Administrativo.

O corpo docente é composto atualmente por 74 professores efetivos, admitidos por concurso público em regime de dedicação exclusiva, dos quais cerca de 50% possuem doutorado, além de outros cinco professores contratados em regime temporário. Tal número ainda não é suficiente para o funcionamento pleno da Unidade que, segundo previsões do Ministério da Educação (MEC), ocorrerá somente com a lotação de cerca de 106 professores.

No ICADS/UFBA os docentes não estão vinculados a qualquer estrutura departamental, tendo assim autonomia para se agruparem segundo critérios de afinidade de campos do saber, de linhas de pesquisa ou qualquer outro critério, assegurando-se identidade de interesses. Esses são grupos flexíveis podendo ser criados ou extintos a qualquer tempo.

O corpo técnico-administrativo é composto por 27 servidores de níveis superior e médio alocados, segundo as necessidades, em Núcleos Gerenciais.

O Instituto possui uma área total de cerca de 60ha distribuídos em três subáreas, a saber: antigo Colégio Padre Vieira, onde atualmente funciona toda a estrutura administrativa e de ensino, as áreas ribeirinhas adjacentes ao Colégio e o “Campus Novo”, localizado na Prainha, onde estão sendo construídas as novas instalações da unidade. Nesse espaço – sem contar com as futuras instalações do “Campus Novo” – estão distribuídos um total de oito salas de aula, um auditório, quatro laboratórios didáticos, uma biblioteca, além de lanchonete, sala da representação estudantil e espaços de convivência.

2.3. Os cursos de Graduação

O ICADS está estruturado na forma de uma Unidade Acadêmica e Administrativa da Universidade Federal da Bahia e tem por responsabilidade a gestão das atividades de ensino, pesquisa e extensão pertinentes a quatro áreas do saber: Ciências Exatas e da Terra, Engenharia, Ciências Biológicas e Ciências Sociais Aplicadas. Atualmente seis cursos estão em funcionamento, quais sejam: Administração, Ciências Biológicas, Engenharia Sanitária e Ambiental, Geografia, Geologia e Química e em vias de implantação os cursos de Engenharia Civil, Física e Matemática.

Todos os cursos mencionados estão embasados em projetos pedagógicos atualizados, que contemplam de forma efetiva a multidisciplinaridade inerente ao próprio espírito do Instituto. Como exemplo pode-se mencionar a criação de um componente curricular denominado Atividade Interdisciplinar, presente em todos os projetos pedagógicos e que, em síntese, abordará a formação profissional exercitando o envolvimento de professores e estudantes com as questões locais e regionais, enfocadas numa mesma ocasião segundo o ponto de vista dos diferentes cursos. Este é um entre outros componentes elaborados de forma a se exercitar inter-relações entre as temáticas enfocadas pelos diferentes cursos. Estes projetos pedagógicos foram recém apreciados pela Câmara de Graduação da UFBA, e oferecem 40 vagas de graduação cada um, totalizando 240 vagas anuais.

2.4. Atividades de Pesquisa e Extensão

Além do ensino, o desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão é de fundamental importância quando se reflete acerca dos compromissos da universidade diante de questões como a

diminuição das distâncias sociais, processos de inclusão e efetiva participação no desenvolvimento humano.

Ainda em seus primeiros passos, completando um ano de funcionamento, mas dotado de um corpo docente e administrativo conhecedor de suas responsabilidades, o ICADS/UFBA já conta com diversas iniciativas para a implementação de projetos de pesquisa e extensão. Graças à atuação do corpo docente, vários eventos puderam ser organizados nesse período. Baseando-se inicialmente em datas comemorativas como o Dia Mundial da Água, Dia Internacional da Mulher e Semana do Meio Ambiente, estes eventos serviram, antes de qualquer coisa, para apresentar o Instituto à comunidade regional, mas também para promover o estreitamento de contatos entre os membros do ICADS/UFBA e pesquisadores de diferentes órgãos e instituições presentes no Oeste Baiano. Detalhes acerca dos eventos já realizados pelo ICADS/UFBA podem ser encontrados no Quadro 1, em anexo.

Quadro 1: Eventos realizados pelo ICADS/UFBA (2007).

	Evento	Período de realização
1	Diversidade Feminina no Mundo do Trabalho: Relações Sociais de Gênero e Proteção Legal	08 MAR 2007
2	Seminário Comemorativo ao Dia Mundial da Água: Águas do Oeste, Águas do Planeta	22 MAR 2007
3	Dia Nacional da Matemática	07 a 11 MAI 2007
4	I Seminário Espaço e Tempo da Geografia no Oeste da Bahia	29 MAI 2007
5	Dia do Geólogo	30 MAI 2007
6	Curso de Manejo e Conservação do Solo e da Água	29 MAI 2007 a 01 JUN 2007
7	VI Semana do Meio Ambiente	04 a 06 JUN 2007
8	1ª Semana de Ciência e Tecnologia do ICAD	02 a 04 de OUT

Por outro lado, iniciativas diversas ligadas à realização de parcerias para o desenvolvimento de pesquisa já foram implementadas. Entre elas destaca-se uma parceria realizada com o Programa Nacional de Florestas do Ministério do Meio Ambiente (PNF/MMA), que tem por objetivo o levantamento florístico e fitossociológico de áreas remanescentes dos Biomas Cerrado e Caatinga do Estado da Bahia. Além de projetos de pesquisa voltados para o estudo do aquífero Urucuia, financiado pela FINEP, aquífero este de extrema importância para manutenção da perenidade dos rios da região, contribuindo de forma direta com as vazões do rio São Francisco.

Diversas outras linhas de pesquisa, vinculadas por um projeto maior e apoiadas por bolsas do Programa Permanecer, estão em andamento e buscam, em linhas gerais, identificar diferentes fatores e indicadores sócio-ambientais que caracterizem a região Oeste da Bahia. Também com grande apoio do Programa Permanecer uma gama de atividades de extensão, apresentadas no quadro 2, a seguir, já estão em curso no Instituto. No total, atualmente 65 bolsas vinculadas ao Programa Permanecer estão em curso.

Quadro 2: Projetos de pesquisa e extensão em andamento no ICADS.

	Título do projeto	Bolsistas
Projetos de Extensão	O meio ambiente no século XXI e as implicações sócio-político-econômicas para o desenvolvimento sustentável	04
	O professor no ensino médio de química em Barreiras e o uso experimentos, baseado em materiais alternativos, como ferramenta de motivação e inclusão do aluno no processo de ensino-aprendizagem.	03
	Tópicos em estatística	01
	Qualidade do ensino de Física em Barreiras	02
	Intervenção diagnóstica do estado de conservação de uma área pertencente ao ICADS-UFBA às margens do Rio Grande em Barreiras-BA	08
	Temas Contemporâneos e Agricultura Familiar	04
	Qualidade do Ensino de Matemática em Barreiras e Região	02
	Saberes tradicionais e biodiversidade: o uso popular das plantas no cotidiano e no imaginário das comunidades tradicionais do cerrado	02
Projetos de Pesquisa	Síntese de novos catalisadores com aplicação na produção de biocombustíveis	05
	Aspectos históricos e sociais de Barreiras	03
	Biomonitoramento Ambiental da qualidade da água do Médio São Francisco, Sub-Bacia do Rio Grande, Barreiras, BA	05
	Estudos sobre a divisão intra-urbana da cidade de Barreiras (BA), vinculado à pesquisa Territórios (in)sustentáveis: dinâmica sócio-espacial e Meio Ambiente no Oeste Baiano	01
	Trilhas Serranas da cidade de Barreiras	03
	Diagnóstico Geoambiental da Bacia Hidrográfica do Rio de Ondas – Barreiras - BA	02
	Por uma Geografia do Oeste Baiano	03
	Da agricultura familiar à pluriatividade: um estudo dos movimentos sociais rurais da região oeste baiana	04
	Síntese de Novos Catalisadores Heterogêneos com Aplicações em Reações de Esterificação, Transesterificação e Degradação de Compostos Orgânicos (PIBIC/CNPq)	01
	Sistemas de análise em fluxo para especiação inorgânica de nitrogênio (determinação de amônio, nitrato e nitrito) em águas naturais (FAPESB)	01
	Síntese de Nanomembranas de TiO ₂ (PIBIC/CNPq)	01
	Levantamento florístico e fitossociológico de áreas remanescentes dos Biomas Cerrado e Caatinga do Estado da Bahia, localizadas na região da Bacia do São Francisco, para elaboração e recomendação de modelos de recuperação da vegetação degradada	05*
ACC's	Empreendedorismo, desenvolvimento local e inclusão social	13*
	Educação Ambiental para preservação dos sítios arqueológicos do Oeste Baiano	10*
Outros	Bolsas de monitoria e ações institucionais	14
	TOTAIS	97

* Alunos voluntários.

Recentemente o ICADS/UFBA foi agraciado com a aprovação de nove bolsas de iniciação científica, atreladas a projetos de pesquisa

financiados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), além de dois projetos de Atividades Curriculares em Comunidade (ACC). Em 2007, o ICADS foi recebeu importante apoio do CNPq, demonstrado pela aprovação de 05 projetos de pesquisa no edital “Universal” e 01 projeto de pesquisa para jovens pesquisadores na área de nanotecnologia.

Buscando consolidar o Campus Reitor Edgar Santos como uma referência em ensino, pesquisa e extensão, o ICADS está trabalhando na proposta de criação do programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente.

Como se pode constatar pelo conjunto das informações apresentadas acima, o corpo profissional do ICADS/UFBA tem se esmerado na busca pela qualidade das bases do tripé Ensino-Pesquisa-Extensão em construção. Este esforço se deve, sem dúvidas, não apenas à capacidade dos indivíduos envolvidos no processo, mas também ao profissionalismo, seriedade e principalmente comprometimento com que a tarefa de construção do ICADS/UFBA está sendo encarada.

Proposta de minuta criando a UFOB

Presidência da República
Casa Civil
Suchefia para Assuntos Jurídicos
LEI Nº. XXXXX, de XXXX de XXXX

Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOB, a partir desmembramento da Universidade Federal da Bahia, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criada a Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB por desmembramento da Universidade Federal da Bahia – UFBA, instituída na forma do decreto - lei nº. 9.155 de 1946.

Parágrafo único. A UFOB, com natureza jurídica autárquica, vinculada ao Ministério da Educação, será instalada com sede e foro na cidade de Barreiras, Estado da Bahia.

Art. 2º A UFOB terá por objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária.

Art. 3º A estrutura organizacional e a forma de funcionamento da UFOB, observando o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, serão definidos nos termos desta Lei, do seu Estatuto e das normas legais pertinentes.

Parágrafo único. Até que seja aprovado seu Estatuto, a UFOB será regida pelo estatuto atual da Universidade Federal da Bahia, no que couber, e pela legislação federal.

Art. 4º Passam a integrar a UFOB, sem solução de continuidade, independente de qualquer formalidade, o Instituto de Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável (ICADS) e seus cursos, em todos os níveis.

Parágrafo único. Os alunos regularmente matriculados nos cursos ora transferidos passam a integrar o corpo discente da UFOB, independentemente de adaptação ou qualquer outra exigência formal.

Art. 5º Ficam redistribuídos para a UFOB todos os cargos, ocupados e vagos, pertencentes ao Quadro de Pessoal da UFBA que, na data de publicação desta Lei, estejam lotados no campus relacionados no art. 4º.

Art. 6º Ficam criados no âmbito do Ministério da Educação, para redistribuição à UFOB:

I - os cargos de Reitor e de Vice-Reitor;

II - 410 (quatrocentos e dez) cargos efetivos de professor da carreira de magistério superior, conforme o Anexo I desta Lei;

III - 70 (sessenta) cargos efetivos de técnico-administrativo de nível superior, conforme o Anexo II desta Lei; e

IV - 215 (duzentos e quinze) cargos efetivos de técnico-administrativo de nível médio, conforme o Anexo II desta Lei.

§ 1º Aplicam-se aos cargos a que se referem os incisos II a IV deste artigo as disposições do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, e a Lei nº 10.302, de 31 de outubro de 2001, bem como o Regime Jurídico instituído pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

§ 2º Ficam criados, no âmbito do Poder Executivo Federal, 62 (sessenta e dois) cargos de Direção - CD e 214 (duzentos e quatorze) Funções Gratificadas - FG, necessários para compor a estrutura regimental da UFOB, sendo: 1 (um) CD-1; 8 (oito) CD-2; 13 (treze) CD-3; 40 (quarenta) CD-4; 99 (noventa e nove) FG-1; 111 (cento e onze) FG-2 e 4 (quatro) FG-3 conforme o Anexo III desta Lei.

§ 3º Para o ano de XXXX serão providos apenas os seguintes cargos, necessários à fase inicial de implantação da Universidade: 1 (um) CD-1; 8 (sete) CD-2; 5 (cinco) CD-3; 15 (quinze) CD-4; 20 (vinte) FG-1; 5 (cinco) FG-2; e 4 (quatro) FG-3.

Art. 7º A administração superior da UFOB será exercida pelo Reitor, nomeado de acordo com o disposto na Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, e pelo Conselho Universitário, no limite de suas respectivas competências, a serem definidas no Estatuto e no Regimento Geral.

§ 1º A presidência do Conselho Universitário será exercida pelo Reitor da UFOB.

§ 2º O Vice-Reitor, nomeado de acordo com o disposto na Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, substituirá o Reitor em suas faltas e impedimentos legais ou temporários.

§ 3º O Estatuto da UFOB disporá sobre a composição e as competências do Conselho Universitário, de acordo com a legislação pertinente.

Art. 8º O patrimônio da UFOB será constituído por:

I - saldos orçamentários transferidos da UFBA para a UFOB, observadas as mesmas categorias de programação e mantido o respectivo detalhamento por esfera orçamentária, por subtítulo, modalidade de aplicação, fonte de recursos, identificadores de uso e de

resultado primário e por grupos de despesa orçamentária, nos exercícios em que a UFOB não tenha sido incluída como unidade orçamentária naquele instrumento legal;

II - bens e direitos que a UFOB vier a adquirir ou incorporar;

III - doações ou legados que receber; e

IV - incorporações que resultem de serviços realizados pela UFOB, observados os limites da legislação de regência.

Parágrafo único. Os bens e os direitos da UFOB serão utilizados ou aplicados exclusivamente para consecução de seus objetivos, não podendo ser alienados, salvo nos casos e nas condições permitidos em lei.

Art. 9º Os recursos financeiros da UFOB serão provenientes de:

I - dotações consignadas no Orçamento Geral da União, créditos adicionais, transferências e repasses que lhe forem conferidos;

II - doações, auxílios e subvenções que venham a ser concedidos pela União, Estados e Municípios ou por quaisquer entidades públicas ou privadas;

III - recursos provenientes de convênios, acordos e contratos celebrados com entidades ou organismos nacionais e internacionais, observada a regulamentação a respeito;

IV - resultados de operações de crédito e juros bancários, nos termos da lei;

V - receitas eventuais, a título de retribuição por serviços prestados a terceiros, compatíveis com a sua finalidade, nos termos do estatuto e regimento interno; e

VI - taxas, anuidades e emolumentos que forem cobrados pela prestação de serviços educacionais, com observância da legislação pertinente.

Parágrafo único. A implantação da UFOB fica sujeita à existência de dotação específica no Orçamento Geral da União.

Art. 10. A implantação das atividades e o conseqüente início do exercício contábil e fiscal da UFOB deverão coincidir com o primeiro dia útil do ano civil subseqüente à publicação desta Lei.

Art. 11. Fica o Poder Executivo autorizado a:

I - transferir saldos orçamentários da UFBA para a UFOB, observadas as mesmas atividades, projetos e operações especiais, com as respectivas categorias econômicas e grupos de despesas previstos na lei orçamentária, nos exercícios em que a UFOB não tenha sido incluída como unidade orçamentária naquele instrumento legal; e

II - praticar os atos e adotar as medidas que se fizerem necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei.

Parágrafo único. Enquanto não for efetivada a transferência autorizada na forma do inciso I do caput deste artigo, correrão à conta dos recursos constantes no orçamento da

União destinados à UFBA as despesas de pessoal e encargos, custeio e capital necessários ao funcionamento da UFOB.

Art. 12. Enquanto não se efetivar a implantação da estrutura organizacional da UFOB, na forma de seu estatuto, os cargos de Reitor e Vice-Reitor serão providos, pro tempore, pelo Ministro de Estado da Educação.

Art. 13. A UFOB encaminhará sua proposta estatutária ao Ministério da Educação para aprovação pelas instâncias competentes, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da publicação desta Lei.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, XXXXXXXXXX; da Independência e da República.

ANEXO I
QUADRO DE PESSOAL EFETIVO – DOCENTE

CLASSE	QUANTITATIVO
AUXILIAR I	20
ASSISTENTE I	120
ADJUNTO I	240
TITULAR	30
TOTAL	410

ANEXO II
CARGOS EFETIVOS DE TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

NÍVEL SUPERIOR (NS)	QUANTIDADE
Administrador	12
Químico	2
Secretária	16
Arquivista	2
Bibliotecário	6
Contador	2
Psicólogo	2
Médico	5
Analista de Tecnologia da Informação	4
Arquiteto	1
Advogado	2
Jornalista	1
Assistente Social	8
Engenheiro	3
Bioquímico	2
Nutricionista	2
TOTAL	68

NÍVEL INTERMEDIÁRIO (NI)	QUANTIDADE
Assistente em Administração	170
Técnico em Laboratório	30
Técnico de Tecnologia da Informação	15
TOTAL	215

ANEXO III

CARGOS COMISSIONADOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA *Processo de implantação temporal dos Cargos Comissionados*

A proposta apresentada abaixo resulta de um estudo sobre a necessidade de cargos comissionados quando a Universidade Federal do Oeste da Bahia estiver funcionando com cerca de trinta cursos de graduação. Desse modo, a aprovação de tais cargos não significará uma imediata implantação deles e essa dinâmica será realizada realizada em sintonia com o ministério da Educação.

CARGOS COMISSIONADOS		
Denominação cargo/função	código	Quantidade
Gabinete do Reitor		
Reitor	CD1	1
Vice-Reitor	CD2	1
Assessores do Reitor	CD3	5
Chefe de Gabinete	CD3	1
Assessor de Imprensa	CD4	1
Assessor do Vice-Reitor	CD4	3
Assessor para Assuntos Internacionais	CD4	1
Coordenador de Controle Interno	CD4	1
Secretário do Chefe do Gabinete	FG1	1
Assistente do Chefe de Gabinete	FG2	1
Assistente assessoria p/ Ass. Internacionais	FG2	1
Chefe do cerimonial	FG2	1
Chefe da Portaria da Reitoria	FG2	1
Chefe de Apoio Administrativo	FG3	1
Secretário Administrativo	FG3	1
Centros Acadêmicos		
Diretor do Centro de Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável	CD3	1
Diretor do Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas	CD3	1
Diretor do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes	CD3	1
Diretor do Centro de Ciências Sociais Aplicadas	CD3	1
Diretor do Centro de Ciências da Saúde e da Vida	CD3	1
Coord. Acadêmico Centro de Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável	CD4	1
Coord. Acadêmico do Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas	CD4	1
Coord. Acadêmico do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes	CD4	1
Coord. Acadêmico do Centro de Ciências Sociais Aplicadas	CD4	1
Coord. Acadêmico do Centro de Ciências da Saúde e da Vida	CD4	1
Coordenadores de curso de graduação e Pós-Graduação	FG1	40
Coord. de Lab. Centro de Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável	FG2	10
Coord. de Lab. do Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas	FG2	10
Coord. de Lab. do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes	FG2	10
Coord. de Lab. do Centro de Ciências Sociais Aplicadas	FG2	10
Coord. de Lab. do Centro de Ciências da Saúde e da Vida	FG2	10
Gerente Administrativo dos Centros	FG2	10
Gerente de Manutenção dos Centros	FG1	10
Procuradoria Jurídica		
Procurador Geral da Universidade	CD3	1

Secretário Administrativo	FG3	1
<u>Chefe do Setor de Documentação</u>	FG3	1
Pró-Reitoria de Administração		
Pró-Reitor de Administração	CD2	1
Assessor do Pró-reitor de administração	CD4	1
Prefeito do campus universitário	CD4	1
Coordenador de Material e Patrimônio	CD4	1
Coordenador de Apoio Logístico	CD4	1
Coordenador de segurança do campus	CD4	1
Chefe do núcleo de manutenção	FG1	5
Chefe da comissão permanente de licitação	FG1	1
Chefe do núcleo de almoxarifado	FG1	1
Chefe do núcleo de arquivo e microfilmagem	FG1	1
Chefe do núcleo de transporte	FG1	5
Chefe do núcleo da guarda universitária	FG1	1
Assistente do prefeito do campus	FG1	5
Chefe do núcleo de patrimônio imobiliário	FG1	1
Assistente do coordenador de material e patrimônio	FG2	2
Assistente do coordenador de Apoio Logístico	FG2	2
Assistente do coordenador de segurança do campus	FG2	2
<u>Núcleo de Apoio Acadêmico Administrativo</u>	FG2	5
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento		
Pró-Reitor de Planejamento e Orçamento	CD2	1
Assessor do pró-reitor de planejamento	CD4	1
Coordenador de planejamento e convênio	CD4	1
Coordenador de orçamento e planejamento institucional	CD4	1
Coordenador d planejamento físico e imobiliário	CD4	1
Chefe do núcleo de planejamento e projetos	FG1	1
Chefe do núcleo de convênios	FG1	1
Chefe do núcleo de orçamento	FG1	1
Chefe do núcleo de estatística e custos	FG1	1
Chefe do núcleo de documentação	FG1	1
Chefe do núcleo de acervo	FG1	1
Chefe do núcleo financeiro	FG1	1
Chefe do núcleo contábil	FG1	1
Chefe do núcleo de execução orçamentária	FG1	1
<u>Núcleo de Apoio Acadêmico Administrativo</u>	FG2	5
Pró-Reitoria de Desenvolvimento de Pessoas		
Pró-Reitor de Desenvolvimento de Pessoas	CD2	1
Assessor do pró-reitor de desenvolvimento de pessoas	CD4	1
Coordenador de pessoal	CD4	1
Coordenador da divisão de seleção e aperfeiçoamento	CD4	1
Coordenador do serviço de segurança do trabalho	CD4	1
Assistente do coordenador de pessoal	FG1	1
Assistente do coord. da divisão de seleção e aperfeiçoamento	FG1	1
Assistente do coordenador do serviço médico	FG1	1
<u>Núcleo de Apoio Acadêmico Administrativo</u>	FG2	5
Pró-Reitoria de Graduação		
Pró-Reitoria de Graduação	CD2	1
Assistente do Pró-Reitor de Graduação	CD4	1
Coordenador de Ensino de Graduação	CD4	1
Coordenador de Registros Acadêmicos	CD4	1
<u>Coordenador da Divisão de Seleção</u>	CD4	1

Assistente do Coordenador de Ensino de Graduação	FG1	1
Assistente do Coordenador de Registros Acadêmicos	FG1	1
Assistente do Coordenador de Divisão de Seleção	FG1	1
Núcleo de Apoio Acadêmico Administrativo	FG2	5
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação		
Pró-Reitor de pesquisa e Pós-Graduação	CD2	1
Assessor do Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação	CD4	1
Coordenador de Ensino	CD4	1
Coordenador de Pesquisa	CD4	1
Assistente do Coordenador de Ensino	FG1	1
Assistente do Coordenador de Pesquisa	FG1	1
Núcleo de Apoio Acadêmico Administrativo	FG2	5
Pró-Reitoria de Extensão		
Pró-Reitor de Extensão	CD2	1
Assistente do pró-Reitor de Extensão	CD4	1
Coordenador de Arte e Cultura	CD4	1
Coordenador de Inovação Tecnológica	CD4	1
Assistente do Coordenador de Arte e Cultura	FG1	1
Assistente do Coordenador de Inovação Tecnológica	FG1	1
Núcleo de Apoio Acadêmico Administrativo	FG2	5
Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Ações Afirmativas		
Pró-Reitor de Assistência Estudantil	CD2	1
Assistente do pró-Reitor de Assistência Estudantil	CD4	1
Coordenador do Programa de Ações Afirmativas	CD4	1
Coordenador do Programa de Assistência Social	CD4	1
Assistente do Coordenador do Programa de Ações Afirmativas	FG1	1
Assistente do Coordenador do Programa de Assistência Social	FG1	1
Núcleo de Apoio Acadêmico Administrativo	FG2	5
Secretaria de Apoio Administrativo às Pró-Reitorias		
Coordenador	CD4	1
Secretária Geral	FG1	1
Chefe de Compras	FG1	1
Chefe de Contabilidade	FG1	1
Chefe de Registro de Cursos de Extensão, Ensino e Pesquisa	FG1	1
Secretário de Apoio Administrativo	FG2	1
Chefe do Setor de Reprografia	FG2	1
Secretaria dos Conselhos Superiores		
Secretário dos Conselhos Superiores	CD4	1
Secretário Executivo dos Conselhos Superiores	FG2	1
Secretário Administrativo da Câmara de Graduação	FG2	1
Secretário Administrativo da Câmara de Pesquisa e Pós-graduação	FG2	1
Secretário da Câmara de Extensão	FG2	1
Instituto de Tecnologia de Informática (ITI)		
Diretor do Instituto de Tecnologia de Informática	CD3	1
Assessor do Diretor de Tecnologia de Informática	CD4	1
Chefe do Setor de Programação	FG1	1
Chefe do Setor de Banco de Dados	FG1	1
Chefe do Setor de Atendimento Universitário	FG1	1

ANEXO IV

Proposta de Distribuição dos Cursos em Centros Acadêmicos

■ ■ ■ ■ CENTRO DE CIÊNCIAS
■ ■ ■ ■ SOCIAIS APLICADAS - CCSA

ADMINISTRAÇÃO
CIÊNCIAS CONTÁBEIS
DIREITO
ECONOMIA
SECRETARIADO
TURISMO E HOTELARIA
BI CSA

■ ■ ■ ■ CENTRO DE CIÊNCIAS DA
■ ■ ■ ■ SAÚDE E DA VIDA - CCSV

FARMÁCIA
ENFERMAGEM
NUTRIÇÃO
MEDICINA
FISIOTERAPIA
EDUCAÇÃO FÍSICA
BI CSV

■ ■ ■ ■ CENTRO DE CIÊNCIAS
■ ■ ■ ■ EXATAS E TECNOLÓGICAS - CCET

CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO
ENGENHARIA CIVIL
ENGENHARIA DE ALIMENTOS
QUÍMICA
FÍSICA
MATEMÁTICA
BI C&T

■ ■ ■ ■ CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
■ ■ ■ ■ LETRAS E ARTES - CCHLA

ARTES
COMUNICAÇÃO SOCIAL
CIÊNCIAS SOCIAIS
FILOSOFIA
HISTÓRIA
LETRAS
PSICOLOGIA
BI CHLA

■ ■ ■ ■ CENTRO DE CIÊNCIAS
■ ■ ■ ■ AMBIENTAIS E DESENVOLVIMENTO
■ ■ ■ ■ SUSTENTÁVEL - CCADS

ENGENHARIA AGRONÔMICA
ENGENHARIA FLORESTAL
ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL
GEOLOGIA
GEOGRAFIA
BIOLOGIA
BI CADS

ANEXO VI
PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA IMPLANTAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE
DA BAHIA - UFOB

I. OBRAS E INSTALAÇÕES	Valor (em R\$)	Quantidade	Valor total (em R\$)	Período
Construção				
Construção de Pavilhão de aulas (3.800m²)	4.900.000,00	1	4.900.000,00	
Construção de Prédio de Laboratórios(1.600m²)	4.700.000,00	1	4.700.000,00	
Auditório (1300m²)	3.000.000,00	1	3.000.000,00	
Construção de Prédios Administrativos (3.800.00m²)	4.900.000,00	2	9.800.000,00	
Construção da Biblioteca (1800m²)	3.500.000,00	1	3.500.000,00	
Construção de Centro Comunitário (1600m2)	2.500.000,00	1	2.500.000,00	
Total de Obras e Instalações	23.500.000,00		28.400.000,00	
II. MATERIAL PERMANENTE/EQUIPAMENTOS				
Ônibus	400.000,00	2	800.000,00	
Veículos	25.000,00	5	125.000,00	
Veículos p/ transporte de Passageiro(tipo van)	50.000,00	2	100.000,00	
Veículo p/ uso da administração Central	30.000,00	4	120.000,00	
Cadeiras	55,00	3000	165.000,00	
Mesas	365,00	200	73.000,00	
Retropojeteiros	345,00	10	3.450,00	
Projeter Multimídia	2.500,00	10	25.000,00	
Armários Aço	120,00	80	9.600,00	
Impressoras	350,00	20	7.000,00	
Computadores	2.500,00	100	250.000,00	
Cadeira Giratória com c/ braço	160,00	80	12.800,00	
Cadeira para computador	80,00	100	8.000,00	
Mesas para computadores	145,00	80	11.600,00	
Quadro branco para sala de aula	135,00	50	6.750,00	
Total de Materias Permanente/Equipamentos	511.755,00		1.717.200,00	
III. CUSTEIO GERAL				
Diversos	50.000,00	12	600.000,00	
Total de Material de Consumo e Serviços Terceiros			600.000,00	
IV. OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS				
Recuperação de veiculos existentes	5.000,00	12	60.000,00	
Restauração de acervo bibliográfico	80.000,00	1	80.000,00	
Total de Serv. De Terceiros (Pessoa Jurídica)			140.000,00	
Total Solicitado			30.857.200,00	

Anexo VII: Imagens do campus

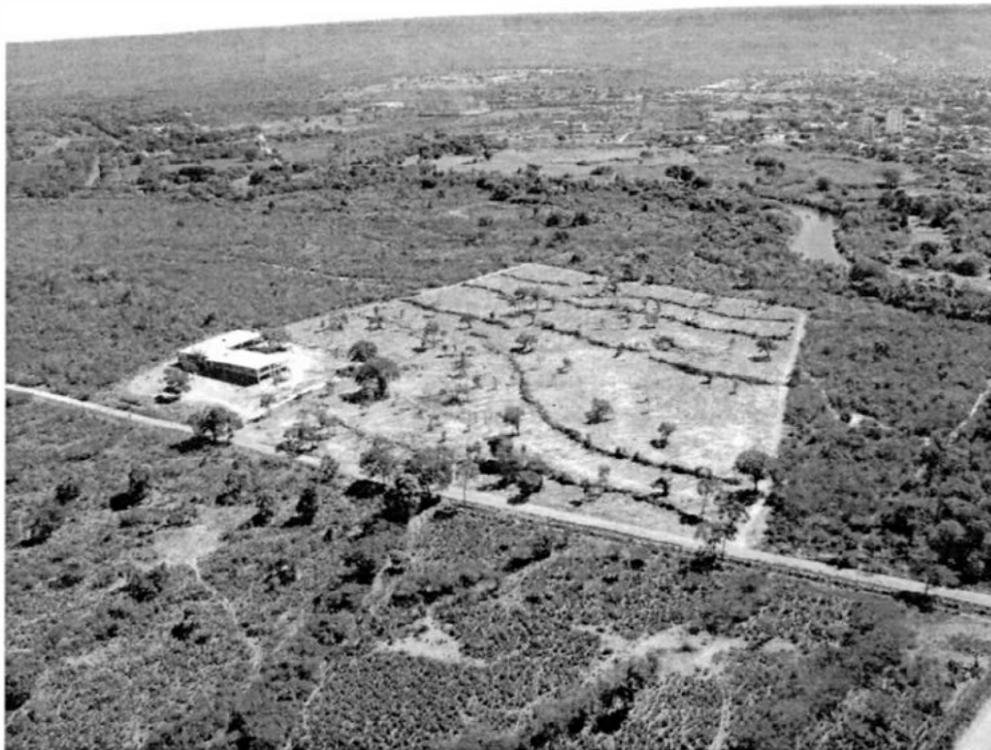
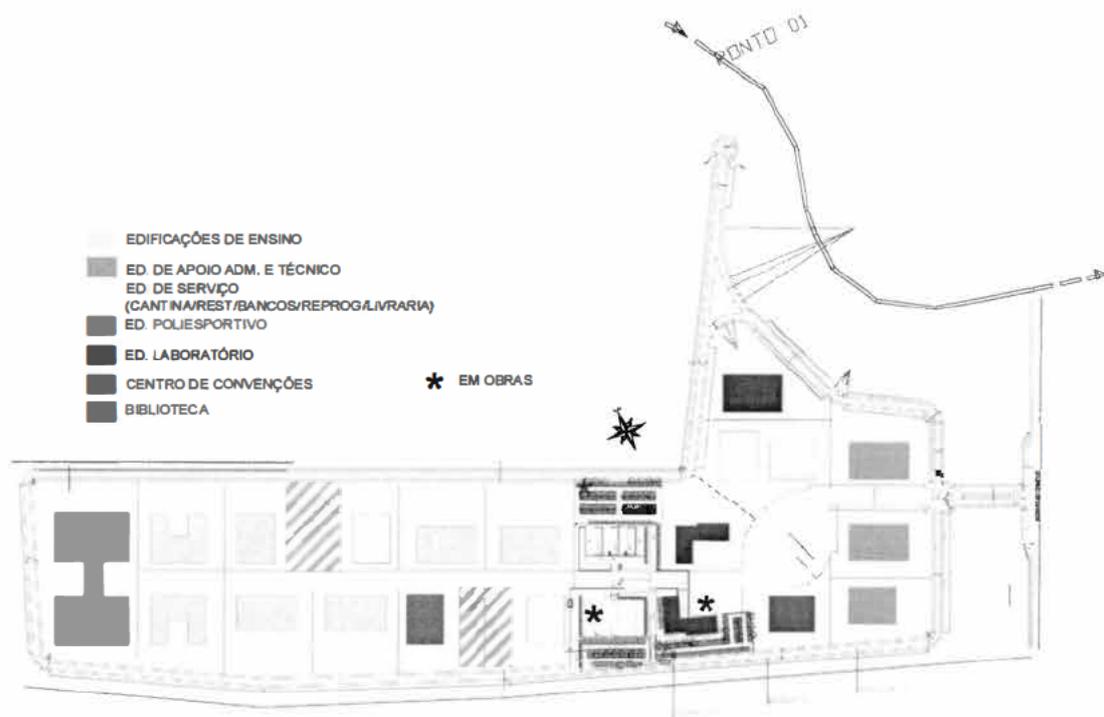


Imagem aérea da Área de 40 Hectares (Julho de 2006);



Plano de Ocupação do Campus



Prédio de Laboratórios: Perspectiva



Prédio de Laboratórios: Entrega para maio de 2008



Pavilhão de Aulas: Obras em andamento.

Barreiras, 11 de Fevereiro de 2009.

Ofício nº. 01/2009 – Comissão de Desmembramento do Instituto de Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal da Bahia

Ref.: Solicitação de utilização do Plenário da Câmara para reunião.

Senhora Presidente:

Solicitamos de V.Sa. conceder-nos o Plenário da Câmara Municipal para realização de uma reunião dia 13.02.09, 6ª feira, das 9:00 às 12:00H, com autoridades e representantes da comunidade de Barreiras e Região, para indicação de membros ao Comitê de Formação da Universidade Federal do Oeste da Bahia.

Oportunamente antecipamos nossos agradecimentos enquanto aguardamos a confirmação através do telefone 3614-3512.

Atenciosamente,



Prof. Poty Rodrigues de Lucena
Presidente

Ilma. Sra.

Kelly Magalhães

Presidente da Câmara Municipal de Barreiras

NESTA

Recebido
12/02/09
Magalhães



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS AMBIENTAIS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Universidade Federal do Oeste da Bahia

O projeto de criação da Universidade Federal do Oeste da Bahia a partir do desmembramento do campus Edgard Santos foi aprovado em junho de 2008 por aclamação no conselho superior da Universidade Federal da Bahia - UFBA e submetido ao Ministério da Educação - MEC.

A implantação do Instituto de Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável, ICADS, teve como um dos seus principais objetivos a ampliação do número de municípios atendidos pelo ensino público federal no estado da Bahia, aproximando as unidades de ensino das populações mais distantes dos grandes centros, e contempla dois momentos: inicialmente, a implantação do campus e, em seguida, o seu desmembramento da UFBA, dando origem a uma nova universidade, a **Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB)**.

A Bahia possui a quarta maior população do país. São cerca de 14 milhões de habitantes que vivem em um dos maiores estados da nação e que apresenta um elevado déficit educacional. Quanto ao ensino de terceiro grau em instituições federais de ensino superior, a Bahia ocupa, no conjunto da federação, uma condição muito desfavorável. Tomando se, por exemplo, a oferta de vagas nos vestibulares 2009, enquanto que a média nacional é de 814 habitantes por vaga oferecida, na Bahia, a proporção é de 1.630 habitantes por vaga oferecida na rede federal.

Apesar da implantação da Universidade Federal do Recôncavo Baiano, a Bahia apresenta um número reduzido de Universidades Federais em relação à sua população. Enquanto o estado possui duas Instituições Federais de Ensino Superior, outros chegam a ter até onze como Minas Gerais ou mesmo três como os nordestinos Rio Grande do Norte e Pernambuco, com uma população de duas a quatro vezes menor. O estado do Rio de Janeiro, por exemplo, com população aproximada, possui o dobro do número de instituição Federais de ensino superior em relação à Bahia.



Este quadro potencializa a desigualdade educacional, social e econômica e fere o pacto de igualdade de tratamento entre os estados da nação. De acordo com dados do PLOA2009, analisando a distribuição dos recursos autorizados no orçamento voltados para as ações das Instituições Federais de Ensino Superior, enquanto a média nacional é de 118,80 R\$/Hab., na Bahia o índice é de 51,28 R\$/Hab, desigualdade que também se apresentou na execução do PLOA2008.

A região oeste da Bahia é composta por 31 municípios, fazendo divisa com o estado do Piauí (ao norte), com Minas Gerais (a sul) e com Goiás e Tocantins (a oeste), e a cidade de Barreiras, local onde está posicionado o Campus Professor Edgard Santos dista cerca de 850 Km das duas Universidades Federais da Bahia (UFBA e UFRB) e a aproximadamente 600 Km da Universidade de Brasília (UnB) e da Universidade do Vale do São Francisco (UNIVASF). Na atualidade sócio-econômica da Bahia, o Oeste baiano, uma fronteira de expansão agrícola, experimenta um surto de progresso, alavancado pela expansão das atividades agropecuárias, notadamente a produção de grãos (ex: soja, milho e café) e fibras (ex: algodão) e um processo de consolidação do desenvolvimento sócio-econômico. Devido a seus notórios recursos naturais, a região também se apresenta com um relevante potencial eco-turístico, graças à perenidade de seus rios de águas cristalinas, numerosas corredeiras e cachoeiras, grutas, trilhas e serras, além da flora e fauna características do bioma Cerrado. No entanto, benefícios desse processo tendem a ser apropriados fora, pois há grande escassez de recursos humanos capacitados para participar das oportunidades em expansão que ora se apresenta.

Apesar do forte crescimento econômico apresentado pela região oeste da Bahia nos últimos anos e da cidade de Barreiras ocupar a 11ª posição no estado, relativamente aos valores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), alguns municípios da região ainda apresentam baixíssimos valores do IDH (ex: 0,57 no município de Riachão das Neves).

O forte apoio da sociedade para implantação de uma Universidade Federal na região foi registrado durante as audiências públicas acerca da criação da UFOB. Nesses momentos, demonstrou-se o apoio irrestrito e a esperança das comunidades locais, lideranças políticas, empresariais e representantes de diversos segmentos sociais para a criação da Universidade Federal do Oeste da Bahia.

O embrião da nova Universidade, o ICADS, já está estruturado na forma de uma Unidade Acadêmica e Administrativa da Universidade Federal da Bahia e tem por responsabilidade a gestão



das atividades de ensino, pesquisa e extensão pertinentes a quatro áreas do saber: Ciências Exatas e da Terra, Engenharias, Ciências Biológicas e Ciências Sociais Aplicadas. Atualmente, após pouco mais de 2 (dois) anos de funcionamento o ICADS já conta com mais de 1.000 alunos matriculados distribuídos em dez cursos de graduação, fato que demonstra a grande demanda pelo ensino universitário na região e a rápida inserção da Universidade no seu cotidiano.

As atividades desenvolvidas pelo ICADS estão sob a responsabilidade de 76 professores efetivos, admitidos em regime de dedicação exclusiva, destes 60% são doutores e 27 servidores técnico-administrativos de níveis superior e médio para dar suporte aos cursos de graduação em Química, Física, Matemática, Biologia, Geologia, Geografia, Engenharia Sanitária e Ambiental, Engenharia Civil, Administração e Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia.

A região Oeste da Bahia apresenta um grande déficit educacional muito em função da falta professores qualificados no ensino fundamental e médio, principalmente nas áreas de ciências exatas, que explica de certa maneira os baixos índices apresentados pelos municípios no IDEB, que podem ser revertido com fortalecimento dos cursos de licenciatura noturno.

Em pouco mais de dois anos, o ICADS possui diversos projetos aprovados com financiamento público, voltados a diversas ações de geração de emprego e renda e de difusão e popularização da ciência e tecnologia nas áreas de meio ambiente e conservação dos recursos naturais. Diversos projetos de cooperação nacional e internacional estão inseridos no contexto sócio-econômico, ambiental e de geração de conhecimento, ampliando a rede de proteção social na região e nos estados circunvizinhos.

O Programa de Pós-graduação em Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente de Mestrado Acadêmico, será implantado no segundo semestre de 2009, em caráter multidisciplinar para congregar mais de 40 projetos de pesquisa e extensão que atuam em diversas linhas de pesquisa contextualizadas com a discussão científica atual, a saber: Monitoramento Ambiental, Materiais e Energias Renováveis, Recursos Hídricos e Saneamento; Sistemática, Filogenia e Patrimônio Genético, Conservação do Patrimônio Natural e Desenvolvimento Sustentável, Manejo da Biodiversidade e Alternativas Tecnológicas em Sistemas Agrícolas.

O projeto de criação da **Universidade Federal do Oeste da Bahia** por desmembramento do Campus Edgard Santos, reúne plenas condições para sua implementação pois já conta com um quadro expressivo de docentes, estrutura administrativa e instalações adequadas: um campus de



60 hectares com 05 prédios que abrigam 28 laboratórios de pesquisa e ensino (concluso), dois pavilhões de aula (entrega em 2009), biblioteca e prédio administrativo (início da construção

Com a criação da Universidade, nossa meta é em cinco anos chegar a 36 cursos de graduação, distribuídos em cinco centros de ensino e pesquisa, dando ênfase aos cursos noturnos de formação de professores e tecnológicos, oferecendo vaga para mais de dois mil alunos por ano, mantendo uma média de oito a dez mil alunos no nosso quadro.

Este passo importante para a consolidação da educação superior pública, gratuita e de qualidade deve ser dado. A criação desta Universidade vem de encontro às dificuldades enfrentadas pela população brasileira.

Deixamos a nossa esperança de que as águas do Velho Chico, circulando nas “veias” dessa nova Universidade promova a verdadeira integração entre baianos e baianas do leste e do oeste, brasileiros e brasileiras, ricos e pobres, artistas e intelectuais, ribeirinhos e não-ribeirinhos construindo assim, uma sociedade mais justa e igualitária, contribuindo decisivamente para o desenvolvimento social, ambiental, econômico e cultural da região, da Bahia e do Brasil.

Joana Angélica Guimarães

Diretora do Instituto de Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável – ICADS/UFBA

Poty Rodrigues de Lucena

Presidente da Comissão de Desmembramento – ICADS/UFBA

Jusmari Oliveira

Prefeita do Município de Barreiras

Kelly Magalhães

Pres. da Câmara Municipal do Município de Barreiras

Katerine Rios

Vice-prefeita do Município de Luis Eduardo Magalhães



ANEXO V

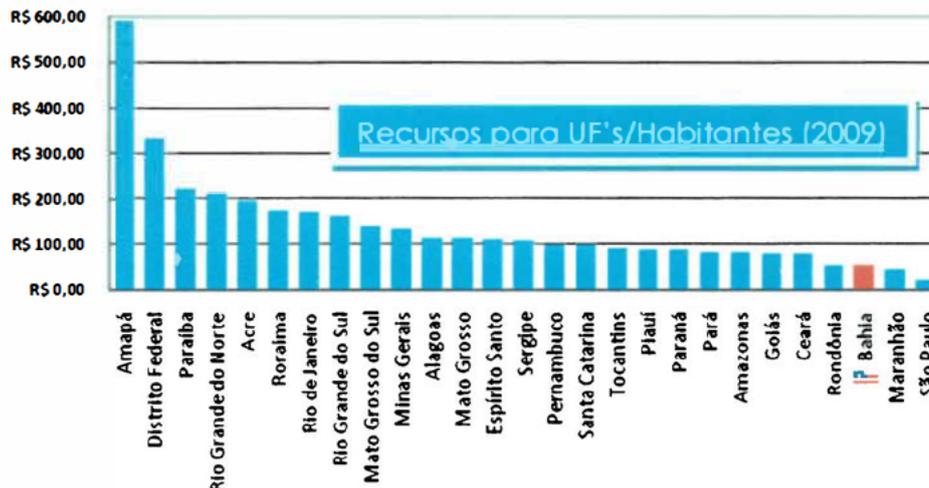


SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS AMBIENTAIS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Carta aberta ao senhor Governador do Estado da Bahia.

A Bahia possui a quarta maior população do país. São cerca de 14 milhões de habitantes que vivem em um dos maiores estados da nação e que apresenta um elevado déficit educacional. Quanto ao ensino de terceiro grau em Universidades Federais (UF's), a Bahia ocupa, no conjunto da federação, uma condição muito desfavorável. A relação entre a população estimada do estado em relação ao número de vagas oferecidas nas Universidades Federais do Estado era 1.630 habitantes por vaga enquanto que a média nacional era de 1080 habitantes por vaga oferecida no ano de 2009.

Ocupamos atualmente o 26º lugar na distribuição de vagas e o 25º lugar entre os 27 estados brasileiros na distribuição de recursos para as Universidades Federais que é de R\$ 51,28/habitante, ante uma média nacional de R\$ 139,07/habitante e que apesar da implantação da Universidade Federal do Recôncavo Baiano em 2005, o estado apresenta um número bastante reduzido de Universidades Federais em relação à sua população. Enquanto o estado possui duas Universidades Federais, outros chegam a ter até onze como Minas Gerais ou mesmo três como os nordestinos Rio Grande do Norte e Pernambuco, com uma população de duas a quatro vezes menores. O Pará possui três Universidades Federais com uma população de pouco mais de sete milhões de habitantes. O estado do Rio de Janeiro, por exemplo, com população aproximada, possui o dobro do número de Universidades em relação à Bahia.



Os dados dos vestibulares e da despesa autorizada no orçamento da união para as Universidades Federais no ano de 2009 apresentam uma clara evidência da desproporcionalidade com que os recursos são distribuídos entre os estados da federação. Uma vaga no vestibular da Bahia é cerca de onze vezes mais barata para o governo federal do que uma vaga no vestibular em Minas Gerais. A origem desta desigualdade na distribuição dos recursos e de vagas está no número desproporcional de Universidades Federais em relação à população estimada dos estados da federação. Para que a Bahia atinja a média nacional que é de 1080 habitantes por vaga no vestibular, seria necessária a criação de pelo menos 6000 novas vagas, distribuídas em no mínimo três novas Universidades Federais no estado.

Estado	Universidades Federais	Vagas 2009 Vestibulares	População Estimada (2007)	Orçamento/vaga (2009)
Minas Gerais	11	20.095	19.273.506	R\$ 1.505.798,50
Rio de Janeiro	04	18.107	15.420.375	R\$ 501.057,15
Rio Grande do Sul	06	13.188	10.582.840	R\$ 750.459,43
Pernambuco	03	9.846	8.485.386	R\$ 220.359,72
Bahia	02	8.636	14.080.654	R\$ 133.973,42

Reconhecemos os avanços alcançados no sistema federal de ensino superior nos últimos anos, sobretudo na Universidade Federal da Bahia. Entretanto, somente no governo Lula, no estado de Minas Gerais, que já representava o maior estado brasileiro em número de vagas no ensino em UF's, foram sancionadas quatro novas Universidades Federais. No estado do Rio Grande do Sul foram criadas duas novas universidades além das quatro que já existiam.

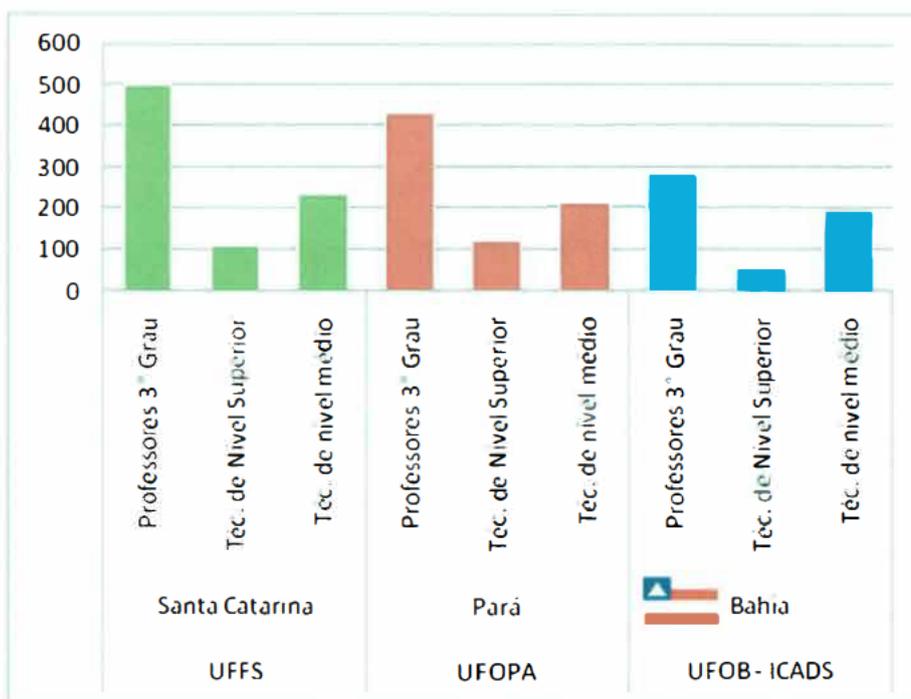
Todos estes dados se traduzem em uma quebra do pacto federativo e uma clara demonstração do tratamento dispare na política de criação de Universidades Federais e na expansão do ensino superior. Mesmo diante deste panorama o governo federal não apresentou ainda uma política nacional de compensação alocando ações e recursos para a criação de novas universidades de forma desproporcional para estados. No ano de 2009, os estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, por exemplo, receberam R\$ 130 milhões e R\$ 160 milhões enquanto a Bahia recebeu cerca de R\$ 70 milhões de recursos do Reuni e expansão. A exceção foi o Estado de São Paulo em que a reparação na distribuição desigual de recursos em 2009 não atingiu o estado da Bahia.

Universidade Federal do Oeste da Bahia, um passo adiante.

O embrião da nova Universidade, o Instituto de Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável - ICADS, já está estruturado na forma de uma Unidade Acadêmica e Administrativa da Universidade Federal da Bahia e tem por responsabilidade a gestão das atividades de ensino, pesquisa e extensão pertinentes a quatro áreas do saber: Ciências Exatas e da Terra, Engenharias, Ciências Humanas, Ciências Biológicas e Ciências Sociais Aplicadas. Atualmente, em pouco mais de dois anos de funcionamento o ICADS já conta com mais de 1.100 alunos matriculados distribuídos em doze cursos de graduação, fato que demonstra a grande demanda pelo ensino universitário na região e a rápida inserção da Universidade no seu cotidiano.

Os investimentos aplicados na criação do campus Edgard Santos desde a sua criação em 2006 com recursos do programa de expansão (investimentos e custeio) são de cerca de R\$ 20 milhões e atualmente o instituto possui além de um campus de 60 hectares com 05 prédios que abrigam 28 laboratórios de pesquisa e ensino (concluso), dois pavilhões de aula (entrega em 2009), biblioteca e prédio administrativo (início da construção), 123 vagas docentes em regime de dedicação exclusiva e 35 de servidores técnicos administrativos.

A estrutura física e humana atual do ICADS/UFBA se refletirá em um baixo impacto orçamentário para a implantação da Universidade Federal do Oeste da Bahia, pois a nucleação da futura Universidade já foi realizada. Levando em conta as vagas docentes atuais do ICADS, a UF do Oeste da Bahia representará um impacto de cerca de 290 vagas docentes. Para efeito de comparação, a recém criação da UF da Fronteira Sul (Chapecó, PR) representou e representará um impacto de 500 vagas docentes, um investimento de 45 milhões de reais no ano de 2009 e 48 milhões de reais em 2010, custos que seriam reduzidos profundamente na Universidade Federal do Oeste da Bahia em face da estrutura já implantada no Campus Edgard Santos.



O projeto de criação da Universidade Federal do Oeste da Bahia por Desmembramento do Campus Edgard Santos da Universidade Federal da Bahia foi aprovado por aclamação nos conselhos Universitário, Ensino, Pesquisa e Extensão e de Curadores da Universidade Federal da Bahia - UFBA sendo submetido ao Ministério da Educação – MEC, onde se encontra como uma proposta sob apreciação.

Pedimos nesta carta, a ação e a luta renovada do Governo do Estado da Bahia junto ao Ministério da Educação e ao Poder Executivo para que esta proposta se transforme em Projeto de Lei e seja enviado para o início da sua tramitação processual no Congresso Nacional.

Pedimos também defesa absoluta pela criação da Universidade Federal do Oeste da Bahia, para que esta desigualdade seja contida e se traduza na defesa da verdadeira integração entre baianos e baianas do leste e do oeste, construindo uma sociedade mais justa e igualitária, contribuindo decisivamente para o desenvolvimento social, ambiental, econômico e cultural da região, da Bahia e do Brasil.

Barreiras, 09 de fevereiro de 2010.

Joana Angélica Guimarães da Luz
Diretora do Inst. de Ciências Ambientais e
Desenvolvimento Sustentável

Poty Rodrigues de Lucena
Presidente da Comissão de Desmembramento



Universidade Federal da Bahia
Instituto de Ciências Ambientais de
Desenvolvimento Sustentável
Comissão de Desmembramento

Relatório de Atividades 2010 e Plano de Trabalho 2011

- Institutionalizar;
- Gabinete da reitoria;
- Articulação com o gabinete da Ufba

Evento de divulgação interna.

- Falar de todas as ações que foram realizadas desde a criação do projeto de Desmembramento e as ~~avancos~~ conquistas;
 - retificação da ^{relatório na} composição do ICADS. ^{unanimidade.}
 - Colocar na página do ICADS;
 - Divulgar o relatório de Gestão;
 - Colocar o projeto, parecer do Conselho, ata de aprovação;
-

- Falta ^{não} justificada.
- Falta de 2 reuniões seguidas em
03. ~~reuniões~~ reuniões alternadas ~~em 11~~
por ano, sem justi a comissão solicitará
a direção.
- Unanimidade.
- A recompensação ocorrerá após apresentação e se dará
por manifesta
- o.m. Proposta de Atividades;
- Apresentação no calendário;

Plano Nacional de Educação

- Guanambi;
- Vit. da Conquista;
- Camaçari;

→ reatuar a exposição em 2012.

* 5 anos em outubro;

- Mostra como nós estamos, gestão administrativa, pedagógica;
- Proposta para o MEC.
- 16 de Abril, demanda estadual;
- 29/04

- Retomar a discussão na UFBA e na região.
- Cuidar a rotina para comissão de sumário
- Apresentação na rotina para nova equipe gestora
- Conversar com a rotina e a equipe do Gabinete para
melhorar a nossa articulação Junto ao MEC.
- Reunião

Comissão de Desmembramento

A Comissão de Desmembramento é formada por docentes, técnico-administrativos e discentes e tem o papel de desenvolver ações de apoio ao projeto de criação da Universidade Federal do Oeste da Bahia por Desmembramento do Instituto de Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal da Bahia.

A comissão é composta pelos seguintes membros: Prof. Poty Rodrigues de Lucena, Profª. Joana Angélica Guimarães de Luz, Prof. Jorge da Silva Costa, Profª. Maria Deborah Cabral, Prof. Daniel Mello, Jorge Luís Oliveira Santos, Carla Andréia Cardoso Vieira, Junio Trindade e Amanda Santos Silva.

A proposta de criação da Universidade Federal do Oeste da Bahia, a partir do desmembramento do Campus Edgard Santos, foi submetida à aprovação da Assembléia Geral do Instituto de Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável e ao Conselho Superior da Universidade Federal da Bahia UFBA, onde foi aprovado por aclamação em julho de 2008 e protocolado junto ao Ministério da Educação, como proposta da UFBA ao Poder Executivo Federal. Desde então, a Comissão de Desmembramento tem atuado de forma complementar em ações de representação, em busca de apoio à proposta de criação.



Relatório de Atividades 2010

A criação de uma Universidade Federal envolve a atuação de diversos atores representativos junto ao Governo Federal, pois necessita do envio do Projeto de Lei do Poder Executivo para deliberação da Câmara dos Deputados e Senado Federal. Esta comissão atuou na vigilância aos fatos que, de alguma forma, influenciam na criação da Universidade. Neste sentido, no ano de 2010, atuamos em diversas oportunidades e encontros com lideranças, tais como:

- **05/02/2010;** Reunião com o Deputado Estadual Professor Valdeci e o Deputado Federal Zezéu Ribeiro, Coordenador da Bancada do Nordeste na Câmara Federal, durante encontro na Cidade de São Desidério. Na oportunidade solicitamos ação dos deputados em apoio à criação da UFOB. Os deputados se comprometeram com um pedido de audiência com o Ministro da Educação Fernando Haddad.
- **09/02/2010;** Encontro com o Governador do Estado da Bahia Jacques Wagner em cerimônia pública no município de Barreiras onde foi entregue carta com pedido de apoio. Na oportunidade o Governador expressou seu apoio irrestrito e seu empenho constante pela criação da UFOB junto ao Presidente Luís Inácio Lula da Silva, à Ministra da Casa Civil Dilma Rousseff e ao Ministro da Educação Fernando Haddad que afiançou, segundo nos informou o Governador Jacques Wagner, seu apoio ao projeto.
- **09/02/2010;** Almoço com o Deputado Federal Zezéu Ribeiro para pedido de união da bancada de deputados federais do Estado da Bahia em torno de uma proposta de emenda parlamentar ao Projeto de Lei Orçamentária Anual do Poder Executivo, PLOA 2011;
- **17/08/2010;** Envio de carta com pedido de apoio e anexos ao presidente da república Luís Inácio Lula da Silva entregue pelo Reitor Naomar de Almeida na ocasião da cerimônia de nomeação da Reitora Dora Leal;
- **18/08/2010;** Audiência do Deputado Federal Zezéu Ribeiro e o Deputado Estadual Professor Valdeci com o Ministro da Educação, Fernando Haddad, no Ministério da Educação em Brasília. Conforme comprometido em encontro anterior, os deputados visitaram o Ministro da Educação e cobraram apoio à criação da UFOB. Segundo relato dos deputados, na audiência, o Ministro da Educação definiu que a criação da UFOB era prioridade do MEC e que seria a próxima universidade a ser criada, assim como a Universidade Federal de Marabá, no estado do Pará.

- **18/10/2010;** Reunião da Comissão de Desmembramento para posse dos novos membros Discentes e proposição de emenda de bancada ao orçamento da união 2011; Os novos membros discentes foram empossados e decidiu-se pela articulação e mobilização da Comissão, junto à Reitora Dora Leal, para uma reunião com a bancada de Deputados Federais do Estado da Bahia para pedido de proposição de emenda de bancada para criação da UFOB no orçamento 2011; A Professora Joana pediu apoio à professora Dora Leal que se encontrava em viagem internacional. A reunião com a bancada federal não ocorreu pelo desencontro de calendários dos deputados federais pelo recesso Branco imposto no processo de eleição para presidente da República;
- **25/10/2010;** Encontro com o Deputado Federal, Eleito Senador, Walter Pinheiro para pedido de apoio e de previsão orçamentária no Projeto de Lei Orçamentária Anual do Poder Executivo, PLOA 2011; Walter Pinheiro informou que o primeiro passo era a inclusão da Universidade Federal do Oeste da Bahia no Plano Plurianual do MEC, o que na oportunidade, era difícil em face da transição dos mandatos. Contudo, o Senador eleito, garantiu vigilância ao Orçamento Federal e apoio na Criação da UFOB;

No ano de 2010, marcadamente conturbado em função das disputas eleitorais, não houve espaço político, nem orçamentário para o envio ao congresso da proposta de criação da Universidade Federal do Oeste da Bahia, pois o MEC cumpriu a meta estabelecida no REUNI com a criação das universidades Universidade Federal da Fronteira Sul, da Integração Luso-Afro Brasileira, do Oeste do Pará e da Integração Latino-Americana, que já estavam em tramitação no parlamento brasileiro.



Movimento Pela Implantação do Campus da UFOBA no Território da Bacia do Rio Corrente

"Aqui também é Oeste...!"

Santa Maria da Vitória – Bahia, 19 de Outubro de 2011

Ofício Circular nº 010/2011

Emo.º Sr.º LUIZ ROGÉRIO BASTOS LEAL
M.D.: Vice-Reitor da UFBA e Presidente da Comissão de Criação da UFOBA
Universidade Federal da Bahia – Salvador – BA

Excelentíssimo,

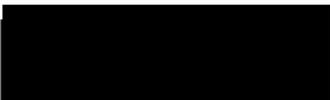
Em atendimento aos anseios do nosso povo, convidamos V. Ex.ª para uma Audiência Pública, a ser realizada no dia 28 de outubro de 2011, às 10:00 h, na AABB local, onde estaremos tratando de assuntos referentes à implantação do CAMPUS da Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOBA no Território de Identidade da Bacia do Rio Corrente.

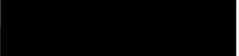
Essa região precisa urgentemente ser contemplada com um Campus, pelos motivos abaixo, dentre outros:

- ✓ Este é o único Território da Bahia em que não existe nenhuma oferta pública de ensino superior, pois não possui Universidades e nem Institutos.
- ✓ São 11 municípios com população de mais de 200 mil habitantes e extensão geográfica de 45.197,04 km².
- ✓ Mesmo sendo Oeste da Bahia, foi ignorado na distribuição de CAMPI da Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOBA.
- ✓ A nossa juventude continua tendo que migrar para os grandes centros para cursar uma Universidade.
- ✓ A Universidade Pública será fator determinante para o desenvolvimento econômico sustentável, bem como o estudo e a pesquisa na região.

Esta Audiência Pública, de grande importância para a região, contará com a presença da Sociedade Civil Organizada, do Poder Público, bem como da população dos 11 (onze) municípios que compõem o Território.

Atenciosamente,


Marcos Aurélio Cardoso
Frente Institucional
Presidente da AMORVALE


Valmira Queiroz Pereira
Frente Territorial
Colegiado Territorial


Harnoldo Paes Teixeira de Oliveira
Frente Popular
Movimento Cidadania e Vida

MOVIMENTO DA JUVENTUDE SANTAMARIENSE



Segunda, 15 de agosto de 2011
Santa Maria da Vitória-BA

Nota de protesto pela não inclusão do Território da Bacia do Rio Corrente entre as cidades que vão receber um dos campus da UFOB - Universidade Federal do Oeste Baiano

*Excelentíssimo Senhor
Deputado Federal*

Estamos diante da possível não realização de um dos maiores sonhos da população da região oeste do estado da Bahia. Especificamente das cidades de Santa Maria da Vitória, São Félix do Coribe, Correntina, Jaborandi, Santana, Canápolis, Tabocas do Brejo Velho, Brejolândia, Serra Dourada, Coribe e Cocos. Essas cidades compõem o Território da Bacia do Rio Corrente, único entre os 26 territórios de identidade da Bahia, que ainda não foi contemplado pela instalação de uma universidade pública e de uma escola técnica.

É importante destacar que a faculdade pública mais próxima está instalada na cidade de Bom Jesus da Lapa - onde existe um campus da UNEB - Universidade Estadual da Bahia - que fica a 95km de Santa Maria da Vitória, 145km de Correntina, 189km de Tabocas do Brejo Velho e 212km de Cocos. Isso sem contar que nossas estadas não oferecem condições adequadas de transporte. A ida da UFOB para Bom Jesus da Lapa não resolve o problema, apenas confirma mais uma vez a exclusão do nosso território da expansão do ensino superior. Quando um jovem decide fazer um curso superior, se depara com um dilema: ter que deixar a família para morar em outra cidade, e querer continuar e crescer em sua cidade de origem. pois não é possível cursar uma faculdade pública e continuar morando em qualquer uma das cidades da microrregião. Brasília, Goiânia, Salvador, Barreiras, Bom Jesus da Lapa e outras cidades no interior do estado são os destinos desses jovens.

A esperança era que com a criação da Universidade Federal do Oeste Baiano (UFOB), essa dificuldade seria cessada, mas queremos deixar bem claro com este documento, que, sem a UFOB na Bacia do Corrente, nós continuaremos excluídos.

Nesta terça-feira (16/08) a Presidenta Dilma vai assinar a resolução que cria a UFOB, Universidade Federal do Oeste Baiano, e não tenho dúvidas que será um dia de muita comemoração, de passeatas, de alívio para a população de muitos municípios da região que tanto esperou esse dia chegar. Mas nós não temos reais motivos para comemorar.

A futura Universidade Federal será instalada na cidade Barreiras, e contará com campus em Luís Eduardo Magalhães, Bom Jesus da Lapa e Barra, essa informação foi divulgada pela Assessoria de imprensa da Presidência da República. Diante dessa situação, questionamos quais foram os critérios utilizados que excluiu o Território da Bacia do Rio Corrente e contemplou o Território da Bacia do Rio Grande com a sede da UFOB em Barreiras e o campus em Luis Eduardo Magalhães, e o Território do Velho Chico, com outros dois campus: Bom Jesus da Lapa e Barra.

MOVIMENTO DA JUVENTUDE SANTAMARIENSE



Nosso território, embora localizado na Oeste da Bahia, vai ficar mais uma vez sem a instalação de um campus da Universidade Pública. E não é só isso, sequer o ensino técnico estadual e federal nós temos. Os onze municípios foram excluídos sem ao menos levar em consideração a luta histórica travada pela população da região em busca desse sonho.

A criação da Universidade Pública foi incluída nos dois últimos Planos Plurianuais do governo Wagner, inclusive, uma plenária foi realizada no primeiro semestre deste ano em Santa Maria da Vitória, onde na oportunidade, o primeiro compromisso assumido pelo governo estadual, foi a implantação da Universidade Pública na bacia do Corrente. Essa reivindicação consta com prioridade no plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável Produzido pelo Território. É uma luta histórica, que teve seu auge em 2005 com a criação do Movimento pela Criação da Universidade Pública na Bacia do Corrente. Foram realizadas audiências públicas com o reitor da UFBA, mobilizações, envio de abaixo assinado ao Ministério da Educação e, ao então, Presidente Lula. Não atender a essa reivindicação do território é um desrespeito à nossa luta, é mais do que isso, é adiar um sonho que vem sendo sonhado há décadas, é prejudicar o desenvolvimento socioeconômico do território que já sofre com a falta de políticas públicas voltadas, principalmente, para a Juventude que represente cerca de 30 por cento da população da microrregião que é de 200.819 habitantes (Censo IBGE 2010).

Outro ponto que precisa ser colocado aqui, é que a região oeste não se resume apenas na região de Barreiras, para se ter uma noção Barreiras fica a mais de 300 km do nosso território. São duas realidades distintas, tanto na parte cultural, e quanto na econômica. Inclusive são dois territórios de identidades na região: o Território da Bacia do Rio Grande e o Território da Bacia do Rio Corrente.

Desde a década de noventa, os censos do IBGE relacionados as cidades do Território da Bacia do Rio Corrente apresentam sucessivas baixas populacionais, isso porque a busca pela formação profissional obriga essas pessoas a migrarem para outros lugares. Se um dos critérios utilizados para não contemplar o território foi a ausência de uma cidade em que a população seja, igual o superior a cinquenta mil habitantes, configura-se nesse momento um paradoxo, pois um dos principais motivos de não ter um município com esse índice populacional, é justamente a ausência de uma universidade pública ou um escola técnica federal no território. É importante destacar, que os municípios de Santa Maria da Vitória (40.309 mil hab.) e São Félix do Coribe (13.048), separados apenas por um rio, mas unidas socio-economicamente e culturalmente, representam dessa forma, uma única cidade, somam mais de 50 mil habitantes.

Mas por acreditar na possibilidade da ampliação do número de campus é que fazemos um apelo a Presidente Dilma, aos Deputados Federais, e ao Ministério da Educação para que inclua o território da Bacia do Rio Corrente como microrregião contemplada com uma das unidades da Universidade Federal do Oeste Baiano.

Acreditamos que esse sonho não será ceifado de nossos corações, e, em breve, sairemos a ruas para comemorar a inclusão de umas das cidades da Bacia do Rio Corrente com a implantação de um campus da Universidade Federal do Oeste Baiano.

SANTA MARIA DA VITÓRIA-BAHIA

"Se quiseres prosperar, não deixes morrer a história. Inventar é dar uma HISTÓRIA NOVA"
Nelson Mandela

E-mail: juventude@ufesma.br / Telefone: 77 9177 7736

**MOVIMENTO
DA JUVENTUDE
SANTAMARIENSE**



Movimento em prol da instalação do campus da Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB, no Território da Bacia do Rio Corrente

Movimento da Juventude Santamariense - MJS

SANTA MARIA DA VITÓRIA-BAHIA

Sede: Rua dos Carreiros, s/nº, Centro, Santa Maria da Vitória, Bahia CEP: 45.700-000

Movimento da Juventude

E-mail: mjs@ufob.com.br / Telefone: 77 9177 7736



**Movimento Pela Implantação do Campus da
UFOBA no Território da Bacia do Rio Corrente**

"Aqui também é Oeste...!"

Santa Maria da Vitória – Bahia, 19 de Outubro de 2011

Ofício Circular nº 011/2011

CONVITE

Excelentíssimo Srº,

Em atendimento aos anseios do nosso povo, convidamos V. Ex.ª para uma Audiência Pública, a ser realizada no dia 28 de outubro de 2011, às 10:00 h, na AABB local, onde estaremos tratando de assuntos referentes à implantação do CAMPUS da Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOBA no Território de Identidade da Bacia do Rio Corrente.

Essa região precisa urgentemente ser contemplada com um Campus, pelos motivos abaixo, dentre outros:

- ✓ Este é o único Território da Bahia em que não existe nenhuma oferta pública de ensino superior, pois não possui Universidades e nem Institutos.
- ✓ São 11 municípios com população de mais de 200 mil habitantes e extensão geográfica de 45.197,04 km².
- ✓ Mesmo sendo Oeste da Bahia, foi ignorado na distribuição de CAMPI da Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOBA.
- ✓ A nossa juventude continua tendo que migrar para os grandes centros para cursar uma Universidade.
- ✓ A Universidade Pública será fator determinante para o desenvolvimento econômico sustentável, bem como o estudo e a pesquisa na região.

Esta Audiência Pública, de grande importância para a região, contará com a presença da Sociedade Civil Organizada, do Poder Público, bem como da população dos 11 (onze) municípios que compõem o Território.

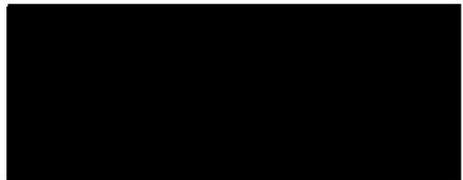
Atenciosamente,



Marco Aurélio Cardoso
Frente Institucional
Presidente da AMORVALE



Valmira Queiroz Pereira
Frente Territorial
Colegiado Territorial



Harnoldo Paes Teixeira de Oliveira
Frente Popular
Movimento Cidadania e Vida



Anexo X

Poty

De: Poty <poty@ufba.br>
Enviado em: quarta-feira, 17 de abril de 2013 23:05
Para: 'Icads'; 'servidoresicads-l'; sophys19@yahoo.com.br; 'Antonio Simoes Silva'; 'Barbara Monteiro'; 'Dirceu Martins'; Ednei Santana; embirucu@ufba.br; jalbert@ufba.br; Marciel Henrique Viana; Marco Antonio Oliveira de Queiroz; Maria do Socorro; Naomar Almeida Filho; 'Poty Rodrigues de Lucena'; 'Professor Luiz Rogério'; Professor Vasconcelos; roselisa54@yahoo.com.br; 'Valter Cunha Ufba'
Assunto: Informe UFOB 14/2013, 17.04.2013 - Atividades da Comissão de Implantação

Prezados colegas,

Relato abaixo as atividades da comissão de implantação da Universidade Federal do Oeste da Bahia realizadas entre os dias 12 e 17 de abril de 2013.

Cordialmente,

Prof. Poty Rodrigues de Lucena,
Universidade Federal da Bahia
Inst. de Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável
Campus da Prainha
Barreiras, Bahia
(77) 3614-3130

17/04/2013
Luís Eduardo Magalhães
14:00
Audiência da CCJC em Luís Eduardo Magalhães
A comissão de implantação da Universidade Federal do Oeste da Bahia participou de audiência pública da comissão de constituição e justiça e cidadania da câmara dos deputados (CCJC) no município de Luís Eduardo Magalhães entre 14:00hs e 16:00 hs. Participaram os membros da comissão de implantação, Marciel Viana, os professores Luiz Rogério, Dirceu Martins, Poty Lucena, José Vasconcelos, os Professores do Campus Reitor Edgard Santos Roberto Bagatini Portella, Adriana Migliorini Kieckhöfer, Jacques Antonio de Miranda, Diretor do ICADS/UFBA, e os técnicos Jarine Mense e Cátia Alencar. Com a presença de deputados federais, prefeitos, vereadores, professores, diretores de instituições, população da LEM e região circunvizinha, a concorrida audiência foi aberta pelo proponente da Sessão o Deputado Artur Maia, relator do PL 2204/2011 na CCJC. Na audiência foram apresentados questionamentos acerca do processo de implantação, implantação de áreas temáticas, apoio à educação básica no município da LEM, opções de cursos, entre outros assuntos de interesse da população. Após a audiência a comissão de implantação, junto à equipe da TV UFBA, retornou ao município de Barreiras para participar de audiência pública.
Barreiras
19:00
Audiência Pública da CCJC em Barreiras

A comissão de implantação da Universidade Federal do Oeste da Bahia participou de audiência pública da comissão de constituição e justiça e cidadania da câmara dos deputados (CCJC) no município de Luís Eduardo Magalhães entre 20:00hs e 22:00 hs. Participaram os membros da comissão de implantação, Marciel Viana, os professores Luiz Rogério, Dirceu Martins, Poty Lucena, José Vasconcelos, os Professores do *Campus* Reitor Edgard Santos Roberto Bagatini Portella, Adriana Migliorini Kieckhöfer, Jacques Antonio de Miranda e os técnicos Jarine Mensh e Cátia Alencar e estudantes do ICADS. Com a presença de deputados federais, prefeitos, vereadores, professores, diretores de instituições, população de Barreiras e região circunvizinha, a audiência foi aberta pelo proponente da Sessão o Deputado Artur Maia, relator do PL 2204/2011 na CCJC. Na audiência foram apresentados questionamentos acerca do processo de implantação, implantação de áreas temáticas, apoio à educação básica no município de Barreiras, o papel da Universidade Federal do Oeste da Bahia, opções de cursos, entre outros assuntos de interesse da população.

13/04/2013

Bom Jesus da Lapa

15:00

Reunião com representantes de instituições de ensino

A comissão de implantação da Universidade Federal do Oeste da Bahia participou de reunião com representantes das instituições de ensino técnico e superior da região com exposição de expectativas e projetos futuros de criação de cursos nas instituições. Após discussões e contribuição a comitiva participou de almoço oferecido pelo Deputado Artur Maia, relator do PL 2204/2011 na CCJC.

17:00

Visita ao projeto Formoso da Codevasf

A comissão de implantação da Universidade Federal do Oeste da Bahia visitou o projeto Formoso, onde se desenvolve uma grande extensão da cultura de banana em perímetro irrigado e participou de reunião com o prefeito do município de Bom Jesus da Lapa, o senhor Eures Ribeiro, o Deputado Artur Maia, relator do PL 2204/2011 na CCJC, o Superintendente Regional da Codevasf, o senhor Lourival Gusmão e Demétrios Rocha. Participaram os membros da comissão de implantação, Marciel Viana, os professores Luiz Rogério, Dirceu Martins, Poty Lucena, José Vasconcelos, os Professores da UFBA em Barreiras Roberto Bagatini Portella e Adriana Migliorini Kieckhöfer. Na reunião foi realizada uma exposição do processo de implantação no contexto da criação de áreas temáticas. O Deputado Arthur Maia fez uma exposição geral da região de Bom Jesus da Lapa e municípios circunvizinhos, para embasar um pleito pela criação na Lapa de um centro de ciências agrárias, com sugestão de implantação do *Campus* em área cedida pela Codevasf no Projeto Formoso. A Comissão de Implantação ouviu suas considerações e avaliou a sugestão.

20:00

Audiência Pública da CCJC em Bom Jesus da Lapa

A comissão de implantação da Universidade Federal do Oeste da Bahia participou no auditório do Colégio Modelo entre 20:30 e 23:00 hs de audiência pública da comissão de constituição e justiça e cidadania da câmara dos deputados (CCJC) no município da Bom Jesus da Lapa. Participaram os membros da comissão de implantação o estudante Marciel Viana, o técnico-administrativo Engenheiro Valter Cunha, os professores Luiz Rogério, Dirceu Martins, Poty Lucena, José Vasconcelos, os Professores da UFBA em Barreiras Roberto Bagatini Portella, Adriana Migliorini Kieckhöfer, Jacques Antonio de Miranda, Diretor do ICADS/UFBA. Com a presença de deputados federais, prefeitos, vereadores, professores, diretores de instituições, população da Barreiras e região circunvizinha, a audiência foi aberta pelo proponente da Sessão o Deputado Artur Maia, relator do PL 2204/2011 na CCJC. Na audiência foram apresentados questionamentos acerca do processo de implantação, implantação de áreas temáticas, apoio à educação básica no município da Bom Jesus da Lapa, criação de cursos e áreas temáticas, perfil socioeconômico e modelos de desenvolvimento, entre outros assuntos de interesse da população. Contribuíram com as falas, professores, pais e estudantes, profissionais liberais, políticos, representantes de instituições de ensino. A escolha da área temática gerou bastante discussão e provocou acalorados discursos dos agentes políticos da mesa.

Santa Maria da Vitória

11:00

Audiência Pública da CCJC em Santa Maria da Vitória

A comissão de implantação da Universidade Federal do Oeste da Bahia participou de audiência pública da comissão de constituição e justiça e cidadania da câmara dos deputados (CCJC) no município da Santa Maria da Vitória entre 11:30hs e 13:00 hs. Participaram os membros da comissão de implantação, Marciel Viana, os professores Luiz Rogério, Dirceu Martins, Poty Lucena, José Vasconcelos, os Professores da UFBA em Barreiras Roberto Bagatini Portella e Adriana Migliorini Kieckhöfer. Cerca de mil pessoas participaram da audiência pública com grande festa pela chegada da comissão de implantação. A audiência ocorreu no Hotel Carranca com a presença de deputados federais, prefeitos, vereadores, professores, diretores de instituições, população da SAMAVI e região circunvizinha, a audiência foi aberta pelo proponente da Sessão o Deputado Artur Maia, relator do PL 2204/2011 na CCJC. Na audiência foram realizadas manifestações políticas, protestos, questionamentos sobre o financiamento do *Campus* de SAMAVI, apresentados questionamentos acerca do processo de implantação, implantação de áreas temáticas, apoio à educação básica no município da Barreiras, o papel da Universidade Federal do Oeste da Bahia, opções de cursos, entre outros assuntos de interesse da população. Destacou-se na audiência a participação do movimento pela implantação do *Campus* de Santa Maria da Vitória composta por diversos representantes dos movimentos sociais e culturais do município.

14/04/2013

Bom Jesus da Lapa

10:30

Reuniões com representantes públicos e da comunidade.

A Comissão de implantação da Universidade Federal do Oeste da Bahia participou de reunião com o prefeito do município de Bom Jesus da Lapa, o senhor Eures Ribeiro, o Superintendente Regional da Codevasf, o senhor Lourival Gusmão, representantes de entidades educacionais, diretora e professores de Universidades públicas, agentes públicos, políticos e representantes da juventude. Participaram os membros da comissão de implantação o estudante Marciel Viana, o técnico-administrativo Engenheiro Valter Cunha, os professores Luiz Rogério, Dirceu Martins, Poty Lucena, José Vasconcelos, os Professores do *Campus* Edgard Santos Roberto Bagatini Portella e Adriana Migliorini Kieckhöfer. Na reunião foi realizada uma exposição do processo de implantação no contexto da criação de áreas temáticas, debatido o papel da UFOB para a integração regional, a estrutura de ensino, a pesquisa, a extensão, a fixação docente, a qualidade de vida no município, entre outros temas de relevância. A reunião foi bastante proveitosa no processo de convencimento das potencialidades da microrregião e discussão de áreas temáticas. O prefeito Eures Ribeiro manifestou seu total apoio à implantação do *Campus* da UFOB na Lapa respeitando plenamente a decisão da comissão de implantação na escolha e distribuição de áreas temáticas da UFOB entre os *Campi* do Oeste da Bahia.

15/04/2013

Bom Jesus da Lapa

07:00

Entrevista

O professor Luiz Rogério concedeu entrevista em rádio local.

09:00

Visita ao projeto Formoso da Codevasf

A comissão de implantação participou de visita ao projeto Formoso acompanhada do prefeito do município de Bom Jesus da Lapa, o senhor Eures Ribeiro, o Superintendente Regional da Codevasf, o senhor Lourival Gusmão e equipe técnica da Codevasf. Na visita conhecemos as atividades de plantio irrigado e a organização do distrito irrigado. A comitiva visitou a estação de captação de água do rio Corrente e acompanhou a colheita, seleção e embalagem de banana em um parreiral.

12:00

Entrevista

O professor Luiz Rogério e o professor Poty Lucena concederam entrevista em rádio local.

13:30

Visitas e avaliação de estruturas prediais provisórias e visita às áreas para implantação do *Campus* em Bom Jesus da Lapa

Após o almoço a comissão de implantação visitou prédios de escolas para implantação da UFOB. Foram visitadas três escolas públicas, a escola São José, São Vicente de Paulo e uma escola municipal. As escolas apresentam condições estruturais deficitárias e necessitam de reforma para aumento da capacidade e readequação da rede elétrica para instalação de ar condicionados, instalação de forros, entre outras intervenções. A escola São Vicente de Paulo apresentou melhores condições de conservação do que as demais. As escolas estão sendo desativadas para ocupar novos espaços escolares construídos no município. Posteriormente a comissão de implantação visitou áreas oferecidas para doação no município de Bom Jesus da Lapa. Uma das áreas está localizada na BA160, à 3,5 Km do centro da Lapa e as demais áreas, uma de 60 Ha e a outra de 100 Ha, estão localizadas à margem da BR 430 à cerca de 4,5 Km do centro. A área as margens da BA160 é servida de água e energia e as da BR de água, energia e fibra ótica de rede de internet.

Santa Maria da Vitória

16:30

Reunião executiva com o prefeito de Santa Maria da Vitória, secretários e representantes.

A Comissão de implantação da Universidade Federal do Oeste da Bahia participou entre 16:30 e 18:00hs de reunião com o prefeito do município de Santa Maria da Vitória, o senhor Amário Almeida, secretários de governo, representantes de entidades e vereadores. Participaram os membros da comissão de implantação o estudante Marciel Viana, o técnico-administrativo Engenheiro Valter Cunha, os professores Luiz Rogério, Dirceu Martins, Poty Lucena, José Vasconcelos e a professora Adriana Migliorini Kieckhöfer. Na reunião foi realizada uma exposição do processo de implantação, estruturas para início das atividades acadêmicas, fixação docente e atração de talentos, estrutura de ensino, bacharelados interdisciplinares, entre outros temas de interesse, cessão de espaços e doação de áreas.

16/04/2013**Santa Maria da Vitória****08:00****Visitas e avaliação de estruturas prediais provisórias e visita às áreas para implantação do *Campus* em Santa Maria da Vitória**

Na manhã de 16/04/2013, a comissão de implantação visitou áreas para instalação de *Campus* no município de Santa Maria da Vitória (SAMAVI). Foram conhecidos três terrenos, dois deles localizados às margens da rodovia BR 349, saída para Correntina e uma área na saída para o município de Santana. As áreas da BR349 estão localizadas de 4 a 7 km do centro do município. As áreas possuem fornecimento de água, energia, telefone e internet. A terceira área localiza-se no povoado da Sambaíba, zona rural do município e não conta com estrutura de telefone, água, energia e internet. Após avaliação das áreas, foram visitadas o Centro Territorial de Educação Profissional da bacia do Rio Corrente (CETEP), a escola José Teixeira de Oliveira e uma escola de primeiro grau do município. As escolas encontram-se em estado razoável de conservação necessitando de intervenções e reformas. Entre as três escolas o CETEP se destaca do ponto de vista da adequação de espaço.

14:00**Reunião executiva com o prefeito de Santa Maria da Vitória, secretários e representantes.**

A Comissão de implantação da Universidade Federal do Oeste da Bahia participou entre 14:00 e 15:00hs de reunião com o prefeito do município de Santa Maria da Vitória, o senhor Amário Almeida, secretários de governo, representantes de entidades e vereadores na sede do polo da UAB no município. Participaram os membros da comissão de implantação o estudante Marciel Viana, o técnico-administrativo Engenheiro Valter Cunha, os professores Luiz Rogério, Dirceu Martins, Poty Lucena, José Vasconcelos e os docentes Roberto Portella e Adriana Migliorini Kieckhöfer. Na reunião foi feita uma avaliação da visita entre os presentes e discutida a adequação das áreas e prédios apresentados para a implantação da Universidade Federal do Oeste da Bahia no município de SAMAVI.

17/04/2013**Luís Eduardo Magalhães****09:00****Reunião executiva com sindicato dos produtores rurais**

Na manhã de 17/04/2013, a comissão de implantação reuniu-se com representantes de entidades do setor produtivo na sede do sindicato dos produtores rurais. Participaram os membros da comissão de implantação o técnico-administrativo Engenheiro Valter Cunha, os professores Luiz Rogério, Dirceu Martins, Poty Lucena, José Vasconcelos e os docentes Roberto Portella e Adriana Migliorini Kieckhöfer, representantes da Abacafé, Ascelem, Associação de produtores de sementes, ABAPA, Agrolem, CREA, AIBA, Fundação Bahia, Assiagri, Acrioeste, Associação de Engenheiros Agrônomos e Comissão da Paz. Na reunião foi realizada uma exposição do processo de implantação da UFOB e esclarecidos questionamentos realizados pelos presentes. Por parte dos produtores, houve um forte apelo pela instalação de cursos na área de ciências agrária no município de Luís Eduardo Magalhães. A reunião foi encerrada às 10:30hs.

11:00

Visitas técnicas, reuniões com representações, visita à comunidade e povoados em Luís Eduardo Magalhães

A comissão de implantação visitou a escola modelo Dom Ricardo Webeberger no bairro do Santa Cruz onde conheceu estudantes e professores da escola. Após visita a comitiva conheceu um espaço de 400 m2 destinado à instalação de sede provisória no município de LEM. O espaço apresentado é insuficiente e não possui estrutura necessária para início das atividades da UFOB.

14:00

Visitas técnicas, reuniões com representações, visita à comunidade e povoados em Luís Eduardo Magalhães

No início da tarde desta quarta-feira, 17 de abril de 2013, a comissão de implantação visitou uma área no loteamento cidade universitária ofertada por empresários locais para implantação da UFOB. A área possui estrutura viária pavimentada e é próxima ao centro do município. A comissão de implantação propôs a doação de área de 80 Ha para instalação do *Campus* haja vista que o acelerado processo de expansão do município pode inviabilizar uma futura expansão da estrutura universitária.

Anexo XI

COLÉGIO ESTADUAL SÃO VICENTE DE PAULO
AV. MANOEL NOVAIS, S/N, CENTRO
BOM JESUS DA LAPA – BA
FONE: (77) 3481 2131



“A LAPA PRECISA DE UMA FACULDADE DE EDUCAÇÃO”, já bradava todas as semanas o jornalzinho “O DEZ”, criação do nosso saudoso professor Antônio Ferreira Barbosa, nos anos 70. A UFOB – Universidade Federal do Oeste Baiano, chegou até nós com um atraso de mais de três décadas, confessamos; mas, mesmo assim, nós a acolhemos de braços abertos. Somos 37 professores integrantes do corpo docente do Colégio Estadual São Vicente de Paulo, e hoje, erguemos os braços e agradecemos, primeiramente a Deus, e depois, às autoridades competentes que escolheram a nossa Cidade para instalar um curso superior de qualidade. A nossa manifestação primeira, divulgada nas redes sociais no início do mês de junho de 2013, com o título de “SEM RESPEITO NÃO SE FAZ EDUCAÇÃO”, teve acolhimento muito além das nossas perspectivas. Tão logo divulgada, tivemos a honra de receber no nosso Colégio o prefeito Eures Ribeiro, que veio acompanhado da gerente da DIREC 26 e dois representantes do Poder Legislativo local. Foi uma visita informal, diga-se de passagem, porém, oportuna, pois dialogamos com o chefe do Executivo, ouvimos as suas razões e expomos as nossas. Disse o senhor Prefeito, taxativamente, que o Colégio Estadual São Vicente foi o escolhido para funcionar a UFOB, e que ele, o prefeito, estava providenciando uma Escola capaz de abrigar os alunos da referida instituição, até que fosse construído o novo prédio do Colégio Estadual São Vicente de Paulo. Disse mais, que o dinheiro (a ser disponibilizado pelo MEC) já estava à disposição dos órgãos responsáveis, e que a área a ser desapropriada só dependia de detalhes. Já faz mais de 28 dias, e até o momento não recebemos nada oficial. Sabemos que o prédio do Colégio Estadual São Vicente de Paulo é locado ao Estado da Bahia pelo Santuário de Bom Jesus da Lapa. Temos conhecimento de que o Estado da Bahia encontra-se inadimplente, devendo muitos meses de aluguéis ao Santuário. Em visita ao senhor Bispo Dom José Valmor César Teixeira, fomos por ele recebidos com todo carinho e respeito. Conversamos muito. Ele, em momento algum, manifestou o desejo de despejar o Colégio

Estadual São Vicente de Paulo por falta de pagamento dos aluguéis atrasados. Por isso, estamos aqui aguardando uma manifestação concreta por parte do senhor Prefeito ou de quem de direito. É bom lembrar que a nossa luta em defesa do nosso Colégio não tem prazo determinado. É importante ressaltar também que o Colégio São Vicente de Paulo é o pioneiro da nossa cidade. Nasceu com muita luta das irmãs de caridade da Ordem das Vicentinas, há mais de meio século, e recebeu total apoio das instituições públicas – federais, estaduais e municipais, não esquecendo também a grande contribuição prestada pela sociedade lapense. O Colégio Estadual São Vicente de Paulo deveria ser tombado pelo governo pelo seu valor histórico no pioneirismo do ensino na nossa cidade. E é por isso mesmo que nós estamos aqui para defendê-lo. Não adiantam as tentativas de deturparem as nossas palavras, na intenção demagoga de insurgir o povo contra nossa luta, bradando a todos os cantos que “os professores dessa instituição escolar não querem a vinda da UFOB para Bom Jesus da Lapa.” Não é por aí. Coisa séria é coisa séria. Estamos nessa luta e iremos até o fim, porque são mais de 950 alunos que dependem da sobrevivência desse Educandário e eles não podem ficar sozinhos. No ensejo, expressamos o desejo de toda comunidade escolar, (estamos com documentação representativa) de continuarmos ocupando este prédio, pois aqui, além de uma história construída com muito trabalho, dedicação, amor ao exercício da docência, construímos um ambiente acolhedor, organizado, adequado ao acolhimento dos trabalhos desenvolvidos pelos educandos. Nosso alunado é constituído por jovens originários de bairros circunvizinhos ao centro da cidade, e também de diferentes comunidades como o assentamento dos quilombolas Rio das Rãs, do Projeto Formoso, do Juazeirão, das Piranhas, da Ilha da Canabrava, da Barrinha, e ainda das cidades de Sítio do Mato, Riacho de Santana e de Serra do Ramalho. Sabemos das consequências negativas causadas pela remoção de uma escola para outra localidade. Entre os fatores que contribuem para tais consequências, está a lacuna identitária que se insurge da perda de um espaço constituído e constituinte de uma história fundamentada em ações fomentadoras da construção do conhecimento e dos valores afetivos, éticos e morais; pilares indissolúveis, que fortalecem o crescimento da comunidade e sociedade como um todo. Portanto recorreremos ao comprometimento com o

fazer educação, inerente a essa representação legal a quem nos dirigimos, para que reconheça a legitimidade da decisão tomada por nós.

Para melhores esclarecimentos, seguem em anexo, alguns registros dos trabalhos desenvolvidos nessa instituição de ensino ao longo da década atual.

Bom Jesus da Lapa, 10 de julho de 2013.



Manifestação em frente ao Colégio (2013)



Manifestação em frente ao Colégio (2013)



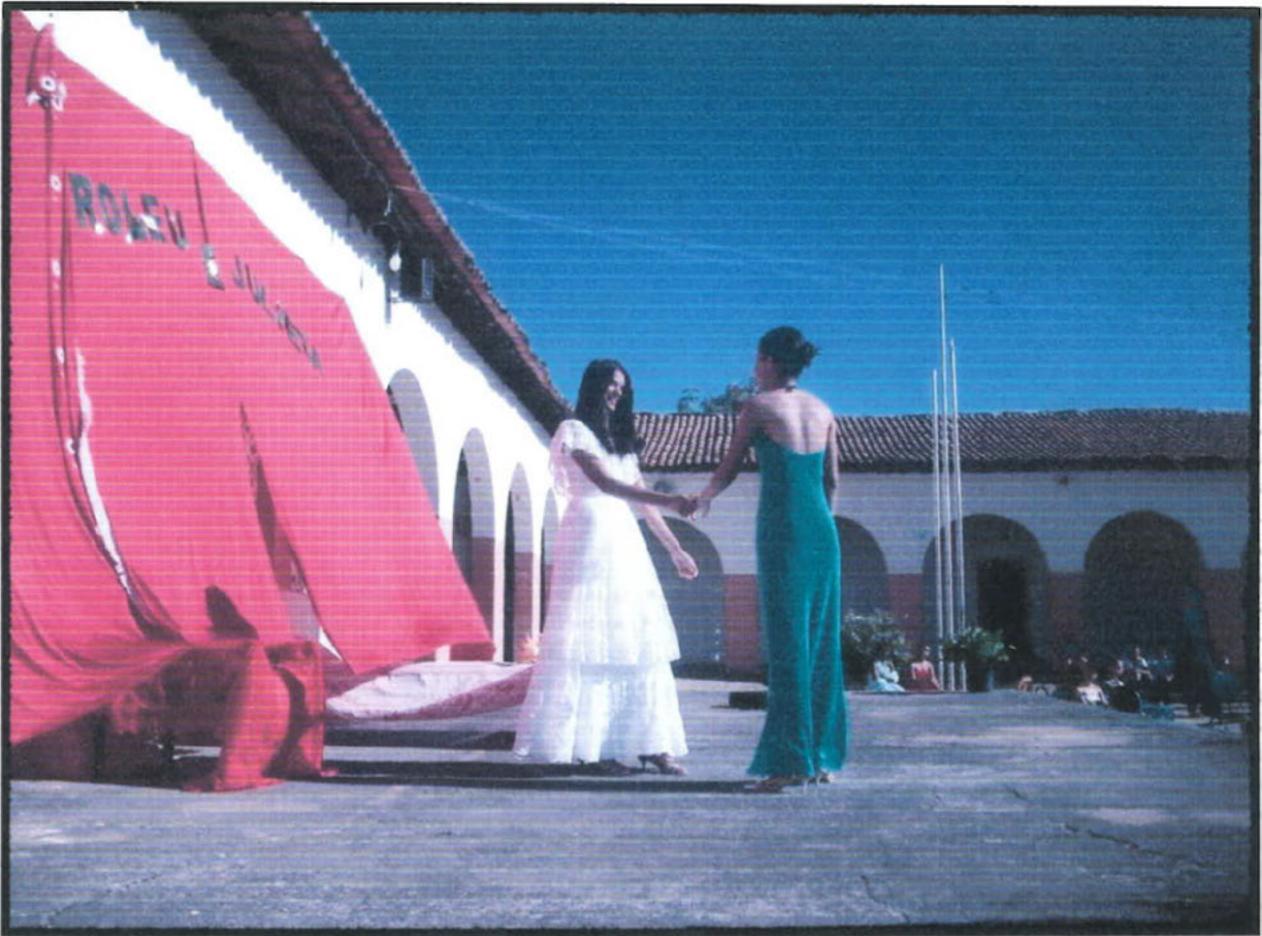
Gincana Cultural (2012)



Gincana Cultural (2012)



FACE – Festival Anual da Canção Estudantil (2011)



Projeto "Dramatizando Obras Literárias" (2010)



Dia Nacional da Poesia (2010)



Gincana Cultural "Redescobrimdo Valores" (2009)



Gincana Cultural "Redescobrimdo Valores" (2009)



Caminhada em homenagem ao centenário de Machado de Assis (2008)



Caminhada em homenagem ao centenário de Machado de Assis (2008)



Projeto "Um Olhar Brasileiro sobre a África" (2008)



Caminhada em homenagem ao centenário de Machado de Assis (2008)

Anexo XII



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DA REDE DE IFES
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO EM SAÚDE

ATA DE REUNIÃO

Assunto: Pactuação de implantação do curso de Medicina no Câmpus Campus Reitor Edgar Santos da Universidade Federal do Oeste da Bahia.

Aos 30 dias do mês de setembro de 2014 reuniram-se na Diretoria de Desenvolvimento da Rede de IFES da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, a Diretora da DIFES/SESu/MEC, Adriana Rigon Weska, o Diretor da DDES/SESU/MEC, Vinicius Ximenes Muricy da Rocha, o Coordenador-Geral de Expansão e Gestão da Educação em Saúde, Otoniel Gomes de Miranda Filho, a Coordenadora-Geral de Recursos Humanos, Dulce Maria Tristão, Iracema Santos Veloso, Reitora da Universidade Federal do Oeste da Bahia, e Adma Kátia Lacerda Chaves, Diretora do Centro das Ciências Biológicas e da Saúde da Universidade Federal do Oeste da Bahia, para abordar a pactuação de implantação do curso de Medicina no Câmpus Reitor Edgar Santos, em Barreiras, em consonância com as diretrizes da Portaria Normativa nº15/2013/MEC e da Lei 12.871/2013.

A apresentação iniciou com a descrição do curso: criação de novo curso de medicina com 80 vagas no Câmpus Campus Reitor Edgar Santos.

Desta forma, depois de discutidas as necessidades e o quantitativo dos cargos pactuados que atenderão à demanda, estabeleceram-se as vagas conforme demonstrado abaixo:

Câmpus Reitor Edgar Santos

FASE I	2014	2015	2016	2017	Total
Vagas	40	-	40	-	80

Fase I	2014	2015	2016	2017	Total
Docentes MSF	15	20	25	20	80
TA's Classe "E"	5	7	6	-	18
TA's Classe "D"	7	8	7	-	22

Ademais, depois de definidos os quantitativos referentes à pactuação dos cargos, a reunião foi encerrada. Deste modo, foi lavrada a presente Ata, que será por todos lida e assinada.

Brasília, 30 de setembro de 2014.

[Redacted Signature]

Adriana Rigon Weska
Diretora de Desenvolvimento da Rede de IFES

[Redacted Signature]

Vinicius Ximenes Muricy da Rocha
Diretor de Desenvolvimento da Educação em Saúde

[Redacted Signature]

Iracema Santos Veloso
Reitora da Universidade Federal do Oeste da Bahia

[Redacted Signature]

Adma Kátia Lacerda Chaves
Diretora do Centro das Ciências Biológicas e da Saúde da Universidade Federal do Oeste da Bahia

[Redacted Signature]

Dulce Maria Tristão
Coordenadora-Geral de Recursos Humanos-DIFES/SESu

[Redacted Signature]

Otoniel Gomes de Miranda Filho
Coordenador-Geral de Expansão e Gestão da Educação em Saúde- DDES/SESu